



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

**DESVENDANDO OS VÉUS:
a construção de tessituras referenciais em *fake news* que incitam a
violência**

Evelyne Nunes dos Santos Mariani

Brasília
2025



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

Evelyne Nunes dos Santos Mariani

**DESVENDANDO OS VÉUS:
a construção de tessituras referenciais em *fake news* que incitam a
violência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para o exame de qualificação de Mestrado em Linguística.

Área de concentração: Linguagem e Sociedade
Linha de pesquisa: Língua, Interação Sociocultural e Letramento

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Albuquerque Pereira

Brasília
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM333d Mariani, Evelyne Nunes dos Santos
Desvendando os véus: a construção de tessituras
referenciais em fake news que incitam a violência / Evelyne
Nunes dos Santos Mariani; orientador Rodrigo Albuquerque.
Brasília, 2026.
187 p.

Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de
Brasília, 2026.

1. Fake news. 2. Tessituras referenciais. 3. Propagação
de violência. 4. Construção de sentidos. 5. Estratégias
linguístico-discursivas. I. Albuquerque, Rodrigo, orient.
II. Título.

EVELYNE NUNES DOS SANTOS MARIANI

**DESVENDANDO OS VÉUS:
a construção de tessituras referenciais em *fake news* que incitam a
violência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para o exame de qualificação de Mestrado em Linguística.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Albuquerque Pereira (Orientador/Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB)

Profa. Dra. Suzana Leite Cortez (Membro Externo)
Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPE)

Prof. Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues (Membro Interno)
Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB)

Profa. Dra. Elen Cristina Gerales (Membro Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/UnB)

Ao meu pai e à minha mãe, Breno e Aldenora, razões de tantas conquistas. Ao meu marido, Carlos, por todo seu apoio. Aos meus irmãos, Evaldo, Evandro e Glênio. Aos meus amados sobrinhos, Arthur e Valentina.

“A língua não é um retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele”. (Marcuschi, 2001, p. 40).

RESUMO

A desinformação e o fenômeno das *fake news* são temas em evidência no contexto brasileiro contemporâneo, especialmente a partir da campanha eleitoral presidencial de 2018 e da pandemia de Covid-19. A propagação acelerada de informações tendenciosas e falsas mostra-se um desafio para a sociedade na medida em que tem contribuído para a polarização, o descrédito das instituições e a incitação à violência no ambiente digital. Tal contexto coincide com o surgimento dos fenômenos da pós-verdade e da epistemologia tribal (Roberts, 2017), que representam o predomínio das crenças individuais em detrimento da verdade factual. Acrescenta-se a esse cenário a formação das câmaras de eco (Nguyen, 2018) e do filtro bolha (Pariser, 2011), que contribuem para proliferação das *fake news* no ambiente digital. Nesse contexto, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentada na Linguística de Texto (Albuquerque; Diefenthäler, 2021; Beaugrande; Dressler, 1981; Bentes, 2006, 2024; Cavalcante, 2024 [2011]; Cavalcante *et al.*, 2022; Koch, 2003, 2014 [1997], 2008, 2023 [2004]; Koch; Marcuschi, 1998; Marcuschi, 2007, 2001) e na Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]; Fairclough, 2019 [1992]), objetiva analisar a construção das tessituras referenciais em *fake news* que incitam a violência, com vistas a compreender de que modo o uso dessas estratégias contribui para a produção de sentidos. O estudo é relevante porque lança luz sobre as estratégias linguístico-discursivas das *fake news* pensadas para produzir sentidos e gerar adesão dos interlocutores. A análise linguístico-discursiva das *fake news* que promovem violência ancora-se na identificação da pessoa do discurso, no uso de mecanismos ideológicos e nas práticas sociais e discursivas que permeiam essas mensagens. Aplicando-se a Análise Documental (Cellard, 2008), selecionamos *fake news* sobre “kit covid” e “tratamento precoce”; negacionismo das vacinas; ataques à imprensa; “kit gay” e “mamadeira de piroca”. Para examinar como as tessituras referenciais dessas *fake news* se apropriam de estratégias persuasivas para gerar adesão, propusemos as seguintes categorias analíticas: estratégias de referência, marcas de subjetividade, aspectos documentais, modelo tridimensional e tipologia das *fake news*. Os resultados evidenciam que processos de categorização, recategorização, apagamentos e generalizações são estrategicamente mobilizados na produção das *fake news* para construir sentidos. Concluímos que a compreensão desses mecanismos é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de combate à desinformação.

Palavras-chave: *fake news*; propagação de violência; tessituras referenciais; estratégias linguístico-discursivas; construção de sentidos.

ABSTRACT

Disinformation and the phenomenon of fake news are prominent topics in the contemporary Brazilian context, especially since the 2018 presidential election campaign and the Covid-19 pandemic. The accelerated spread of biased and false information poses a challenge to society as it has contributed to polarization, institutional discredit, and the incitement of violence in the digital environment. This context coincides with the emergence of post-truth and tribal epistemology (Roberts, 2017), which represent the predominance of individual beliefs over factual truth. Added to this scenario is the formation of echo chambers (Nguyen, 2018) and the filter bubble (Pariser, 2011), which contribute to the proliferation of fake news in the digital environment. In this context, this research, adopting a qualitative approach and grounded in Text Linguistics (Albuquerque; Diefenthäler, 2021; Beaugrande; Dressler, 1981; Bentes, 2006, 2024; Cavalcante, 2024 [2011]; Cavalcante *et al.*, 2022; Koch, 2003, 2014 [1997], 2008, 2023 [2004]; Koch; Marcuschi, 1998; Marcuschi, 2007, 2001) and Critical Discourse Analysis (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]; Fairclough, 2019 [1992]), aims to analyze the construction of referential tessituras in fake news that incite violence, with a view to understanding how the use of these strategies contributes to meaning-making, considering the dynamics of the circulation of such information on social media and news websites. The study is relevant because it sheds light on the linguistic-discursive strategies of fake news designed to produce meanings and generate adherence from interlocutors. The linguistic-discursive analysis of fake news that promotes violence is anchored in the identification of the discourse person, the use of ideological mechanisms, and the social and discursive practices that permeate these messages. Applying Document Analysis (Cellard 2008), we select fake news on “covid kit” and “early treatment”; vaccine denialism; attacks on the press; “gay kit” and “penis bottle”. To examine how the referential textures of these fake news appropriate persuasive strategies to generate adherence, we proposed the following analytical categories: referentiation strategies, marks of subjectivity, documentary aspects, three-dimensional model, and typology of fake news. The results show that processes of categorization, recategorization, omissions, and generalizations are strategically mobilized in the production of fake news to construct meanings. We concluded that understanding these mechanisms is crucial for the development of effective strategies to combat disinformation.

Keywords: fake news; spread of violence; referential tessitures; linguistic-discursive strategies; meaning construction.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que tornaram esta jornada possível e significativa, expresso minha mais profunda gratidão.

Ao meu amado marido, Carlos Alberto, pela parceria inabalável, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio constante que me impulsionou a seguir em frente.

Aos dedicados professores da Universidade de Brasília, cuja paixão pelo ensino e pela pesquisa é uma inspiração contínua. Agradeço imensamente por compartilharem seus conhecimentos e por contribuírem de forma tão significativa para a minha formação acadêmica.

Aos meus professores da educação básica, em Avelino Lopes-PI, responsáveis pelas bases da minha formação inicial, que de alguma maneira ainda continuam a educar jovens e crianças na minha cidade natal.

Aos meus queridos colegas de mestrado, pela troca de experiências, pelo companheirismo e por compartilharem os desafios e as alegrias desta jornada acadêmica.

Aos professores que, com generosidade, oferecem vagas para alunos especiais, ampliando as possibilidades de ingresso nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e democratizando o acesso ao conhecimento.

Aos meus irmãos, Evaldo, Evandro e Glênio, pelo incentivo e apoio nos momentos mais desafiadores, que me deram a força necessária para persistir.

Ao meu pai, Breno, e à minha mãe, Aldenora, que, com sacrifícios pessoais e um amor imenso, sempre se esforçaram para que seus filhos trilhassem os caminhos da educação, plantando em mim a semente do saber e da perseverança.

À banca examinadora pelas valiosas contribuições a este trabalho, por sua disponibilidade em contribuir com o aperfeiçoamento do estudo e pela generosidade em compartilhar suas experiências e olhares críticos ao objeto da pesquisa.

A todos que, de alguma forma, acreditam no poder transformador da educação e dedicam suas vidas a construí-la e defendê-la.

E, de forma muito especial, ao meu orientador, Professor Doutor Rodrigo Albuquerque Pereira, pela imensa dedicação, pelo carinho e pela inestimável orientação. Sua disponibilidade e sabedoria foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE QUADROS	14
– CONSIDERAÇÕES INICIAIS –	14
– CAPÍTULO 1 –	20
O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE E DAS <i>FAKE NEWS</i>	20
1.1 Considerações iniciais	20
1.2 Definição e características da pós-verdade.....	20
1.3 Definição e categorização das <i>fake news</i>	30
1.3.1 Mecanismos ideológicos na produção e no consumo de <i>fake news</i>	40
1.3.2 Câmara de eco e epistemologia tribal na propagação das <i>fake news</i>	45
1.4 Valores-notícia presentes nas <i>fake news</i>	50
1.4.1 A jornada da imprensa tradicional nas campanhas contra a desinformação	62
1.5 Considerações finais.....	66
– CAPÍTULO 2 –	67
CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO PARA A ANÁLISE DAS <i>FAKE NEWS</i>	67
2.1 Considerações iniciais	68
2.2 Linguística textual: contribuições, avanços e limitações nos estudos atuais.....	68
2.3 A construção da tessitura referencial nas <i>fake news</i>	77
2.4 Dos referentes aos objetos de discurso: o caminho percorrido até a fase atual.....	82
2.5 Considerações finais.....	90
– CAPÍTULO 3 –	92
PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGENS E ESTRATÉGIAS NA ANÁLISE DAS <i>FAKE NEWS</i> . 92	
3.1 Considerações Iniciais	92
3.2 Apresentação	92
3.3 Caracterização da pesquisa	95
3.4 Delimitação do <i>corpus</i>	101
3.5 Métodos utilizados	106
3.6 Categorias analíticas.....	110
3.7 Considerações finais.....	114
– CAPÍTULO 4 –	116
ANÁLISE DAS <i>FAKE NEWS</i>	116
4.1 Considerações iniciais	116

4.2 “Kit covid” e “tratamento precoce”	116
4.3 Negacionismo das vacinas.....	127
4.4 Ataques à imprensa brasileira	146
4.5 “Kit gay” e “mamadeira de piroca”	159
4.6 Resultados e caminhos sugeridos ao enfrentamento do problema social	166
4.7 Considerações finais.....	170
– CONSIDERAÇÕES FINAIS –.....	171
– REFERÊNCIAS –	177

LISTA DE SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

Abert – Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão

CEO – *Chief Executive Officer*

DTP – Difteria, Tétano e Coqueluche

EUA – Estados Unidos da América

FN – *Fake news*

G1 – Globo.com

IA – Inteligência Artificial

IHU – Instituto Humanitas Unisinos

IPD – Impacto Potencial de Desinformação

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais

LT – Linguística de Texto

OMS – Organização Mundial da Saúde

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PL – Projeto de Lei

PT – Partido dos Trabalhadores

RSF – Repórteres Sem Fronteiras

STF – Supremo Tribunal Federal

UnB – Universidade de Brasília

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornalista Patrícia Campos Mello sofreu ataques pessoais em razão de seu trabalho	22
Figura 2 – Publicações científicas sobre <i>fake news</i> entre 2005 e 2026	30
Figura 3 – Publicações científicas sobre desinformação entre 2005 e 2026	32
Figura 4 – Checagens de notícias sobre o Pix e expulsão de Lula da ONU.....	55
Figura 5 – <i>Fake news</i> sobre expulsão do Presidente Lula de reunião da ONU.....	56
Figura 6 – <i>fake news</i> retira de contexto matéria do Jornal Nacional sobre o Pix	58
Figura 7 – <i>fake news</i> relacionadas ao ministro do STF Alexandre de Moraes.....	58
Figura 8 – Imagem manipulada sobre apoio à prisão de Nicolás Maduro.....	59
Figura 9 – Valor-notícia de intensidade foi utilizado por grupos de esquerda em publicação enganosa	61
Figura 10 – Ataques e ameaças sofridos por jornalistas brasileiros dentro da internet, em 2024	65
Figura 11 – “Kit Covid” foi divulgado em redes sociais como promessa de cura para doença.....	120
Figura 12 – Ex-deputada Federal Carla Zambelli publicou notícia de apoio ao “tratamento precoce”	124
Figura 13 – publicação com informações falsas sobre vacinas e danos cerebrais.....	130
Figura 14 – site religioso afirma que a vacina mata mais que a doença.....	134
Figura 15 – Post do Facebook associa uso de vacinas a redução da população mundial.....	137
Figura 16 – divulgação de mensagem antivacina no aplicativo Telegram.....	139
Figura 17 – <i>fake news</i> antivacina com discurso de ódio veiculada em 2023.....	141
Figura 18 – <i>fake news</i> antivacina sobre fim da população mundial disseminada em 2025.....	144
Figura 19 – principais ofensas à imprensa brasileira em 2022.....	148
Figura 20 – Deputado estadual paulista usou informação fora de contexto para atacar imprensa	152
Figura 21 – Matéria da Revista Oeste correlaciona mídia tradicional e <i>fake news</i>	154
Figura 22 – <i>Fake news</i> da “mamadeira de piroca” foi divulgada em perfil do Facebook.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Diferenças entre <i>fake news</i> e <i>false news</i>	36
Quadro 2	–	Tipologia da desordem informacional de Claire Wardle (2017)	38
Quadro 3	–	Compilação de elencos sobre valores-notícia.....	53
Quadro 4	–	Agrupamento dos fatores de textualidade	71
Quadro 5	–	Categorias de análise.....	113

– CONSIDERAÇÕES INICIAIS –

A ascensão e a proliferação das *fake news* representam um grande desafio para sociedade contemporânea devido aos seus impactos em esferas como a política, a economia, a saúde pública e as relações sociais. O fenômeno ganhou destaque na imprensa com as eleições presidenciais americanas de 2016 e também pelo Brexit, na Europa, devido ao aparecimento intensivo de *fake news* relacionadas àqueles temas. Em razão aos acontecimentos do período, o termo pós-verdade foi eleito pelo Dicionário de Oxford como a palavra do ano. A expressão refere-se a um cenário no qual as pessoas acreditam mais em suas crenças e sentimentos do que nos fatos (Oxford, 2016). O termo está intimamente ligado ao surgimento das *fake news*, uma vez que caracteriza uma sociedade contemporânea pautada em verdades individuais, que, como o termo evidencia, não condizem com a realidade, mas estão além dela.

No Brasil, a intensificação desse fenômeno foi particularmente notória a partir de 2018, com a campanha eleitoral presidencial, onde plataformas como o *WhatsApp* e outras redes sociais se tornaram veículos massivos para a propagação de informações tendenciosas e falsas, contribuindo para a polarização e a desconfiança nas instituições (Mello, 2020).

Diversos pesquisadores e estudantes têm se debruçado sobre os efeitos da propagação acelerada das *fake news*. Em seus estudos, Shu *et al.* (2017), Oliveira *et al.* (2021) e Pinheiro (2021), por exemplo, investigam o fenômeno, com destaque para a análise do ambiente virtual, também abordada pela revista IHU On-Line (2018). Outros estudam o assunto e sua influência no ambiente educacional (Oliveira; Costa, 2020), na comunicação (Silva, 2019), na política (Recuero; Gruzd, 2019), na saúde (Silva; Silva, 2021), entre outras.

Contudo, o assunto ainda não esgotou as suas possibilidades de análise e, muito pelo contrário, ainda se mostra um desafio diante das configurações da sociedade contemporânea. Defendemos a importância de lançar novos olhares e abordagens sobre o tema, especialmente nas pesquisas científicas, para que se busquem alternativas à sua expansão e se reduzam os impactos tanto nas políticas públicas quanto nas relações sociais. É nesse cenário que se insere a presente pesquisa, que busca compreender esse fenômeno a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva.

A escolha do tema desta pesquisa, intitulada “Desvendando os véus: a construção de tessituras referenciais em *fake news* que incitam a violência”, surge a partir de uma inquietação pessoal e profissional. Em minha trajetória enquanto cidadã, jornalista, licenciada em Letras e linguista em formação, por diversas vezes, tenho me defrontado com aparições do fenômeno. Diante desse quadro, a experiência como jornalista permite encarar as *fake news* sob o enfoque da construção da notícia e os desafios éticos inerentes à profissão. Como licenciada em Letras Português-Inglês, atesto a importância da formação de leitores críticos e da educação midiática para nossa sociedade. Finalmente, como mestrande em linguística, verifico que as ferramentas teórico-metodológicas são essenciais para desvelar as estratégias linguístico-discursivas empregadas na produção das *fake news*. A articulação entre esses diferentes campos de atuação orienta o olhar analítico desta pesquisa e o estudo do fenômeno investigado.

A justificativa deste estudo reside na relevância de a sociedade compreender e combater os malefícios que as *fake news* podem provocar na vida das pessoas e no tecido social. Como veremos no decorrer deste trabalho, elas operam como práticas discursivas complexas, que mobilizam estratégias linguísticas sofisticadas na tentativa de persuadir, interagir e gerar adesão do público. O compartilhamento de mensagens falsas em redes sociais e aplicativos, sem verificação prévia, é uma das evidências de quão importante é a análise aprofundada dos atributos linguístico-discursivos dessas notícias, na busca de alternativas que possam minimizar ou frear a sua proliferação, especialmente em ambientes digitais. Assim, a relevância desta pesquisa se justifica tanto no âmbito social, quanto acadêmico, pois contribui para o enfrentamento da desinformação e aplica os estudos da Linguística de Texto (LT) a fenômenos contemporâneos.

Na perspectiva da Linguística, o estudo das *fake news* mostra-se necessário porque revela não apenas o conteúdo enganoso em si, mas também a construção dos objetos de discurso presentes nessas mensagens. Afinal, conforme explica Silva (2023, p. 48), “as *fake news* são um exemplo claro de como a linguagem pode ser utilizada para manipular informações, criar narrativas enganosas e influenciar a opinião pública”. Ao se apresentarem como textos verossímeis, as *fake news* podem se utilizar de processos de referenciação, categorização e recategorização que orientam a interpretação do leitor. Nesse ponto, a Linguística de Texto é crucial para desvelar a tessitura referencial dessas produções e ajudar a compreender como os referentes são construídos, manipulados ou apagados. Estudar como a textualidade se manifesta nessas mensagens é um ponto importante para a compreensão do fenômeno, especialmente em relação à construção dos

sentidos negociados com os interlocutores. Ao focalizarmos a relação entre textualidade e desinformação, pretende-se ampliar o escopo dos estudos linguísticos ao mesmo tempo em que se busca contribuir para a solução de um problema contemporâneo.

Além disso, a inserção desta pesquisa no campo da Linguística de Texto, em articulação com a Análise de Discurso Crítica (ADC), justifica-se pela necessidade de compreender as *fake news* como práticas discursivas que emergem de condições sociais, históricas e ideológicas específicas. Trata-se de um recorte que pode evidenciar como estratégias textuais atuam na construção de discursos que legitimam visões de mundo, reforçam polarizações e, em muitos casos, incitam a violência.

Embora o termo desinformação tenha ganhado destaque, sobretudo nos estudos brasileiros relacionados ao assunto no *Scopus* – banco de dados de resumos e citações científicas – optamos por focar na expressão “*fake news*”. A escolha justifica-se pelo entendimento de que a expressão se caracteriza por simular ou forjar o formato e a linguagem jornalística, buscando mimetizar a credibilidade da imprensa tradicional para enganar o leitor. Mesmo aquelas que não emulam o formato jornalístico, como alguns *posts* de redes sociais, carregam consigo alguns elementos retóricos de notícias, tais como títulos, legendas, imagens e informações curtas, simulando o *lead* jornalístico. Enquanto o termo desinformação designa um fenômeno mais amplo, que abrange todo tipo de produção de conteúdos enganosos ou manipulados, abrangendo, inclusive, as *fake news*. Portanto, entendemos que o nosso estudo possui um objeto específico focado no gênero notícia, estando mais alinhado ao conceito de *fake news*. Dessa forma, a escolha do termo não é apenas terminológica, mas metodológica, uma vez que delimita com maior precisão o objeto de análise da pesquisa.

As particularidades do fenômeno exigem uma análise focalizada nas estratégias linguístico-discursivas que possibilitam que narrativas falsas se passem por notícias legítimas, especialmente quando elas incitam violência. Para isso, debruçamo-nos sobre a construção das tessituras referenciais das *fake news*, notadamente as estratégias empregadas pelos produtores textuais para conferir sentidos e persuadir seus interlocutores.

Para realizarmos essa análise, recorreremos à Linguística de Texto (LT) como arcabouço teórico-metodológico. A LT, desde suas origens na década de 1960, tem se dedicado à investigação do texto, inicialmente em seus aspectos mais estruturais, no nível da frase e, posteriormente, como unidade básica da comunicação humana, considerando não apenas seus aspectos linguísticos internos, mas também os fatores cognitivos, sociais,

interacionais e pragmáticos que intervêm na produção e interpretação dos sentidos (Koch, 2023 [2004]; Cavalcante, 2024 [2011]). Por conseguinte, entendemos que a disciplina tem potencial para desvendar os mecanismos subjacentes à construção e à disseminação das *fake news*.

A escolha pela Linguística de Texto se justifica por seu potencial de análise dos processos de construção de sentido em textos, especialmente no que diz respeito à referenciação, à coerência e à articulação entre linguagem, cognição e interação social, aspectos centrais para a compreensão das *fake news*.

Acreditamos que a LT tem muito a contribuir com a análise desse fenômeno, assim como também defende a pesquisadora Anna Cristina Bentes. Em entrevista à revista do Instituto Humanista Unisinos (IHU), ela enfatiza a importância da linguística textual, em especial dos contextos e da ordem de estruturação textual para análise e discussão do fenômeno:

Eles [os textos] estão sempre sujeitos a operações de descontextualização e recontextualização que envolvem necessariamente disputas entre os sistemas de valores, de crenças e de referências dos interlocutores envolvidos nos processos de produção e compreensão textual (Bentes, 2018, s/p).

A análise da pesquisa está inserida na perspectiva sociocognitiva e sociointeracional da LT que permite compreender como as estratégias linguístico-discursivas operam na fabricação de narrativas que reforçam desigualdades, estigmatizam grupos sociais ou legitimam práticas autoritárias, especialmente quando se trata de incitação à violência.

Também recorremos às contribuições metodológicas da Análise do Discurso Crítica (ADC) para compreender as problemáticas sociais, as ideologias e as representações presentes nos textos das *fake news*. Na análise dos dados, partimos da premissa de que a linguagem não só representa o mundo, mas também participa ativamente da sua constituição (Fairclough, 2019 [1992]). Nesse sentido, a forma como se constrói o dizer importa tanto quanto o que é dito (Koch, 2023 [2004]). Ademais, o linguista é o profissional que se dedica à compreensão das línguas em suas dimensões formais, funcionais, discursivas e ideológicas. Para Lyons (2018), a maioria dos linguistas adotou a posição de que as línguas são sistemas de símbolos organizados para a comunicação, o que permite que seres humanos compartilhem conhecimentos, formulem ideias, construam identidades e exerçam cidadanias linguísticas. Assim, a manifestação

da linguagem transcende ao mero exercício da estrutura gramatical: ela constitui o meio pelo qual nos posicionamos no mundo, interagimos com o outro e participamos de práticas sociais.

A língua enquanto sistema estruturado e fenômeno social se manifesta, de forma variada, na oralidade, na escrita, no digital, refletindo aspectos culturais, regionais, ideológicos e identitários. Coelho (2023) destaca que compreender o funcionamento da linguagem implica entender os modos pelos quais os sentidos são produzidos e compartilhados na fala, na escrita (e, acrescentamos, no digital). Essa compreensão é fundamental para a análise de discursos que circulam na sociedade, incluindo a desinformação e as chamadas *fake news*.

Ao desvelar as estratégias linguístico-discursivas que sustentam as *fake news*, especialmente aquelas relacionadas à referenciação, buscamos compreender como tais estratégias operam na fabricação de sentidos que simulam legitimidade, encobrem intencionalidades e favorecem a adesão dos interlocutores a certas narrativas.

Nesta dissertação, objetivamos analisar a construção das tessituras referenciais em *fake news* que incitam a violência, com vistas a compreender de que modo o uso dessas estratégias contribuem para a produção de sentidos.

Para tanto, propomos os seguintes objetivos específicos:

- (i) Investigar como as estratégias linguístico-discursivas empregadas nas *fake news* operam na construção de sentidos que incitam a violência contra pessoas comuns, grupos sociais ou instituições;
- (ii) Evidenciar de que modo a escolha da pessoa do discurso colabora na construção de sentidos das *fake news* sob análise;
- (iii) Analisar a prática discursiva das *fake news* selecionadas, focalizando os processos de produção (Fairclough, 2019 [1992]), tendo em vista que, dada a natureza da pesquisa, não temos acesso ao ecossistema interacional moldado pelas *fake news*.

Para viabilizar a análise de tais objetivos, estruturamos o trabalho da pesquisa em quatro capítulos. No Capítulo 1 abordamos a contextualização do fenômeno da pós-verdade, sua definição e características, assim como a definição e categorização das *fake news*. Exploramos os mecanismos ideológicos presentes na produção e consumo de *fake news*, a dinâmica das câmaras de eco e da epistemologia tribal na sua propagação, e os valores-notícias que são forjados nelas. Além disso, também discutimos as ações que a

imprensa tradicional tem adotado para combater a proliferação desse fenômeno e defender o trabalho do jornalismo profissional.

O Capítulo 2 é dedicado a Linguística de Texto (Albuquerque; Diefenthaler, 2021; Beaugrande; Dressler, 1981; Bentes, 2006, 2024; Cavalcante, 2024 [2011]; Cavalcante *et al.*, 2022; Koch, 2003, 2014 [1997], 2008, 2023 [2004]; Koch; Marcuschi, 1998; Marcuschi, 2007, 2001), em que apresentamos desde suas origens até a consolidação de sua vertente sociocognitiva e sociointeracional. Em seguida, tratamos sobre a evolução dos estudos sobre os referentes, a referenciação até os objetos de discurso. Ao final, refletimos sobre a construção da tessitura referencial nas *fake news*.

No Capítulo 3, mostramos o percurso metodológico da pesquisa, incluindo a categorização da pesquisa, a delimitação do *corpus*, as escolhas pelos métodos da Análise Documental (Cellard, 2008) e da Análise do Discurso Crítica (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]; Fairclough, 2019 [1992], e as categorias analíticas a serem empregadas na investigação das *fake news*.

Por fim, o Capítulo 4 apresenta a análise empírica das *fake news* selecionadas no *corpus*, com foco em casos específicos como o “kit covid” e “tratamento precoce”, negacionismo das vacinas, ataques à imprensa, “kit gay” e “mamadeira de piroca”. Essa organização busca articular fundamentos teóricos, percurso metodológico e análise empírica, proporcionando coerência entre os objetivos propostos e os resultados da pesquisa.

Com essa proposta analítica e metodológica, esperamos que esta pesquisa contribua não apenas para o avanço do conhecimento científico no campo da Linguística, mas também para o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a leitura crítica e maior responsabilidade no compartilhamento das informações.

– CAPÍTULO 1 –

O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE E DAS *FAKE NEWS*

Neste capítulo inicial apresentamos os fundamentos teóricos relacionados ao surgimento dos fenômenos das *fake news* e das pós-verdade; falaremos sobre o contexto das estruturas que os sustentam e apresentaremos conceitos de notícia e valores-notícia, concluindo com as ações da imprensa no combate à desinformação.

1.1 Considerações iniciais

Este capítulo destina-se à apresentação das características dos termos pós-verdade e *fake news*, das circunstâncias de seus usos, além de abordar as discussões relacionadas ao conceito de desinformação. Pretendemos contextualizar o surgimento dos termos e suas possíveis implicações na sociedade contemporânea, abordando fatos recentes da política brasileira e internacional, que culminaram com o uso massivo dessas expressões. Adicionalmente, adentraremos numa reflexão sobre os tipos de mecanismos ideológicos empregados na produção das *fake news*, explorando aqueles que entendemos serem relevantes para a compreensão do fenômeno.

Outro ponto relevante destacado neste capítulo refere-se ao contexto de propagação das *fake news* no ambiente digital, verificando como se formam as câmaras de eco (Nguyen, 2018; Oliveira; Medeiros; Mattos, 2022), como os mecanismos ideológicos estão presentes na produção e consumo, e como ocorre o fenômeno da epistemologia tribal (Roberts, 2017) nesses ambientes. Em seguida, falaremos sobre os valores-notícia, verificando como eles são ou podem ser forjados pelos produtores das *fake news* para, ao final, abordarmos as ações da imprensa tradicional na tentativa de se proteger do fenômeno.

1.2 Definição e características da pós-verdade

O termo pós-verdade entrou em evidência após sua escolha como palavra do ano, em 2016, pelo dicionário de Oxford. A publicação o definiu como um adjetivo que diz respeito às circunstâncias em que os fatos objetivos importam menos na formação da opinião pública do que o apelo às emoções e às crenças pessoais. Naquele ano, o uso da palavra foi muito regular em publicações de grande circulação, como na revista *The*

Economist e no jornal *The Independent* (Siebert; Pereira, 2020). Segundo Siebert e Pereira (2020), o termo estava relacionado a eventos do debate político nos quais os fatos ou as comprovações estatísticas tinham pouca influência na interpretação dos leitores e, por conseguinte, dos eleitores.

A evidência do termo e sua ampla divulgação nos meios jornalísticos coincidiu com o momento político das eleições presidenciais americanas – entre Donald Trump e Hillary Clinton, em 2016 – e do referendo pela separação do Reino Unido da União Europeia (Brexit), fatos que também sinalizam a ascensão das *fake news* e a proliferação de desinformações nas mídias digitais. Àquela ocasião, os meios de comunicação tradicionais projetavam a vitória de Hillary e a permanência do Reino Unido na União Europeia – fatos que não se confirmaram (Siebert; Pereira, 2020). Em contrapartida, veículos menos conhecidos indicavam o contrário. Essas circunstâncias, na visão dos autores, sinalizam um momento histórico marcado pela velocidade da comunicação e pela emergência de novas condições de produção e validação de sentido. Tais condições são caracterizadas pela desintermediação das mídias tradicionais, pela circulação massiva e segmentada de conteúdo em redes sociais e aplicativos de mensagens, e pela primazia da afinidade emocional e ideológica sobre a verificação factual. Isso significa que a crença nas informações requer, cada vez mais, um posicionamento ideológico na sua interpretação, em que a validação de uma mensagem está atrelada ao pertencimento ou à identificação com o grupo que a veicula.

No Brasil, o processo de desinformação e negação das instituições foi ampliado a partir de 2018, com a campanha eleitoral para a Presidência da República (Mello, 2020). A eleição entre os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad ocorreu em meio a um processo de polarização entre esquerda e direita, entre o embate de ideias progressistas e conservadoras. O WhatsApp e as redes sociais tornaram-se grandes disseminadores de informações tendenciosas e falsas, divulgadoras das mensagens dos aliados partidários e seus respectivos vieses ideológicos. Esses recursos tecnológicos foram fundamentais no processo de negação das instituições científicas, especialmente no contexto pandêmico da Covid-19 em que as negações partiam das autoridades detentoras de poder (Bagagim; Ribeiro; Silva, 2021), e na descrença das instituições, notadamente a imprensa.

O ataque aos veículos de imprensa foi intensificado com campanhas difamatórias àqueles que ousavam divulgar informações contrárias a um determinado grupo político. É o caso da perseguição sofrida pela jornalista da Folha de S. Paulo, Patrícia Campos Mello, após assinar reportagem do jornal, em 18 de outubro de 2018, na qual apresentava

a conduta ilegal do envio de mensagens em massa feitas pelo WhatsApp (Mello, 2018). A publicação denunciava mensagens pagas por apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro e veiculavam desinformações falsas sobre o PT e Fernando Haddad. A jornalista narra como o fato marcou sua vida e como lidou com todos os ataques sofridos após a reportagem, no livro *A Máquina do Ódio* (Mello, 2020). As ofensas nas redes sociais, os ataques pessoais sofridos pela profissional da imprensa, após ser vítima de narrativas enganosas, criadas com sua imagem, e ter seu nome citado em vídeos de forma ofensiva (jornalística comunista, vagabundinha, entre outros) mostram como *fake news* e desinformação podem ser violentas, abalam pessoas, instituições e a própria sociedade.

Figura 1 - Jornalista Patrícia Campos Mello sofreu ataques pessoais em razão do seu trabalho



Acho que meu caso foi um caso simbólico de um negócio que vinha acontecendo e que a gente viu que não iria parar

Patrícia recebeu ameaças através de ligações telefônicas, teve a agenda de eventos públicos divulgada e o WhatsApp clonado. Na época, o jornal em que trabalhava, a "Folha de S. Paulo" tomou diversas medidas de segurança, inclusive a contratação um guarda-costas para que ela não andasse sozinha.



Fonte: Instituto Vladimir Herzog (2022).

O caso da jornalista Patrícia Campos Mello é um exemplo de como o fenômeno da pós-verdade tem impacto sobre o trabalho da mídia profissional. Na medida em que o jornalismo profissional se opõe aos interesses dos grupos políticos ou de autoridades, sua legitimidade é duramente questionada e atacada, pondo em xeque suas versões dos fatos e, ao mesmo tempo, criando-se versões alternativas, compatíveis com os interesses dos grupos que estão no poder ou pretendem alcançá-lo.

Santos (2020) relata que uma das informações falsas mais divulgadas na campanha presidencial de 2018 foi em relação à distribuição do “kit gay” para escolas, supostamente feita pelo candidato Fernando Haddad, no período em que foi Ministro da Educação, no governo do Presidente Lula (2005 a 2010) e da Presidente Dilma Rousseff

(2011 a 2012). De acordo com a narrativa propagada pelos apoiadores de Bolsonaro, o “kit” continha livros e textos sobre homossexualidade, e o Ministério de Haddad o distribuiria a crianças de seis anos. A narrativa deturpou o fato sobre um estudo feito pelo Ministério da Educação para criação de material educativo sobre homofobia a ser distribuído entre os professores. Portanto, manipulou-se um fato em favor da interpretação e de um viés de confirmação daqueles que eram conservadores e se opunham radicalmente a tal ideia.

A exata origem etimológica da palavra pós-verdade é contestada (D’Ancona, 2018), mas há um consenso de que sua primeira aparição, em 1992, ocorreu na revista *The Nation*, no artigo “*A Government of Lies*”, do escritor sérvio-norte-americano Steve Tesich. Na publicação, Tesich (1992) discorre sobre o escândalo do caso Watergate e de como os membros do governo do Presidente Nixon esconderam a verdade da nação. Tesich (1992) denomina o caso como “Síndrome de Watergate”, argumentando que, após o escândalo e a Guerra do Vietnã, os cidadãos passaram a associar a verdade a más notícias, preferindo serem protegidos pelo governo. Tesich (1992, p. 12) salienta que “passamos a equiparar a verdade com más notícias e não queremos mais más notícias, por mais verdadeiras ou vitais para nossa saúde como nação. Contamos com o nosso governo para nos proteger da verdade”¹. O autor sustenta que essa tendência se aprofundou com o escândalo Irã-Contras, durante o governo Reagan, e a Guerra do Golfo, no governo Bush. Nesses episódios, a população teria demonstrado preferir narrativas simplificadas e vitoriosas, mesmo que baseadas em falsidades, em detrimento da verdade factual, que passa a perder sua centralidade como critério de orientação do debate público. Nesse ponto, não se nega a existência de acontecimentos concretos, mas há a recusa em reconhecê-los como referência comum. A verdade factual, conforme proposta por Arendt (1967), embora esteja sujeita à mediação discursiva, não se confunde com a opinião, pois diz respeito a eventos que efetivamente ocorreram no mundo. Portanto, o risco da pluralidade de interpretações de um mesmo fato, abre espaço para narrativas manipuladoras e orientadas. Sustentando esse raciocínio, Tesich (1992, p. 13) utilizou a expressão *post-truth* para descrever a condição da sociedade americana no período: “de

¹ Tesich (1992, p. 12) na versão original: *We came to equate truth with bad News and we didn’t want bad news anymore, no matter how true or vital to our health as a nation. We looked to our government to protect us from the truth.*

uma maneira muito fundamental, nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em um mundo pós-verdade”².

Roberts (2010) aponta que os eleitores usam “heurísticas grosseiras” para avaliar propostas, sendo uma das mais comuns o nível de apoio bipartidário. O Partido Republicano, segundo ele, explorou esta tendência ao adotar uma estratégia de oposição unificada a quaisquer propostas democratas, independentemente do seu conteúdo. Essa oposição em bloco faz com que as propostas pareçam controversas e extremas para o eleitorado, mesmo que contenham ideias anteriormente apoiadas pelos próprios republicanos. O autor aponta uma espécie de comportamento de tribo, afirmando que a maioria dos eleitores não tem conhecimento aprofundado sobre política e, em vez de formar as suas opiniões com base em fatos, tende a alinhar-se com uma “tribo” ou partido político e a adotar as posições desse grupo. Como resultado, a opinião pública e as narrativas dos *media* eram mais influentes que a substância real da legislação, indicando que o verdadeiro propósito das leis era menos importante do que estar inserido em uma tribo e compartilhar dos seus valores.

Essa observação de Roberts (2010), que destaca a adesão a uma “tribo” política em detrimento da análise factual, se alinha diretamente ao conceito de epistemologia tribal (*tribal epistemology*), a ser explorado em detalhes posteriormente, evidenciando como a validação do conhecimento pode ser moldada pela identidade e pertencimento grupal.

Analizando esse contexto histórico, D’Ancona (2018) afirma que as ideias de Tesich (1992) e de Roberts (2010) foram profecias que se materializaram em 2016, com a eleição de Trump e a saída do Reino Unido da União Europeia. Esses fatos teriam marcado uma transformação e um levante contra a ordem estabelecida não percebidos pela classe política e midiática. Nas palavras de D’Ancona (2018, p. 22), os dois acontecimentos representaram um “novo e alarmante colapso do poder da verdade” em relação ao comportamento dos eleitores, destacando que a honestidade e a exatidão deixaram de ser prioridade nas trocas políticas. Esse enfraquecimento do valor verdade repercutiu também no papel da imprensa tradicional (D’Ancona, 2018), cuja credibilidade foi abalada e viu sua influência diminuir frente ao aparecimento de sites conspiratórios e das mídias sociais, que consideram a grande mídia como desacreditada, ultrapassada e mal-intencionada.

² Tesich (1992, p. 13) na versão original: *In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world.*

Mariana Barbosa (2019) também endossa a ideia de que a noção de verdade foi colocada à prova com a crescente disseminação de mentiras. Para a autora, o fenômeno tem resultado na perda de confiança de instituições, como a imprensa, a ciência e as elites intelectuais. Barbosa (2019, p. 11) afirma que a proliferação das *fake news* provocam mal-estar na sociedade, havendo a necessidade de criarmos uma “dieta rica em informação de qualidade, livre de conteúdos tóxicos e *junk news*”.

Nesse cenário da pós-verdade, Fernanda Bruno e Tatiana Roque (2019) questionam a hipótese simplista de que as pessoas repassam *fake news* porque simplesmente acreditam na sua veracidade. Segundo as autoras, a propagação das mentiras é mais efetiva se feitas por pessoas com as quais as outras se identificam, independentemente de os transmissores serem ou não agentes reconhecidos. Em razão disso, os compartilhamentos de *fake news* tendem a ser feitos em grupos específicos e de forma segmentada (por grupos de afinidades semelhantes, tais como religiosos, de saúde, *fitness*, políticos *etc.*) para que promovam mais engajamento dos usuários. Essa dinâmica de circulação segmentada e emocionalmente orientada, designada como *propaganda russa*, é utilizada para dar credibilidade ao conteúdo enganoso, baseando-se em algumas características para alcançar seus objetivos. Entre suas principais características estão a técnica de *firehosing*, que consiste em direcionar ao público uma grande quantidade de mensagens, veiculadas por diferentes canais, de forma rápida e repetitiva; e a busca por chegar primeiro à audiência, criando uma impressão inicial difícil de ser revertida. Nesse último aspecto, a imprensa tradicional encontra-se em desvantagem no enfrentamento à desinformação, pois necessita de tempo para apurar a veracidade das notícias (Bruno; Roque, 2019).

Para Bruno e Roque (2019), a pós-verdade pode ser apenas a ponta de um *iceberg* em um mundo no qual a confiança está perdendo seu valor ao ser minada nas redes sociais. As autoras (2019) recorrem a Festinger (1957) para demonstrar que, já àquela época, a tendência de as pessoas aceitarem informações compatíveis com crenças particulares, tornando-as mais familiares e propensas à aceitação. A ativação de emoções, como asco, medo ou raiva (Lima; Silva e Oliveira, 2024; Casadei; Loureiro, 2020; Ferreira, 2020), contribuem para o repasse e o compartilhamento de mensagens, assim como a repetição desses textos leva à familiaridade e à aceitação (Bruno; Roque, 2019).

No cenário atual, as autoras apontam a possibilidade de uma crise nos modos tradicionais de aferição da verdade, “uma crise no modo como sabemos se algo é ou não verdadeiro” (Bruno; Roque, 2019, p. 17). O fenômeno da pós-verdade tem mudado os

consensos estabelecidos sobre a efetividade da ciência. Partir do pressuposto de que as evidências sobre a verdade estão nas mãos apenas de especialistas tornou-se um modelo questionável (Bruno; Roque, 2019). É como se o controle das evidências da veracidade – como o acesso a pesquisas científicas – e da tomada de decisões, concentradas apenas em pequenos grupos, já não fossem mais válidas, o que resulta nos ataques às elites intelectuais e na desconfiança da população. Ou seja, há uma tendência a se desconfiar daquilo que não é conhecido e, mesmo quando se tem o conhecimento dos fatos, a questioná-los se eles não fazem parte dos valores e das crenças de quem os recebe.

Em razão dessas desconfianças e das mudanças na forma de narrativas dos fatos, a jornalista Michiko Kakutani (2018) afirma que expressões como “declínio da verdade”, “*fake news*” e “fatos alternativos” entraram para o léxico da era da pós-verdade. Na visão da escritora (2018), não são apenas as *fake news* que fazem parte do universo da pós-verdade como também a ciência falsa, a história falsa, os perfis falsos, os seguidores e os “likes” (curtidas) falsos nas redes sociais, gerados por máquinas (*bots*).

Os elementos apontados pela jornalista Michiko Kakutani (2018) integram, em nossa análise, o que se compreende por desinformação, fenômeno mais amplo que abarca a produção e a circulação de conteúdos enganosos ou manipulados em diferentes esferas – midiática, científica, política, histórica e digital. Essa caracterização como ecossistema, em vez de um mero sistema, é mais adequada por refletir a natureza orgânica, interdependente e dinâmica do fenômeno, onde múltiplos atores e tecnologias interagem em equilíbrios instáveis, adaptando-se e evoluindo constantemente, conforme a analogia de Bruzzone (2021) para o ecossistema da mídia. Moldado em diferentes formatos, esse ecossistema se apoia na automatização tecnológica, na segmentação de públicos e na exploração de crenças e emoções, elementos característicos da pós-verdade.

Kakutani (2018) analisou como os ataques à verdade impactam as relações políticas e os regimes democráticos por meio da manipulação dos fatos e dos apelos às emoções. A partir das eleições de Donald Trump, em seu primeiro mandato, iniciado em 2017, a autora apontou como a verdade baseada em evidências foi atacada e gerou um movimento de substituição do conhecimento dos especialistas pela “sabedoria das multidões” propagadas em redes sociais. Segundo dados do *The Washington Post*, no primeiro ano de governo Trump, o político fez 2.140 alegações falsas ou enganosas, com uma média de 5,9 alegações por dia. Para Kakutani (2018), fatos como esses não devem ser desconsiderados, uma vez que os ataques vindos de autoridades colocam em xeque a

vulnerabilidade das instituições e das comunicações digitais, corroendo, lentamente, o valor da verdade.

De modo semelhante, no Brasil, as instituições também foram duramente atacadas quando se opuseram aos interesses de determinados governantes, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Como veremos na Seção 4.3, a imprensa foi um dos principais alvos de críticas, insinuações e até mesmo de incitação ao ódio por parte de agentes públicos. No Brasil, o índice de credibilidade da mídia caiu de 62%, em 2015, para 48%, em 2022.

Os ataques à mídia geraram um ambiente de descrédito dos veículos tradicionais (Band, Estadão, Folha, Globo, Record, SBT) e de hostilidade contra o jornalismo profissional, promovendo uma lógica discursiva característica da pós-verdade. Essa lógica, conforme apontado por Gomes e Dourado (2019), é marcada pela desconexão com a verdade factual, onde fatos objetivos perdem centralidade em favor de apelos emocionais e crenças pessoais; pela epistemologia tribal (Roberts, 2017), na qual a validação da informação é determinada pelo pertencimento a um grupo ideológico; pelo ataque e desacreditação de instituições tradicionais, como a imprensa e a ciência, para minar sua credibilidade; pela amplificação de emoções e vieses de confirmação, explorando sentimentos para impulsionar o engajamento; e pelo uso estratégico da repetição e da saturação de mensagens, dificultando a distinção entre o verdadeiro e o falso (Bruno; Roque, 2019).

Em diversas ocasiões, o ex-Presidente Bolsonaro proferiu declarações ofensivas e deslegitimadoras contra veículos de comunicação e jornalistas, acusando-os de “mentir descaradamente”, de “inventar notícias” e de “agirem como inimigos do governo”, conforme registrado pelo UOL (2022a). Em outro episódio, o ex-Presidente afirmou que “a imprensa é uma vergonha” e “a maioria dos jornalistas não presta”, discurso que reforça a construção de uma dicotomia entre um “povo verdadeiro” e uma “mídia mentirosa”, típica da retórica populista e da dinâmica de desinformação (UOL, 2022a).

Tais enunciados não apenas desqualificam o papel social da imprensa, mas também contribuem para a erosão da confiança pública na mediação jornalística dos fatos, deslocando o centro da credibilidade para as narrativas emocionais e ideológicas difundidas em redes sociais, ou seja, a “sabedoria das multidões”, como sinaliza Kakutani (2018). Não por acaso, em decisão judicial, Bolsonaro foi condenado a indenizar jornalistas por danos morais em razão do caráter difamatório e incitador de suas falas (UOL, 2022b), o que evidencia a gravidade do impacto desses discursos na esfera pública.

Assim, os ataques à mídia não se configuram como casos isolados, mas como parte de uma estratégia discursiva mais ampla que visa enfraquecer as instâncias de verificação dos fatos e substituir o debate racional por narrativas afetivas, polarizadas e ideologicamente orientadas.

Da mesma forma que não podemos ignorar os sinais dos fatos, as causas e os sintomas da pós-verdade devem ser conhecidos e combatidos em prol da razão e da objetividade dos fatos. Como presume o filósofo Lee McIntyre (2018), o primeiro passo para combater a pós-verdade é entender sua origem. Para ele, o fenômeno tem raízes mais profundas do que a ascensão com o resultado do Brexit ou as eleições de 2016 nos EUA. Sua origem vem sendo construída nas últimas duas décadas (final dos anos 1990) a partir da explosão da negação da ciência, da negação das mudanças climáticas e da negação das vacinas, assuntos que favoreceram o surgimento de táticas utilizadas no fenômeno da pós-verdade. Essas técnicas foram apropriadas por políticos que desafiam a realidade dos fatos e manipulam evidências para que elas se adequem às suas opiniões, crenças e interesses. Se antes a disputa ou batalha estava limitada ao ramo da ciência, ela ganhou novos campos, passando a abranger toda e qualquer realidade factual (McIntyre, 2018). Para o filósofo (2018), a pós-verdade expressa uma forma de supremacia ideológica, em que a crença passa a se sobrepor ao conhecimento fundamentado.

Esses efeitos danosos sobre a ciência ficaram evidentes durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Desinformações relacionadas à crise sanitária do coronavírus dominaram a mídia nacional e internacional, provocando desconfiança e falta de parâmetros para distinguir entre informação falsa e verdadeira (Bagagim; Ribeiro; Silva, 2021). Divulgação de mensagens de que o coronavírus poderia ser curado com água e alho fervidos, com uísque e mel, ou com o uso de hidroxicloroquina e ivermectina foram algumas das desinformações propagadas sobre a Covid-19. Ferreira, E. S. (2021) aponta que a desinformação ficou incontrollável a partir de 2020 com o aprofundamento da crise, especialmente em função da promoção deliberada de notícias científicas falsas ou falseadas por agentes públicos. A pesquisadora cita o protagonismo do então Presidente da República, Jair Bolsonaro, e de *influencers*/comunicadores com atitudes de negação das premissas da Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação a ações de isolamento social, de uso de máscaras e de distanciamento social.

O cenário pandêmico no Brasil e a amplificação das mensagens provocadas pelos meios digitais deixaram evidentes as tentativas de falseamento do conhecimento científico e a negação da ciência. Essas atitudes se centravam no viés de confirmação dos

sujeitos, que privilegia informações emocionalmente aceitáveis ou benéficas, ou na defesa de ideologias que questionam a eficácia da ciência – traços característicos da pós-verdade, em que apelos a emoção e crenças pessoais superam fatos na formação da opinião pública. Para Pinheiro (2021), esse movimento negacionista procura se desvincular de qualquer elo com a ciência, além de produzir *fake news* com roupagem supostamente científica. Essa “roupagem” pseudocientífica é uma estratégia discursiva que mimetiza a linguagem, os formatos e, por vezes, até mesmo a aparência de estudos científicos legítimos, com o objetivo de conferir credibilidade a informações falsas ou enganosas.

Além de entendermos as origens do termo pós-verdade, precisamos conhecer as estratégias de combate à desinformação, compreender como autoridades fazem uso das técnicas da pós-verdade e avaliar como isso influencia na propagação de *fake news*. Neste estudo, em especial, interessa-nos examinar como essas mensagens reforçam temáticas de incitação à violência.

É evidente que as técnicas de objetividade e conhecimento especializado já não operam os mesmos sentidos de veracidade que um dia (talvez) ostentaram. Se o cenário atual já não comporta as mesmas técnicas de argumentação para convencimento dos fatos e os discursos atuais favorecem narrativas alternativas aos fatos, devemos explorar os fatores que culminaram na pós-verdade para propormos mecanismos de responsabilidades em relação às verdades individuais, que afetam toda a coletividade. É aqui que o conceito de textualidade adquire relevância central. A textualidade, entendida como o conjunto de características que confere a uma sequência linguística o estatuto de texto (Koch; Elias, 2010), engloba fatores como a coerência, a coesão, a informatividade, a intertextualidade e, crucialmente, a aceitabilidade e a intencionalidade (Beaugrande; Dressler, 1981).

Além dos aspectos linguísticos, a textualidade também é guiada pela orientação argumentativa. Conforme Cavalcante *et al.* (2019, p. 26), ainda que não se defenda um ponto de vista, “o sujeito tenta, de algum modo, influenciar o outro quanto a mudanças no seu modo de pensar, ver, sentir ou agir”. As autoras argumentam que o processo de produção e compreensão de um texto, enquanto evento comunicativo, carece de um conjunto de princípios, sendo que eles não se limitam às marcas lexicais, morfossemânticas e sintáticas. Afinal, um mesmo enunciado, em situações diferentes, pode conter sentidos diferentes, fato particularmente relevante dentro desse cenário de pós-verdade. Desse modo, os princípios de textualidade envolvem categorias abstratas,

verificáveis no entorno contextual. Por isso, a análise da textualidade abrange fatores como o momento sócio-histórico da enunciação, o espaço da enunciação, a interação, os papéis sociais, o compartilhamento de esquemas mentais, entre outros.

Nesse sentido, a compreensão da textualidade como fenômeno que extrapola os limites estritamente linguísticos permite avaliar por que determinados discursos alcançam elevados níveis de aceitabilidade social, mesmo quando carecem de sustentação factual. No contexto da pós-verdade, a aceitabilidade de um discurso passa a ser menos dependente da sua veracidade factual e mais da sua capacidade de se alinhar com as crenças e as emoções pré-existentes do leitor. A desinformação e as *fake news* exploram precisamente esses fatores de textualidade e de orientação argumentativa, apresentando-se com aparência de textos legítimos, manipulados pela intencionalidade do enunciador, que visa garantir a adesão, mesmo na ausência de fatos objetivos (Melo, 2020).

Portanto, ao se propor mecanismos de responsabilidade em relação às "verdades individuais", que afetam a coletividade, não podemos nos restringir apenas ao conteúdo (o fato ou a mentira), mas devemos abranger a forma e o modo de produção do discurso. Os mecanismos de responsabilidade devem ser pensados em termos de responsabilidade discursiva, que se manifesta na capacidade de o sujeito reconhecer e responder pelas implicações éticas e sociais de seus enunciados, especialmente quando eles afetam e destroem vidas.

1.3 Definição e categorização das *fake news*

É inegável que na sociedade atual, nas primeiras décadas do século XXI, o tema das *fake news* está em alta nos meios digitais e fora deles também – inclusive em conversas informais. No meio acadêmico, percebe-se sua incidência nos debates e nas publicações, verificando-se na plataforma de pesquisas científicas *Scopus*³, o crescimento exponencial de estudos sobre o tema a partir de 2018, o que coincide com a ascensão dos efeitos da pós-verdade. Entre 2005 e 2026 (publicações já previstas), a plataforma registra 13.270 publicações sobre o tema *fake news*. Nesse intervalo de tempo, os anos de 2022 e de 2024 concentraram o pico de publicações, registrando, respectivamente, 2.023 e 2.189 trabalhos publicados, conforme quadro a seguir:

Figura 2 – Publicações científicas sobre fake news entre 2005 e 2026



Fonte: Scopus.com. Acesso em: 12 out. 2025.

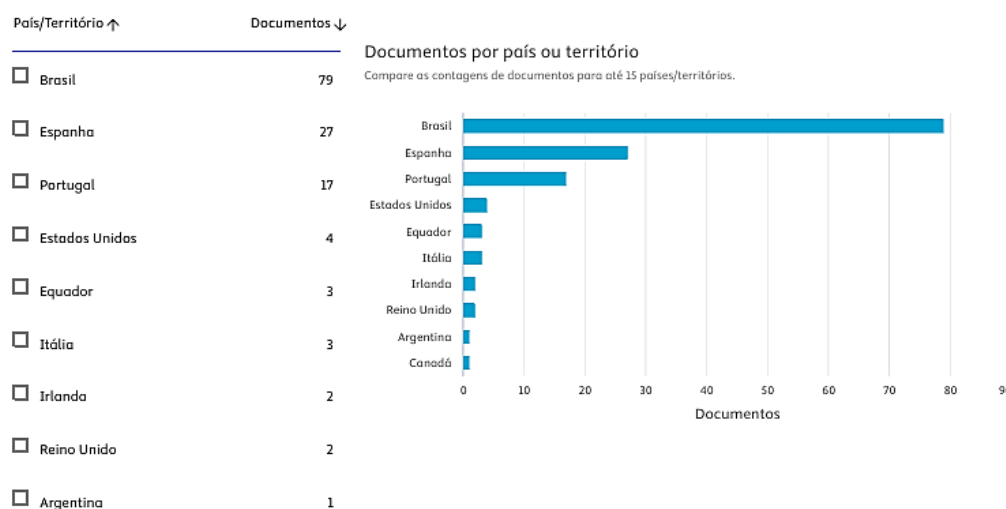
Entre os trabalhos registrados na plataforma *Scopus*, a maior quantidade está concentrada nos Estados Unidos, com 2330, seguida por Índia, com 2047, e China, com 1101. O Brasil ocupa a nona posição no *ranking*, com 476 trabalhos publicados sobre *fake news*, sendo a maioria deles afiliados à Universidade de São Paulo (USP). As áreas que mais se dedicam aos estudos das *fake news* são Ciência da Computação, concentrando 29,1% das pesquisas, e Ciências Sociais, representando 19,5% do total.

Com relação aos estudos sobre desinformação, o Brasil se destaca no *ranking*, ocupando a primeira posição de publicações (79) sobre o assunto, seguida de Espanha (27) e Portugal (17). De maneira semelhante às *fake news*, os estudos sobre desinformação passaram a ganhar destaque a partir de 2018. Contudo, os dados estatísticos não se comparam aos das *fake news* em relação aos números. A plataforma *Scopus* registra 130 resultados de pesquisas sobre o tema, desde 2003 até 2025. A USP e a Universidade de Brasília (UnB) são as que mais têm se dedicado ao tema, com 11 e 8 publicações, respectivamente.

Figura 3 – Publicações científicas sobre desinformação entre 2005 e 2026

TÍTULO-ABS-KEY (desinformaçãodesinformação)

130 resultados do documento

Selecione o intervalo do ano para analisar: para 2025 

Fonte: Scopus.com. Acesso em: 12 out 2025.

Esse cenário de estudos é importante porque precisamos situar e conceituar as definições de *fake news* e desinformação. Elas são cruciais para a condução desse estudo e para orientar aqueles que desejam de alguma forma contribuir com os debates sobre as formas de manipulações dos fatos e valorização das crenças individuais, características tão marcantes da sociedade atual, conforme apontam os estudos relacionados à pós-verdade.

Em uma primeira consideração, encontramos a explicação de Recuero e Gruz (2019) informando que hoje o conceito de *fake news* utilizado nos veículos noticiosos é sinônimo de desinformação. Na literatura também há abordagens dessa forma, quando se consideram sátiras, boatos e notícias fabricadas como *FN*. Neste ponto, há o trabalho de Tandoc Jr (2019) para quem as *fake news* têm sido usadas para se referir a “diversos tipos de conteúdo”, sejam em formatos de sátiras, paródias e propagandas enganosas. O autor (2019) alega que as *fake news* são diferentes de outras formas de desinformação porque tentam imitar o formato das notícias tradicionais. Com isso, categoriza as *FN* como um tipo específico de desinformação que tem como objetivo enganar as pessoas, ao tentar imitar uma notícia verdadeira. Para Allcott e Gentzkow (2017), as principais motivações para produção de *fake news* são de cunho financeiro e ideológico. No primeiro caso, busca-se o aumento de audiência ou de cliques, *likes* e engajamento dos interlocutores. Já

os aspectos ideológicos envolvem o descrédito de atores ou Estados e a incitação à violência, com o objetivo de ganhos políticos.

O caso do Pizzagate, ocorrido nos Estados Unidos em 2016, é um exemplo de como as *fake news* incitam a violência e são utilizadas para fins políticos e ideológicos. O episódio refere-se à acusação inverídica de que o restaurante Comet Ping Pong sediava uma rede clandestina de sexo infantil, chefiada pela então candidata à Presidência dos EUA Hillary Clinton. Um homem armado chegou a disparar tiros no restaurante, em decorrência de boatos veiculados em sites de direita e nas redes sociais (Bomfim, 2024). No Brasil, temos o caso já mencionado (seção 1.1) da jornalista Patrícia Campos Mello, com a série de ataques pessoais e de difamações em redes sociais sofridos pela profissional, após ter noticiado fatos referentes ao cenário da disputa eleitoral.

Tandoc Jr., Wei Lim e Ling (2018) lembram que a utilização do termo *fake news* não é novo, mas que, no discurso contemporâneo, tornou-se uma palavra da moda, e passou a ser usado pela mídia para se referir aos conteúdos virais baseados em relatos fictícios. Os autores (2018) afirmam que as *fake news* são frequentemente usadas para se referir às histórias falsas das redes sociais, mas que elas também são invocadas para desacreditar pessoas e reportagens críticas da imprensa.

Nos trabalhos de Allcott e Gentzkow (2017), *fake news* são conceituadas como aquelas comprovadamente falsas, produzidas com a intenção de enganar os leitores. O conceito dos autores não abrange o que chamam de “primos” das *fake news*, a saber: os erros de reportagem não intencionais; os rumores que não se originam de notícias; as teorias da conspiração; as sátiras que não podem ser confundidas com factuais, a exemplo do jornal Sensacionalista no Brasil; as declarações falsas de políticos e relatórios tendenciosos ou enganosos, mas não totalmente falsos.

Allcott e Gentzkow (2017) afirmam que as mídias sociais são ambientes propícios para a proliferação das *fake news*. Primeiramente, pelo baixo custo para produção de conteúdo. Em segundo lugar, pelo formato das mídias, com suas telas pequenas ou janelas de *feeds* (linhas de notícias/posts) – informações curtas e rápidas que dificultam o julgamento dos leitores; e, em terceiro lugar, pela segregação ideológica das redes sociais – perfis sociais com mesma base ideológica tendem a se unir em redes. Na perspectiva dos autores (2017), informações distorcidas, completa ou parcialmente falsas, veiculadas com a finalidade de enganar o público configuram *fake news*. Por isso, todos os formatos transmitidos com essa intenção, não necessariamente na forma de notícia, se enquadrariam nesse conceito.

Os estudos de Shu *et al.* (2017) chamam atenção para os potenciais extremamente negativos proporcionados pelas *fake news*. Ao abordar formas e métodos de combate à propagação e de verificação de dados, os autores mostram o que consideram dentro de sua abordagem, evidenciando como estamos inseridos no contexto digital e como o acesso às redes sociais tem mudado o perfil dos consumidores das notícias, devido à disponibilidade, ao baixo custo e à facilidade para compartilhar e comentar notícias entre amigos ou outros leitores. De acordo com esses autores, *as fake news* têm potencial de desequilibrar o ecossistema noticioso, uma vez que as informações falsas tendem a ser mais divulgadas nas redes sociais do que as autênticas. Para esses estudiosos, o conteúdo das desinformações é intencionalmente escrito para enganar os leitores, sendo compostas por estilos diversificados, diferentes tópicos e estilos linguísticos, fabricados com o intuito de distorcer a verdade e zombar das notícias verdadeiras (Shu *et al.*, 2017). Os autores enfatizam, em sua definição, a ideia de que *fake news* são informações intencional e comprovadamente falsas, o que significa que não possuem autenticidade e visam enganar e manipular seus leitores. Nesse conceito, não estariam enquadradas as sátiras, por seu caráter meramente humorístico; os rumores e os boatos, por não serem autênticos; nem as teorias da conspiração e as desinformações involuntárias.

Em estudos mais recentes, Alves e Maciel (2020) explicam que o termo tem sido usado, de maneira inapropriada, como um chavão ou expressão fácil e rápida para fazer referência aos problemas da sociedade atual. Para esses autores (2020), a influência do termo está ligada ao contexto cultural e político no mundo, marcado por radicalizações políticas e ideológicas que provocam divisões sociais. Colaboram para esse cenário as incertezas, os medos e as desconfianças nas instituições políticas e midiáticas. Os autores adotam o conceito de Ribeiro e Ortellado (2018) para defender que o fenômeno das *fake news* pode ser compreendido como produção de “informação de combate”, criada com o objetivo de fortalecer narrativas pré-estabelecidas e favorecer determinada posição, funcionando como “mídias hiperpartidárias”. Reforçam a posição de que conteúdos satíricos e humorísticos não devem ser enquadrados como *fake news*.

O conceito de "informação de combate" (Ribeiro; Ortellado, 2018) surge como uma alternativa analítica ao termo *fake news*, considerado impreciso e abrangente demais por esses autores. Ribeiro e Ortellado (2018) observam que o que define os veículos de desinformação não é apenas a publicação ocasional de *fake news*, mas sim a produção sistemática de conteúdo que visa fortalecer narrativas pré-estabelecidas em um contexto de disputa política acirrada. A “informação de combate” se manifesta por expedientes

distorcivos na produção de notícias, tais como: recortes convenientes do noticiário, manchetes sensacionalistas, fatos retirados do contexto original, exageros ou especulações dos fatos. O principal objetivo dessas informações seria alimentar o debate político polarizado e favorecer determinada posição ideológica, fazendo com que os veículos de comunicação funcionem como verdadeiras mídias hiperpartidárias, ao operarem com o propósito de convencimento e de fortalecimento de dada posição, em detrimento da apuração jornalística isenta.

O professor e jornalista português João Paulo Meneses (2018) analisa a ascensão do fenômeno e sua utilização em contextos diversos a partir da eleição como palavra do ano, em 2017, pelo dicionário em inglês da editora britânica Collins (BBC News, 2017). O termo, na visão do professor, passou a ser utilizado como argumento do dia a dia e longe do seu contexto original. Isso estaria ligado ao fato da apropriação indevida da expressão por parte dos políticos. Por isso, argumenta Meneses (2018), é fundamental justificar o conceito, diferenciando as *fake news* das *false news*, evitando assim classificações próprias para o problema. Segundo o professor, a conceitualização do fenômeno contribui para diminuir os equívocos “altamente nocivos” ao jornalismo e à liberdade de expressão. Com base em uma análise detalhada de conceitos criados por outros autores para *fake news*, o professor e jornalista elaborou sua própria definição do fenômeno:

Fake news e false news são realidades diferentes, na medida em que estas últimas não resultarão, na maior parte das vezes, de uma ação deliberada, mas de outros fatores, como a incompetência ou a irresponsabilidade dos jornalistas na forma como trabalham as informações fornecidas pelas fontes (será este o principal fator, ainda que não único) (Meneses, 2018, p. 40).

Meneses (2018) argumenta que as notícias falsas (*false news*) não são novas, e sempre existiram, ao contrário das *fake news* – um fenômeno com pouco mais de 20 anos, catalisadas com a expansão da Internet. Em síntese, podemos relacionar as diferenças propostas pelo autor da seguinte forma:

Quadro 1 – Diferenças entre *fake news* e *false news*

Característica	<i>Fake News</i>	<i>False News</i>
----------------	------------------	-------------------

Intencionalidade	Ação deliberada de enganar. Existe uma intenção clara de manipular e ludibriar o público.	Não deliberada na maioria dos casos. Resulta de fatores como incompetência, irresponsabilidade ou erro.
Origem do erro	Manipulação intencional. O conteúdo é criado com o propósito de ser falso e enganoso.	Falha no processo jornalístico. Decorre de equívocos na apuração, verificação de fontes ou redação.
Relação com o jornalismo	Pode ser produzida por jornalistas, mas representa um desvio ético grave e minoritário. Geralmente, imita o formato jornalístico para ganhar credibilidade.	Diretamente ligada à prática jornalística. É um produto de falhas e erros que podem ocorrer no exercício da profissão.
Historicidade	Fenômeno recente. Associado à expansão da Internet e das redes sociais nos últimos 20 anos.	Sempre existiram. A história do jornalismo é marcada por casos de notícias falsas, mesmo antes da era digital.
Conceito	Um novo conceito. Representa uma nova realidade de desinformação, catalisada pela tecnologia digital.	Conceito tradicional. Refere-se a notícias que são factualmente incorretas, um problema conhecido no jornalismo.
Exemplo	Um site que cria uma notícia falsa sobre um candidato político com o objetivo de prejudicar sua imagem durante uma eleição.	Um jornal que publica uma informação incorreta sobre um evento devido a um erro de apuração, e que posteriormente publica uma correção.

Fonte: elaborado pela autora (2026), de acordo com Meneses (2018).

Embora crie sua própria definição para o conceito de *fake news*, Meneses (2018) critica a abordagem de Claire Wardle (2017), por suas classificações próprias, conforme veremos adiante neste estudo. Para Meneses (2018), a tentativa de renomear o termo *fake news* não agrega valor às discussões, e a criação de classificações múltiplas dificulta a compreensão e a sistematização do conceito. O jornalista questiona qual o resultado prático da terminologia utilizada especificamente por Claire Wardle (2017), quando a autora afirma que o termo “*fake news*” is *unhelpful*, ou seja, inútil.

Em contrapartida, a própria definição de *fake news* proposta por Meneses (2018) é criticada por Alves e Maciel (2020), por restringir o conceito ao ambiente *on-line* e se

referir a documentos deliberadamente falsos, publicados com o objetivo de manipular os consumidores das notícias. Nessa definição, o conceito de *fake news* engloba textos, vídeos, memes e imagens compartilhadas, além de exigir que o produtor da notícia tenha consciência, ainda que parcial, de a notícia ser falsa ou manipulada. Como vimos anteriormente, Alves e Maciel (2020, p. 153), defendem que o fenômeno contemporâneo das *fake news* envolve mais que a mera falsidade das notícias. Ele é mais amplo, não só envolvendo ações insinceras e manipuladoras, mas podendo ser mais adequado compreendê-lo como algo que envolve “desinformações produzidas em contextos de embate e disputa ideológica” (Alves; Maciel, 2020, p. 153).

Esse contexto de polarização e de embate político também é mencionado por Bentes e Souza-Santos (2023). Os pesquisadores analisaram uma série de publicações relacionando o fenômeno ao contexto político (Bentes; Souza-Santos, 2023, p. 7), no qual se vincularam as FN “à polarização política, ao contexto de guerra híbrida e às inovações tecnológicas que possibilitaram a disseminação rápida de conteúdos na internet”. Bentes (2018) considera a existência da prática das *fake news* ligada aos sistemas de referências, crenças e valores, em diferentes campos. Esses aspectos evidenciados nas tessituras referenciais revelam as nuances das narrativas que resultam na manipulação e no falseamento das informações. A professora e linguista expande essa compreensão ao destacar que a produção e a circulação de *fake news* não se devem apenas a uma intenção de enganar, mas também a busca por ganhos de capital tanto simbólico quanto financeiro.

A linguista Anna Bentes (2018), ao analisar a produção textual das *fake news*, argumenta que a estrutura dessas narrativas é o resultado de um trabalho deliberado de manipulação e de falseamento de elementos estruturadores do texto, realizado com intencionalidades específicas. Nessa perspectiva, o texto de desinformação está sempre sujeito a operações de descontextualização e recontextualização, que, segundo Bentes (2018), envolvem disputas entre os sistemas de valores, de crenças e de referências dos interlocutores. O sucesso da desinformação reside, portanto, não apenas na falsidade do conteúdo, mas na sua capacidade de ressonância com a comunidade interpretativa, explorando a boa-fé e o desejo dos usuários de se sentirem “informados” e de obterem prestígio social ao compartilhar a “última” notícia (Bentes, 2018).

Essa perspectiva revela que as *fake news* são um sintoma de um ecossistema complexo, em que a manipulação da informação serve a interesses econômicos e de poder. As narrativas falsas são construídas para convergir com visões de mundo preexistentes, explorando a tendência de as pessoas acreditarem em informações que

confirmam suas convicções. As tessituras referenciais das *fake news* são, portanto, cuidadosamente elaboradas para manipular e falsear informações, explorando as disputas de valores e crenças no cenário social.

A jornalista e pesquisadora do projeto *First Draft*, da Universidade de Harvard, Claire Wardle (2017) defende a substituição do termo *fake news* por desinformação, pois entende que o fenômeno é mais abrangente do que as notícias. Com isso, Wardle (2017) propôs sua própria definição e do que compreende sobre desinformação, dividindo-o inicialmente em dois tipos – a *misinformation* (compartilhamento inadvertido de informações falsas) e a *disinformation* (criada deliberadamente com o intuito de divulgar *fake news*). Nessa terminologia, divulgada no site First Draft, Wardle divide a informação criada com o intuito de enganar e causar danos, daquela sem a intenção. Posteriormente, em publicação conjunta com Derakhshan (Wardle; Derakhshan, 2017) para o Conselho Europeu, os autores (2017) utilizam o termo desordem informacional e ampliaram a tipologia para incluir um terceiro tipo: a *mal-information*. Esse terceiro tipo refere-se a notícias que possuem uma base real, mas são editadas para causar danos.

No estudo para o Conselho Europeu, posteriormente republicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Wardle e Derakhshan (2019) explicam porque não utilizam o termo *fake news* para descrever o fenômeno da poluição informacional. Segundo os autores, o termo foi apropriado por políticos para descrever organizações jornalísticas cuja cobertura eles consideram desagradável, transformando-se em um mecanismo para os poderosos reprimirem o funcionamento da imprensa livre.

Na tentativa de fazer um mapeamento dos diferentes tipos de informações problemáticas presentes no meio digital, Wardle (2017) desenvolveu uma taxonomia para o enquadre desses conteúdos, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 2 - tipologia da desordem informacional de Claire Wardle (2017).

Tipo de conteúdo problemático	Definição	Intenção de enganar
1. Sátira ou paródia	Conteúdo que não tem a intenção de causar dano, mas tem o potencial de enganar.	Baixa/nenhuma
2. Conexão falsa	Quando manchetes, visuais ou legendas não corroboram o conteúdo.	Variável – pode ser erro ou dolo
3. Conteúdo enganoso	Uso enganoso de informação para incriminar um indivíduo ou tema.	Alta
4. Contexto falso	Quando o conteúdo genuíno é compartilhado com informações de contexto falsas.	Alta

5. Conteúdo impostor	Quando fontes genuínas são modificadas/simuladas.	Alta
6. Conteúdo manipulado	Quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar.	Alta
7. Conteúdo fabricado	Conteúdo novo que é 100% falso, criado para enganar e causar dano.	Altíssima

Fonte: tradução e adaptação da autora (2026), com base no modelo de Claire Wardle (2017).

Assim, com base nessa classificação, temos um parâmetro para mapear os diferentes tipos de mensagens de caráter violento e de incitação ao ódio que circulam nas mídias brasileiras, bem como estudar as distinções entre elas, de acordo com a taxonomia proposta por Wardle (2017). Apesar de utilizarmos essa tipologia para classificar as mensagens falsas do nosso *corpus*, neste estudo, nos ateremos ao conceito de *fake news* apoiados nos estudos de Tandoc Jr (2019) e de Recuero e Gruzd (2019). Essa escolha justifica-se porque compreendemos que as *fake news* são um tipo específico de desinformação que tentam imitar o formato das notícias tradicionais e, em decorrência disso, utilizam-se de componentes da narrativa e do meio jornalístico para, intencionalmente, enganar seus leitores e propagar desinformações.

Outro ponto para essa adesão é justamente a popularidade do termo e sua apropriação pelos políticos. Se quem produz e propaga as informações distorcidas faz uso da expressão *fake news* para realizar ataques às instituições, inventar/distorcer narrativas e criar fatos alternativos, faz sentido utilizá-lo como contra-argumento para combater a sua proliferação de forma danosa. Lazer *et al.* (2018, p. 2) fortalecem essa ideia ao definirem *fake news* como “informações fabricadas que imitam o conteúdo da mídia na forma, mas não no processo organizacional ou na intenção”⁴. Os autores mantêm o uso do termo por defender seu valor como construção científica e relevância política.

A presença de elementos noticiosos em outros gêneros textuais (charges, memes, artigos de opinião, posts, vídeos, mensagens de WhatsApp, e-mails, cartas, comunicados, bilhetes, áudios *etc.*), aliada à intencionalidade de enganar, constitui um argumento robusto para pensar que a capacidade de mimetismo das *fake news* reside não apenas na imitação total do formato, mas também na apropriação de traços discursivos e composicionais do jornalismo. Essa apropriação indevida e desvirtuada torna-se um elemento fundamental dentro desse universo, especialmente *on-line*, no qual a maioria desses gêneros são propagados. Essa flexibilidade na apropriação de elementos genéricos

⁴ Versão original: “We define fake news to be fabricated information that mimics the output of the news media inform, but not in organizational process or intent”. (Lazer *et al.*, 2018, p. 2).

é o que torna o fenômeno da desinformação tão complexo e resistente a classificações rígidas. Defendemos que todo gênero que imita ou traz hibridamente elementos de notícia pode se enquadrar dentro do fenômeno moderno das *fake news*. Os próprios casos do *corpus* selecionado, que em alguns casos não seguem o rigor de uma notícia, são *fake news* da atualidade, pois carregam elementos característicos da pós-verdade e foram divulgados com o objetivo de obterem adesão em massa, além de intencionalmente distorcer/ manipular os fatos.

Em razão da complexidade do fenômeno, não negamos a abrangência do termo desinformação ou desordem informacional, proposto por Wardle e Derakhshan (2019), dada a dificuldade de se encontrar um único termo capaz de explicar o alcance, as formas e as consequências da proliferação das *fake news*. Concordamos que caracterizá-las como desinformação também é adequado. Entretanto, dentre as diversas concepções do que seria o fenômeno das *fake news*, estamos mais propensos a concordar com a definição proposta por Recuero e Gruzd (2019), ou seja, de que as *fake news* possuem três elementos: o uso da narrativa jornalística com o intuito de simular credibilidade e legitimidade; a falsidade total ou parcial da narrativa; e a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções. Apesar disso, nem sempre é possível encontrar os três elementos concomitantemente. Por conseguinte, acreditamos que o formato digital aliado à narrativa com o propósito de enganar, distorcer ou manipular são os principais elementos do fenômeno na contemporaneidade.

1.3.1 Mecanismos ideológicos na produção e no consumo de *fake news*

A análise dos mecanismos ideológicos de produção e de consumo das *fake news* é um ponto fundamental para compreendermos como esse fenômeno se prolifera nos ambientes digitais e na esfera pública contemporânea, sobretudo quando associado a narrativas de violência e incitação ao ódio. Nesta seção, dialoga-se principalmente com John B. Thompson (1998), Norman Fairclough (2019 [1992]) e Teun A. Van Dijk (2015) articulando suas contribuições para compreender como a ideologia se manifesta discursivamente, como se relaciona com o poder e como organiza modelos mentais que orientam interpretações e ações sociais. Com esse aporte teórico, pretendemos mostrar de que maneira os modos de operação ideológica propostos por Thompson, a concepção de ideologia como significação na prática discursiva em Fairclough (2019 [1992]) e a

perspectiva sociocognitiva de Van Dijk (2015) permitem explicar como as *fake news* sobre violência são produzidas, legitimadas, compartilhadas e consumidas.

O professor e pesquisador John B. Thompson (1998, p. 85) analisa o papel da ideologia em sua interação com linguagem, poder e contexto social, propondo defini-la “em termos das maneiras pelos quais o sentido, mobilizado por formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”⁵. Nessa concepção crítica, examina-se como determinadas construções simbólicas, em contextos sócio-históricos específicos, reforçam desigualdades, naturalizam hierarquias e tornam assimétricas as relações de poder. Para isso, Thompson (1998) identifica cinco modos gerais de operação ideológica – legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação – cada qual associado a estratégias recorrentes de construção simbólica, como racionalização, universalização, narrativização, eufemização, uso de tropos, simbolização da unidade, expurgo do outro, naturalização, eternalização, nominalização e passivização. Esses modos não são intrinsecamente ideológicos, mas tornam-se assim quando, em determinadas circunstâncias, contribuem para sustentar formas de dominação.

Na legitimação, relações de poder são apresentadas como justas e dignas de apoio, ancoradas em bases racionais, tradicionais ou carismáticas, frequentemente por meio de cadeias argumentativas que buscam justificar instituições e práticas, de discursos que universalizam interesses particulares como se fossem universais e de narrativas que recontam o passado, narram o presente e projetam um futuro comum. A dissimulação, por sua vez, opera ao ocultar ou desviar a atenção de processos de dominação, recorrendo a substituições, eufemismos e tropos (uso figurado da linguagem, ou, mais em geral das formas simbólicas), que suavizam práticas violentas, reconfiguram agentes e deslocam responsabilidades.

A unificação diz respeito à construção simbólica de identidades coletivas que apagam diferenças internas, por meio da padronização de discursos e da simbolização da unidade em lemas, *slogans*, bandeiras e outros emblemas, enquanto a fragmentação enfatiza distinções e divisões entre grupos, frequentemente por meio da expurgação do outro, isto é, da construção de inimigos a serem combatidos. Na reificação, por fim, relações histórica e socialmente construídas são apresentadas como naturais, permanentes

⁵ Versão original: “Permúteseme definir este enfoque con más claridad: estudiar la ideología es estudiar las maneras en las que el significado sirve para establecer y sostener las relaciones de dominación” (Thompson, 1998, p. 85).

e imutáveis, apagando seu caráter contingente e transformando processos em coisas, muitas vezes por meio de estratégias gramaticais como nominalização e passivização que obscurecem agentes e contextos de ação. No contexto das *fake news*, essas formas simbólicas aparecem em textos, imagens, sons e narrativas que constroem tessituras referenciais específicas para legitimar práticas violentas, dissimular interesses, unificar apoiadores, fragmentar o espaço público e naturalizar desigualdades.

Em diálogo com essa perspectiva, Norman Fairclough (2019 [1992]) compreende a ideologia como significações da realidade, do mundo físico, das relações sociais e das identidades, que são construídas em diferentes dimensões das práticas discursivas e contribuem para produzir, reproduzir ou transformar relações de dominação. A linguagem é entendida como prática social. Por isso, escolhas lexicais, metáforas, estruturas sintáticas e organizações textuais materializam posicionamentos ideológicos que podem tanto sustentar quanto contestar hegemonias. Nessa abordagem, as ideologias mostram-se particularmente eficazes quando se encontram naturalizadas, isto é, quando se inscrevem no discurso como senso comum, ganhando invisibilidade e tornando-se mais difíceis de serem questionadas. As *fake news* que incitam violência operam justamente nesse ponto: apresentam-se sob a forma de notícias legítimas, apropriando-se de gêneros jornalísticos, estratégias discursivas e efeitos de verdade para mascarar seu viés ideológico, ao mesmo tempo em que reforçam divisões e assimetrias já presentes no tecido social.

A perspectiva sociocognitiva de Van Dijk (2015) complementa esse quadro ao conceber as ideologias como sistemas de crenças socialmente compartilhados que organizam modelos mentais dos grupos e orientam práticas discursivas. Para o autor, as ideologias tipicamente respondem a questões como quem somos, o que fazemos, por que fazemos, como deveríamos agir e quais são nossos objetivos, normas, valores, recursos e interesses, funcionando como estruturas mentais subjacentes que controlam a produção, interpretação e reprodução de textos e falas. No nível discursivo, tais ideologias manifestam-se por meio de estruturas linguísticas e estratégicas recorrentes, como a polarização entre “Nós” e “Eles”, a ênfase em atributos positivos do endogrupo (grupo de pertencimento) e negativos do exogrupo (grupo oponente), o uso estratégico de voz ativa ou passiva para destacar ou ocultar responsabilidades e a seleção de tópicos e argumentos que favorecem determinadas leituras dos eventos.

Ao analisar as *fake news*, a abordagem proposta por Van Dijk (2015) permite compreender como esses textos constroem representações de grupos sociais, legitimam

práticas de dominação e reforçam modelos mentais que sustentam discursos de ódio, criminalização de minorias e naturalização da violência, influenciando diretamente o modo como os sujeitos interpretam e reagem às mensagens veiculadas nos ambientes digitais.

Articulando essas contribuições, o fenômeno das *fake news* sobre violência e incitação ao ódio pode ser entendido como um dispositivo privilegiado de operação ideológica na sociedade em rede. No plano da produção, agentes interessados mobilizam formas simbólicas específicas – títulos alarmistas, imagens chocantes, cifras manipuladas, emulação de mídias tradicionais – para acionar os modos de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, enquadrando eventos e personagens de forma a sustentar determinadas posições de poder e a desqualificar adversários (Thompson, 1998; Fairclough, 2019 [1992]). No plano do consumo, os sujeitos podem interpretar essas mensagens à luz de modelos mentais já estruturados por ideologias de grupo (Van Dijk, 2015), levando-os a aceitar como evidentes conteúdos que reforçam visões prévias e ampliando o alcance de narrativas violentas.

É nesse cenário que as reflexões de Andrés Bruzzone (2021) sobre democracia, polarização e ciberpopulismo contribuem para especificar o funcionamento contemporâneo desses mecanismos ideológicos na esfera digital. O autor descreve o ciberpopulismo como a combinação de narrativas populistas tradicionais com a lógica das redes digitais, produzindo ambientes altamente polarizados em que a política se reduz a um embate entre convicções que se excluem, sem espaço para mediação, nuances ou debate plural. A oposição rígida entre “Nós” e “Eles”, sustentada por *slogans*, palavras de ordem, memes e mensagens de forte apelo emocional, cria uma dinâmica em que deixa de importar o argumento e passa a importar quem fala. O outro não é mais adversário, mas inimigo. Tal dinâmica contemporânea tem o potencial de facilitar a legitimação de discursos de ódio e de práticas autoritárias. Nas redes, essa lógica se amplifica pela arquitetura das plataformas e pelos algoritmos que privilegiam conteúdos de alto engajamento.

No contexto brasileiro, Bruzzone (2021) destaca como a substituição de um debate político plural por narrativas binárias, como PT/anti-PT ou Bolsonaro/anti-Bolsonaro, produziu dois polos excludentes que validam e legitimam manifestações de ódio, violência e intolerância, esvaziando o espaço público de vozes intermediárias e de perspectivas plurais. Quando essa polarização encontra os modos de operação ideológica de Thompson (1998) e as estruturas sociocognitivas descritas por Van Dijk (2015), as

fake news tornam-se dispositivos eficazes de mobilização simbólica. Ao mesmo tempo em que legitimam determinados projetos políticos, dissimulam interesses econômicos e institucionais, constroem identidades coletivas homogêneas e antagonizam grupos considerados inimigos, elas também naturalizam práticas violentas e discursos discriminatórios como se fossem respostas inevitáveis à ameaça do outro. Compreender esses mecanismos ideológicos na produção e no consumo de *fake news*, portanto, é fundamental para desvelar os interesses que os sustentam, problematizar os efeitos da polarização e pensar caminhos para fortalecer o pluralismo democrático e a crítica às formas naturalizadas de violência simbólica e física.

Nesse contexto, a linguagem é determinante, pois, por meio das escolhas semânticas, das construções narrativas e da organização da tessitura referencial, os sujeitos produzem e expressam posicionamentos ideológicos. As *fakes news*, ao se apropriarem de elementos típicos do discurso jornalístico e de efeitos de factualidade, operam como formas simbólicas que ocultam seu caráter ideológico e ampliam seu potencial de persuasão. Essa estratégia discursiva evidencia a convergência entre *fake news*, discurso de ódio e incitação à violência, sobretudo nos ambientes digitais, onde tais conteúdos circulam com velocidade e alcance sem precedentes, impulsionados por arquiteturas algorítmicas que privilegiam o engajamento emocional.

Tal forma de produção e consumo informativo, com a articulação entre esses fatores (discursivos, jornalísticos e ideológicos), marcada pela ausência de intermediação midiática ou institucional, bem como pelo surgimento das vozes da internet, agem, na maioria das vezes, sem instrumentos de responsabilização. No caso brasileiro, esse cenário é agravado pela fragilidade regulatória e pela intensa polarização política, o que pode favorecer a normalização de discursos violentos e discriminatórios no espaço público digital.

As reflexões de Bruzzone (2021) contribuem para compreender esse processo ao evidenciar como o ciberpopulismo intensifica a lógica binária do “Nós *versus* Eles”, reduzindo o debate político à adesão identitária. Como observa o autor (2021, p. 10), “paramos de escutar, não interessam os argumentos. Deixa de importar o que é dito, importa *quem* disse: se foi alguém que é da minha posição, vou defender sem questionar. Mas, se for do outro lado, nego e rebato”. Nessa dinâmica, o valor argumentativo do discurso é substituído pelo sentimento de pertença ao grupo, o que favorece a aceitação de conteúdos que confirmam crenças prévias e a rejeição de posições divergentes. Tal funcionamento dialoga diretamente com os modos de operação ideológica descritos por

Thompson (1998) e com as estruturas sociocognitivas propostas por Van Dijk (2015), evidenciando como as *fake news* atuam simultaneamente na produção simbólica do poder e na organização dos modelos mentais que orientam a produção e o consumo.

Em razão desses fatores, a análise dos mecanismos ideológicos na produção e no consumo de *fake news* permite compreender que esses textos não são apenas reflexos de ideologias preexistentes, mas agentes ativos na sua reprodução, reforço e radicalização (Fairclough, 2019 [1992]). Ao mobilizarem estratégias de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, bem como esquemas cognitivos polarizados e discursos naturalizados, as *fake news* podem contribuir para a manutenção de relações assimétricas de poder e para a intensificação de discursos de ódio e violência na esfera pública contemporânea.

Apesar disso, a eficácia desses mecanismos ideológicos não se explica apenas pelas estratégias discursivas mobilizadas na produção dos textos, mas também pelas condições sociocognitivas e comunicacionais que estruturam sua recepção. É nesse ponto que se torna necessário avançar para a análise dos ambientes de propagação das *fake news*, especialmente aqueles marcados pela homogeneização de perspectivas, pela filtragem algorítmica e pelo fortalecimento de identidades de grupo. Assim, a próxima seção dedica-se à discussão dos fenômenos da câmara de eco e da epistemologia tribal, conceitos fundamentais para compreender como a repetição de discursos ideologicamente alinhados, a validação grupal e a rejeição sistemática do exogrupo potencializam a propagação das *fake news* e aprofundam a polarização, a intolerância e a naturalização da violência nos ecossistemas digitais.

Por fim, ao concluir a presente seção, reconhecemos que toda análise científica é atravessada por posicionamentos teóricos e pressupostos epistemológicos. Apesar disso, a consistência científica, sustentada no rigor metodológico, na fundamentação teórica e em critérios analíticos explícitos são os alicerces para a confiabilidade e integridade do presente estudo. Nesse sentido, esta seção buscou oferecer um enquadramento crítico que possibilite compreender os mecanismos ideológicos subjacentes às *fake news*, contribuindo para o aprofundamento das análises desenvolvidas nos capítulos seguintes.

1.3.2 Câmara de eco e epistemologia tribal na propagação das *fake news*

A compreensão das dinâmicas informacionais na sociedade contemporânea, especialmente no contexto da comunicação digital, mostra-se indispensável para análise

de fenômenos como a câmara de eco e a epistemologia tribal. Esses termos surgem como tentativas de explicar comportamentos sociais impulsionados pela intensa troca de interações mediadas por plataformas digitais, algoritmos de recomendação e interações em rede. Nesta subseção, antes de relacionarmos esses conceitos à propagação das *fake news*, explicaremos seus significados, suas origens e o que seus aspectos linguísticos revelam. Para melhor organização da subseção, dividiremo-na em cinco blocos temáticos distribuídos da seguinte forma: 1) definição e origem do conceito de câmara de eco; 2) distinção entre câmaras de eco e filtro bolha; 3) funcionamento dos algoritmos de recomendação associado a esses fenômenos; 4) emergência das *fake news* em contextos de polarização ideológica; e 5) epistemologia tribal como desdobramento dessas dinâmicas.

O termo câmara de eco (*echo chamber*) é uma metáfora utilizada para descrever ambientes informacionais. Sua origem remonta ao início dos anos 2000, quando o estudioso do direito Cass Sunstein (2001) criticou a personalização de conteúdo em portais de notícias como o *Daily Me*, que usava a tecnologia para isolar o leitor de textos fora de sua área de interesse (Senise, Batista, 2020).

A noção de “câmara” remete a um espaço fechado, delimitado, enquanto o “eco” sugere a repetição contínua de um mesmo som, sem interferência externa. Transportada para o campo da comunicação e da epistemologia social, essa metáfora descreve ambientes informacionais nos quais crenças, opiniões e visões de mundo são reiteradas e reforçadas de maneira recorrente, ao mesmo tempo em que perspectivas divergentes são sistematicamente excluídas ou deslegitimadas.

Em sua essência, a câmara de eco é uma estrutura epistêmica social que opera por meio de dois mecanismos: a repetição informacional e a exclusão ativa de fontes externas. Jasny, Waggle e Fisher (2015) definem as câmaras de eco como “formações de redes sociais que transformam o modo como as informações são transmitidas e interpretadas pelos sujeitos”⁶. Contudo, a perspectiva mais crítica e relevante para o estudo das *fake news* é a que a define como uma estrutura da qual vozes relevantes foram ativamente excluídas e desacreditadas. Diferentemente de uma mera omissão, a câmara de eco atua por um processo de manipulação epistêmica, levando seus membros a desconfiar sistematicamente de todas as fontes externas (Nguyen, 2018). De modo mais preciso, as

⁶ Versão original: “Within the broader literature, echo chambers are described as social network formations that transform the ways in which information is transmitted and interpreted by actors” (Jasny; Waggle; Fisher, 2015, p. 782).

câmaras de eco podem ser definidas como “estruturas sociais que excluem sistematicamente fontes de informação não necessariamente por omissão, mas por ação deliberada” (Oliveira, Medeiros, Mattos, 2022, p. 8). Essa exclusão ativa envolve não apenas a ausência de contato com perspectivas externas, mas a construção de mecanismos discursivos e ideológicos que desacreditam previamente qualquer fonte considerada externa ao grupo. Trata-se de um fenômeno que ultrapassa a simples repetição de informações e se inscreve em uma lógica mais ampla de organização social do conhecimento.

Além do conceito de câmara de eco, encontramos na literatura estudos sobre os filtros bolha (*filter bubble*) que se inter-relacionam com o funcionamento das câmaras. A bolha de filtro refere-se a um “ambiente social superpersonalizado derivado da filtragem excessiva de informações, praticada automaticamente por sistemas de recomendação” (Oliveira; Medeiros; Mattos, 2022, p. 8). O termo foi popularizado por Pariser (2012 [2011]) para descrever o modo como algoritmos selecionam conteúdos com base no histórico de interações dos usuários, reduzindo a exposição a informações dissonantes. A bolha de filtro, portanto, é uma estrutura de exclusão por omissão, que Nguyen (2018) denomina de bolha epistêmica, ampliando o alcance do termo para outros meios – tecnológicos ou não. Essa bolha epistêmica forma-se a partir de uma arquitetura produzida por comunidades em redes sociais, mídias e outras fontes de informação, que são comprometidas pela falta de diversidade e com baixa conectividade.

Ao contrário das bolhas de filtro, que podem ser relativamente frágeis e rompidas pela simples exposição a novas informações, as câmaras de eco tendem a ser mais resistentes, pois reinterpretam informações externas como ameaças à coesão do grupo. A câmara de eco abrange as interações sociais, a homofilia⁷ e os processos cognitivos envolvidos na validação coletiva da informação, caracterizando-se como uma estrutura de exclusão por desacreditação (descrédito epistêmico). Nguyen (2018) argumenta que essa distinção é imprescindível, pois cada fenômeno exige uma intervenção diferente. Enquanto a simples exposição a evidências pode estourar uma bolha epistêmica, o mesmo contato pode, na verdade, reforçar uma câmara de eco, desencadeando o chamado efeito *backfire* (Alatawi *et al.*, 2021; Oliveira, Medeiros e Mattos, 2022). Tal efeito ocorre pelo sistema de previsão e descrédito dos depoimentos contrários às crenças e valores presentes no interior da câmara de eco, fazendo com que seus membros acreditem em

⁷ A homofilia – princípio segundo o qual pessoas com características similares tendem a se conectar (Zafarani; Abbasi; Liu, 2014).

informações ilegítimas, mesmo diante das evidências de falsidades/inverdades. Isso ajuda a compreender por que determinadas comunidades permanecem resistentes às evidências empíricas ou às checagens factuais, mesmo quando confrontadas com dados consistentes. No interior das câmaras de eco, a rejeição dos membros à informação externa não decorre apenas de desconhecimento, mas de um posicionamento ideológico previamente estruturado e continuamente reforçado.

Diante dessas características, podemos assim distinguir as principais diferenças entre esses dois fenômenos: a) bolha de filtro tem como mecanismo principal os algoritmos de recomendação; a omissão ou falta de cobertura a certas informações; baixa resistência a evidências, que podem ser rompidas pela exposição ao conteúdo omitido; e foco tecnológico; b) câmara de eco possui como mecanismo principal as interações sociais e a manipulação da confiança; a desacreditação epistêmica ativa reforçada pela desconfiança; alta resistência às evidências e foco social/epistêmico.

O funcionamento dos algoritmos de recomendação, ao buscar prever os gostos e interesses dos usuários, atua como um catalisador na formação de câmaras de eco. Essa dinâmica é sustentada por um ciclo de *feedback* entre fatores tecnológicos e psicológicos, como o viés de confirmação, a dissonância cognitiva e a homofilia (Jiang *et al.*, 2021). Nesse contexto, as câmaras de eco podem operar como dispositivos de reprodução ideológica. Ao personalizar o fluxo de informações, os algoritmos amplificam o engajamento inicial com narrativas alinhadas às crenças prévias dos usuários, criando um ciclo de retroalimentação. A homofilia possibilita que sujeitos com posicionamentos ideológicos próximos formem comunidades homogêneas. A plataforma, por sua vez, potencializa a visibilidade de conteúdos que reforçam essa coesão, transformando a rede em um ambiente propício à validação mútua de narrativas, inclusive as falsas. No caso das *fake news*, essa estrutura favorece a rápida disseminação das informações, sobretudo quando elas mobilizam emoções como medo, indignação ou ressentimento.

Ao priorizarem conteúdos alinhados às interações anteriores dos usuários, os algoritmos podem contribuir para redução da diversidade de informações no ambiente digital. Apesar disso, como argumentam Figà Talamanca e Arfini (2022), a influência dos algoritmos não deve ser compreendida de maneira determinista ou exclusivamente tecnológica. Os autores defendem que os efeitos de isolamento informacional resultam da interação entre os sistemas algorítmicos e as disposições cognitivas dos sujeitos, como o viés de confirmação e a tendência à fixação de crenças. Assim, ainda que os usuários entrem em contato com conteúdos divergentes, a forma como essas informações são

vivenciadas no ambiente digital pode reforçar posições pré-existentes, intensificando processos de polarização. Nessa lógica, os algoritmos não apenas filtram informações, mas participam de um ciclo de retroalimentação no qual preferências ideológicas, homofilia e engajamento emocional se reforçam mutuamente, criando condições propícias à formação de comunidades informacionais fechadas.

Segundo essas perspectivas, a consolidação de câmaras de eco contribui para a polarização de grupos a partir do momento em que as opiniões compartilhadas tendem a se tornar mais extremas no interior da comunidade (Sunstein, 1999). Em razão disso, a articulação entre câmara de eco, algoritmos de recomendações e homofilia pode favorecer a formação dessas comunidades ideologicamente polarizadas, contribuindo para a propagação de *fake news* no interior desses grupos. Como indicam Oliveira, Medeiros e Mattos (2022), as câmaras de eco funcionam como padrões ideológicos disfuncionais, quando excluem e desacreditam ativamente as informações contrárias. Assim, no interior dessas comunidades fechadas, o viés de confirmação e a exposição seletiva contribuem com a legitimação dos conteúdos falsos, ao agirem para privilegiar e reforçar as crenças pré-existentes de seus membros (Cinelli *et al.*, 2021).

Nessa dinâmica do ambiente informacional digital, as *fake news* transcendem o estatuto de mera informação falsa e passam a serem vistas como verdadeiro artefato identitário ou projeto ideológico. A propagação de narrativas falsas nesses ambientes não visa tão somente enganar sobre um fato isolado, mas sim reforçar pertencimentos grupais, fronteiras simbólicas e discursivas entre o grupo ("Nós") e o adversário ("Eles"), funcionando como artefatos identitários. As *fakes news* tornam-se instrumento privilegiado de mobilização afetiva e ideológica, sustentando uma visão de mundo compartilhada e deslegitimando fontes de informação externas. Tal funcionamento dialoga com os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1998), especialmente no que se refere à legitimação, à fragmentação e à reificação de determinadas visões de mundo.

Como desdobramento dessas dinâmicas tecnológicas e sociais, encontramos a noção de epistemologia tribal (*tribal epistemology*), proposta pelo jornalista David Roberts (2017). O termo combina dois eixos semânticos fundamentais: “epistemologia”, que remete às formas de produção e validação do conhecimento, e “tribal”, que evoca a ideia de pertencimento comunitário e lealdade grupal. Assim, a epistemologia tribal é uma forma específica de organizar o conhecimento ideologicamente. Nela, “a validação da informação depende menos de sua veracidade factual e mais de sua utilidade simbólica

para a coesão e o fortalecimento do grupo”⁸ (Roberts, 2017, s/p). A verdade é definida pelo que é benéfico ou aceitável para a "tribo".

Essa noção mexe profundamente com a concepção clássica de verdade/falsidade, na qual a verdade é pautada pelas evidências dos fatos e a falsidade é tudo aquilo que se mostra contrário aos fatos. Em um sistema epistêmico tribal, as narrativas e os fatos ganham novos contextos, passando a serem interpretados de acordo com as conveniências do grupo. Transportando essa lógica para o âmbito das *fake news*, a epistemologia tribal pode explicar por que narrativas comprovadamente falsas (pelas evidências) continuam sendo produzidas, compartilhadas e defendidas. Independentemente de a informação veiculada ser ou não baseada em evidências, o que está em jogo é a função social e identitária que ela cumpre, especialmente a lealdade/pertencimento ao grupo. Esses comportamentos têm levado, cada vez mais, ao enfraquecimento e à desqualificação sistemática de instituições tradicionalmente responsáveis pela mediação do conhecimento, como a ciência, o jornalismo e a universidade, aprofundando a crise de confiança no espaço público digital (Gomes; Dourado, 2019).

No contexto brasileiro, as *fakes news* disseminadas durante as eleições presidenciais de 2018 exemplificam essa dinâmica. Narrativas sobre fraude nas urnas, conspirações políticas ou ameaças morais circularam intensamente em comunidades alinhadas ao conservadorismo religioso e ao antipetismo, reforçando identidades grupais e aprofundando divisões sociais (Barragán, 2018). Nesses casos, a função central das *fake news* não foi informar, mas fortalecer a coesão do grupo, mobilizar afetos e sustentar uma visão de mundo compartilhada.

Assim, a câmara de eco e a epistemologia tribal configuram-se como mecanismos ideológicos presentes na propagação das *fake news*, atuando conjuntamente na produção de sentidos, na legitimação de narrativas falsas e na intensificação da polarização no espaço público digital. Ao compreender o funcionamento dessas dinâmicas, torna-se possível avançar para análises mais refinadas sobre como estratégias discursivas, a exemplo das tessituras referenciais, participam da construção e da estabilização dessas narrativas no interior de comunidades ideologicamente orientadas.

1.4 Valores-notícia presentes nas *fake news*

⁸ No original (Roberts, 2017, s/p): “*The validation of information passes to depend less on its factual veracity and more on its symbolic utility for the group*”.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que as *fake news* enquanto produtos discursivos da sociedade contemporânea são fenômenos intencionalmente enganosos, constituídos como um tipo específico de desinformação e caracterizados por forte capacidade de mimetizar gêneros legitimados socialmente, em especial o gênero notícia, conforme explicado na Seção 1.2. Em razão desse entendimento, consideramos apropriado refletir sobre o papel da notícia no cenário contemporâneo e, principalmente, o que transforma um fato em uma informação jornalística, digno de ocupar espaço nos meios de comunicação. Para tanto, faremos uma breve explicação do conceito de notícia, sua estrutura e o que são os chamados valores-notícia, a fim de identificar se esses valores podem ser forjados na elaboração das *fake news*. Tal reflexão é importante para compreendermos como esses critérios são apropriados e ressignificados na produção das *fake news*.

Considerando que os espaços dos jornais impressos, portais *on-lines*, telejornais, rádios e outros meios de comunicação são limitados, o jornalismo desenvolveu, historicamente, mecanismos de seleção e hierarquização dos fatos. Com isso, ao longo do tempo criaram-se técnicas jornalísticas para definir o que seria ou não escolhido para ser noticiado. Essas técnicas, como aponta Hüttner (2020), acompanham transformações estruturais do campo jornalístico, desde a teoria do *gatekeeping*, formulada por White na década de 1950, até a noção de *gatematching*, proposta por Bruns, em 2011, para o contexto de comunicação digital. Se, no primeiro modelo, o jornalista atuava como principal mediador da informação, decidindo individualmente o que seria noticiado, no segundo observa-se a ampliação dos agentes produtores e difusores de conteúdo, o que dilui o monopólio da seleção noticiosa. Nesse cenário, qualquer usuário da internet pode atribuir visibilidade a um acontecimento, ainda que não detenha formação jornalística ou compromisso com procedimentos éticos e técnicos da profissão. No primeiro caso, a seleção das notícias era feita por um porteiro – o jornalista agia como selecionador das notícias que passariam pelo portão – a decisão dava-se no plano individual. Já com o advento da internet, o universo se ampliou, fazendo com que a função do jornalista passasse de guardião das notícias para o papel de vigia. Na prática, isso representa uma mudança significativa na forma de dizer o que é ou não notícia. Não apenas o jornalista profissional detém essa função, mas também os porteiros da internet. Os fatos podem ganhar notoriedade e repercussão pela narrativa de qualquer usuário da internet, ainda que ele não seja um profissional da comunicação e nem detenha os saberes das técnicas jornalísticas para seleção e produção de notícias.

Antes de avançarmos na discussão sobre os processos de seleção e construção da notícia, analisaremos preliminarmente o conceito de notícia e o que a difere de uma reportagem. Tal distinção é relevante haja vista que a maioria dos textos relacionados às *fake news* ostentam um caráter mais próximo de notícia do que de reportagem, em virtude dessas características. Contudo, não se exclui a possibilidade de que elas também possam conter esse formato.

De acordo com Lage (2001, p. 32) notícia consiste no “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”, privilegiando a função referencial da linguagem. A reportagem, por sua vez, compreende uma complementação da notícia ou ensaio sobre conteúdo de interesse permanente. Na prática jornalística, a reportagem é utilizada para abordar fatos programados ou até mesmo os inesperados, com o uso de técnicas de coleta e produção de dados mais robustos (detalhados) que os da notícia. Lage (2001, p. 30) sintetiza a diferença entre as duas técnicas da seguinte forma:

Entre os gêneros do texto correntes nos jornais, a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado conhecimento do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não. (Lage (2001, p. 30)

Contribuindo com essas reflexões e, partindo da defesa de que o jornalismo é uma ciência, Silva (2009, p. 13) conceitua notícia como “a socialização de quaisquer informações de caráter público, atual e singular e que atendem a diferentes interesses”. Em consequência, o jornalismo tem o papel de transmitir informações sobre qualquer assunto ou acontecimento; de tornar públicas as informações; informar sobre temas e acontecimentos atuais; socializar informações por meio da linguagem, de narrativas, de simbologias (texto, imagem, som) e técnicas modeladoras; ao mesmo tempo que joga luz sobre fenômenos singulares do universo social.

Para dar corpo às notícias, os profissionais da imprensa fazem uso de técnicas que estruturam e delineiam o seu trabalho. A forma de apresentação das notícias é uma delas. Além do *lead*, que responde às perguntas da “fórmula familiar” o “quê”, “quem”, “quando”, “onde” e “porquê” (Traquina, 2005, p. 141), deve-se atentar aos aspectos das manchetes, títulos e subtítulos. Esses também têm a função de capturar a atenção do leitor, conduzindo-o e persuadindo-o a se interessar pelo conteúdo dos textos noticiosos.

É justamente no momento de construção do texto, seleção e ordenação dos dados por sua importância e interesse (Lage, 2001, p. 60), que aparecem os critérios de

noticiabilidade e os valores-notícia. Os critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*) correspondem aos fatores com potencial para agir no processo de produção da notícia, envolvendo características do fato, julgamentos do jornalista, cultura profissional, limitações de mídia, qualidade de textos e imagens, entre outros (Silva, 2005).

Dentro do processo de seleção das notícias é preciso escolher e hierarquizá-las. Entra em jogo o tratamento jornalístico dos fatos com o uso dos valores-notícia. Nesse ponto, conforme Silva (2009), entram outros critérios de noticiabilidade, tais como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo, público-alvo etc. Para a autora (2005, p. 98), os valores-notícia, também chamados de valores informativos ou fatores de notícia são um grupo de critérios que cercam a noticiabilidade do acontecimento e consideram fatores como “origem do fato, fato em si, acontecimento isolado, características intrínsecas, características essenciais, atributos inerentes ou aspectos substantivos do acontecimento.”

Traquina (2020), ao analisar estudos sobre conteúdos dos *media* noticiosos conclui que as notícias apresentam “padrão” geral estável e previsível. E, em consequência dessa previsibilidade, existem os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia partilhados pelos jornalistas. O autor (2020) explica a relação entre os dois da seguinte forma:

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (*“newsworthiness”*) (Traquina, 2020, s/p).

Silva (2005) considera que os valores-notícia estão presentes em todo o processo de produção e informação jornalística. Referem-se às qualidades dos eventos e não da sua construção jornalística. Apesar de participarem ativamente na construção noticiosa, resultam de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade. Com base na literatura conhecida sobre o tema, a pesquisadora produziu a tabela a seguir, que sintetiza os elencos de valores-notícia.

Quadro 3 – Compilação de elencos sobre valores-notícia

Elencos de valores-notícia
Stieler: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
Lippman: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência);

incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou de bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quanta de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência)
Galtung e Ruge: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo
Golding-Elliot: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.
Gans: importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.
Warren: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências
Hetherington: importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.
Shoemaker <i>et al</i> : oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito/polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raro
Wolf: importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura
Erbolato: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências.
Chaparro: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.
Lage: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.

Fonte: Silva (2005, p. 102-103).

Diante da diversidade de elencos teóricos sobre valores-notícia (Quadro 3), optaremos pela abordagem sintética proposta por Lage (2001), que identifica seis valores principais: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. Segundo o autor (2001), esses valores refletem interesses de

classes e grupos dominantes, bem como decisões estratégicas daqueles que detêm, ainda que momentaneamente, o poder de definir a relevância dos fatos.

O valor-notícia de **proximidade** diz respeito à seleção dos fatos que tendem a despertar maior interesse do público quanto mais próximos estiverem, seja em termos geográficos, culturais ou simbólicos. A **atualidade** privilegia acontecimentos recentes ou percebidos como novos pelo público. Para Lage (2001), o novo não se limita à ocorrência imediata no tempo, mas pode envolver fatos passados que adquirem relevância por analogia com a situação presente, fenômeno que o autor denomina de transatualidade. Assim, a atualidade está ligada à forma como os fatos são ressignificados em função das demandas simbólicas do presente.

A **identificação social** refere-se ao processo pelo qual o público reconhece nos conteúdos noticiosos modelos sociais desejáveis ou aspiracionais. Baseia-se em projeções idealizadas de *status*, prestígio e modos de vida.

O valor-notícia de **intensidade** está relacionado à magnitude dos acontecimentos, frequentemente expressa por números, recordes ou situações-limite. Eventos que envolvem grandes quantidades, coincidências trágicas ou contrastes extremos tendem a adquirir maior destaque noticioso, ainda que essa intensidade seja, muitas vezes, mais retórica do que substantiva, explorando a dificuldade do público em dimensionar dados abstratos.

O **ineditismo** relaciona-se à raridade ou à improbabilidade de um fato. Quanto mais inesperado ou improvável for um acontecimento, maior tende a ser seu valor-notícia.

Por fim, a **identificação humana** está associada ao interesse despertado por figuras que encarnam ideais sociais ou afetivos, como celebridades, líderes ou personagens apresentados como “gente como a gente”.

A partir dos estudos sobre os atributos dos valores-notícia podemos relacioná-los com as *fake news* a partir da análise de alguns textos falsos contemporâneos. A título de exemplo, mostraremos como os valores-notícia são forjados em textos verificados pelo portal Aos Fatos. O portal é uma organização jornalística brasileira dedicada ao combate à desinformação e à checagem de fatos.

Figura 4 – Checagens de notícias sobre Pix e expulsão de Lula da ONU



Fonte: Menezes e Faustino (2026); Bortolon (2026).

Nas notícias comprovadamente falsas, verificadas pelo portal de checagem, em 13 de janeiro de 2026, podemos perceber que os produtores das informações valeram-se de temas da atualidade, de proximidade e da identificação humana, com uso de figuras públicas nos textos e imagens, como a presença do Presidente Lula e da apresentadora do telejornal da TV Globo, Renata Vasconcelos. Embora não sejam notícias, essas *fake news* valem-se desses atributos para se passarem por informações verídicas.

Uma das publicações afirma, enganosamente, que o Presidente Lula teria participado de uma reunião emergencial das Nações Unidas sobre a captura do líder venezuelano Nicolás Maduro, ocorrida em 3 de janeiro de 2026. As peças também enganam ao identificar María Corina Machado, líder da oposição venezuelana que não ocupa cargos diplomáticos, como a suposta embaixadora. Veja a seguir o texto e as imagens da publicação original, que foi compartilhada por mais de 7 mil usuários do Facebook e contava com 115 mil visualizações no YouTube até a data de checagem feita pelo portal, em 13 de janeiro de 2026.

Figura 5 – Fake news sobre expulsão do Presidente Lula de reunião da ONU

Numa reunião de emergência da ONU, o Presidente Lula tentou 'falar grosso' contra os EUA e defender o ditador Nicolás Maduro, mas o tiro saiu pela culatra. Uma embaixadora venezuelana interrompeu o discurso petista aos berros, mandando Lula calar a boca e sentar-se no seu lugar!

falso

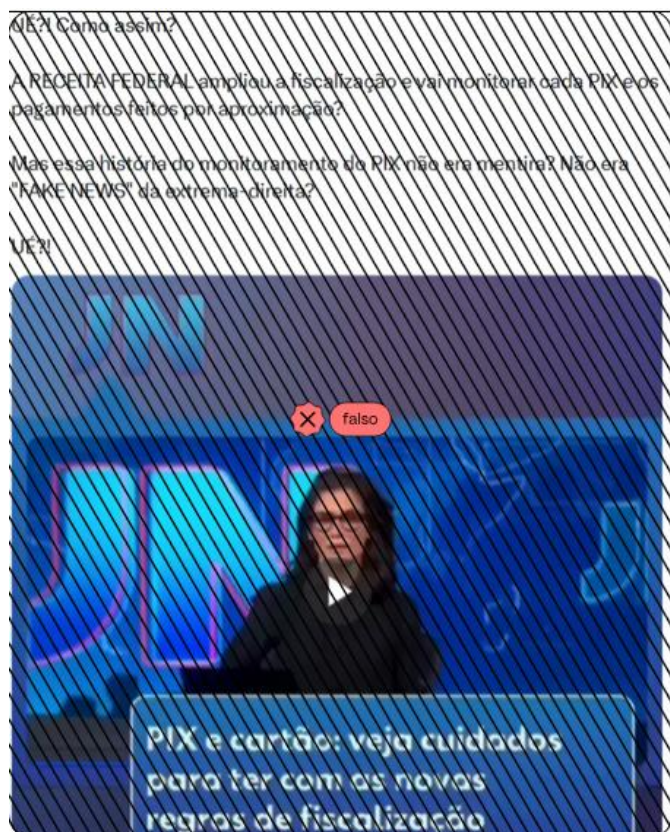


Fonte: Bortolon (2026).

A atualidade é mobilizada pela associação do conteúdo falso a eventos políticos internacionais recentes. A proximidade se dá pela centralidade do Presidente da República como figura política nacional, diretamente ligada ao imaginário político do público brasileiro. A identificação humana é explorada pela personalização extrema do acontecimento, com foco na figura de Lula e em supostos constrangimentos diplomáticos. A intensidade aparece na dramatização do evento, sugerindo crise institucional grave e repercussão internacional desproporcional aos fatos.

As peças de desinformação sobre o Pix tiraram de contexto uma reportagem antiga do Jornal Nacional e omitiram que a Receita Federal não monitora transações individuais devido às normas de proteção ao sigilo bancário. Na legenda do post há a seguinte mensagem: “*A RECEITA FEDERAL ampliou a fiscalização e vai monitorar cada PIX e os pagamentos feitos por aproximação? Mas essa história do monitoramento do PIX não era mentira? Não era "FAKE NEWS" da extrema-direita?*”. Segundo a checagem do portal Aos Fatos, até o dia 13 de janeiro de 2026, a publicação contava com 1,3 milhão de visualizações no X (antigo Twitter), 15 mil curtidas no Instagram e centenas de compartilhamentos no Facebook.

Figura 6 – *Fake news* retira de contexto matéria do Jornal Nacional sobre o Pix



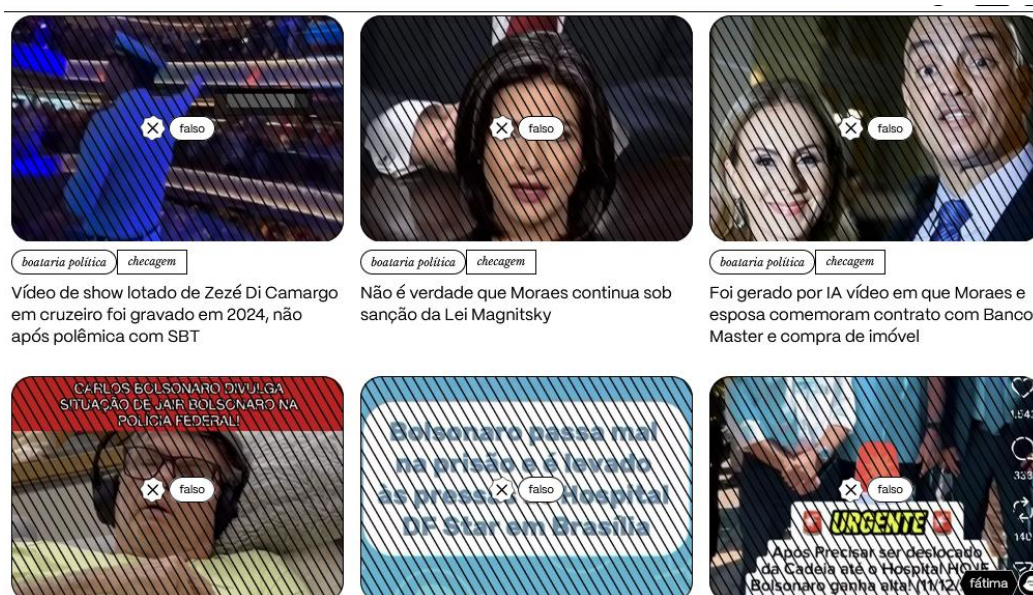
Fonte: Menezes e Faustino (2026).

A proximidade manifesta-se pelo impacto direto do tema na vida cotidiana da população, uma vez que o Pix é amplamente utilizado como meio de pagamento no Brasil. A atualidade é acionada pela vinculação da *fake news* a debates recentes sobre fiscalização financeira, criando a impressão de mudança iminente nas regras. A identificação humana ocorre com a presença de jornalistas e instituições reconhecidas, como o Jornal Nacional, conferindo credibilidade simbólica à desinformação.

Além do uso dos critérios de noticiabilidade presentes na informação, há ainda os elementos noticiosos do título em destaque, com uma chamada didática para o que seria o conteúdo da matéria jornalística (Pix e Cartão: veja cuidados para ter com as novas regras de fiscalização).

Na próxima figura fizemos uma pesquisa por filtro com o nome do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. O magistrado é figura pública e está em bastante evidência no noticiário brasileiro em virtude de sua atuação em processos polêmicos, a exemplo do julgamento dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Figura 7 – *Fake news* relacionadas ao ministro do STF Alexandre de Moraes.



Fonte: Aos Fatos (2026).

Na pesquisa é possível verificar que os temas checados referem-se a assuntos recentes publicados na mídia brasileira, especialmente relacionados a acontecimentos políticos como a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro⁹, ocorrida em 22 de novembro de 2025, e a aplicação da Lei Magnitsky, decretada contra o ministro Alexandre de Moraes¹⁰, em razão de sua atuação como magistrado nos casos envolvendo os julgamentos de Bolsonaro. Os valores-notícia simulados nas *fake news* são relacionados a proximidade, atualidade e identificação social.

A simulação do valor-notícia de intensidade também é frequente em postagens enganosas. Nesses casos, os produtores das *fake news* utilizam-se de programas de Inteligência Artificial para manipular imagens reais ou usam vídeos e imagens antigas, mostrando-as como se fossem de acontecimentos recentes, como nos exemplos a seguir:

Figura 8 – Imagem manipulada sobre apoio à prisão de Nicolás Maduro.

⁹ <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-decreta-prisao-preventiva-de-jair-bolsonaro/>

¹⁰ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/por-que-os-eua-sancionaram-moraes-com-base-na-lei-magnitsky/>
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpvdd770g2ko>



Também não é recente o vídeo que mostra centenas de manifestantes nas ruas erguendo bandeiras da Venezuela. A gravação, feita no Panamá em 2024, registra um protesto organizado por apoiadores de Maria Corina Machado e Edmundo González Urrutia, políticos de oposição a Maduro, conforme já verificado pelo **Aos Fatos** anteriormente.

Fonte: Faustino (2026).

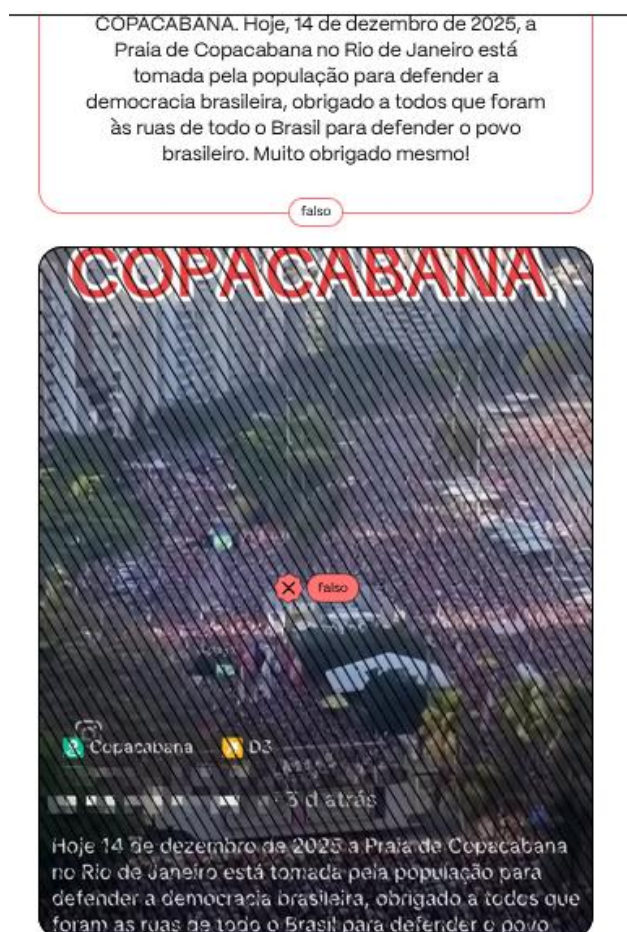
Nas manifestações sobre a prisão de Nicolás Maduro, os produtores das informações falsas manipularam imagens e o contexto das publicações para simularem o valor-notícia da intensidade. Vídeos gravados em 2024 durante uma onda de protestos após as eleições na Venezuela foram usados como se mostrassem a reação da população local à prisão de Nicolás Maduro, ocorrida em 3 janeiro de 2026 pelos Estados Unidos¹¹.

Outro exemplo de uso do valor-notícia intensidade no contexto brasileiro diz respeito às manifestações contra o PL da Dosimetria, veiculadas em dezembro de 2025. Vídeo que circulou como se mostrasse ato ocorrido em Copacabana em 14 de dezembro de 2025, contra o PL da Dosimetria - que modifica o cálculo das penas relacionadas a crimes contra o Estado Democrático de Direito, foi gravado em 21 de setembro de 2025. O protesto que teve cenas compartilhadas pelas peças de desinformação foi convocado por movimentos de esquerda e artistas contra a PEC da Blindagem e o PL da Anistia. A publicação utilizou-se da aparência de grande adesão ao movimento para demonstrar o

¹¹ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2026/01/03/por-que-nicolas-maduro-foi-preso-entenda-acusacoes-de-trump-e-dos-eua.htm>

suposto sucesso da manifestação contrária ao projeto proposto por aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro, vinculados a partidos com ideologia de direita.

Figura 9 - Valor-notícia de intensidade foi utilizado por grupos de esquerda em publicação enganosa



Fonte: Mangabeira (2025).

Esses exemplos constituem uma amostra de como os valores-notícia podem ser forjados na produção de *fake news*, funcionando como elementos importantes no processo de produção da desinformação. Os textos/posts recorrem a acontecimentos atuais, fazem uso da relação de proximidade, da identificação social, intensidade e identificação humana para produzirem peças enganosas e manipuladoras. O valor-notícia ineditismo não apareceu nas amostras verificadas, uma vez que os fatos checados se relacionam a assuntos de grande destaque na mídia e, portanto, não revestidos do caráter de novidade. Apesar disso, não se pode dizer que ele não se faça presente, sobretudo nas *fake news* do tipo contexto falso, em que um conteúdo autêntico é veiculado em um contexto totalmente

falso, a exemplo do caso da mamadeira de piroca, que será analisado no *corpus* dessa pesquisa.

Veja-se que os casos analisados não constituem notícias do ponto de vista padrão de sua estrutura, com respostas às perguntas do *lead* e introduções de informações importantes no primeiro parágrafo. Ainda assim, elas possuem elementos noticiosos, utilizando-se aspectos que de alguma maneira tentam forjar ou se aproximar dos critérios de noticiabilidade. Tal apropriação reforça a compreensão de que a eficácia das *fake news* está mais relacionada à capacidade de mimetizar formas legitimadas de produção informativa, articulando critérios de noticiabilidade, interesses ideológicos e estratégias de manipulação discursiva.

1.4.1 A jornada da imprensa tradicional nas campanhas contra a desinformação

A ascensão das *fake news* e o surgimento de um novo ecossistema informativo (Bruzzzone, 2021) impuseram um novo desafio à chamada imprensa tradicional que, no contexto brasileiro, refere-se aos grandes conglomerados jornalísticos formados por empresas de grupos familiares ou religiosos, detentores de jornais impressos, concessões de canais abertos de rádio e televisão¹². Essas empresas viram seu poder ser abalado com a proliferação de *fake news* nos meios digitais em maior velocidade e alcance que as verdadeiras (Vosoughi; Roy; Aral, 2018), com os ataques à legitimidade/credibilidade das informações jornalísticas (Santini; Borges, 2022), assim como pelo enfraquecimento econômico dos meios de comunicação, que chegou ao seu pior nível em 2025, segundo a ONG Francesa Repórteres Sem Fronteiras¹³.

Santaella (2020) observa que as redes digitais erodiram o monopólio dos jornalistas sobre a produção de notícias, permitindo que o "boca a boca" tradicional ganhasse escala global, muitas vezes ignorando princípios deontológicos fundamentais da profissão.

¹² Segundo a ONG RSF (página do ranking de 2025 destinada ao Brasil), dez principais grupos econômicos, oriundos do mesmo número de famílias, dividem o mercado, sendo os cinco maiores: Globo, Record, SBT, Bandeirantes e Folha. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/pais/brasil>

¹³ Relatório da RSF detalha os motivos que têm levado ao enfraquecimento econômico dos meios de comunicação e, consequentemente, ameaçam a liberdade de imprensa. Entre os motivos está a hegemonia das plataformas e concentração da mídia, além do fechamento massivo de meios de comunicação. Os dados estão disponíveis neste link: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-rsf-2025-enfraquecimento-econ%C3%B4mico-dos-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-uma-das-principais>

Esses fatores têm impacto na crise de legitimidade e de autoridade epistêmica, na qual o jornalismo profissional passou a ser alvo de ataques sistemáticos que visam destruir sua credibilidade para pavimentar o caminho de narrativas alternativas e, muitas vezes, antidemocráticas (Santini; Borges, 2022; Abert, 2025b; Vannuchi; Lima; Gasparian, 2025). Diante desses acontecimentos, veículos de comunicação tradicionais brasileiros iniciaram uma jornada de contraofensiva, estruturada tanto em campanhas publicitárias de reafirmação institucional quanto na implementação de mecanismos técnicos de checagem de fatos.

No Brasil, essa jornada ganhou contornos nítidos a partir de 2017, quando grandes grupos de mídia, como o Grupo Globo, lançaram iniciativas pioneiras. O jornal O Globo inaugurou a seção "É isso mesmo?", enquanto o jornal Extra criou o selo "#Éverdade#Éboato", ambos focados no *fact-checking* como ferramenta de combate a boatos virais¹⁴. Essas ações foram acompanhadas por campanhas publicitárias, como a "Jornalismo Globo. Uma ponte segura entre fatos e pessoas", que reforça o papel do jornalista profissional como um mediador indispensável em um ambiente digital sobrecarregado de informações não verificadas. Também com o apoio de campanha publicitária, em julho de 2017, o portal de notícias G1, integrante do grupo Globo de Comunicações, lançou a seção FATO OU FAKE¹⁵ de checagem de conteúdos suspeitos. Tendo como base o mote de inspirar a dúvida em relação a conteúdo suspeitos, a campanha convida o público a confiar no trabalho do profissional de imprensa, com os seguintes dizeres:

Texto publicitário de lançamento do serviço de checagem Fato ou Fake

"O bom jornalismo nasce da dúvida. Se aconteceu, é fato. Se é mentira, é fake. Só que hoje em dia é muito difícil separar o fato do fake. Saber se é inventado ou se aconteceu mesmo. É para isso que serve o jornalismo. Para conferir pra você. Se você tem dúvida, a gente confere. Se você não sabe se é verdade, a gente checa a fonte. Um bom jornalista não publica nada sem duvidar antes. Se não confere não é jornalismo. E conferindo a gente descobre o que de fato é fato e o que de fato é fake. Porque a dúvida leva à verdade. E a gente só trabalha com ela. Jornalismo é isso. A gente duvida. A gente confere. A gente informa. FATO OU FAKE. É jornalismo para o fake não virar news".
(<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake->

¹⁴ Jornal O Globo elaborou matérias jornalísticas explicando como seriam as campanhas contra as *fake news*: <https://oglobo.globo.com/politica/campanha-publicitaria-contras-fake-news-21048683>
<https://oglobo.globo.com/politica/grupo-vai-checar-combater-avanco-de-noticias-falsas-21048776>

¹⁵ Portal divulgou matéria jornalística explicando os objetivos do serviço de checagem: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-conteudos-suspeitos.ghtml>

[novo-servico-de-cheragem-de-conteudos-suspeitos.ghml](#) (acesso em 20 de fev. de 2026).

Outros veículos, como A Gazeta, aderiram a consórcios internacionais como o *The Trust Project*, adotando indicadores de transparência e integridade para distinguir o jornalismo de qualidade da desinformação deliberada¹⁶. Em maio de 2023, o grupo Bandeirantes de Comunicação lançou campanha de valorização do jornalismo profissional. Na mensagem, o grupo Band reforça o combate às *fake news*, enfatizando que a prática jornalística responsável se fundamenta na apuração rigorosa dos fatos, na escuta de diferentes lados, na verificação das informações e no compromisso com a verdade, independentemente de interesses ou opiniões pessoais.

Também surgiram iniciativas de forma independente, como as agências de checagens de fatos Lupa e Aos Fatos, lançadas por jornalistas no ano de 2015 (Martins; Teixeira, 2025). Elas também visam reforçar a credibilidade dos profissionais de imprensa no combate à desinformação, utilizando-se de fatos verificáveis e do uso de tecnologias para checagem das informações.

Relatório dos pesquisadores Rose Santini e Marcio Borges (2022), produzido pelo laboratório de pesquisa da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NetLab UFRJ, indica que a indústria da desinformação no Brasil adotou como estratégia central a destruição da credibilidade da "mídia de legado", tendo como foco a disputa pelo espaço da mídia hegemônica. Por meio de uma análise multiplataforma, identificou-se que narrativas anti-imprensa rotulam veículos profissionais como "interesseiros", "manipuladores" ou "inimigos da família". Tais narrativas circulam intensamente em redes como Telegram, *WhatsApp*, *YouTube* e *TikTok*. Esses ataques são frequentemente coordenados por redes de influenciadores de extrema-direita e potencializados pelo uso de robôs (bots), que inundam o ecossistema digital com conteúdos que visam deslegitimar a checagem profissional, classificando-a, paradoxalmente, como uma forma de censura.

Nessa disputa por espaço, veículos de menor audiência utilizam-se de estratégias para engajar e fidelizar seu público tais como o uso de ideias extremistas, linguagem sensacionalista e desinformação (Santini; Borges, 2022). Esse tipo de mídia desenvolveu mecanismos de sustentabilidade econômica, como a monetização de conteúdo em

¹⁶ Campanha "Juntos pela Verdade" foi lançada em agosto de 2022 pelo jornal A Gazeta: <https://www.anj.org.br/a-gazeta-lanca-campanha-juntos-pela-verdade-para-combater-fake-news/>

plataformas como o *YouTube*, o impulsionamento de seus conteúdos e o recebimento direto de recursos da sua audiência. O estudo do NetLab cita o canal Brasil Paralelo como exemplo desse tipo de mídia. A produtora de conteúdo audiovisual se apresenta como “alternativa à velha mídia” e possui 4,8 milhões de inscritos no canal da plataforma *YouTube*.

Em síntese, a jornada da imprensa tradicional brasileira no enfrentamento à desinformação e às *fake news* revela-se marcada por movimentos de ataque e reação. Se, por um lado, o jornalismo profissional tem sido alvo de campanhas sistemáticas de deslegitimação, intensificadas no ambiente digital e impulsionadas por dinâmicas de polarização política, por outro, observa-se a consolidação de estratégias de resistência que combinam inovação técnica, reafirmação ética e articulação institucional.

Os dados do Relatório da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV - Abert (2025a) evidenciam a assimetria dessa disputa. No ano de 2024 foram registrados mais de 703 mil ataques virtuais contra a imprensa brasileira, com destaque para a plataforma X (antigo Twitter), que concentrou a maior parte das menções negativas. Ainda assim, o relatório aponta a existência de uma capacidade reativa por parte do jornalismo profissional. Os 600 jornalistas brasileiros mais ativos nessa rede social reúnem, conjuntamente, cerca de 32,7 milhões de seguidores, configurando uma rede de alcance expressivo que, embora insuficiente para neutralizar completamente os detratores, constitui um ponto de partida relevante para o enfrentamento público da desinformação e da retórica anti-imprensa.

Figura 10 – Ataques e ameaças sofridos por jornalistas brasileiros dentro da internet, em 2024.

COMPORTAMENTO REDE SOCIAL

- > X – **665.628**
- > Facebook – **32.000**
- > Instagram – **4.000**
- > Reddit – **2.300**

A pesquisa completa da BITES pode ser acessada em bites.com.br.

Fonte: Abert (2025b).

Esse dado reforça a compreensão de que a atuação jornalística nas plataformas digitais não deve ser analisada apenas sob a lógica da vulnerabilidade, mas também como

um espaço de disputa simbólica, no qual a credibilidade, a visibilidade e a autoridade discursiva continuam sendo recursos estratégicos. A presença ativa de jornalistas nas redes, quando associada a práticas de transparência, checagem e mediação responsável da informação, amplia o potencial de reconstrução da confiança social no jornalismo.

No plano internacional, os relatórios da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) situam esse cenário brasileiro em um contexto mais amplo de fragilização do jornalismo nas Américas, marcado por pressões econômicas, hostilidade política e erosão das condições de sustentabilidade dos meios de comunicação. Ainda que o Brasil tenha apresentado, recentemente, sinais de melhora relativa em *rankings* globais de liberdade de imprensa, a RSF (2025) alerta que o enfraquecimento econômico das empresas jornalísticas e a persistência de discursos de ódio contra profissionais da mídia continuam a representar riscos estruturais à qualidade da informação e à estabilidade democrática.

No *ranking* da organização (RSF) que avalia o cenário para liberdade de imprensa em 180 países, o Brasil subiu da posição 82, em 2024, para a 63, em 2025. O relatório (RSF, 2025) cita o período do governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022) como responsável por aumentar os ataques à imprensa e à liberdade de informação. Em 2021, o Brasil caiu para a 111ª posição e entrou para a “zona vermelha” da lista, sendo considerado país com sérias restrições ao exercício do jornalismo.

Diante das ameaças aos profissionais de imprensa e da presença constante de desinformação e *fake news* nos ambientes digitais, a jornada da imprensa contra esses fenômenos não pode ser compreendida apenas como um conjunto de iniciativas pontuais de *fact-checking* ou campanhas publicitárias, mas como parte de um processo mais amplo de defesa da esfera pública democrática. O êxito dessa trajetória depende da capacidade do jornalismo de se afirmar, simultaneamente, como prática profissional comprometida com a verdade factual e como ator social capaz de disputar sentidos, resistir à desinformação organizada e reafirmar seu papel histórico como pilar fundamental da democracia em contextos de pós-verdade.

1.5 Considerações finais

Este capítulo buscou trazer à tona o cenário recente sobre fenômenos da sociedade contemporânea, presentes especialmente no mundo digital, mas que impactam a vida dos sujeitos e modificam as relações sociais. Procuramos abordar como a pós-verdade e a ascensão das *fake news* têm se mostrado temas de extrema relevância, especialmente por

serem usados como formas de persuasão e naturalização de discursos, e como esses fenômenos estão modificando ou impactando o trabalho da imprensa tradicional. Por outro lado, tentamos verificar a presença de marcas ideológicas e os traços jornalísticos utilizados pelos produtores de *fake news*, na tentativa de se passarem por informações legítimas e confiáveis.

O capítulo também tratou dos aspectos sobre o ecossistema informativo das *fake news* e dos elementos que impactam no combate à sua proliferação, como a dificuldade de a imprensa apurar e divulgar contra-argumentos na mesma velocidade das *fake news*, a formação dos filtro bolha, a influência dos algoritmos e a estrutura das câmaras de eco. O contexto deste capítulo é parte fundamental da nossa investigação, uma vez que traz os pressupostos para aprofundamento da temática sob a perspectiva da Linguística de Texto.

– CAPÍTULO 2 –

CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA DE TEXTO PARA A ANÁLISE DAS *FAKE NEWS*

Dedicamos este segundo capítulo à abordagem da fundamentação teórica para nossa pesquisa. Nele falaremos sobre a evolução da Linguística e sobre nossa afiliação ao termo tessitura referencial como forma de verificar a construção de sentidos nos textos analisados.

2.1 Considerações iniciais

Este capítulo se dedica a explorar as contribuições da Linguística Textual (LT) para a análise do fenômeno das *fake news*. Partindo de uma retrospectiva da evolução da LT, desde suas origens na década de 1960 até a consolidação de sua vertente sociocognitiva e sociointeracional, o texto demonstra como essa disciplina oferece um arcabouço teórico-metodológico para compreender os complexos processos de produção da desinformação na contemporaneidade.

Em particular, a discussão aprofunda-se em verificar os sentidos que emergem dos objetos de discurso, evidenciando como a construção de sentidos no texto é um processo dinâmico e negociado, e não a mera correspondência direta com a realidade. Ao relacionar tessitura referencial e *fake news*, este capítulo procura mostrar como os temas estão interligados, discutindo como os sentidos são construídos por meio de estratégias linguístico-discursivas.

2.2 Linguística textual: contribuições, avanços e limitações nos estudos atuais

A Linguística de Texto (LT) desenvolveu-se inicialmente, na Europa, na década de 1960. Seu principal objetivo é a investigação do texto como unidade básica da comunicação humana, considerando não apenas seus aspectos linguísticos internos, mas também os fatores cognitivos, sociais, interacionais e pragmáticos que intervêm na produção e na interpretação dos sentidos (Fávero; Koch, 2012 [1983]; Cavalcante, 2024 [2011]). Os primeiros estudos relacionados ao que hoje se entende como LT buscavam expandir as investigações que se orientavam pelo estudo da palavra ou da frase focalizados em abordagens estritamente gramaticais, deslocando-se o foco para análises de linguagem mais amplas, em especial, o texto. Essa mudança de perspectiva implicava reconhecer o texto como unidade de sentido.

Os primórdios da Linguística Textual, na segunda metade da década de 1960 e início dos anos 1970, foram marcados por uma diversidade de abordagens e de denominações, refletindo a busca por expandir os estudos para além da frase. Como apontam Fávero e Koch (2012 [1983]), coexistiam termos como Textologia (Harseg), Teoria de Texto (Schmidt), Translinguística (Barthes), Hipersintaxe (Palek) e Teoria da estrutura do texto – Estrutura do mundo (Petöfi), além das análises transfrásticas e das gramáticas de texto.

Em geral, os livros sobre Linguística de Texto enumeram três fases principais que marcam a evolução da disciplina, cada uma com focos teóricos distintos, embora não estritamente cronológicas, mas indicativas de tendências predominantes em diferentes momentos (Fávero; Koch, 2012 [1983]).

A primeira fase da Linguística Textual, situada nesse período entre 1960 e 1970, caracteriza-se pelo predomínio da análise interfrástica e da gramática de textos. Naquele momento, o texto era concebido, majoritariamente, como uma extensão da frase, isto é, como uma “frase complexa” ou como o signo linguístico mais elevado na hierarquia do sistema linguístico. O interesse central recaía sobre as relações entre frases adjacentes e sobre os mecanismos que garantiam sua articulação formal, uma vez que os estudos dessa fase ainda estavam fortemente vinculados a orientações estruturalistas e gerativistas. O foco analítico recaía majoritariamente sobre a coesão textual, conforme explica Koch (2023 [2004], p. 12) ao afirmar que:

Na verdade, o que se pode verificar é que, na época do surgimento da Linguística Textual, na segunda metade da década de 1960, bem como na primeira metade da década de 1970, em função do conceito de texto então majoritário, a maioria dos estudiosos estava debruçada sobre a análise transfrástica e/ou a construção de gramáticas de texto, de modo que o objeto privilegiado de estudo era a coesão, ou seja, a propriedade de *cohere* (*hang together*), muitas vezes equiparada à coerência (*coherence*), já que ambas eram vistas como qualidades ou propriedades do texto. (Koch (2023 [2004], p. 12).

Embora a análise transfrástica tenha contribuído para consolidação do texto como objeto de investigação linguística, como observam Fávero e Koch (2012 [1983]), a insuficiência das análises puramente frasais para explicar fenômenos como a correferência, a pronominalização, a seleção de artigos, a ordem das palavras e as relações implícitas entre sentenças impulsionaram o desenvolvimento das gramáticas textuais, que buscavam modelos mais abrangentes para descrever a estrutura e a coesão dos textos. Conforme explica Koch (1997, p. 68), “as tentativas de desenvolver uma linguística

textual como uma linguística da frase ampliada ou corrigida mostraram-se, todavia, insatisfatórias, e acabaram sendo abandonadas”.

Assim, ainda na primeira fase da LT, focalizaram-se as gramáticas textuais, na busca por formalizar uma competência textual, propondo-se modelos que descrevessem a estrutura global do texto, bem como as estratégias de coesão e coerência que o constituem, analisando o texto em seu cotexto (o ambiente linguístico interno ao próprio texto).

As gramáticas textuais pretendiam verificar questões como o que faz com que um texto seja um texto; levantar os critérios para a delimitação de textos e diferenciar as várias espécies de texto (Fávero; Koch, 2012 [1983]). Autores como Weinrich, Petöfi e Van Dijk propuseram modelos que descreviam a organização global do texto, articulando aspectos sintáticos e semânticos e introduzindo noções como macroestrutura e superestrutura textual, como explica Koch (1997, p. 68):

Nesta tarefa, destacam-se, ao lado dos estruturalistas como Weinrich, os seguidores da Gramática Gerativa ou, pelo menos, estudiosos que se formaram no interior desse paradigma. É o caso, por exemplo, de Van Dijk, em seus trabalhos do início da década de 1970, de Lang (1971, 1972) e de Petöfi (1972, 1974).

Marcuschi (2012 [1983]) cita os trabalhos de Van Dijk (1983) para se referir a esse período da LT, mostrando como esse autor definia o texto a partir do conceito de estrutura superficial governada por estrutura semântica profunda, ressaltando que a comunicação se dá primordialmente por meio de textos, e não de sentenças avulsas. Como observa Marcuschi (2012 [1983], p. 27), para Van Dijk, “é por textos e não por sentenças que nos comunicamos”. Nesse período, os aspectos semânticos passam a ser inseridos no estudo da língua, entendendo-se que o texto é muito mais que a soma de frases.

Autores que começaram a elaborar teorias do texto na LT, como Harald Weinrich e Schmidt, na década de 1970, passaram a investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso. Com isso, a postura teórica sobre os estudos linguísticos passou a identificar uma nova unidade linguística (o texto), estudada em uma perspectiva supra-frasal, com a valorização da língua em contextos de usos empíricos. Conforme Marcuschi (2016 [2000]), essa atividade privilegia a linguística autêntica com textos produzidos em situações cotidianas orais ou escritas.

É nesse momento que se inicia a chamada virada pragmática, incorporada no âmbito da segunda fase. Gradualmente, os estudos textuais passam a considerar que o

texto não pode ser analisado apenas como produto acabado, mas deve ser compreendido em relação às intenções comunicativas dos falantes e às situações concretas de uso. “Os textos passam a ser estudados dentro de seu contexto pragmático, isto é, o âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, entendido, de modo geral, como o conjunto de condições - externas ao texto - da produção, recepção e interpretação dos textos” (Koch, 1997, p. 70).

Com a evolução dos estudos teóricos, no final da década de 1970, o protagonismo das gramáticas de texto cedeu espaço à noção de textualidade. Nesse contexto, Beaugrande passou a entender a textualidade como um processo de múltiplas conexões ativadas em situações de eventos comunicativos, conforme apresenta Bentes (2006). Essa mudança deslocou o interesse da descrição puramente estrutural dos textos para os fatores de textualidade, que conferem funcionalidade aos textos em situações concretas de uso.

Segundo Cavalcante *et al.* (2022), a noção de textualidade nos anos 1970 referia-se a um conjunto de características que faziam com que um texto fosse texto, e não apenas uma sequência de frases ou palavras. Esses fatores, difundidos por Beaugrande e Dressler (1981), constituíam-se como condições necessárias para que um texto cumprisse a função de comunicar. Beaugrande e Dressler (1981) agruparam tais condições em fatores internos (centrados no texto) e externos (centrados no usuário), conforme ilustrado no quadro 4. Essa noção foi atualizada e, na perspectiva pragmático-cognitiva, não faz sentido essa divisão, pois todos esses fatores estão centrados simultaneamente no texto e em seus usuários (Koch, 2023 [2004]).

Quadro 4 – agrupamento dos fatores de textualidade

Fatores de textualidade centrados no texto	Fatores de textualidade centrados nos usuários
Coesão e coerência.	Intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade.

Fonte: Beaugrande e Dressler (1981) – tradução livre.

Conforme destaca Bentes (2006, p. 246), o desenvolvimento da Linguística de Texto ocorreu de maneira heterogênea, caracterizado por uma ampliação gradual e diversificada do seu objeto de análise. Inicialmente centrada na língua como sistema, sob a influência teórico-metodológica da Linguística Estrutural Saussureana, a área expandiu seu foco para incorporar aspectos relacionados ao uso da linguagem, às condições de produção e de recepção dos textos, bem como à dimensão comunicativa destes, que

posteriormente passou a incluir também a perspectiva sociointeracional. Essa trajetória plural reflete a complexidade do fenômeno linguístico, evidenciando que os estudos textuais foram se enriquecendo ao integrar diferentes enfoques e dimensões, o que resultou em uma abordagem multifacetada e dinâmica da linguagem em uso.

A segunda fase da LT, a partir da década de 1980, representa a consolidação das teorias de texto, deslocando o foco para o funcionamento da língua em uso, investigando-a não de forma autônoma, mas sim em seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta, como aponta Koch (2023 [2004]). Essa fase se dedica a investigar a relação assumida entre a interação, o contexto e os propósitos comunicativos.

Na segunda fase, de base cognitivista (Koch, 2023 [2004]), o foco da análise textual se amplia significativamente, passando a considerar não só a estrutura interna do texto, mas também as intenções comunicativas dos falantes e o contexto pragmático em que o texto é produzido e interpretado. Trata-se de uma transição importante, na qual o texto deixa de ser visto como produto acabado e autônomo para ser compreendido como processo dinâmico e interativo, inserido em situações comunicativas específicas.

Segundo Koch (2023 [2004]), essa mudança epistemológica foi impulsionada por contribuições fundamentais da Psicologia da Linguagem e da Filosofia da Linguagem, especialmente pela Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida inicialmente por Austin e continuada por Searle. Essa teoria enfatiza que a linguagem não serve apenas para transmitir informações, mas também para realizar ações comunicativas, o que amplia a compreensão do texto para além do seu aspecto formal, incluindo a intenção do falante e o efeito esperado no interlocutor.

No terceiro momento, adquire particular importância o tratamento dos textos no seu contexto pragmático: o âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, entendido, em geral, como conjunto de condições – externas ao texto – da produção, da recepção e da interpretação do texto (Fávero; Koch, 2012 [1983], p. 20).

É na terceira fase de estudos da LT que ganham importância a figura do contexto pragmático e a noção de textualidade. O contexto, de acordo com Bentes (2006), é visto de modo geral como um conjunto de condições externas da produção, da recepção e da interpretação dos textos. Por outro lado, Fávero e Koch (2012 [1983]) lembram que a incorporação da pragmática aos estudos linguísticos tinha posicionamentos diversos dos autores.

Para uns, como é o caso de Dressler, a pragmática constitui apenas um componente acrescentado a posteriori a um modelo preexistente de gramática textual, cabendo-lhe tão somente dar conta da situação comunicativa na qual o

texto é introduzido. Outros postulam um componente pragmático integrado à descrição linguística, como Schmidt, para quem a inserção na pragmática significa a evolução da linguística textual em direção a uma teoria pragmática do texto, que tem como ponto de partida o ato de comunicação – com os seus pressupostos psicológicos e sociológicos – inseridos numa específica situação comunicativa (Fávero; Koch, 2012 [1983], p. 21).

Assim, a terceira fase da Linguística Textual representa uma ampliação do objeto de estudo, que deixa de ser apenas o texto em si para incluir o contexto e a intenção comunicativa, tornando-se uma disciplina com forte orientação sociocognitiva, que valoriza os processos de produção, de recepção e de interpretação do texto como atividades humanas complexas e interativas.

Essa valorização dos fatores pragmáticos e contextuais levou ao desenvolvimento do conceito de textualidade, que engloba os diversos fatores que contribuem para a construção do sentido e a adequação comunicativa do texto. Como resumem Cavalcante *et al.* (2022, p. 18-19):

[...] Pensava-se que os sentidos de um texto eram alcançados por traços linguísticos, por princípios cognitivos, culturais e interacionais, que deveriam ser recuperados na leitura e respeitados na escrita adequada. Esses princípios cognitivos, culturais e interacionais eram guiados pela intencionalidade do locutor, pela tentativa de aceitabilidade do interlocutor, pela adequação do texto ao tipo de situação comunicativa levada a cabo, pela natureza intertextual de todo dizer e pelo balanceamento das informações dadas e novas.

Segundo Koch (2023 [2004]), a virada cognitivista da segunda fase deu origem a uma concepção de texto mais dinâmica e processual, a qual seria denominada, na terceira fase, de abordagem sociointeracional e sociocognitiva. Nessa visão, para que uma sequência linguística seja considerada um texto, é necessário que ela atenda aos critérios de textualidade, que a autora denomina “princípios de construção textual de sentido”.

Na década de 1980, como aponta Koch (2001, p. 13), o conceito de coerência foi ampliado sob uma perspectiva pragmático-enunciativa, passando a ser entendida não como propriedade inerente ao texto, mas como algo que “se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, sociocognitiva e interacional”.

Dentro desta concepção, amplia-se, mais uma vez, a noção de contexto, tão cara à Linguística Textual. Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como cotexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ela passa a constituir agora a própria interação

e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação (Koch, 2023 [2004], p. 43-44).

Com essas novas abordagens, o texto passa a ser concebido como uma unidade comunicativa fundamental, sendo analisado não apenas a partir das sentenças isoladas, mas em seu funcionamento articulado e contextualizado. De fato, enquanto as fases anteriores da Linguística de Texto, sobretudo a inicial, orientavam-se para a análise de sentenças e suas relações, essa terceira fase rompe com tal perspectiva, ao enfatizar que a comunicação ocorre em contextos interativos e situacionais. Não nos comunicamos por sentenças isoladas; ninguém, ao adentrar um espaço, simplesmente afirma: “a vaca dá leite”, pois tal enunciado, deslocado de um contexto, carece de função comunicativa. O que dizemos é sempre motivado pelo que foi dito anteriormente, pelo ambiente interacional e pelas intenções dos sujeitos envolvidos. Assim, é o texto que abriga esse expediente comunicativo e sociointeracional, articulando linguagem, cognição social e interação social.

Por outro lado, Cavalcante *et al.* (2022) lembram que, por muito tempo, o estudo do texto oscilava entre abordagens normativas ou descritivas. Em razão disso, por longos anos, os estudos ficaram associados a uma análise da coerência semântica e da coesão linguística, com ênfase nas conexões entre frases e no encadeamento lógico do conteúdo. Esse recorte reduzia o texto a um artefato linguístico fechado, desconsiderando suas relações com as práticas sociais nas quais os usuários da língua estão inseridos.

As mudanças conceituais e teóricas levaram à consolidação do texto como objeto central da LT. Essa área da Linguística, em sua vertente contemporânea com forte inclinação sociocognitiva e sociointeracional, dedica-se ao estudo dos complexos processos de produção, de recepção e de interpretação textual (Mussalim; Bentes, 2006). Superando os limites da análise frasal, a LT investiga como os textos funcionam na comunicação humana, considerando os sujeitos, os contextos e as interações sociais.

Verificou-se que, desde seu aparecimento até hoje, a Linguística Textual percorreu um longo caminho e vem ampliando e modificando a cada passo seu espectro de preocupações. De uma disciplina de inclinação primeiramente gramatical (análise transfrática, gramáticas textuais), depois pragmático-discursiva, ela transformou-se em disciplina com forte tendência sociocognitivista: as questões que ela se coloca, neste final de século, são as relacionadas com o processamento sociocognitivo de textos escritos e falados (Koch, 2001, p. 15-16).

É nessa perspectiva sociocognitiva e sociointeracional da Linguística Textual que compreende o fenômeno linguístico como sociocultural, heterogêneo e dinâmico (Mussalim; Bentes, 2006), que se inserem investigações contemporâneas sobre as *fake news*. A análise sob essa ótica permite questionar (1) como as características atuais da comunicação digital e as interações sociais influenciam a produção da desinformação e (2) quais sentidos são negociados e partilhados nesse processo.

Entende-se o conceito de texto como esse evento comunicativo que produz sentido para as circunstâncias em que é produzido. Conforme afirmam Cavalcante *et al.* (2022, p. 21), uma definição mais representativa nos estudos linguísticos-textuais brasileiros que foi incorporada de Beaugrande (1997) é como: “evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”. Sob essa perspectiva, o texto constitui prática social mediada pela linguagem, em que diferentes dimensões – tais como os objetivos do locutor, as expectativas do interlocutor, o contexto sociocultural e os saberes compartilhados – atuam conjuntamente na construção de sentidos.

Tendo como premissa que a produção de sentido é um dos principais pontos do evento comunicativo, autores brasileiros como Marcuschi, Koch, Fávero, Travaglia e Cavalcante destacam a centralidade da coerência na textualidade. Em vez de ser apenas um fator, a coerência é frequentemente vista como princípio mais abrangente, condição fundamental para a existência do texto como evento comunicativo significativo. Koch (2023 [2004]), por exemplo, argumenta que a coerência, construída na interação entre texto e usuários, engloba e articula os demais fatores de textualidade, não sendo algo dado *a priori*, mas processo dinâmico emergente na construção de sentidos.

Sob esse aspecto, a forma como os leitores compreenderão dado texto envolverá fatores como contexto, atuação comunicativa, coerência e coesão. Sob essa ótica, Cavalcante (2024 [2011]) afirma que a coerência é vista não apenas como unidade semântica, mas como atividade que engloba as inferências que precisam ser realizadas para a construção de sentidos do texto. Para tomar o texto como unidade de análise, é preciso “considerar mais do que sua tessitura, pois um conjunto de contextos e de conhecimentos (linguísticos, cognitivos, interacionais) está envolvido no processo de (re)construção dos sentidos que se empreende durante a compreensão e a produção de um texto” (Cavalcante, 2024 [2011], p. 30). Fatores como contexto, atuação comunicativa e coesão são mobilizados para possibilitar a construção de sentidos, que sempre demanda inferências orientadas pelas pistas deixadas pelo produtor do texto. É nesse contexto que se amplia a noção de coerência como atividade interpretativa.

Na verdade, a coerência não está no texto em si; não nos é possível apontá-la, destacá-la ou sublinhá-la. Ela se constrói a partir do cotexto e dos contextos, numa dada situação comunicativa, na qual o leitor, com base em seus conhecimentos sociocognitivos e interacionais e na materialidade linguística, confere sentido ao que lê (Cavalcante, 2024 [2011], p. 31).

De maneira convergente, Koch e Elias (2008, p. 189), apoiadas em Charolles (1983), propõem entender a coerência como um princípio de interpretabilidade: “sempre que for possível aos interlocutores construir um sentido para o texto, este será, para eles, nessa situação de interação, um texto coerente”. Ou seja, não é uma interpretabilidade aleatória ou caótica, mas orientada por elementos textuais e contextuais que sinalizam as possíveis leituras. Esse entendimento é particularmente relevante para refletirmos sobre o fenômeno das *fake news*. Os sujeitos que produzem ou compartilham tais conteúdos podem alegar que sua interpretação é apenas uma manifestação legítima da liberdade de expressão. No entanto, embora a interpretação sempre envolva uma dimensão subjetiva, ela não é ilimitada, pois se ancora em pistas que orientam a construção de sentidos. Nas *fake news*, essas pistas frequentemente são mobilizadas estrategicamente para produzir desinformação, apelando para crenças, valores e alinhamentos político-ideológicos dos interlocutores que pretendem atingir. Assim, a coerência é reconstruída não como meio para garantir a veracidade ou legitimidade, mas para conferir aparência de plausibilidade aos conteúdos desinformativos.

Nesse quadro, a concepção de texto como evento comunicativo amplia-se para contemplar sua dimensão interacional. O texto, nesta terceira fase da LT, passa a ser analisado como evento de interação entre locutor e interlocutor, no qual não apenas os aspectos linguísticos são relevantes, mas também a relação constante entre os sujeitos e o contexto sociointeracional que orienta a produção de sentidos. Como afirmam Koch e Elias (2008), numa perspectiva sociocognitivo-interacional, os sujeitos são vistos como atores sociais que se constroem e são construídos no e pelo texto, mobilizando conhecimentos compartilhados que permitem detectar implícitos e subentendidos.

Diante dessas reflexões, é possível afirmar que, embora as contribuições das duas primeiras fases da Linguística de Texto – voltadas à análise das sentenças e das relações coesivas – sejam válidas e importantes, a presente investigação se insere plenamente na terceira fase, de orientação sociocognitivo-sociointeracional. Essa fase é particularmente produtiva para o estudo das *fake news*, justamente por questionar noções de veracidade e de legitimidade textual, deslocando a atenção para os processos de construção e de

interpretação de sentidos. Essa orientação nos permite compreender como determinados textos são capazes de mobilizar crenças e valores, criando discursos que sustentam a desinformação, mesmo quando esta contraria fatos verificáveis. Assim, as contribuições da terceira fase da Linguística de Texto oferecem instrumentos teórico-analíticos fundamentais para compreender os processos de produção das *fake news* na sociedade contemporânea, na medida em que reconhece a subjetividade (a presença do sujeito no texto) e se vale das pistas geradas na textualidade.

2.3 A construção da tessitura referencial nas *fake news*

Diante da abordagem atual da terceira fase da LT, a proposta dessa dissertação é nos valer do conceito de tessitura referencial, que é primordial para compreendermos o panorama em que acontece a produção das *fake news*, um fenômeno que tem se difundido de maneira muito rápida em nossa sociedade e provocado o aumento de estudos sobre o tema, especialmente no século XXI, conforme afirmam Bentes e Souza-Santos (2023). Segundo esses autores (2023), o que se convencionou chamar de *fake news* tem sido objeto de análise sobre seus impactos nos eventos sociais. No Brasil, os estudos se dedicam a abordagem desse tema principalmente no âmbito político, em que existe uma polarização de ideias entre pensamentos de direita ou de esquerda.

Nesta pesquisa, o estudo das *fake news* está direcionado ao seu caráter textual-discursivo, especialmente no papel da tessitura referencial explicitada nas construções de sentidos desenhadas por meio das estratégias de referenciação. Assim como Albuquerque e Diefenthaler (2021), partilhamos da ideia de que os sujeitos realizam escolhas referenciais e mobilizam estratégias para construir sentidos. No caso das *fake news*, essas escolhas podem produzir argumentações com o objetivo de fomentar distorções para serem compartilhadas em grande escala. Entendemos que isso acontece, com as escolhas tanto dos elementos referenciais, que simulam posições de órgãos oficiais ou de autoridades, quanto de elementos gráficos que reforçam apelos emocionais ou posições ideológicas.

Para essa análise, valemo-nos da concepção de que o texto não é um produto acabado, mas um processo realizado por meio de negociações durante as interações sociais (Marcuschi, 2008; Cavalcante, 2024 [2011]; Koch, 2014 [1997]); ao passo que, especificamente em relação às tessituras textuais, focalizaremos na análise das referências anafóricas e catafóricas utilizadas para criação e negociação de sentidos nas *fake news*. O

estudo utiliza como base os aportes teóricos mais recentes sobre o tema, defendidos por autores como Koch (2008, 2014 [1997]), Marcuschi (2001, 2008), Koch e Marcuschi (1998), Cavalcante (2011, 2024 [2011]) e Cavalcante *et al.* (2022), que consideram o caráter discursivo e sociointeracional presentes no texto.

Embora o texto seja recorrentemente associado à modalidade escrita, é importante destacar que partilhamos da noção de texto em um conceito mais amplo. Conforme Koch e Travaglia (1997), ele é uma unidade linguística concreta, materializada de forma oral ou escrita pelos usuários da língua, que podem ser locutor, interlocutor, escritor ou leitor. Portanto, o texto se faz presente na interação comunicativa entre os usuários da língua, que se utilizam de estratégias discursivas para a realização de uma comunicação.

Concebemos a anáfora e a catáfora como processos referenciais que não se restringem à simples correspondência (a conexão com algo expresso anterior ou posteriormente), mas como responsáveis pela (re)construção de objetos de discurso e, consequentemente, pela produção de efeitos de sentido (Cavalcante *et al.*, 2022) que podem induzir o leitor à aceitação de determinadas versões da realidade. No âmbito das *fake news*, tais estratégias de (re)construção das tessituras, além de nomear ou de retomar entidades no texto, podem operar seletivamente, ocultando, reiterando, deslocando ou (des)valorizando certos referentes em detrimento de outros, com vistas à manipulação da informação e à (re)orientação interpretativa. Analisar a tessitura referencial implica identificar essas estratégias textuais – de apagamento, de reconstrução, de adulteração de conteúdos *etc.* – que contribuem para a construção de uma coerência desvinculada da verdade factual.

Nesse sentido, a construção das tessituras referenciais é compreendida como atividade discursiva, na qual os sentidos são (co)construídos a partir das condições de produção (Fairclough, 2019 [1992]) das *fake news*. Mais do que observar a presença de anáforas e de catáforas no cotexto, interessa-nos investigar de que maneira essas estratégias operam e colaboram para a (des)estabilização de determinados discursos – muitas vezes marcados pela desinformação, pelo apelo emocional, pela polarização. Por essa razão, acreditamos que seja necessário dar visibilidade à construção das tessituras referenciais em publicações que, sobretudo em contextos digitais, veiculam desinformação.

No âmbito das *fake news* a construção das tessituras assume contornos singulares, uma vez que as escolhas referenciais são mobilizadas estrategicamente para fomentar distorções e gerar adesão em larga escala (Bentes; Souza-Santos, 2023). São utilizados

apelos emocionais e expressões do meio jornalístico para produzir um texto que cause efeito sobre o interlocutor e construa interação entre os participantes do evento comunicativo.

A construção dessa teia de sentidos nas *fake news* pode acontecer, primordialmente, por meio de estratégias metadiscursivas que envolvem a modalização e a mobilização. A modalização, conforme discutido por Pereira e Antônio (2023), permite que o produtor do texto expresse graus de certeza ou crença, frequentemente utilizando a modalidade epistêmica para afirmar posse de um conhecimento privilegiado ("Sabemos o motivo", "Todos sabem que..."). Por exemplo, em uma *fake news* sobre política, pode-se ler: "Todos sabem que o candidato X está envolvido em corrupção", usando o verbo epistêmico para apresentar uma opinião como fato consumado e partilhado pelos interagentes da situação comunicativa.

Complementarmente, a mobilização utiliza apelos emocionais e expressões típicas do jornalismo ("urgente", "exclusivo", "fontes afirmam") para provocar reações afetivas e dar aparência de credibilidade (Gomes; Dourado, 2019; Ferreira, 2020; Lima; Silva e Oliveira, 2024). Durante a pandemia de Covid-19, esse tipo de manifestação ganhou espaço nas redes sociais, especialmente com a disseminação de *fake news* sobre vacinas, em que se usavam metáforas alarmistas como "A vacinação é um experimento perigoso", acompanhadas de imagens ou de vídeos de supostos efeitos colaterais para gerar medo e desconfiança (Silva; Silva, 2021).

Outro recurso metadiscursivo é a seleção tendenciosa de fontes ou a menção a especialistas sem identificação precisa, como em "Segundo especialistas, o tratamento alternativo é eficaz", sem citar nomes ou instituições, o que dificulta a verificação e reforça o papel manipulador da produção textual, dada a vagueza referencial em questão.

Essas estratégias metadiscursivas, ao combinar modalização e mobilização, criam uma teia discursiva que simula credibilidade e engajamento, mas que, na verdade, têm como objetivo a distorção dos fatos, a manipulação das percepções e, sobretudo, influenciar o comportamento dos interlocutores, explorando suas crenças e suas emoções. Entendemos que essas estratégias estão intimamente ligadas aos elementos essenciais das *fake news*, postulados por Recuero e Gruzd (2019), que são: uso da narrativa jornalística, se apropriando e distorcendo expressões linguísticas de uso comum na imprensa; o componente da falsidade total ou parcial da narrativa; e a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções.

Assim, postulamos que a teia construtora dos sentidos ou, mais especificamente, a tessitura referencial, é explicitada quando os interagentes escolhem os objetos de discurso que melhor se adaptam a determinada situação comunicativa. Essas escolhas podem ser presenciadas nos processos de introdução de referentes, de desfocalização e de retomada. São eles – os objetos discursivos – que fazem emergir as subjetividades dos interagentes e sinalizam seus propósitos comunicativos.

A desfocalização constitui uma estratégia linguística na qual um objeto de discurso deixa de ocupar a posição central ou de destaque no texto, cedendo espaço para a introdução de um novo objeto de discurso que será o foco da atenção do interlocutor (Koch, 2023 [2004]). Essa estratégia discursiva não implica o desaparecimento do referente anterior, mas sim sua passagem para um estado de menor ativação na memória discursiva, pois ele ainda permanecerá disponível para eventual retomada posterior.

Na produção das *fake news*, a descocalização ou o apagamento de fontes pode ocorrer de forma intencional, com o intuito de negociar novos sentidos com os interlocutores, introduzir outros objetos de discurso e promover o desvio de atenção para temas enganosos aos quais se pretende evidenciar na busca por novos apoiadores ou até mesmo seguidores, quando se trata de redes sociais. Entre as estratégias discursivas utilizadas para realizar a desfocalização podemos citar o uso de pronomes, de elipses e de substituição lexical sempre em diálogo com o contexto e em (dis)sintonia com as inferências do leitor (Koch, 2023 [2004]; Koch; Elias, 2008).

Os processos de introdução, desfocalização e retomada, embora tradicionalmente associados à coesão textual, desempenham papel essencial na construção da coerência, uma vez que influenciam diretamente a atribuição de sentido ao texto. Esses processos relacionam-se, respectivamente, à estrutura e à fluidez textual, dimensões fundamentais para a textualidade. Conforme Koch (2014 [1997]), a coesão diz respeito à ligação e interconexão dos elementos textuais por meio de estratégias linguísticas que constituem a “tessitura” do texto – uma unidade superior à frase, que transcende a mera sequência sintática. A autora (2014 [1997]) frisa que coesão e coerência, embora sejam fenômenos distintos, se interpenetram em zonas específicas, nas quais a continuidade formal (coesão) e a adequação semântica e pragmática (coesão) atuam conjuntamente na construção do significado. Essas zonas de imbricação evidenciam que a coesão não se restringe a níveis superficiais ou se estabelecem exclusivamente ao cotexto imediato, envolvendo elementos contextuais mais amplos, tais como o conhecimento extratextual e a situação

comunicativa, o que, por sua vez, propicia uma interação dinâmica entre o cotexto (relações internas ao texto) e o contexto (relações com o contexto externo).

Embora Marcuschi (2012 [1983]) tenha inicialmente concebido a coesão como fenômeno da microestrutura textual, tal perspectiva foi ampliada, conforme apontado por Koch (2014 [1997]). Ela passou a ser vista como um processo que abrange múltiplos níveis de interação linguística e não-linguística (Marcuschi, 2008). Dessa forma, a coesão deve ser compreendida não como a mera conexão formal e superficial, mas como um conjunto complexo de relações que sustentam a textualidade, integrando cotexto e contexto para colaborar com a construção da coerência do texto (e de sua tessitura referencial).

Tais posicionamentos nos levam a concluir que a tessitura referencial é construída por meio de estratégias referenciais que orientam a progressão textual para produzir sentido no evento comunicativo. Essas estratégias envolvem fatores coesivos, com a conectividade sequencial realizada por meio de elementos tanto sintáticos e gramaticais quanto sociocognitivos e sociointeracionais, o que abarca as relações lógicas, globais, as inferências e os conhecimentos de mundo (Koch, 2014 [1997]). Os produtores de *fake news* podem se utilizar dessas estratégias linguísticas para dar aparência de veracidade ao conteúdo falso, fazendo uso de conectores, de retomadas de ideias e, em muitos casos, de referências a fatos ou dados legítimos, mas intencionalmente distorcidos, com o uso de modalizadores que tornam o texto mais compreensivo e persuasivo para o leitor.

Outros pontos que podem ser explorados na elaboração das *fake news* são as inferências e o conhecimento prévio dos interlocutores das notícias. Esses conhecimentos podem ser invocados ao se construírem narrativas que dialogam com as crenças, os valores e as experiências do leitor. O texto fará sentido para quem o compartilha ou, de alguma forma, é induzido a compartilhar se os objetos de discurso e o tecido textual fazem parte do seu repertório de mundo. Isso engloba outro fenômeno pertencente à temática das *fake news*, que é o viés da confirmação: as pessoas tendem a acreditar em narrativas que condizem com sua percepção e a desacreditar nas que a destroem (Recuero; Gruz, 2019). Dessa forma, a progressão textual pode ser manipulada, criando uma sensação de lógica interna, ainda que o conteúdo seja falso.

Logo, esses textos operam para serem reconhecidos como construtores de formas legítimas de conhecer o mundo (BENTES, 2017; KOIKE; BENTES, 2017; BENTES, 2018), o que os permitiria serem, por isso, críveis e verdadeiros, mesmo diante de outros textos que colocam sob contestação essa legitimidade. Ao serem interpretados como formas válidas de conhecer o

mundo, os conteúdos das *fake news* podem, então, servir de base segura para as interpretações e ações dos agentes sociais. Para isso, tais textos precisam mobilizar e orquestrar formas de legitimarem seus conteúdos, o que possibilitará serem propagados e reiterados na sociedade, condição em que os conteúdos construídos por eles poderão, de fato, serem reivindicados por grupos interessados como conhecimentos, possuidores de relevância e valor social (Bentes; Souza-Santos, 2023, p. 13-14).

Dentro dessa lógica, é importante considerar a relevância das pistas (con)textuais presentes nas mensagens. Segundo Oliveira e Costa (2020), essas pistas são elementos materiais ou implícitos que orientam os caminhos interpretativos do leitor. Por isso, as autoras consideram o texto e o contexto como instâncias indissociáveis. Elas argumentam que o dizer constrói sentidos de acordo com os processos sociocognitivos entre a implicitude e a explicitude.

As pistas contextuais englobam processos interligados de referenciação, de inferenciação e de (re)categorização, conforme discutido por Marcuschi (2007), envolvendo, ainda, a omissão de informações essenciais, a presença de opiniões e de julgamentos do autor, seu grau de parcialidade, o uso de recursos apelativos e até desvios gramaticais, entre outros aspectos que ajudam a identificar uma *fake news* (Oliveira; Costa, 2020). Nessa perspectiva, o conceito de texto como evento comunicativo, proposto por Beaugrande (1997), contempla essa multiplicidade de fatores de maneira dinâmica, considerando-se o contexto emergente e situado. Assim, os leitores fazem inferências para construir entendimentos sobre o que é lido.

Tais fundamentações nos levam a supor que a construção de sentidos no fenômeno das *fake news* não se limita à decodificação de informações, mas emerge de um processo dinâmico de negociação entre sujeitos e textos. Por isso, a tendência é de que os textos das *fake news* sejam produzidos pensando-se na interação com o seu público-alvo e na utilização de estratégias linguísticas que facilitam essa interação, por meio de técnicas como anonimização da fonte, atribuição errônea de autoria, manipulação de elementos gráficos e apelos emocionais que visam aumentar seu compartilhamento e engajamento (adesão social).

2.4 Dos referentes aos objetos de discurso: o caminho percorrido até a fase atual

As concepções de linguagem têm sido abordadas de maneiras diversas ao longo do tempo e podem ser sintetizados em três abordagens principais: como “espelho” do mundo e do pensamento; como “ferramenta” de comunicação e como “lugar” de ação ou

interação (Koch, 2010 [1993]). Pela primeira concepção, o homem representa o mundo pela linguagem, tendo a língua a função de representação. Na segunda concepção, a língua é vista como código que serve para transmitir mensagens e informações. E, por último, a linguagem é vista como atividade, forma de ação e interação que nos permite realizar os mais diversos tipos de atos em sociedade.

A primeira concepção, mais ligada à correspondência direta entre as palavras e as coisas no mundo, também se relaciona ao uso do termo referente, que implicava uma ligação especular entre o signo e a entidade a que ele se referia. Essa abordagem, fortemente influenciada pela filosofia grega, especialmente por Platão e Aristóteles, sustentava que a linguagem tinha a função de nomear objetos do mundo, estabelecendo uma relação de correspondência entre signo e referente. Platão, em suas discussões sobre a filosofia da linguagem, já abordava a questão da convencionalidade ou naturalidade dos nomes das coisas (Platão, 1973).

Ferdinand de Saussure, considerado o pai da linguística moderna, embora não tenha se aprofundado na relação entre linguagem e mundo extralinguístico da mesma forma que as teorias que o sucederam, introduziu conceitos fundamentais que pavimentaram o caminho para a compreensão do signo linguístico. Em *Curso de Linguística Geral*, publicado postumamente por um grupo de alunos do linguista, Saussure (2006 [1916], p. 80) afirma que:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la ‘material’, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

Saussure (2006 [1916]) enfatizou a estrutura interna da língua, concebendo-a como sistema de signos interligados por relações de valor. Para ele, a linguística deveria focalizar a língua (o sistema abstrato), em oposição à fala (o uso individual da língua), estabelecendo as bases para o que viria a ser conhecido como estruturalismo linguístico. Saussure (2006 [1916]) entendia que a fala não era essencial, por não ser permanente, e dependia da vontade e da inteligência do sujeito, não podendo, por esse motivo, ser objeto de estudo científico (Alves, 2021). Essa abordagem formalista privilegiava a análise das sentenças e da língua como sistema de códigos. A abordagem com foco nas estruturas das

frases foi responsável por atribuir nome a essa corrente teórica, conforme explicam Sousa e Andrade (2021, p. 207):

Partindo do pressuposto de que a língua se define como uma estrutura com elementos e valores específicos (motivo pelo qual se chama Estruturalismo a teoria que estuda estas “estruturas” da língua), tal período histórico pode ser considerado como de estudos de uma linguística de frase.

Saussure (2006 [1916]) propõe que o signo linguístico é composto por duas faces: o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), sendo a relação entre eles arbitrária e determinada pelas condições internas do sistema linguístico. O referente, nesse contexto, não era o objeto central da análise, pois a linguística deveria se ocupar prioritariamente das relações internas entre os signos, e não de sua correspondência com o mundo exterior. De modo semelhante, no campo da lógica e da filosofia da linguagem, o referente era considerado um objeto do mundo real, e o foco estava no resultado (o produto) dessa relação, e não no processo de como ela se estabelecia. Como explica Marcuschi (2001, p. 38), “a linguagem, tida como realidade mental, seria um espelhamento do mundo, sendo este uma realidade extra-mental. Daí surgiria a noção de correspondência”.

A transição da noção de “referente” para “referenciação” e, consequentemente, para “objetos de discurso” representa um marco fundamental na Linguística Textual, especialmente a partir das contribuições de Mondada e Dubois (2002). Como vimos, o referente era concebido inicialmente como uma entidade extralinguística, um objeto do mundo ao qual a linguagem se conectava de forma direta e estática. Não se abordava plenamente a complexidade da relação linguagem-mundo, o que proporcionou, então, o surgimento de novas perspectivas. É nesse cenário que Mondada e Dubois (2002) propõem romper com a ideia de uma representação perfeita do mundo pela linguagem, introduzindo a noção de que as categorias e os objetos de discurso não são preexistentes, mas se elaboram e se transformam no curso das atividades comunicativas.

Essa mudança de terminologia, de “referência” para “referenciação”, não é meramente semântica, mas conceitual. Ela sinaliza a passagem de uma concepção estática para uma visão dinâmica, que compreende a referenciação como atividade discursiva, processo de construção interacional negociado entre os sujeitos. Os objetos de discurso, nesse sentido, são construções relativamente instáveis, que se manifestam e se redefinem ao longo do texto e da interação. Eles não correspondem a entidades fixas do mundo, nem

a representações mentais isoladas, mas a tudo aquilo que é tematizado e coconstruído no discurso, por meio de relações intersubjetivas (Cavalcante *et al.*, 2022).

Nesta linha de pensamento, Mondada e Dubois (2002) argumentam que os objetos de discurso são construídos conforme os sentidos que lhes são atribuídos, levando em consideração os diferentes contextos e as variadas finalidades dos textos. Assim, a significação de um objeto de discurso não é fixa, mas dinâmica e mutável, dependendo das negociações realizadas na prática social em que está inserida. As autoras (2002, p. 118) assumem que “as categorias e os objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não verbais, nas negociações dentro da interação”, o que significa que a construção dos objetos de discurso ocorre em meio a um processo contínuo de negociação e de adaptação, no qual os falantes ajustam suas referências de acordo com o contexto comunicativo e as necessidades da interação. Com isso, a linguagem não apenas reflete a realidade, mas também participa ativamente de sua constituição (Marcuschi, 2001), revelando a complexidade das relações entre discurso, cognição e sociedade.

Alves Filho e Vieira (2011) propõem que a análise da instabilidade referencial não deve se limitar à comparação entre diferentes construções que apontam para uma mesma entidade do mundo real. Em vez disso, defendem que a análise se torna mais relevante ao contrastar os sujeitos enunciadorees em suas respectivas práticas discursivas. Nessa perspectiva, os autores (2011) examinam a construção dos objetos de discurso como um processo guiado pelas intenções de sentido do locutor e pelo dialogismo, um conceito que se refere à forma como um enunciado responde e antecipa outros enunciados, inserindo-se em uma cadeia de comunicação. Para os autores (2011), a construção dos referentes é um processo de negociação singular, resultando em um objeto de discurso que não se confunde com o objeto do mundo. Conforme explicitam, a forma como um objeto de discurso se manifesta textualmente é sempre particular, sendo resultado de uma elaboração linguística, denominada pela teoria como construção referencial.

Conforme Martins e Leite (2013), a noção de referenciação ocupa espaço nos estudos da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística, campos que buscam compreender como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados. A complexa questão da representação (a relação entre mente, linguagem e mundo) é um dilema que mobilizou diferentes correntes teóricas ao longo da história.

O debate pode ser rastreado desde as teorias referencialistas (ou objetivistas), que postulam uma conexão direta entre a palavra e o objeto no mundo. Nessa linha, ligada à lógica e à filosofia da linguagem, o foco recai sobre o valor de verdade das proposições. Martins e Leite (2013, p. 43), ao citarem Frege, destacam que, nesse campo, “... admite-se uma relação clara entre linguagem e mundo, considerando o referente como objeto do mundo”, tratando a referência como um produto, e não como um processo.

Em contraposição às teorias referencialistas, desenvolveram-se as abordagens sociocognitivas e interacionais, que deslocam o foco da relação palavra-mundo para a atividade dos sujeitos em interação (Marcuschi, 2001). Para essa vertente, a referenciação não é um ato de simples etiquetagem da realidade, mas uma construção social e cognitiva (Cavalcante, 2024 [2011]). Em vez de privilegiar a relação entre as palavras e as coisas, o interesse se volta para “a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas” (Mondada, 2001, p. 9 – tradução nossa). Essa mudança de perspectiva, que entende a referenciação como processo dinâmico, marca a transição para uma visão em que os referentes são, na verdade, objetos de discurso, construídos e negociados pelos falantes em contextos específicos (Mondada; Dubois, 2002).

Para entender essa relação, são postuladas hipóteses que procuram explicar como os sujeitos acessam e utilizam a linguagem para produzir sentidos e interagir socialmente. Como podemos observar nas explicações expostas anteriormente, a investigação sobre os referentes e sua relação com a realidade ultrapassa a mera formalização linguística, envolvendo também as dimensões sociocognitivas, socioculturais, sociointeracionais e contextuais.

O estudo dos referentes e do processo de referenciação é um ponto central da LT. É a partir deles que são explicitadas no texto as intencionalidades, as crenças, os valores, as ideias e as projeções que os participantes da interação desejam negociar. Isso é o que podemos extrair da definição proposta por Cavalcante (2024 [2011], p. 113):

O processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da construção compartilhada dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s).

Mondada e Dubois (2002) foram as primeiras a questionar a complexidade, o caráter dinâmico da negociação e a coconstrução de sentidos presentes no texto. Por isso,

em vez de atribuir o nome de referência a esse processo dinâmico, elas preferiram renomeá-lo para referenciação, por se considerar que os referentes são, na verdade, um processo do ato de referir. Antes disso, os referentes eram definidos como “entidades da realidade externa do mundo” (Cavalcante, 2011, p. 9), em visão mais formalista, como já tratamos. Os referentes emergem nas projeções mútuas no texto. São utilizados tanto para elaborar os objetos de discurso quanto para encontrar a maneira mais adequada de expressá-los a cada momento. Conforme Cavalcante *et al.* (2022), as negociações presentes na dinâmica do processo de referenciação expressam e incorporam valores sociais.

As negociações não se restringem a decisões sobre expressões referenciais mais adequadas apenas, mas a qualquer escolha de elementos textuais interligados, que emergem na situação encenada e incorporam valores sociais. São negociações porque não correspondem a uma verdade, nem à melhor verdade, mas a verdades filtradas por óculos sociais por vezes divergentes e por perspectivas individuais coincidentes (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 271).

Com base nessas proposições, podemos entender que os objetos de discurso revelam as escolhas dos sujeitos negociadas no processo de interação. Diferente da visão diretiva de correlação, na qual eles seriam uma maneira de representação da realidade, sendo, assim, denominados de referentes.

Este ponto de vista pressupõe que um mundo autônomo já discretizado em objetos ou ‘entidades’ existe independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, e que as representações linguísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo (Mondada; Dubois, 2002, p. 119).

Mondada e Dubois (2002) concebem a referenciação não como dado fixo ou ontologia pré-estabelecida, mas como fenômeno que emerge das práticas simbólicas. Elas enfatizam que os processos de referenciação se desenvolvem no contexto das interações individuais e sociais, sendo, portanto, construções dinâmicas e negociadas no discurso. Essa perspectiva ressalta o caráter intersubjetivo da referenciação, evidenciando que os significados não são inerentes aos objetos, mas resultam das práticas discursivas e das interações.

Segundo Koch (2008), a referenciação é uma atividade discursiva devido a essa relativa instabilidade da relação entre palavras e coisas. A autora (2008) endossa o posicionamento de Mondada e Dubois (2002), ao considerar a referência aos objetos do mundo como processo de categorização discursiva e cognitiva. Para Koch (2008, p. 101),

a língua não pode existir sem a relação entre os sujeitos sociais e os eventos discursivos nos quais os sujeitos “mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundos”. Assim, a referenciação emerge das práticas simbólicas, não são objetos estáveis extraídos de uma realidade única. Sob essa concepção, entende-se que o interagente negocia os sentidos por meio dos objetos de discurso que constrói. Com isso, a construção das entidades (ou referentes) acontece de forma individual e social, com o envolvimento de uma pluralidade de atores.

Dentro desse contexto de relações dinâmicas que acontecem no seio das interações sociais, os objetos discursivos utilizados para fazer referência ao mundo são variáveis e flexíveis. Eles mudam, de forma tanto sincrônica quanto diacrônica, e são construídos de maneira intersubjetiva no processo de referenciação. Assim, a forma como uma categoria será utilizada vai depender da maneira como os sujeitos farão referência a atores sociais, do contexto e do ponto de vista a ser adotado.

A variabilidade das categorizações sociais mostra que há sempre, por exemplo, muitas categorias possíveis para identificar uma pessoa: ela pode ser igualmente tratada de “antieuropéia” ou de “nacionalista” segundo o ponto de vista ideológico adotado; diacronicamente, um “traidor” pode tornar-se um “herói” (Mondada; Dubois, 2002, p. 120).

É por meio dessa dinâmica interativa que os objetos de discurso emergem na produção textual. Inicialmente, eles são introduzidos, fazendo-se referência ao objeto por meio de estratégias linguístico-discursivas, como o uso de nomes próprios ou de expressões nominais. Conforme explica Koch (2008), quando a introdução é um nome próprio, ocorre a nomeação do objeto. Já as expressões nominais são responsáveis pela primeira categorização do objeto de discurso que, por sua vez, será retomado e passará por processos de recategorização com o uso de novas expressões nominais.

Em outras situações, a introdução pode se dar por meio de catáforas, que protelam o anúncio do objeto de discurso com um fim específico, a fim de, por exemplo, criar suspense ou especular sobre o objeto a ser anunciado. Uma vez criado certo objeto de discurso, pode ocorrer a sua retomada (com ou sem recategorização) ou haver simples remissão a esse objeto. Dessa forma, o objeto retomado ou ao qual se faz a remissão vai permanecer em foco, originando-se, assim, uma cadeia referencial, a qual estamos denominando, em adesão a Albuquerque e Diefenthaler (2021), de tessituras referenciais.

Sustentando a concepção de que a referenciação não estabelece uma relação direta entre linguagem e mundo, mas se constitui como processo discursivo construído

intersubjetivamente, Koch e Marcuschi (1998) argumentam que os referentes são objetos de discurso construídos na e pela linguagem ao longo da interação verbal. Em vez de falar em referentes “evolutivos”, termo criticado pelos autores (1998), eles defendem que os referentes – construídos discursivamente – são sujeitos a reformulações, reelaborações e renegociações ao longo do texto ou da conversação, em função das estratégias dos interlocutores, dos contextos de produção e das intenções enunciativas. Essa compreensão pressupõe que a referenciação, longe de ser a mera nomeação ou identificação de objetos no mundo, constitui-se como atividade estratégica e discursiva.

Para sustentar essa visão, Koch e Marcuschi (1998) partem de três pressupostos fundamentais: (1) a indeterminação linguística, (2) a ontologia não-atomista e (3) a referenciação como atividade discursiva. O primeiro pressuposto baseia-se na ideia de que os signos linguísticos não possuem significados fixos e previamente determinados. A linguagem, nessa concepção, não oferece espelhamento exato da realidade, e seu funcionamento passa por processos de negociação de sentidos.

O segundo pressuposto rejeita a concepção atomista e a ideia de que o mundo é composto por entidades discretas e independentes entre si, que poderiam ser diretamente nomeadas pela linguagem. Em oposição, Koch e Marcuschi (1998) afirmam que os objetos de discurso são sempre construções cognitivas e sociais, mediadas por nossa experiência de mundo e pelas formas de categorização culturalmente situadas.

Por fim, o terceiro pressuposto considera que referir é uma atividade discursiva situada, orientada pelas condições de produção do texto e pelas relações intersubjetivas estabelecidas pelos interlocutores. Referir não é apenas nomear ou etiquetar um objeto no mundo, mas envolve uma operação discursiva que constrói e reconstrói esses objetos de modo estratégico, com base nas intenções dos sujeitos, no conhecimento compartilhado e nas condições da interação. Como afirmam os autores (1998, p. 177), “dizer o mundo não é o mesmo que dar nomes às coisas. O discurso não é um simples produto de relações linguagem-mundo”.

Esses pressupostos conduzem a uma concepção de referenciação como atividade estratégica e interacional, que se realiza em contextos de cooperação comunicativa. A construção dos referentes ocorre, assim, por meio de ajustes sucessivos entre os interlocutores, que negociam os sentidos em função da progressão temática, da necessidade de garantir a coerência textual e do compartilhamento de conhecimento de mundo. Dessa forma, os referentes passam a ser considerados objetos de discurso, cuja

existência é definida no e pelo discurso e que não possuem um estatuto ontológico prévio (Koch; Marcuschi, 1998).

Como atividade discursiva, a referenciação revela-se fundamental para a construção da coerência textual e para a constituição dos sentidos no texto. No processo sociointeracional, os sujeitos fazem uso de diferentes processos referenciais, tais como anáforas, dêiticos e nomes próprios, não apenas por razões gramaticais, mas também em função de condições contextuais, de relações de poder e de posições ideológicas em jogo na interação. Assim, a referenciação deve ser compreendida como um processo discursivo dinâmico e estratégico, pois é essencial para a produção e a compreensão dos textos, refletindo tanto a dinamicidade da linguagem quanto a complexidade das interações humanas.

Como destacam Mondada e Dubois (2002, p. 124), “ao nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as ‘propriedades intrínsecas do mundo’, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos”.

Dentro dessa perspectiva de construção de sentidos e das escolhas que os sujeitos fazem nas interações, concebemos que tais referentes constroem uma tessitura referencial. As tessituras referenciais conforme vimos na Seção 2.2 são compreendidas, segundo Albuquerque e Diefenthaler (2021), como o tecido linguístico-discursivo formado pela progressão de referentes e, especialmente, de objetos de discurso ao longo do texto. Essa tessitura se constitui tanto no plano material quanto no discursivo, funcionando como fio condutor responsável pela construção conjunta de sentidos e pela orientação argumentativa do texto. É, ainda, resultante das escolhas dos sujeitos, que, ao atenderem às demandas do gênero discursivo em que estão inseridos, mobilizam estratégias de referenciação, como a introdução, retomada, manutenção e desfocalização de objetos de discurso, para negociar sentidos e construir argumentação (Albuquerque; Diefenthaler, 2021). Dessa forma, a tessitura referencial, além da progressão temática, revela as vinculações ideológicas dos autores e leitores, evidenciando o caráter dinâmico, sociointeracional e sociocognitivo da produção textual, em que os objetos de discurso são (re)construídos a partir das experiências e das práticas socioculturais dos interagentes (Albuquerque; Diefenthaler, 2021).

2.5 Considerações finais

Como vimos no decorrer deste capítulo, a Linguística de Texto é uma disciplina recente, que alcançou maturidade ao longo do seu percurso e oferece insumos para a análise da nossa pesquisa. Fizemos um percurso pelas três fases da LT, onde conhecemos as características de cada uma delas e chegamos à fase que compreende a análise deste estudo. Nesse retrospecto, também tratamos da referência e dos objetos de discurso para, ao final, declararmos nossa afiliação ao conceito de tessitura referencial como ferramenta para análise linguístico-discursiva dos textos.

O capítulo apresentou o conceito e os fatores de textualidade, mostrando como eles são importantes para conferir funcionalidade aos textos em situações reais de uso, como é o caso das *fake news*. Também nos debruçamos sobre alguns conceitos de texto, declarando nossa intenção de realizar o estudo das *fake news* sob uma abordagem sociocognitiva e sociointeracional, com o intuito de questionar os sentidos negociados no processo de produção textual. Ademais, refletimos sobre a centralidade da coerência como condição fundamental na existência de um texto enquanto evento comunicativo e sobre a subjetividade presente nos processos interacionais. Por fim, ressaltamos como a tessitura referencial, enquanto atividade discursiva, atua nesse processo ao possibilitar que os sujeitos realizem escolhas lexicais e mobilizem estratégias discursivas visando persuadir seus interlocutores.

– CAPÍTULO 3 –

PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGENS E ESTRATÉGIAS NA ANÁLISE DAS FAKE NEWS

Este capítulo detalha o percurso metodológico que fundamenta a presente pesquisa. Declararemos nossa opção pela pesquisa qualitativa, falaremos sobre a caracterização do estudo, a delimitação do *corpus* e a utilização da Análise Documental e da Análise do Discurso Crítica como métodos.

3.1 Considerações Iniciais

Neste capítulo, ressaltamos os pontos fundamentais da nossa pesquisa, evidenciando as etapas de sua realização e, ainda, demonstrando como os pressupostos metodológicos orientam o estudo. Nas subseções seguintes, detalhamos o percurso traçado, explicitando as escolhas e os procedimentos que embasam a pesquisa, bem como as razões que justificam sua condução. A complexidade das *fake news* envolve aspectos psicossociais, culturais, sociológicos e tecnológicos, mas priorizaremos, neste estudo, os aspectos linguístico-discursivos emergentes dos textos. Mesmo com esse foco, a complexidade do fenômeno demanda abordagens de pesquisa que transcendam a mera quantificação de dados, buscando compreender as nuances e os significados subjacentes a esse fenômeno. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa emerge como uma ferramenta metodológica indispensável nas ciências humanas, oferecendo a profundidade e a flexibilidade necessárias para investigar e interpretar as intrincadas dinâmicas sociais que permeiam a disseminação e o impacto das *fake news*. Apresentamos, a seguir, as bases para fundamentação metodológica do estudo que tanto sustentam nossa abordagem quanto possibilitam uma análise sistemática dos dados, com o objetivo de compreender o fenômeno das *fake news* na sociedade contemporânea, especialmente aquelas que incitam ou promovem cenários de violência.

3.2 Apresentação

Esta pesquisa nasce da inquietação de uma jornalista, linguista em formação e futura educadora diante da crescente proliferação de *fake news* nos meios digitais,

fenômeno que acompanha atentamente no contexto da sociedade brasileira. O estudo é, portanto, atravessado pela experiência de uma pesquisadora que atua como observadora e coparticipante, trazendo consigo sua trajetória na produção noticiosa, na investigação linguístico-discursiva e na prática escolar. Essa vivência multifacetada – como jornalista profissional, discente do Programa de Mestrado em Linguística e licenciada em Letras Português-Inglês – enriquece a análise e orienta as impressões sobre os dados coletados.

Com mais de 20 anos de atuação em comunicação pública, em instituições como o Conselho Nacional de Justiça, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e a Secretaria de Economia do Distrito Federal, acompanhamos de perto as transformações no modo de produzir e disseminar informações. Vivenciamos o auge do jornal impresso, o uso do bloco de notas e do gravador analógico, presenciando, ao longo dos anos 2000, a transição para o predomínio dos meios digitais, que hoje se consolidam como principais fontes de informação e comunicação para a sociedade. Ferramentas tradicionais, como e-mail e telefone fixo, deram lugar a aplicativos instantâneos, como o WhatsApp, o X (antigo Twitter) e o Instagram, evidenciando o impacto das novas tecnologias na comunicação contemporânea.

No campo acadêmico, o caminho percorrido até o momento também reflete mudanças significativas. Experimentamos, na graduação em Jornalismo (2000-2004), métodos de ensino tradicionais, baseados em avaliações presenciais, com ênfase em aplicação de provas. Naquele período, durante a realização das aulas, não havia internet disponível para os alunos, nem para os professores – para realizar pesquisas, era preciso usar o laboratório da faculdade. Os textos eram copiados manualmente nos cadernos e ainda não havia telefones celulares com a tecnologia atual capazes de fotografar e armazenar uma grande quantidade de informações. Já na graduação em Letras Português-Inglês (2021-2025), vivenciamos o ensino remoto e a incorporação de ferramentas digitais, especialmente durante a pandemia da Covid-19, que intensificou a adoção de metodologias ativas e de avaliações diversificadas, como seminários, rodas de conversa, disciplinas ministradas de forma totalmente online e uso massivo dos *smartphones* pelos alunos durante a realização das aulas, muitas vezes sendo concorrentes diretos da atenção dos professores. Na segunda graduação, percebemos que o acesso facilitado à internet e o surgimento de tecnologias, como a Inteligência Artificial Generativa, transformaram radicalmente o ambiente educacional, ampliando as possibilidades de pesquisa e de aprendizagem, mas trazendo consigo também novos desafios aos docentes. Um exemplo é a distinção entre trabalhos plagiados com ferramentas tecnológicas e aqueles

verdadeiramente autorais. No início dos anos 2000, as pesquisas eram realizadas, em sua maioria, em meios físicos: livros das bibliotecas ou laboratórios das faculdades com base de dados ainda pouco enriquecidas. Com a expansão da oferta de internet e o crescimento das plataformas de pesquisa, assim como a criação da Inteligência Artificial, o cenário mudou. Vive-se em uma época na qual as ferramentas tecnológicas permitem, em curto espaço de tempo, produzir textos, responder avaliações, criar artigos, escrever matérias jornalísticas e qualquer tipo de informação.

Como linguista, a participação no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, inicialmente como aluna especial (2023) e, posteriormente, como aluna regular (2024), marcou a transição de uma postura predominantemente receptora de conhecimento para uma atuação ativa na produção científica, com o desejo de contribuir para mudanças sociais a partir da pesquisa acadêmica, sobretudo no âmbito em que se insere esta pesquisa. Esse percurso nos sensibilizou sobre a importância da educação linguística no enfrentamento à desinformação e sobre a necessidade de discutir caminhos para formação de leitores críticos capazes de questionar e resistir aos efeitos de sentidos que emergem da textualidade e produzem discursos manipuladores em contextos digitais.

Essas experiências, aliadas à convivência com estudantes de diferentes níveis, ampliaram nossos interesses investigativos e demonstraram a importância de promover o aprimoramento contínuo dos conhecimentos. Entre esses interesses, destacam-se alguns pontos motivadores da pesquisa, como a necessidade de conhecer os impactos negativos que as *fake news* causam a pessoas, empresas e instituições, afetando reputações e imagens públicas. Em razão disso, a motivação central deste estudo reside na urgência de analisar, de modo sistemático, as *fake news*, evidenciando as contribuições da Linguística de Texto e da Análise do Discurso Crítica para o entendimento do fenômeno.

No ambiente universitário, o tema das *fake news* raramente foi abordado durante a graduação em Letras, contrastando com o contexto do Mestrado, em que a discussão já se encontra avançada e integra diversos estudos científicos, como apontam Bentes e Souza-Santos (2023). Além disso, destaca-se o potencial das *fake news* para acirrar reações diante de acontecimentos políticos, sociais e econômicos, frequentemente resultando em manifestações verbais ou até físicas de violência.

Diante desses princípios norteadores, este capítulo aborda o processo de definição do *corpus*, os fundamentos da abordagem qualitativa adotada, a justificativa para a escolha do método de Análise Documental atrelada à Análise de Discurso Crítica (ADC), bem como reforça os objetivos e apresenta as questões de pesquisa. Ao final, buscamos

demonstrar a relevância e a adequação dos métodos empregados para a análise do *corpus* selecionado.

3.3 Caracterização da pesquisa

O trabalho do pesquisador inicia-se diante de um desafio fundamental: a escolha consciente e criteriosa da abordagem metodológica que dará sustentação à investigação. Tais escolhas não se restringem ao campo técnico, mas estão profundamente relacionadas a pressupostos epistemológicos e teóricos que sustentam a construção do conhecimento científico. Nesse cenário, a pesquisa qualitativa se apresenta como abordagem essencial para a compreensão de fenômenos sociais complexos, como é o caso da desinformação e das *fake news* (caracterizados na Seção 1.2), recorrendo a um expediente interpretativista e subjetivo.

Tão relevante quanto outras abordagens metodológicas, as pesquisas qualitativas possuem seu diferencial na forma como tratam os dados, neste caso específico, os textos e as interações, e como revelam seus resultados a partir das nuances interpretativas que fazem parte do trabalho de análise das evidências. Como afirma Chizzotti (2000), todos os fenômenos observáveis são significativos, sejam eles manifestações recorrentes ou esporádicas, verbais ou não verbais, como a fala, o silêncio, a presença ou a ausência de dados comportamentos. Em pesquisa qualitativa, tudo pode e deve ser interpretado, pois cada dado carrega sentidos que ajudam a compreender as experiências, ações e interações dos sujeitos. Nesse processo, reconhece-se a subjetividade como elemento central da realidade social.

O fenômeno das *fake news* é um exemplo da complexidade dos fenômenos sociais que demandam uma abordagem qualitativa. A simples contagem de *fake news* ou a análise estatística de sua disseminação, embora úteis, não são suficientes para desvendar as camadas de significado e as motivações subjacentes à criação dessas mensagens. A pesquisa qualitativa, dada a capacidade de explorar a subjetividade e a interpretação, oferece um caminho robusto para o estudo das *fake news* na sociedade contemporânea e a interpretação dos seus efeitos sob o ponto de vista do aporte teórico aqui adotado.

No campo das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa se apresenta como uma via privilegiada para captar os sentidos que emergem da complexidade da vida social. Essa abordagem não apenas permite explorar os significados visíveis, mas também revela as dimensões latentes dos fenômenos, os quais só se tornam perceptíveis a partir

de uma atenção sensível e reflexiva (Chizzotti, 2003). Diferentemente das abordagens das ciências naturais e das pesquisas quantitativas, as pesquisas qualitativas valorizam as complexidades, as contradições e a instabilidade tanto dos fenômenos sociais quanto das relações interpessoais. Seu foco está nas relações sociais e no entendimento de como os sujeitos participam, interpretam e se posicionam sobre os objetos que constituem o mundo em que vivem.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela flexibilidade metodológica, sem que isso implique ausência de rigor. Conforme Chizzotti (2003), essa adaptabilidade permite ao pesquisador ajustar estratégias e instrumentos de acordo com o campo e com as especificidades do fenômeno investigado. Métodos como entrevistas, grupos focais, observação participante e análise de conteúdo são selecionados conforme sua adequação aos objetivos do estudo. O rigor qualitativo reside na coerência interna da pesquisa e na fundamentação interpretativa, o que confere à investigação uma lógica própria.

Ainda segundo Chizzotti (2003), o termo “qualitativo” designa um campo transdisciplinar que se nutre de múltiplas tradições teóricas – como o construtivismo, a fenomenologia, a hermenêutica, a teoria crítica e o marxismo – e que recorre a métodos diversos como a análise de discurso, o estudo de caso, a história de vida e a etnografia. O que une esses caminhos investigativos é a valorização da experiência humana e da interação social como fonte de conhecimento. Na visão de Chizzotti (2003), os cientistas que optam por essa abordagem não concordam com a análise das ciências humanas e sociais realizadas apenas de forma quantificável e mensurável, na medida em que “afirmam, em oposição aos experimentalistas, que as ciências humanas têm sua especificidade – o estudo do comportamento humano e social – que faz delas ciências específicas, com metodologia própria” (Chizzotti, 2000, p. 79).

A importância dessa abordagem para o presente estudo reside em sua capacidade de compreender fenômenos em seu contexto empírico e simbólico, focalizando como os sujeitos produzem sentidos e agem sobre o mundo a partir de crenças, de valores, de memórias e de emoções particulares. Como destacam Gerhardt e Silveira (2009), mais do que quantificar, trata-se de interpretar e de explicar a dinâmica das relações sociais – tarefa essencial quando se trata de investigar um fenômeno como as *fake news*, fortemente atravessado por dimensões subjetivas e sociointeracionais.

Assim, partimos do pressuposto de que a pesquisa qualitativa está impregnada pelas experiências, pelos valores e pelas visões de mundo de quem a realiza. Por essa razão, ela reconhece o pesquisador como parte constitutiva do processo de investigação,

o que implica, assim, responsabilidade ética, engajamento e compromisso com a transformação social.

Nessa perspectiva, Chizzotti (2000) afirma que os pesquisadores qualitativos utilizam o método clínico e o histórico-antropológico. Eles analisam o homem em dado momento e em dada cultura para obter dados e acontecimentos no contexto em que eles acontecem. O autor (2000, p. 79) enfatiza:

O conhecimento não se reduz a um *rol* de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Ao atribuir particular importância ao estudo das *fake news* que incitam a violência, este trabalho reconhece não ser possível dissociar os textos dos seus contextos, embora a análise focalize na atuação do produtor textual. As *fake news* operam como propagadoras de discursos carregados de intencionalidade, sendo produzidas e compartilhadas em ambientes digitais onde os sujeitos interagem, constroem identidades e reforçam vínculos de pertencimento ideológico. Compreender tais práticas exige uma abordagem que leve em consideração os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos conteúdos que interpretam e replicam.

Conforme salientam Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores qualitativos debruçam-se sobre o olhar social para compreender determinado grupo ou organização. Para eles (2009), os métodos qualitativos tentam explicar o porquê das coisas, sem quantificar valores e trocas simbólicas. Nesse sentido, “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32). Isso implica que, dentro dessa dinâmica das interações sociais, o pesquisador precisa se envolver com seu objeto de pesquisa, e, muitas vezes, o cientista é também sujeito e objeto de suas pesquisas (Gerhardt; Silveira, 2009).

Nessa perspectiva, Chizzotti (2003) descreve o pesquisador qualitativo como um desbravador das estruturas sociais, alguém que investiga a relação entre o mundo empírico e os sujeitos, entre a objetividade e a subjetividade. Essa compreensão do pesquisador como agente que desvela as estruturas sociais encontra amparo na Análise Crítica do Discurso (ADC), pois um dos objetivos desse método de pesquisa é justamente identificar/perceber algum problema que possua impacto na vida social. Para Fairclough

(2019 [1992]), o discurso não é meramente uma representação da realidade, mas uma forma de prática social que tanto constitui quanto é constituída pelas estruturas sociais e relações de poder. Assim, o pesquisador, ao investigar a relação entre o mundo empírico e os sujeitos, e entre a objetividade e a subjetividade, atua como um analista crítico que busca compreender como o discurso contribui para a reprodução ou transformação dessas estruturas sociais. Conforme Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa é uma partilha densa com pessoas, fatos e lugares, permitindo a apreensão de significados que não se reduzem a dados objetivos. Ao interpretar esses significados, o pesquisador constrói uma narrativa científica que não pretende ser neutra. Ao contrário, ela é comprometida com os sujeitos e com os problemas sociais investigados, da mesma forma que a ADC visa propor reflexões críticas sobre o discurso enquanto prática social (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]).

Nesse sentido, a opção pela abordagem qualitativa neste trabalho não é apenas metodológica, mas também epistemológica e ética, na medida em que envolve reconhecer o lugar do pesquisador como sujeito situado, cujas experiências, intuições e formação interdisciplinar (como jornalista, linguista em formação e futura pedagoga) sinalizam o modo como o problema é percebido, delimitado e analisado. O conhecimento produzido pretende ir além da descrição de práticas sociais, buscando intervir sobre elas por meio de propostas que, sob uma perspectiva crítica, fortaleçam a educação linguística, contribuindo para o enfrentamento da desinformação.

Assim, a pesquisa qualitativa mostra-se fundamental para este estudo por permitir que o fenômeno das *fake news* seja compreendido em suas dimensões textual, discursiva e social. A análise buscará identificar os sentidos construídos nos textos das *fake news* que promovem a violência, desvendando as estratégias de referenciação e as estratégias discursivas que mobilizam crenças e engajamentos na construção de uma tessitura. Essa tessitura é entendida, nesta pesquisa, como a rede dinâmica de relações que articula os objetos de discurso ao longo do texto, por meio de processos como introdução, desfocalização e retomada de referentes, com efeitos argumentativos e interpretativos, destacando-se que essa construção se dá em redes, como sugerem Albuquerque e Diefenthäler (2021). Nas *fake news*, essas estratégias operam seletivamente para induzir interpretações enviesadas, fabricar coerência e simular legitimidade, favorecendo a adesão a conteúdos desinformativos. Ao evidenciar essas estratégias, espera-se contribuir para o desenvolvimento de intervenções sociais que promovam uma cultura de leitura crítica e maior responsabilidade com o compartilhamento de informações.

Ao permitir a análise de narrativas, a identificação de padrões comuns, repetitivos, semelhantes e idênticos nas *fake news* revelam dinâmicas sociais subjacentes, e a pesquisa qualitativa oferece *insights* para o desenvolvimento de estratégias que possam auxiliar no combate à desinformação e na promoção de uma sociedade bem-informada. Isso porque, ao se debruçar sobre os significados, os valores e as interpretações atribuídos pelos sujeitos às práticas comunicativas, essa abordagem possibilita compreender não apenas o conteúdo das *fake news*, mas também observar e interpretar os modos como essas narrativas são percebidas, compartilhadas e ressignificadas em diferentes contextos socioculturais. A partir da análise das tessituras referenciais, será possível verificar como os objetos de discurso são (re)construídos ao longo do texto para evidenciar os mecanismos que sustentam a adesão a certas versões da realidade, mesmo quando estas contrariam os fatos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa contribui para tornar visível a atuação da linguagem na construção de sentidos, permitindo intervenções mais contextualizadas, éticas e efetivas no campo social.

Neste trabalho, a análise será centrada nos textos das *fake news* que incitam a violência contra determinados sujeitos, instituições ou grupos sociais. Buscaremos compreender os sentidos construídos nesses textos a partir das estratégias de referenciação e dos objetos de discurso mobilizados, com o intuito de revelar fatores sociocognitivos e sociointeracionais que podem favorecer o envolvimento e a adesão dos leitores, por meio de compartilhamentos e comentários ao conteúdo divulgado em ambientes digitais – comportamento conhecido como engajamento nas redes sociais. A pesquisa se volta, assim, à análise da textualidade e da desinformação como práticas discursivas que impactam a vida social e política contemporânea.

No contexto das *fake news*, a pesquisa qualitativa não apenas nos ajuda a entender o “o quê” e o “quanto”, mas, fundamentalmente, o “porquê” e o “como” as informações falsas se propagam e impactam a vida das pessoas. Embora não seja possível adentrar de modo sistemático às causas dos porquês e do como as informações falsas são propagadas nesta pesquisa, recorreremos aos estudos já realizados nesta seara que indicam possíveis motivos – econômicos e ideológicos (Allcott; Gentzkow, 2017; Tandoc; Wei Lim; Ling, 2018; Machiaveli, 2019); e formas/como elas se difundem, tais como uso de bots (robôs) ou propagação espontânea (Shu *et al.*, 2017; Recuero; Gruzd, 2019) por meio de compartilhamentos. Valendo-nos do aporte teórico e da pesquisa qualitativa, visamos compreender as complexas interações entre informação, emoção, crença e

comportamento, fornecendo uma base para intervenções sociais que mitiguem os efeitos da desinformação.

Tendo como base esse contexto, pretendemos analisar a construção das tessituras referenciais em *fake news* que incitam a violência, com vistas a compreender de que modo o uso dessas estratégias contribui para a produção de sentidos, considerando as dinâmicas interacionais presentes em redes sociais e em sites noticiosos. Partimos da premissa de que a linguagem não representa a realidade, mas atua na sua construção (Austin, 1990; Fairclough, 2019 [1992]; Koch, 2010 [1993]), e que, portanto, é possível intervir nesse processo por meio de práticas de leitura crítica, com vistas à promoção de uma educação linguística.

Portanto, a escolha pela abordagem qualitativa nesta pesquisa justifica-se pela natureza do fenômeno investigado, que envolve a produção de sentidos em contextos sociais marcados por disputas simbólicas e ideológicas. As *fake news*, como manifestações discursivas (Silva, 2023; Gugoni, 2021) que visam persuadir, mobilizar ou manipular os leitores, exigem uma análise que contemple a subjetividade dos sujeitos, os contextos de divulgação, as estratégias de construção textual e os efeitos que produzem. Além disso, essa abordagem é compatível com os princípios da Linguística Textual, disciplina que entende o texto como unidade de sentido e estuda operações linguísticas, discursivas e cognitivas na construção e no processamento de textos (Marcuschi, 2008).

A abordagem qualitativa permite lidar com um *corpus* textual que não se pretende representativo em termos estatísticos, mas sim relevante em termos de ocorrência social e discursiva. A operacionalização metodológica da pesquisa será conduzida de forma a contemplar os objetivos delineados, organizando-se em três etapas principais:

1. **Revisão da literatura:** mapeamento dos principais autores, conceitos e trajetória da Linguística Textual, estabelecendo o referencial teórico que servirá para fundamentar a pesquisa no que tange à análise, aproximando-o do fenômeno em estudo.
2. **Análise linguístico-discursiva do *corpus*:** a partir de um conjunto selecionado de *fake news*, será investigada a (re)construção dos objetos de discurso por meio das estratégias de referenciação, com foco nos elementos linguísticos endofóricos e exofóricos que constroem sentidos e produzem engajamento.
3. **Proposição para enfrentamento do problema:** com base nos dados analíticos e nos resultados do processo investigativo, refletiremos sobre os caminhos a serem sugeridos para mitigação dos efeitos das *fake news*.

Apesar de termos delineado as técnicas e o roteiro de pesquisa, é importante reconhecer a possibilidade de ajustes ao longo do caminho. Como afirma González Rey (2005), o cenário da pesquisa é construído de forma progressiva, de acordo com as reflexões teóricas do pesquisador. Para ele (2005), isso revela que a cientificidade da pesquisa é definida pela construção de zonas de sentido, desenvolvidas a partir dos desafios impostos pelo caminho. Assim como o autor (2005), defendemos a superação da concepção tradicional de ciência como encadeamento linear e fixo de etapas, e assumimos a postura de que fazer ciência constitui desafio permanente, que possibilita novas significações sobre o objeto de estudo e exige postura criativa por parte do pesquisador.

3.4 Delimitação do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é composto por um conjunto de quatro *fake news* relacionadas à temática de violência e incitação ao ódio, que foram amplamente disseminadas no Brasil, provocando reconhecidos impactos sociais e políticos. A seleção do *corpus* foi precedida por uma investigação extensiva, que envolveu a exploração inicial de um conjunto de *fake news* realizada antes mesmo do ingresso oficial no Mestrado, no ano de 2023. A etapa preliminar consistiu na busca por *fake news* de grande repercussão social que foram muito comentadas ou compartilhadas. Para isso, utilizamos ferramentas de buscas, como o Google, que permite observar a quantidade de ocorrências de uma notícia na *web*. Além de buscarmos pelo assunto em plataformas de vídeo, como o *YouTube*, e em redes sociais.

Inicialmente, recorreremos à plataforma de buscas do Google e utilizamos o parâmetro textual *fake news* (sem aspas), com o intuito de verificar como o assunto aparecia no ambiente on-line. Esse primeiro parâmetro trouxe *links* com definições sobre *fake news*, plataformas de checagem de conteúdo, e alguns manuais e guias sobre identificação e combate das *fake news*. A busca não contemplava, de forma satisfatória, os *links* com exemplos de *fake news*, o que nos levou a modificar o parâmetro textual para a expressão “*fake news* mais famosas do Brasil” (sem aspas). A mudança resultou em um volume expressivo de resultados – mais de 132 milhões de *links* – abrangendo conteúdos diversos, desde boatos sobre lendas urbanas e celebridades até desinformações sobre política, saúde pública e ciência. Essa nova pesquisa permitiu conhecermos e analisarmos os diversos tipos de *fake news* que circulam no ambiente virtual. Contudo,

nosso objetivo era conhecer quais foram as *fake news* mais divulgadas e compartilhadas em sites e redes sociais e que, por isso, tiveram grande repercussão social.

Em razão de os dois parâmetros iniciais não responderem satisfatoriamente ao nosso objetivo, iniciamos uma nova pesquisa sobre o tema das *fake news* em veículos da mídia tradicional, como Folha de S. Paulo, CNN Brasil, Estadão, Uol Notícias e Catraca Livre. Além de tentar localizar os casos mais impactantes já conhecidos, essa nova pesquisa pretendia conhecer como o tema era abordado pelos veículos da mídia tradicional. Nesta terceira etapa, encontramos uma diversidade de *fake news* e de *websites* dedicados exclusivamente à checagem de notícias, como os produzidos pela Folha de S. Paulo, a CNN e o site Lupa do portal Uol. Encontramos também uma notícia sobre a lista das dez *fake news*¹⁷ mais famosas na história, publicada no site Catraca Livre em 31 de março de 2017. Esta notícia parecia refletir exatamente o propósito da nossa busca: encontrar as *fake news* mais comentadas e compartilhadas nos últimos tempos.

De posse do recorte, partimos para a quarta fase, na qual analisamos o conteúdo de cada uma das dez *fake news* catalogadas na matéria. Verificamos que o conjunto das notícias selecionadas se referiam a temas variados e abrangiam um conjunto de matérias e de postagens em redes sociais na mídia brasileira e estrangeira. Aspectos como aparições em épocas e em países diferentes; assim como recursos visuais, linguísticos, persuasivos, apelativos, estilísticos e ideológicos foram pontos observados na análise. Percebemos que as diferenças entre as notícias estão atreladas ao contexto no qual elas foram produzidas, como, por exemplo, na época em que o rádio era o grande meio de comunicação; e a radionovela de Orson Wells, de 1938, que protagonizava a invasão da terra por alienígenas e misturava informação jornalística com ficção científica, provocou pânico entre os moradores de Nova York.

Na quinta etapa da pesquisa, partimos para busca do assunto em base de dados científicas, pois almejávamos conhecer a abrangência do tema no meio acadêmico e saber quais eram as tendências teóricas das pesquisas. Analisamos mais de 20 artigos científicos que abordavam aspectos como desinformação sobre vacinas, Covid-19, polêmicas políticas, polarização ideológica, definição de *fake news*, estudos de casos, jornalismo e comunicação. Um desses trabalhos acadêmicos, o de Machiaveli (2019), também citava o conjunto das dez *fake news* mais famosas da história, reforçando a convergência com os dados da terceira etapa e a relevância do material.

¹⁷ <https://catracalivre.com.br/entretenimento/10-casos-famosos-de-noticias-falsas-na-historia/>

Superada a fase da seleção inicial do *corpus* e verificado que as dez *fake news* mais famosas da história seriam satisfatórias para os objetivos da pesquisa, passamos ao refinamento das notícias. Num primeiro momento, constatamos que as notícias abrangiam assuntos diversificados, como ufologia, aparição de fadas, mortes de celebridades e vida na lua. Algumas não dispunham de muitas informações ou das matérias originais, como o caso dos círculos em plantações dos irmãos Douglas Bower e Dave Choreley, publicadas na década de 1970, e outras limitavam-se a *twittes* de apenas uma frase, como a falsa morte da cantora Britney Spears, em 2016. Devido a esses fatores, essas notícias não se mostravam viáveis para a análise pretendida. Assim, optamos por um recorte mais alinhado com os objetivos da pesquisa, priorizando a investigação das formas como a linguagem opera na produção e na legitimação da violência simbólica e física por meio da desinformação.

Posteriormente, foram descartadas as notícias de origem estrangeira ou vinculadas a contextos históricos muito distantes, que dificultariam a análise do impacto discursivo atual. O *corpus* foi restrito a *fake news* de contexto nacional, considerando o foco na sociedade brasileira e nas estratégias de linguagem utilizadas em âmbito local. Dentre as notícias brasileiras presentes na seleção prévia, destacam-se: Escola Base (1994), Chupa-cu de Goianinha (2017), Bebê Diabo do Notícias Populares (1975), Boimate da Revista Veja (1983) e a entrevista do Gugu com o Primeiro Comando da Capital (2003).

A partir desse conjunto, fizemos um novo afinilamento selecionando apenas as *fake news* que abordam violência e incitação ao ódio contra pessoas ou grupos sociais, de modo a viabilizar uma análise detalhada e alinhada aos propósitos do estudo. Além disso, com o intuito de estudar as manifestações mais recentes do fenômeno, incluímos na seleção dois outros casos de grande repercussão que representam violências contra grupos ou instituições.

Embora, neste trabalho, consideremos que todas as *fake news* sejam uma forma de violência, uma vez que distorcem fatos e provocam danos irreparáveis, o estudo se aterá àquelas que incitam ódio e abordam mais diretamente a questão da violência. Isso permitirá fazermos uma seleção por segmentação contextual por sujeitos, grupos e organizações, favorecendo a compreensão das consequências sociais desses fenômenos, de acordo com os aspectos metodológicos abordados na Seção 3.3.

Dessa forma, o *corpus* foi inicialmente previsto para compreender as seguintes *fake news*, sendo que a relação proposta é uma indicação dos temas a serem analisados,

visto que cada um deles gerou material diversificado, em formatos e veículos midiáticos, na época de sua veiculação:

- 1 – Acusações aos proprietários da Escola Base, em 1994;
- 2 – Entrevista do Gugu com o PCC¹⁸, em 2003;
- 3 – Linchamento de Fabiane Maria de Jesus, em 2014;
- 4 – Distribuição de mamadeira erótica nas escolas, em 2018;¹⁹
- 5 – Ataques à imprensa tradicional pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, em 2022.²⁰

Esses casos foram selecionados pela ampla disseminação, pela relevância no contexto brasileiro contemporâneo e pela relação direta com a temática da violência, seja ela física ou simbólica.

A ideia inicial era de verificar as mudanças ocorridas em relação às estratégias discursivas presentes em 1994, com o caso da Escola Base, até o período mais recente da história brasileira, como o exemplo das eleições presidenciais de 2018 e seus reflexos na sociedade contemporânea, com o ataque às instituições da imprensa (Abert, 2025b; Vannuchi; Lima; Gasparian, 2025; Santini; Borges, 2022). Contudo, após orientações da banca qualificadora, optamos por atualizar a relação das notícias a serem investigadas. Tal mudança deve-se ao fato de as dinâmicas midiáticas dos anos de 1994, 2003 e 2014 estarem situadas em um contexto distante e diverso das tecnologias atuais. Percebemos que com a expansão da internet no Brasil, do uso massivo das redes sociais a partir de 2020²¹, das mudanças ocorridas no cenário jornalístico e do surgimento de ferramentas tecnológicas como o *WhatsApp*, é oportuno atualizar a seleção do *corpus*, mantendo-se inalterados os demais fundamentos pesquisa, tendo em vista que os efeitos pretendidos pelo estudo destinam-se à sociedade atual. Portanto, a versão final do *corpus* é composta pelos seguintes temas de *fake news*:

- 1 – “Kit covid” e “tratamento precoce”;

¹⁸ PCC – Primeiro Comando da Capital – organização criminosa.

¹⁹ O tema foi noticiado pela imprensa à época da divulgação do vídeo: <https://www.conjur.com.br/2018-out-04/tse-derruba-post-facebook-informacao-falsa-haddad/>

²⁰ Os ataques do ex-presidente Jair Bolsonaro ganharam evidência nos portais de notícia, como neste caso relatado pelo portal Uol de notícias: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/07/jair-bolsonaro-imprensa.htm>

²¹ Relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) registrou crescimento no número de acessos. Em dezembro de 2020, o Brasil alcançou mais de 234 milhões de acessos móveis à internet, conforme divulgado no portal gov.br: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/05/brasil-registrou-mais-de-234-milhoes-de-acessos-moveis-em-2020>

- 2 – Negacionismo das vacinas;
- 3 – Ataques à imprensa;
- 4 – “Kit gay” e “Mamadeira de piroca”;

Optamos por seleccionar *fake news* que, em sua inter-relação, evidenciam processos de retroalimentação do discurso de ódio, demonstrando como certos enunciados se perpetuam, adaptam e reforçam violências sociais por meio da linguagem. Ao escolher casos emblemáticos – como a distribuição do “kit covid”, as campanhas contra a imprensa ou a “mamadeira erótica” –, é possível observar, em detalhes, as estratégias linguístico-discursivas que incitam e perpetuam violências simbólicas e físicas.

A análise desses casos pretende revelar como narrativas falsas podem reforçar preconceitos, alimentar estigmas e legitimar ações violentas contra sujeitos ou grupos, muitas vezes resultando em consequências graves, como linchamentos e ataques à reputação de pessoas inocentes. Nesse sentido, a Linguística de Texto (LT), especialmente em sua vertente sociointeracional e sociocognitiva (Koch, 2023 [2004]; Cavalcante, 2024 [2011]), contribui de forma decisiva para os objetivos desta pesquisa, na medida em que oferece instrumentos teóricos para a análise da construção de sentidos em textos que incitam à violência. Ao conceber o texto como evento comunicativo (Beaugrande, 1997) e como artefato resultante de ações textuais, discursivas e multimodais específicas, cujas interpretações podem produzir ações no mundo social (Bentes, 2024), a LT permite examinar como determinadas estratégias de referenciação, como introduções, desfocalizações e retomadas, operam na tessitura referencial de *fake news*, legitimando objetos de discurso e promovendo sentidos que não necessariamente correspondem à veracidade factual. A LT também possibilita analisar como a linguagem é empregada para naturalizar discursos de ódio, reforçar preconceitos e fabricar sentidos que sustentam violências físicas e simbólicas presentes nas *fake news*.

A partir desse *corpus* e da análise dos contextos de produção dessas *fake news*, pretendemos identificar padrões de disseminação e os efeitos sociais mais recorrentes, como a formação de “bolhas informacionais”, a rápida viralização de conteúdos sensacionalistas e a dificuldade de checagem por parte do público. Essa contextualização e análise são relevantes porque podem evidenciar como a violência simbólica – expressa em discursos de ódio, em difamação e em desinformação – pode se transformar em violência física, impactando diretamente a vida das pessoas.

Portanto, ao delimitar o *corpus*, a pesquisa contribui para revelar o papel central da desinformação na reprodução de práticas violentas e no enfraquecimento do debate público qualificado, demonstrando a importância de refletirmos e incentivarmos o debate sobre a educação linguística voltada a essa temática.

3.5 Métodos utilizados

O ponto de partida para a pesquisa foi uma revisão bibliográfica, voltada a mapear como o fenômeno das *fake news* tem sido tratado na literatura científica (Mendonça *et al.*, 2023; Aïmeur; Amri; Brassard, 2023) e quais caminhos vêm sendo propostos para a compreensão e o enfrentamento desse fenômeno. Nessa etapa, buscamos artigos e trabalhos que abordam tanto os conceitos fundamentais sobre *fake news* (Alves; Maciel, 2020; Tandoc Jr., 2019; Meneses, 2018) quanto estudos sobre desinformação em eleições no Brasil (Ferreira, E. S., 2021; Gomes; Dourado, 2019) e nos Estados Unidos (Kakutani, 2018; D’Ancona, 2018), *fake news* relacionadas à vacinação contra a Covid-19 (Cunha *et al.*, 2025) e análises linguístico-discursivas do fenômeno (Legroski, 2020; Bagagim; Ribeiro; Silva, 2021; Pereira; Antonio, 2023).

Em um segundo momento, partimos para a análise documental, selecionando notícias, vídeos e postagens em redes sociais que compõem o *corpus* do estudo. Considerando que as *fake news* circulam por diferentes plataformas e são produzidas tanto por mídias tradicionais quanto por alternativas, a seleção abrangeu ambas as fontes. Os documentos analisados são de caráter público e estão disponíveis na internet, em portais noticiosos ou em sites especializados em *fake news* ou em jornalismo e comunicação. A pesquisa documental considerou uma variedade de materiais, incluindo periódicos escritos (jornais e revistas), elementos iconográficos (imagens), vídeos e postagens em redes sociais e plataformas de *streaming*.

Gil (2002) ressalta que uma das características centrais da pesquisa documental é justamente a possibilidade de reelaborar os materiais de acordo com os objetivos da investigação. Para o autor (2002), a análise documental oferece vantagens, como a riqueza e a confiabilidade das informações, a perenidade das fontes, o baixo custo, e a dispensa de contato direto com os sujeitos da pesquisa. Cellard (2008), por sua vez, destaca que a pesquisa documental reduz a intervenção do pesquisador sobre o objeto, apresenta baixo custo e permite acessar características únicas dos documentos, muitas vezes indisponíveis em outras fontes. Contudo, não se ignora a existência de desafios, como a dificuldade de

acesso a documentos restritos, o controle limitado sobre o material analisado, e questões relacionadas à conservação e ao armazenamento.

Outro aspecto central para a credibilidade da pesquisa é a verificação da autenticidade e da confiabilidade das fontes. O pesquisador precisa adotar um olhar crítico, atento à possibilidade de alterações ou de vieses nos documentos, pois tais fatores podem impactar significativamente a análise. Além disso, torna-se fundamental considerar o contexto de produção dos documentos, tais como: a época da confecção, o meio de divulgação e a linguagem referente ao período de produção. No caso deste estudo, as notícias analisadas pertencem a diferentes momentos da sociedade brasileira, o que exige uma contextualização temporal minuciosa do período de divulgação dessas informações.

Com base nessas premissas, concordamos com Cellard (2008) ao afirmar que o documento escrito constitui uma fonte valiosa para o pesquisador das ciências sociais, na medida em que permite preservar memórias e reconstruir aspectos do passado. Ele também contribui para a compreensão das mudanças ocorridas nas formas de pensar e na compreensão das dinâmicas históricas e práticas sociais. Sob a ótica do autor (2008), o documento acrescenta a dimensão temporal à análise de aspectos sociais, possibilitando observar processos de transformação de sujeitos, de conceitos e de comportamentos ao longo do tempo.

Diante disso, é imprescindível considerar o contexto de produção dos documentos. Compreender o contexto social mais amplo e os objetivos da produção documental são fundamentais para a análise. Como destaca Cellard (2008), esse exercício é necessário tanto para documentos do passado distante quanto para os de passado recente, sendo que, nesse último caso, a proximidade temporal pode dificultar o distanciamento crítico do pesquisador. A análise documental, portanto, deve contemplar autoria, autenticidade, confiabilidade, natureza e lógica interna das fontes (Cellard, 2008), bem como os conceitos e sentidos mobilizados. Esses critérios nortearam a seleção dos documentos que compõem o *corpus* deste estudo, especialmente as *fake news* sobre violência.

Além da pesquisa documental, recorreremos à Análise de Discurso Crítica (ADC) para o estudo das *fake news* selecionadas, partindo do entendimento de que a linguagem é, simultaneamente, prática social e instrumento de poder. Conforme já mencionado, as *fake news* foram retiradas de jornais, sites noticiosos e redes sociais. O estudo não seria completo sem a compreensão de seu contexto de produção e divulgação, bem como sem a análise de como a linguagem é utilizada na prática social. Além disso, a aplicação da

ADC no estudo das *fake news* permite compreender como determinadas formulações discursivas contribuem para a reprodução ou a contestação de ideologias.

A ADC, conforme Fairclough (2019 [1992]), entende a linguagem como modos de ação (por meio dos quais os sujeitos interagem com o mundo e entre si) e de representação. Essa perspectiva é essencial para compreender a linguagem como ferramenta de mudança social, já que o discurso é concebido como prática social, articulando-se dialeticamente às estruturas sociais. Adotamos o modelo tridimensional de Fairclough (2019 [1992]), que envolve: (1) análise textual (dimensão linguística), (2) prática discursiva (produção e distribuição dos textos) e (3) prática social (contexto sociopolítico e ideológico em que o discurso circula). O discurso e a estrutura social se condicionam mutuamente, de modo que o discurso contribui para a constituição de normas, de convenções, de identidades e de instituições sociais (Fairclough, 2019 [1992]). Assim, o discurso não apenas representa o mundo, mas também o constitui em significados.

Ainda que a pesquisa documental proporcione rigor metodológico na seleção do material, entendemos que ela não seria suficiente para atingir os objetivos desta pesquisa, se não levássemos em conta os aspectos presentes na Análise do Discurso Crítica. A aplicação da ADC às *fake news* permite identificar como certas formulações discursivas reforçam ou contestam ideologias. Fairclough (2019 [1992]) argumenta que as ideologias são significações da realidade que contribuem para manter ou transformar relações de dominação, sendo particularmente eficazes quando naturalizadas como senso comum. Nesse sentido, as *fake news* frequentemente funcionam como veículos ideológicos, mascarando suas intenções sob a aparência de neutralidade ou de veracidade. Em razão dessas características, entendemos que a ADC é pertinente a este estudo, pois apenas a coleta e a descrição dos materiais não bastariam para compreender como os sentidos são construídos, disputados e legitimados no discurso das *fake news*. Por esse motivo, recorreremos à Análise de Discurso Crítica, a fim de aprofundar a investigação dos aspectos ideológicos, interdiscursivos e sociopolíticos que atravessam as mensagens analisadas. A articulação entre os dois métodos se fundamenta na necessidade de ir além da descrição dos documentos e compreender a linguagem como prática social, ou seja, como forma de ação situada que contribui para a constituição e a transformação das relações de poder (Fairclough, 2019 [1992]).

Dessa forma, ao analisar como as práticas discursivas são investidas ideologicamente e como contribuem para a reprodução ou a transformação das relações

de poder, a ADC oferece ferramentas para compreender e, potencialmente, intervir nos processos de mudança social. O desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os processos ideológicos do discurso pode tornar os sujeitos mais atentos e mais críticos em relação às práticas e aos discursos aos quais estão expostos (Fairclough, 2019 [1992]). A análise dos conceitos de ideologia e de hegemonia permite aprofundar a compreensão sobre como o poder é exercido e contestado por meio do discurso. A linguagem, como instrumento de mudança social, torna-se um campo de disputa, em que sentidos são construídos e naturalizados, assim como hegemonias podem ser estabelecidas, mantidas ou desafiadas. Ao abordar *fake news* que propagam discursos de violência, por exemplo, é possível identificar como determinadas narrativas reforçam desigualdades, estigmatizam grupos sociais ou legitimam práticas autoritárias.

Em relação ao poder da linguagem na constituição dos sujeitos, Piovezani e Alves (2024) ressaltam que todo ato de linguagem está impregnado por uma posição ideológica, seja ela conservadora ou progressista, machista ou feminista, de direita ou de esquerda. O discurso é atravessado por disputas de sentidos. Sendo assim, compreender as estratégias linguístico-discursivas presentes nas *fake news* é primordial para desnudar processos de naturalização e de hegemonia ideológica. Essa hegemonia ideológica pode se manifestar na produção e no consumo dos textos, que são permeados por lutas e por renegociações. A ADC, em sua essência, busca desvelar essas relações de poder e de dominação que se materializam e se reproduzem nos discursos. Ao estudarmos essas formações discursivas, a ADC pode identificar as estratégias utilizadas para construir e naturalizar determinadas visões de mundo em detrimento de outras.

Levando em conta tais métodos e tais abordagens teóricas, dedicamos atenção especial à prática discursiva das *fake news* selecionadas. Buscamos compreender os processos sociocognitivos e sociointeracionais que orientam a produção e a interpretação dos textos, ancorados em estruturas e em convenções sociais internalizadas (Fairclough, 2019 [1992]).

Portanto, ao utilizar a ADC no estudo das *fake news*, buscamos evidenciar o papel da linguagem como prática social, destacando, por meio do modelo tridimensional, como o discurso presente nas *fake news* sobre violência pode tanto manter quanto transformar relações de poder, além de contribuir para mudanças sociais. Buscaremos identificar os padrões discursivos recorrentes, os valores e as ideologias que orientam a produção e a recepção dessas mensagens, bem como os efeitos simbólicos e sociais que produzem no imaginário coletivo (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]). O discurso é aqui

compreendido não apenas como representação, mas também como instrumento de intervenção no mundo social. Dessa forma, espera-se que essa abordagem viabilize a compreensão do fenômeno das *fake news* como prática discursiva e social, contribuindo para o surgimento de uma consciência crítica dos leitores diante dos discursos que circulam na esfera pública.

3.6 Categorias analíticas

Segundo Oliveira e Anjos (2024), o uso das categorias analíticas auxilia na interpretação dos dados da pesquisa e está ligado ao fator da credibilidade das informações científicas, uma vez que se torna uma espécie de referência para outros pesquisadores. Para os autores (2024), às vezes, essa tarefa de se tornar referência pode ser difícil dada a falta de conceitualização do que seria uma categoria de análise. Em nossa pesquisa, tivemos o cuidado de suprir essa lacuna, ao justificarmos que entendemos o processo de categorização analítica como forma de organizar, classificar e interpretar o conteúdo estudado.

Para nós, a definição das categorias desempenha papel central na sistematização e na interpretação dos dados coletados. Como ferramenta instrumental, elas servem para tornar o conteúdo acessível, contribuindo para o agrupamento de elementos semelhantes e para a localização de elementos-chave que ajudarão na compreensão do fenômeno, no caso, as *fakes news* com temática de violência ou incitação ao ódio. Dessa forma, em vez de apenas distinguir o que é verdadeiro ou falso, a criação de categorias analíticas possibilitará a identificação dos procedimentos de produção de sentido nas *fake news*, revelando regularidades temáticas, estratégias retóricas, formas de referenciação, recursos de apelo emocional, assim como indícios e pistas de manipulação. Tais categorias operam como eixos interpretativos, orientando a análise dos dados e possibilitando o mapeamento dos efeitos de sentido produzidos nesses textos.

Carlomagno e Rocha (2016) citam aspectos fundamentais na definição das categorias de análise, ressaltando que essas regras são cruciais para a classificação de atributos e a criação de categorias de quaisquer objetos de pesquisa. Esses requisitos básicos devem conter: (1) regras precisas sobre a definição de cada categoria; (2) categorias mutuamente exclusivas (o que está em uma categoria, não pode estar em outra); (3) categorias homogêneas (não haver aspectos muito diferentes entre si no mesmo grupo); (4) categorias com esgotamento do conteúdo (não sobre conteúdos que não se

encaixem em alguma categoria); e (5) classificação objetiva, possibilitando a replicação do estudo.

O entendimento do fenômeno das *fake news* requer uma observação minuciosa do seu contexto de produção para se ter acesso e conhecimento das técnicas discursivas empregadas na sua elaboração. Para entender como essas técnicas são utilizadas, recorreremos às ferramentas metodológicas descritas na seção anterior. Adotamos uma abordagem qualitativa, de base textual e discursiva, com o objetivo de descrever e interpretar as estratégias linguístico-discursivas que estruturam a tessitura referencial dessas *fake news*. Entendemos que tais estratégias, a exemplo da introdução e da desfocalização utilizadas pelo produtor do texto, ativam sentidos que orientam a interpretação do leitor.

A partir da proposta de Chouliaraki e Fairclough (2001 [1999]), as categorias analíticas desta pesquisa concentram-se na dimensão textual e em sua relação com as práticas sociais, privilegiando o exame de estratégias linguístico-discursivas que operam na construção de sentidos e na legitimação de posicionamentos ideológicos. Na abordagem dialético-relacional a escolha das palavras considera o contexto textual e social na construção dos significados. Inclui ainda a análise da representação dos atores sociais, com a identificação dos papéis desses atores para entender como grupos ou sujeitos são incluídos ou excluídos discursivamente, revelando os efeitos da representação no contexto social e político.

Assumimos, desde já, nosso interesse por investigar os papéis sociais reforçados, excluídos, estigmatizados ou atacados pelas *fake news*. Essa investigação está centrada na construção da tessitura referencial, explícita no corpo das *fake news*, por meio da ativação, desfocalização ou reativação de objetos de discurso socialmente construídos. Tal abordagem é importante para identificarmos como a escolha das palavras é estrategicamente pensadas para criar narrativas, amplificar versões, atacar atores sociais e/ou moldar discursos.

Com a análise textual das *fake news* selecionadas, buscamos verificar como a construção da tessitura referencial potencializa a credibilidade das *fake news* a partir da adoção de semioses que unem o uso de um tipo específico de linguagem com as interações sociais que elas visam alcançar. As escolhas lexicais são estratégicas nesse tipo de texto, pois elas orientam a interpretação do leitor e organizam o modo de dizer e significar do texto. Nesse ponto específico, a ADC (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]) é parte fundamental da categorização, pois ela nos permite refletir sobre o papel da tessitura

referencial na construção de representação dos atores sociais, na atribuição de responsabilidades e na respectiva legitimação das ações e dos atores sociais.

Em relação ao conteúdo dessas *fake news*, situaremos o contexto de sua produção e a sua tipologia, mostrando como as informações são tratadas em cada notícia enganosa. De acordo com a proposta de Wardle (2017), saberemos se a informação veiculada caracteriza-se como:

- **Sátira ou paródia:** conteúdos que, embora possam ser factualmente falsos, não são produzidos com a intenção primária de causar dano ou enganar.

- **Conexão falsa:** frequentemente empregada nas táticas de *clickbait*s, ocorre quando há um descompasso entre os elementos de apresentação do conteúdo (as manchetes) e o corpo do conteúdo (a matéria).

- **Conteúdo enganoso:** uso estratégico de informações factuais (verdadeiras) ou de imagens genuínas em um contexto que as tornam enganosas. Não há fabricação total do conteúdo, mas sim, manipulação intencional dos fatos para conferir credibilidade a uma narrativa distorcida. São exemplos disso a omissão de dados, seleção tendenciosa de citações e uso de estatísticas fora do contexto.

- **Contexto falso:** trata-se de uma forma de manipulação que ressignifica de forma indevida um conteúdo verdadeiro. Isso acontece, por exemplo, em casos como os mostrados na Seção 1.3 de manifestações a favor de Maduro ou contra o projeto da dosimetria. São casos nos quais imagens ou vídeos verdadeiros de um determinado evento são reutilizados em situações completamente diferentes a fim de favorecer outra narrativa. Há uma dissociação temporal e espacial do material para conferir autenticidade a uma alegação falsa.

- **Contexto impostor:** esse tipo de conteúdo envolve a criação de perfis, websites ou documentos que imitam a identidade visual e linguística de fontes de informação reconhecidas e confiáveis, como veículos de imprensa tradicionais, órgãos governamentais ou acadêmicos. Tem como objetivo se valer da autoridade e credibilidade da fonte genuína, transferindo-as para o conteúdo falso.

- **Conteúdo manipulado:** envolve a alteração dolosa das mídias genuínas com o intuito de enganar. Nesse caso, a manipulação é altamente sofisticada e técnica. Ela inclui edição de fotos, manipulação de áudios, criação de vídeos com recursos de Inteligência Artificial (*deepfakes*) em vídeos, mas mantém a essência do material original.

- **Conteúdo fabricado:** esse tipo de conteúdo representa a invenção completa e deliberada de uma narrativa ou fato, sem qualquer base na realidade. Trata-se de conteúdo

100% falso, criado com o propósito explícito de enganar e causar o máximo de dano, seja ele financeiro, político ou reputacional.

Em síntese, nossa análise se sustenta sobre outras categorias descritas nos referenciais teórico-metodológicos desta pesquisa, articulada aos aportes da Análise de Discurso Crítica (ADC), da Análise Documental e da Linguística Textual. A partir desses pressupostos definimos as seguintes categorias analíticas para a presente pesquisa:

Quadro 5 – Categorias de análise

Construtos teóricos-metodológicos	Categorias	Caminhos analíticos
Estratégias de referenciação de Albuquerque e Diefenthaler (2021); Cavalcante (2024 [2011]); Koch (2014 [1997]); Koch (2023 [2004]); Fávero; Koch (2012 [1983])	Introdução, retomada e desfocalização de objetos de discurso.	Análise das estratégias referenciais empregadas, observando como são construídos e manipulados os referentes, especialmente quanto a estratégias de sensacionalismo, uso de pronomes vagos e apagamentos ou generalizações que ocultam fontes, intencionalidades ou responsabilidades.
Marcas linguístico-discursivas (subjetividade) Bentes; Souza-Santos (2023); Bagagim; Ribeiro; Silva (2021); Gomes; Dourado (2019); Pereira e Antonio (2023); Silva (2023)	Adjetivações, hipérboles, metáforas, perguntas retóricas, apelos emocionais.	Mapeamento dos estratégias linguístico-discursivas que caracterizam as <i>fakes news</i> e desempenham funções argumentativas no texto.
Aspectos documentais (Cellard, 2008)	Autoria declarada ou omitida, data de publicação, formato do documento (imagem, texto, montagem), materialidade e confiabilidade.	Observação dos elementos temporais/situacionais, verificação do tipo de plataforma de divulgação e da vinculação institucional.

Modelo tridimensional Fairclough (2019 [1992])	Texto, prática discursiva e prática social.	Aplicação das três dimensões da análise crítica do discurso para investigar como os sentidos são articulados no texto, em sua produção e em seus efeitos sociais. Esta categoria integra e aprofunda os elementos anteriores, considerando o discurso como prática social.
Tipologia das <i>fake news</i> Wardle (2017)	Conteúdo satírico, conteúdo enganoso, conteúdo fabricado, conexão falsa, contexto falso e conteúdo manipulado.	Categorização das <i>fake news</i> quanto ao seu tipo predominante, adaptada ao <i>corpus</i> desta pesquisa. Essa categoria visa identificar padrões recorrentes nas formas de desinformação.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Espera-se que a definição dessas categorias permita uma análise sistemática do *corpus*, possibilitando o reconhecimento de estruturas e de práticas discursivas recorrentes nas *fake news* com temática de violência ou incitação ao ódio. Tais elementos podem revelar as práticas de produção dessas mensagens e evidenciar os mecanismos ideológicos e interdiscursivos que as sustentam e as tornam aceitáveis e legítimas para quem as recebem e as compartilham.

3.7 Considerações finais

Ao longo deste capítulo, expusemos o arcabouço metodológico que sustenta a investigação sobre as *fake news* e seus impactos na sociedade contemporânea. A escolha por uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise Documental e na Análise de Discurso Crítica (ADC), não se deu por acaso, mas sim pela intrínseca complexidade do fenômeno da desinformação, que exige uma reflexão profunda sobre a manifestação da linguagem nas mais diversas interações sociais.

A delimitação do *corpus*, focalizada em casos emblemáticos de *fake news* que incitam à violência ou ao ódio no contexto brasileiro, permitirá realizarmos o trabalho de análise dos dados, com ênfase nas estratégias linguístico-discursivas das mensagens selecionadas. A articulação teórico-metodológica entre a Linguística Textual e a ADC oferece as ferramentas necessárias para examinar como as estratégias de referência e

as marcas de subjetividade operam na construção de narrativas que, muitas vezes, reforçam preconceitos e legitimam ações violentas. A tipologia das *fake news*, conforme Wardle (2017), servirá como um guia para classificar e reconhecer os tipos de desinformação circulantes.

Neste percurso, o estudo pretende ir além da simples identificação do que é falso ou verdadeiro, adentrando o “porquê” e o “como” essas informações se propagam e impactam a vida das pessoas, conforme mencionado neste capítulo. A pesquisa visa fomentar uma postura crítica e reflexiva nos interlocutores das *fake news*. A linguagem, aqui, não é apenas objeto de análise, mas campo de intervenção, em que a desconstrução de discursos hegemônicos e a promoção de educação linguística crítica podem contribuir para a transformação social. Assim, espera-se que esta investigação não apenas desvende os mecanismos da desinformação, mas também ofereça subsídios para o desenvolvimento de estratégias de combate a esse fenômeno por meio do reconhecimento das técnicas discursivas utilizadas na produção desse conteúdo, o que poderá resultar em novos trabalhos de pesquisa, com foco na criação de textos contra-argumentativos às notícias manipuladas ou inverídicas.

Por fim, declaramos que recorreremos ao uso de Inteligência Artificial na construção de algumas tabelas sínteses de conteúdo desta pesquisa, na elaboração da lista de siglas, da lista de quadros, bem como na utilização de *prompts* (comandos) para solicitar verificação da melhor ordenação dos parágrafos ou tradução de conteúdo em língua estrangeira. As intervenções solicitadas à IA foram minuciosamente analisadas, corrigidas, adaptadas e, em muitos casos, ignoradas por entendermos que não eram adequadas aos propósitos investigativos.

– CAPÍTULO 4 –

ANÁLISE DAS *FAKE NEWS*

O último capítulo desta pesquisa é destinado à aplicação dos métodos e do aporte teórico à análise dos textos selecionados no *corpus*. Nele verificaremos como a tessitura referencial das *fake news* é pensada e de qual forma a pessoa do discurso se manifesta nestas produções.

4.1 Considerações iniciais

Este capítulo dedica-se à análise das *fake news* selecionadas, com base nos critérios definidos no capítulo metodológico e nos dois capítulos teóricos. O *corpus* será estudado sob o prisma da Linguística de Texto, com foco na análise da tessitura referencial e nos aspectos sociointeracionais envolvidos na produção das *fake news*. Vamos verificar como esses fatores são evidenciados nas *fake news* com a temática de violência e incitação ao ódio; bem como estudar como os textos são construídos e propagados para seus potenciais leitores.

As *fake news* sobre incitação à violência e ao ódio selecionadas nesta pesquisa representam uma amostra do que pretendemos evidenciar em termos de estratégias linguístico-discursivas na construção das tessituras referenciais nessas mensagens. Nossa abordagem analítica, de caráter qualitativo e interpretativo, visa demonstrar, com base na análise textual das notícias selecionadas, como essas estratégias atuam no imaginário dos leitores e contribuem para a propagação de discursos de ódio e violência simbólica ou física. Para isso, utilizamos os critérios definidos anteriormente que, no plano teórico e metodológico, abarcam: a tipologia das *fake news*; os aspectos documentais; as estratégias de referenciação na construção de tessituras referenciais; e as dimensões do texto, da prática discursiva e da prática social. Almejamos evidenciar como essas categorias de análise surgem e colaboram com a construção de cenários de desinformação.

4.2 “Kit covid” e “tratamento precoce”

Nossa primeira análise concentra-se nos textos relacionados ao uso de medicamentos para o tratamento da Covid-19, que circularam nas redes sociais e também foram divulgados por instâncias governamentais, no início de 2020. Esses textos

defendiam um suposto tratamento precoce e de caráter preventivo contra a doença, à época chamados de “kit covid” ou de “tratamento precoce”. A promoção dos medicamentos por parte de instâncias governamentais brasileiras desencadeou um amplo debate entre opositores e favoráveis à medida, sendo objeto de investigação no Senado Federal (Floss *et al.*, 2023; Barbosa *et al.*, 2021; Furlan; Caramelli, 2021).

Antes de adentrarmos na análise dos aspectos linguístico-discursivos das *fake news* selecionadas, precisamos situar o contexto histórico, político e social no qual emergiram e circularam os discursos em torno do chamado “kit covid” ou “tratamento precoce”. A disseminação desses conteúdos ocorreu em um cenário marcado pela incerteza científica, pelo medo social e por disputas discursivas em torno da autoridade do saber médico e científico (Tessarolo; Ziller; Malini, 2024).

No início de 2020, com o avanço acelerado da pandemia de Covid-19 e o crescimento exponencial dos números de hospitalizações e mortes, ainda não havia vacinas aprovadas nem tratamentos farmacológicos com eficácia comprovada contra o vírus SARS-CoV-2. Nesse contexto de emergência sanitária global, diversos países passaram a testar medicamentos já existentes, inicialmente de forma experimental, na tentativa de conter os efeitos da doença. No Brasil, esse processo ocorreu de maneira particularmente controversa, pois se deu sob forte incentivo de autoridades políticas, mesmo diante da ausência de evidências científicas robustas (Furlan; Caramelli, 2021).

O chamado “kit covid” consistia, de modo geral, na combinação de medicamentos como hidroxicloroquina ou cloroquina, ivermectina, azitromicina, nitazoxanida e suplementos vitamínicos, prescritos com a alegação de prevenção ou tratamento precoce da Covid-19. Embora tais medicamentos possuíssem indicações específicas para outras enfermidades, não havia, à época, comprovação científica de sua eficácia contra a doença causada pelo novo coronavírus. Ainda assim, essas substâncias passaram a ser amplamente promovidas no país, inclusive por representantes do Governo Federal, como parte de uma estratégia discursiva que buscava oferecer uma resposta rápida à crise sanitária (Floss *et al.*, 2023; Furlan; Caramelli, 2021).

Nesse contexto, o próprio uso do termo “kit” já remete a algo composto por mais de um item e que, de certa forma, possui uma espécie de chancela que, nesse caso, o ateste de validade era pregado pelas instâncias governamentais. Já o referente “kit covid” embora se apresente como algo composto por diferentes medicamentos, opera discursivamente como uma unidade semântica singular, dotada de uma suposta eficácia. A junção dos termos kit + covid teve o potencial de produzir um efeito de singularidade

e infalibilidade, conduzindo à interpretação de que o conjunto de fármacos funcionasse de maneira integrada e garantisse resultados positivos, independentemente de validação científica. Assim, podemos inferir que o termo “kit covid” remete à ideia de solução pronta, acessível e resolutive. Da mesma forma, a expressão “tratamento precoce” tinha o potencial de induzir os leitores a pensarem que o uso dos medicamentos poderia protegê-los da contaminação pelo vírus.

Segundo Furlan e Caramelli (2021), a promoção do tratamento precoce no Brasil extrapolou o debate científico e passou a integrar o campo político-ideológico, contribuindo para a polarização social em torno da pandemia. Os autores destacam que o incentivo oficial ao uso desses medicamentos, associado à minimização da gravidade da doença e à deslegitimação de medidas não farmacológicas, como o distanciamento social, acabou por favorecer a disseminação do vírus e atrasar a adoção de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Nas palavras dos pesquisadores,

O ‘kit covid’ tem sido promovido e prescrito no Brasil com base em evidências anedóticas, experiências e opiniões pessoais, estudos *in vitro* [em células de laboratório] com dosagens de medicamentos excedendo os limites de segurança em humanos, estudos clínicos de baixa qualidade metodológica, revisões sistemáticas com metanálises sem qualquer credibilidade, ideologia política e a chamada ‘autonomia médica’ (Ferreira, L., 2021, s/p).

A ampla divulgação do “kit covid” também foi acompanhada por um crescimento expressivo na prescrição e no consumo desses medicamentos no Brasil ao longo de 2020 e 2021. A procura por substâncias como ivermectina e hidroxicloroquina aumentou de forma significativa, mesmo após a publicação de estudos clínicos e posicionamentos oficiais de entidades científicas nacionais e internacionais que desaconselhavam seu uso para Covid-19.

Não obstante, as farmácias brasileiras privadas, sem incluir as do SUS, entre março de 2020 e março de 2021, tiveram aumentos significativos nas vendas das medicações do “tratamento precoce” e venderam mais de 52 milhões de comprimidos de quatro medicamentos: sulfato de hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina e nitazoxanida (Floss *et al.*, 2023, p. 14).

A defesa da medicação era referendada por autoridades públicas brasileiras sob o argumento de que “... pior que uma decisão mal tomada, é uma indecisão” (Floss *et al.*, 2023, p. 13). Conforme informam Taccone, Hites e Dauby (2022), mesmo diante da recomendação da Organização Mundial da Saúde contra o uso de medicamentos integrantes do “kit covid”, especificamente a hidroxicloroquina, havia defesa persistente nas redes sociais para espalhar a crença na eficácia do remédio.

O confronto entre defensores e opositores do “tratamento precoce” gerou debates acalorados e, inclusive com ameaças a quem se opunha ao uso da hidroxicloroquina. Os argumentos dos defensores continham os seguintes discursos [...] “foi administrada tarde demais”, “não foi administrado na dose correta”, “é barato e seguro”, ou “É antiético realizar um ensaio clínico randomizado e expor pacientes ao uso do placebo” (Taccone; Hites; Dauby, 2022, p. 474). O discurso aqui, empregado na sua prática social, revelava as afiliações ideológicas de quem os propagava.

Ademais, essas narrativas provavelmente circularam em ambientes digitais marcados pela presença de câmaras de eco e filtros bolha. Com isso, os discursos favoráveis ao “kit covid” e ao “tratamento precoce” tinham o potencial de serem reiterados e validados por interações sucessivas entre usuários que compartilhavam da mesma orientação ideológica, reduzindo o contato com informações divergentes.

No Brasil, a controvérsia em torno do “tratamento precoce” levou o tema a ser investigado em instâncias institucionais, como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instalada no Senado Federal em 2021. A CPI apurou, entre outros aspectos, o papel do Governo Federal na promoção do “kit covid”, bem como possíveis impactos dessa política na condução da crise sanitária.

No dia 4 de fevereiro de 2021, foi protocolado o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito, publicado na página do Senado⁴⁷. No dia 29 de abril, quinze dias depois de o país chegar a quatrocentas mil mortes, os senadores criaram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19⁴⁸ (Floss *et al.*, 2023, p. 12).

Foi nesse ambiente de incerteza, polarização e disputa de sentidos que *as fake news* sobre o “kit covid” e o “tratamento precoce” ganharam força. Apoiadas em discursos de autoridades públicas e na promessa de cura ou prevenção, os textos mobilizaram estratégias de referenciação que contribuíram para a naturalização de práticas sem respaldo científico. De acordo com o portal Aos Fatos²² (Barbosa *et al.*, 2021), o então Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados foram responsáveis pela publicação de 83% da desinformação sobre o “tratamento precoce”.

Esse contexto, de caráter histórico e social, revela uma tessitura própria em torno do tema. Podemos perceber a mobilização de objetos discursivos como “kit covid”, “tratamento precoce”, “autoridades públicas”, “farmácias”, “medicamentos” e “CPI da

²² Reportagem do portal monitorou e explicou quem eram os principais responsáveis pela publicação das desinformações: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-e-aliados-publicaram-83-da-desinformacao-sobre-tratamento-precoce-no-facebook-em-2021/>

Covid-19”, que foram apropriados e recategorizados de modo a produzir sentidos e tensionar as discussões em torno do uso ou não dos medicamentos. O referente “kit covid”, por exemplo, é construído não apenas como um conjunto de fármacos, mas como uma solução legitimada por instâncias de poder, enquanto “tratamento precoce” opera como uma formulação que antecipa eficácia e urgência, mesmo sem respaldo científico. Paralelamente, “autoridades públicas” foram mobilizadas como fontes de legitimação discursiva, enquanto o aumento nas vendas em “farmácias” pode ser percebido como um fator de adesão social a esses discursos. Já a “CPI da Covid-19” introduz um movimento de reconfiguração desses sentidos, ao reinscrever tais referentes no campo da investigação institucional e da responsabilização política.

Conhecido o contexto no qual se deu a divulgação das *fake news* sobre o “kit covid” e o “tratamento precoce”, podemos refletir sobre a construção dos discursos e das tessituras presentes nas publicações. Para ilustrar, selecionamos uma das *fake news* veiculadas em redes sociais, com a defesa persistente do uso do kit (Figura 11)²³. O texto foi veiculado no Facebook em fevereiro de 2021, não estando mais disponível para consulta na fonte original e, por isso, não é possível identificar o perfil responsável pela publicação.

Figura 11 – “Kit Covid” foi divulgado em redes sociais como promessa de cura para doença



Fonte: Pacheco (2021).

²³ A checagem da *fake news* pode ser verificada neste link: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-coquetel-com-hidroxicloroquina-azitromicina-e-ivermectina-cure-covid-19/>

O estudo de Tessarolo, Ziller e Malini (2024) mostra que o discurso em defesa do “tratamento precoce” foi o que mais se propagou. “Dessa forma, as narrativas que defendiam o tratamento precoce, sem eficácia para a Covid-19, levaram milhares de pessoas a usar medicamentos sem necessidade”, afirmam os autores.

No plano da Linguística Textual, a tessitura referencial da figura 11 está organizada em torno dos objetos discursivos: doença, tratamento, médicos, governantes e mídia. O termo Covid-19 é recategorizado pelo referente “gripe da China”, o que pode levar o interlocutor a interpretar que os chineses são responsáveis pela propagação do vírus e, portanto, devem ser evitados, reforçando o caráter xenofóbico do texto. Aqui, a escolha lexical tem o poder de focalizar a suposta origem do vírus e, ao mesmo tempo, promover uma responsabilização simbólica.

A semiose entre texto e imagens é utilizada pelo produtor da *fake news* para defender a suposta eficácia do kit. As imagens dos fármacos presentes na publicação eram as defendidas pelas autoridades governamentais brasileiras, à época da disseminação do *post* na rede social Facebook. Medicamentos como hidroxicloroquina e ivermectina, originalmente associados a outras indicações médicas, passam a ser nomeados como “cura”, “solução” ou “tratamento eficaz”, reforçando a recategorização e a focalização de uma solução eficiente. Tais estratégias discursivas têm o potencial de produzir efeito de evidência, apagando a comprovação científica e dando um novo sentido ao kit.

O produtor textual (figura 11) alega que quem não defende o uso dos medicamentos é categorizado como “burro” ou supostamente corrupto porque “está tirando proveito da crise”. Ao mesmo tempo, há um discurso de incitação do confronto contra a “mídia” e “os governantes autoritários”. O texto é fundamentado na narrativa de que “médicos” que não são “burros”, nem têm interesse em tirar “proveito da crise” devem confrontar “governos autoritários” e a “mídia do medo”. Portanto, podemos dizer que o processo de referenciação orienta as escolhas discursivas em *prol* de um “querer-dizer” e funciona como mecanismo argumentativo capaz de direcionar a interpretação do leitor (Koch, 2023 [2004]).

Verifica-se que o produtor textual busca conferir legitimidade científica ao “kit covid” e, portanto, age de forma intencional ao construir uma narrativa que reforça a eficácia dos fármacos e nega os saberes científicos. Quem propaga ou compartilha a mesma mensagem pode agir de forma consciente, acreditando ser uma alternativa possível para o tratamento, como também pode ser enganado pelo seu viés de

confirmação. Nesse caso, podemos inferir que a responsabilidade maior está concentrada no produtor da *fake news*, que cria e divulga narrativas sem comprovação científica, provavelmente motivado por suas crenças ou pela confiança no discurso de figuras públicas.

No que se refere à construção da pessoa do discurso, verifica-se a constituição de posições enunciativas marcadamente polarizadas, organizadas em torno de um “Nós” e de um “Eles”. O “Nós” é implicitamente construído como o grupo dos que “sabem”, dos que defendem o uso do “kit covid” e do “tratamento precoce”, frequentemente associado a “médicos que não são burros”, “corajosos” e comprometidos com a “verdade”. Em contrapartida, o “Eles” é recategorizado de forma depreciativa, englobando “mídia”, “governantes autoritários” e profissionais que não aderem ao tratamento, classificados como “burros” ou como aqueles que “se beneficiam da crise”. A distribuição dos papéis discursivos produz um efeito de legitimação do endogrupo e deslegitimação do exogrupo, orientando a interpretação do leitor para a adesão a uma posição ideológica específica. No caso, a construção da pessoa do discurso atua como mecanismo argumentativo central, ao atribuir valores morais e epistêmicos aos sujeitos envolvidos e reforçar a polarização característica das narrativas desinformativas.

Ademais, observa-se o uso da subjetividade e o apelo ao emocional do interlocutor ao se afirmar que “o mundo tem a solução para a gripe da China”. A mensagem veicula uma interpretação pessoal do produtor, mas que visa dialogar com o medo da pandemia, de contaminação e da morte. Bentes e Souza-Santos (2023, p. 2), citando Gelfert, mostram como condições psicossociais e culturais, “como o medo, as pressões, as tensões e o contato com o desconhecido possuem forte influência sobre a produção/propagação de textos noticiosos com conteúdos falsos e/ou de natureza semelhante, como boatos”. Isso fica evidente na publicação em análise, pois ela foi espalhada em um momento de grande incerteza e medo da população, diante das mortes provocadas pela Covid-19.

Apesar de o *post* não se enquadrar no conceito de notícia, conforme visto na seção 1.3, defendemos que ele pode ser entendido como uma manifestação do fenômeno das *fake news*, pois combina elementos da atualidade, polarização, apelo às emoções e, sobretudo, a intencionalidade de se passar por informação verídica e legítima. A publicação trata de um tema de grande relevância social, combina fatores ideológicos, discursivos e linguísticos para propagar uma ideia desprovida de amparo científico e que, mesmo assim, teve o potencial de impactar seus leitores. A violência, no caso em questão,

não foi apenas simbólica, pois as consequências na saúde das pessoas foram dramáticas e impactaram, sobretudo, os leitores mais vulneráveis (Correia, 2021).

O texto analisado também evoca a urgência de que o “kit covid” seria a única alternativa viável diante da suposta omissão das instituições científicas e políticas. A tessitura tenta alertar para a covardia dos médicos “não tem médicos com coragem”, em confrontar “governantes autoritário” e a “mídia do medo”. Nesse ponto, infla-se o sentimento de indignação e revolta contra quem se opõe ao uso e prescrição dos remédios.

Esse fenômeno evidencia como discursos de autoridades, quando mobilizados por agentes institucionais, podem legitimar práticas médicas controversas e contribuir para a aceitação de informações enganosas no espaço público. O discurso aqui, empregado na sua prática social, revelava as afiliações ideológicas de quem os propagava.

No que se refere aos aspectos documentais, conforme proposto por Cellard (2008), a *fake news* apresenta autoria não conhecida e divulgação predominante em redes sociais digitais. O *post* da figura 11 estava em circulação em março de 2021, na rede social Facebook. Na data de checagem (02.03.2021) contava com 11.969 compartilhamentos. A apresentação do documento, em formato de imagem ou postagem curta, contribui para a simplificação do discurso e para a rápida assimilação da mensagem. A ausência de vinculação institucional clara e o uso de uma linguagem que visa simular uma suposta autoridade científica reforçam os sinais do caráter enganoso do texto, produzindo um efeito de credibilidade artificial. Tal estratégia está alinhada às práticas contemporâneas de desinformação, que neste trabalho entendemos como uma manifestação das *fake news*.

A figura 11 é predominantemente do tipo conteúdo enganoso e conteúdo manipulado (Wardle, 2017). São utilizadas informações verdadeiras sobre a existência da doença e imagens reais dos medicamentos para distorcer as políticas de combate à Covid-19. A essência do material é autêntica, porém, os fatos são intencionalmente manipulados.

Na perspectiva do modelo tridimensional de Fairclough (2019 [1992]), a dimensão textual é produzida com o intuito de recategorizar medicamentos sem eficácia científica comprovada ao plano de “cura” ou espécie de solução mágica. Além disso, o uso de adjetivações como “burro” e uma suposta cegueira são invocados para dialogar e tentar persuadir os sujeitos sobre a eficácia do tratamento, ressaltando a subjetividade e a agressividade da mensagem. Na prática discursiva, o texto insere-se no contexto do ecossistema digital, em que esse tipo de mensagem tende a ser polarizada e amplificada em grupos. No contexto da prática social, a divulgação e defesa do “tratamento precoce”

ou “kit covid” está inserida dentro do fenômeno da pós-verdade e do negacionismo científico.

Diferente da figura 11, a publicação da figura 12 sobre o “tratamento precoce” já se aproxima do conceito tradicional de notícia. Nela, a então deputada Federal Carla Zambelli endossa a defesa do tratamento por meio da postagem de uma notícia favorável à adoção do “kit covid” e de ações contrárias às medidas de distanciamento social.

Figura 12 – Ex-deputada Federal Carla Zambelli publicou notícia de apoio ao “tratamento precoce”



Fonte da imagem: Barbosa *et al.* (2021).

A narrativa da ex-deputada é introduzida pela expressão “para reflexão” e, logo em seguida, há um *print* do portal Brasil Sem Medo. Na imagem, percebe-se o uso do título de matéria jornalística “Tratamento precoce faz Búzios zerar casos de Covid”. Em seguida, o resumo da informação, típico do *lead* jornalístico. O quê? Reversão do *lockdown*. Quando? Em dezembro. Por quem? População de Búzios. Como? Pela justiça.

A construção da tessitura referencial é orientada para sustentar a suposta eficácia do “tratamento precoce” contra a Covid-19. A tessitura referencial organiza-se a partir dos objetos de discurso: tratamento precoce, cidade de Búzios, população local e a

doença, que são introduzidos e retomados ao longo do texto de modo a construir uma narrativa favorável à adoção do tratamento.

O objeto de discurso “tratamento precoce” é introduzido e associado diretamente ao verbo “fazer”, que estabelece uma relação de causalidade com o evento “zerar casos de Covid”. Trata-se de uma introdução referencial com forte focalização, pois coloca o suposto tratamento como agente central da ação narrada. Ao mesmo tempo, o referente “Búzios” surge como cenário empírico que funcionaria como evidência concreta da eficácia do procedimento. Apesar disso, não há menção a instituições médicas, pesquisas científicas ou dados epidemiológicos que sustentem a afirmação apresentada no título, caracterizando um processo de desfocalização.

Em seguida, o texto promove a descrição do contexto social: “Em dezembro do ano passado, população protestou e conseguiu reverter lockdown decretado pela Justiça”. Nesse trecho, observa-se a introdução de um novo objeto de discurso “população”, que passa a ocupar a posição de sujeito da ação. Essa estratégia produz uma recategorização implícita, pois a população é apresentada como agente coletivo responsável pela mudança de cenário sanitário. Ao mesmo tempo, o elemento “lockdown decretado pela Justiça” introduz um referente associado a um evento negativo, isto é, a restrição de liberdade posteriormente revertida.

A construção prossegue com uma retomada anafórica, quando o texto afirma: “Hoje não há mais pacientes internados com a doença na cidade”. Nessa formulação, ocorre uma desfocalização do referente “Covid-19”, que não é mais nomeado explicitamente, sendo substituído por “doença”. Ao mesmo tempo, a expressão “hoje” introduz um marcador temporal que sugere conclusão de um processo bem-sucedido.

Por fim, a imagem da praia associada à cidade reforça simbolicamente o quadro referencial construído no texto. A paisagem turística funciona como elemento semiótico que sugere normalidade e retorno à vida cotidiana, reforçando o efeito de sentido de superação da crise sanitária promovida pela adoção do “tratamento precoce”.

A mensagem, veiculada por uma deputada federal enfatiza, intencionalmente, o posicionamento ideológico da parlamentar e amplia sua responsabilidade sob a propagação do conteúdo, na condição de figura pública. No caso, o compartilhamento por seguidores da parlamentar pode indicar sinal de pertencimento ao grupo político, além de validação das crenças pessoais. Já as intencionalidades e responsabilidades possuem pesos distintos, dada a assimetria de poder entre os participantes da interação. De um

lado, uma agente pública com ampla capacidade de influência e responsabilidade discursiva e, do outro, os demais interagentes da situação comunicativa.

À luz do modelo tridimensional da ADC (Fairclough, 2019 [1992]), as *fake news* das figuras 11 e 12 podem ser analisadas em três níveis inter-relacionados. Na dimensão textual, destacam-se as escolhas lexicais avaliativas, as estratégias de referência e as marcas de subjetividade que estruturam o texto de modo a maximizar a aceitação das narrativas. Esse impacto persuasivo é reforçado pela semiose realizada por meio das imagens que prescrevem os medicamentos do “kit covid” e mostram os benefícios do “tratamento precoce”, com o fim do *lockdown*.

Na dimensão da prática discursiva, observa-se um processo de produção marcado pelo viés ideológico e pela lógica da viralização em redes sociais. Quem compartilha, vê seu viés de confirmação sendo reforçado dentro do seu grupo e/ou de sua câmara de eco (Nguyen, 2018; Oliveira; Medeiros; Mattos, 2022). O consumo do texto é, assim, orientado por processos sociocognitivos que privilegiam a identificação afetiva e ideológica, independente do que a ciência ou a mídia afirmem sobre o tema. A verdade factual e as evidências perdem relevância pois, conforme explicado por Bruno e Roque (2019), a pós-verdade tem mudado os consensos estabelecidos sobre a efetividade da ciência.

Em relação à prática social, as *fakes news* (11 e 12) contribuem para o fortalecimento da polarização política e para a naturalização da violência simbólica contra instituições científicas, jornalísticas e a própria população. Ao deslegitimar a ciência e promover tratamentos sem eficácia comprovada, o discurso analisado produz efeitos que extrapolam o plano simbólico, impactando diretamente a saúde coletiva.

As informações da figura 12 configuram-se como conteúdo enganoso e conexão falsa (Wardle, 2017), pois distorcem informações factuais para conferir credibilidade a narrativa distorcida. Em ambos os casos (figuras 11 e 12), observa-se a transição da informação incorreta (*misinformation*) para a desinformação (*disinformation*), uma vez que o compartilhamento por figuras públicas e autoridades sugere uma intencionalidade política de influenciar a opinião pública (Wardle; Derakhshan, 2019).

A promoção do “kit covid” e do “tratamento precoce” configuram-se como formas de violências discursivas, na medida em que atacaram simbolicamente grupos sociais e instituições, ao mesmo tempo em que induziram a população a práticas potencialmente danosas, chegando a ser apontada como um dos fatores associados ao aumento do risco

de mortes (Passarinho, 2021) de pacientes²⁴ e provocado debates acalorados entre favoráveis e opositores à prescrição do kit.

Estudos sobre a viralização de curas não comprovadas durante a pandemia indicam que o discurso contrário às medidas preventivas e à defesa de medicamentos sem comprovação de eficácia estiveram associados ao atraso na busca por tratamento adequado e ao aumento de riscos à saúde (Furlan; Caramelli, 2021; Taccone; Hites; Dauby, 2022). Nesse sentido, as estratégias discursivas mobilizadas nas publicações não apenas veicularam interpretações individuais sobre a pandemia, mas também tiveram o potencial de influenciar práticas sociais relacionadas à prevenção e à busca por tratamento.

4.3 Negacionismo das vacinas

Dando continuidade à análise, nossa segunda fonte de dados tem como foco os textos sobre negação das vacinas, veiculados em *fake news*, e seus possíveis impactos na sociedade. Conforme evidenciado em estudos recentes (Cunha *et al.*, 2025; Pizani; Dearo; Pereira, 2025), as *fake news* sobre imunizantes têm provocado impactos severos na saúde pública, sendo apontadas como um dos vetores determinantes para a elevação das taxas de mortalidade por Covid-19 no Brasil e para a preocupante redução da cobertura vacinal infanto-juvenil.

Estudo publicado pela revista *The Lancet* (2025) corrobora a gravidade do problema, indicando que, após décadas de progresso, o número de crianças com "zero dose" vacinal atingiu picos alarmantes durante o período pandêmico, com o Brasil figurando negativamente no cenário global.

O número de crianças sem nenhuma dose da vacina, representadas por crianças menores de 1 ano que não receberam a primeira dose da DTP (difteria, tétano e coqueluche), diminuiu 74,9% (intervalo de incerteza de 95%: 72,1–77,3) globalmente entre 1980 e 2019, com a maior parte dessa redução ocorrendo nas décadas de 1980 e 2000. Após 2019, o número de crianças sem nenhuma dose da vacina aumentou, atingindo um pico de 18,6 milhões (17,6–20,0) em 2021, durante a pandemia de COVID-19 (*The Lancet*, 2025), p. 235)²⁵.

²⁴ Reportagem da emissora BBC Brasil chegou a associar o aumento do risco de morte ao uso da medicação do “kit covid”: <https://www.YouTube.com/watch?v=W-v57NMqUeI>

²⁵ Versão original: *The number of zero-dose children, proxied as children younger than 1 year who do not receive DTP1, decreased by 74.9% (95% uncertainty interval 72.1–77.3) globally between 1980 and 2019, with most of those declines reached during the 1980s and the 2000s. After 2019, counts of zero-dose children rose to a COVID 19-era peak of 18.6 million (17.6–20.0) in 2021 (The Lancet, 2025), p. 235).*

O estudo cita o Brasil como um dos países que concentra grande quantidade de crianças menores de um ano que não receberam nenhuma dose da vacina DPT para difteria, tétano e coqueluche, em 2023. Não por acaso, em 2025, o país voltou ao *ranking* de países com alto número de crianças não vacinadas, segundo relatório da OMS e da Unicef²⁶. A queda na imunização de crianças levou a Unicef (2025) a emitir alerta sobre o risco de aumento de doenças evitáveis por vacinação, como sarampo, meningite e febre amarela, que registram aumentos de forma global.

O NetLab (Correia, 2021) analisou mais de 3,5 mil artigos relacionados à infodemia – excesso de informações sobre a pandemia de Covid-19 – e desinformação na área de saúde, tendo constatado que especialmente no período pandêmico a desinformação se propagou amplamente nas redes sociais, impulsionada por figuras públicas. Análises, como as de Cunha *et al.* (2025), também correlacionam os efeitos da infodemia e seus impactos na cobertura vacinal.

No Brasil, nove em cada dez brasileiros foram expostos a pelo menos uma informação falsa sobre a COVID-19, e sete em cada dez acreditaram em pelo menos uma dessas informações. Desta forma, as *fake news* destacam-se como obstáculo significativo no enfrentamento do coronavírus. Esses dados corroboram estudos prévios que indicam o papel das *fake news* na descrença da confiança na ciência e nas instituições de saúde, bem como na redução da adesão da população às medidas preventivas, como a vacinação (Cunha *et al.*, 2025, p. 2).

Na campanha em favor do descrédito dos imunizantes, além das *fake news*, há ainda os argumentos com ataques que supostamente partem da própria ciência – a chamada *fake science*, conforme explicam os pesquisadores Else e Van Noorden (2021). Trata-se de um exemplo típico de manifestação do fenômeno da pós-verdade em que instituições como a ciência e o jornalismo passam a ser desacreditadas em razão de crenças pessoais e do negacionismo que se prolifera em ambientes digitais, amplificado pelas câmaras de eco, com divulgação em sites duvidosos que publicam artigos e trabalhos acadêmicos sem o devido processo de análise.

Pesquisadores do NetLab (Santini *et al.*, 2021; Correia, 2021) argumentam que a ideia de ciência falsa foi explorada por sites de *fake news* com o objetivo de estimular uma inversão do negacionismo, sob a alegação de que os verdadeiros negacionistas não são as pessoas que não desejam tomar vacina, mas sim os que negaram a eficácia do

²⁶ Publicação alerta sobre volta do Brasil ao *ranking* de países com alto número de crianças não-vacinadas: [Brasil volta ao ranking de países com vacinação infantil crítica - Cofen](#)

“tratamento precoce”. Para reforçar esse tipo de posicionamento, articulam-se mecanismos ideológicos por meio de desinformação, *fake news* e *fake science* com a intenção de negociar sentidos com os leitores, disseminar e persuadir parte da população por meio de narrativas que se valem de estratégias para legitimar o discurso antivacina.

Ao analisarmos o discurso antivacina sob a ótica de John B. Thompson (1998), podemos perceber a mobilização de sentidos que visam estabelecer e sustentar relações de dominação e resistência. O fenômeno da *fake science*, por exemplo, atua primordialmente através do mecanismo da legitimação, em que o discurso negacionista se apropria da autoridade e do léxico científico para conferir uma aparência de racionalidade a argumentos infundados.

Ademais, a propagação dessas *fake news* pode ser compreendida como parte do fenômeno da epistemologia tribal em que a validação da informação desloca-se da evidência empírica para a utilidade simbólica da narrativa que mantém a coesão do grupo (Roberts, 2017). Assim, ao compartilhar *fake news* sobre a ineficácia das vacinas ou sobre supostas conspirações de controle populacional emite-se um sinal de lealdade à "tribo" e de oposição ao "sistema". Essa dinâmica é retroalimentada pelo mecanismo de fragmentação (Thompson, 1998), que exacerba a divisão entre o "Nós" (os despertados, os protegidos pela verdade tribal) e o "Eles" (as instituições de saúde, a mídia tradicional e a ciência "corrompida"), inviabilizando o diálogo e o respeito entre os grupos antagônicos.

Outro ponto negativo apontado pelo NetLab (Correia, 2021) é o fato de o Brasil, mesmo antes da Covid-19, figurar entre os países onde mais se espalham *fake news*, rumores, estigmas, teorias conspiratórias e pseudocientíficas. Nesse ponto, as publicações enganosas sobre uso de vacinas apresentam-se como efeito perigoso e de risco à população, pois atingem pessoas que não conseguem distinguir entre uma informação correta ou não, deixando-as vulneráveis a doenças e até mesmo ao óbito (Cunha *et al.*, 2025).

Essa trajetória de negacionismo da eficácia das vacinas é construída por meio de uma tessitura ideologicamente orientada. Nesse caso, o contexto histórico reúne objetos de discurso como “imunizantes”, “zero dose”, “cobertura vacinal”, “infodemia”, “*fake science*”, “discurso antivacina” e “tratamento precoce”. Nota-se que o referente “imunizantes”, tradicionalmente associado à proteção coletiva, passa a disputar espaço com recategorizações que o vinculam a risco, morte ou controle populacional. Por outro lado, a expressão “zero dose” denota a adesão social a esse tipo de narrativa, ao mesmo

tempo em que o surgimento da “infodemia” e da “*fake Science*” têm o potencial de amplificar, legitimar e sustentar o “discurso antivacina”.

Em razão desse cenário da propagação do descrédito da ciência e das instituições, a quantidade de desinformação sobre uso de vacinas é tão grande que é difícil selecionar apenas uma temática²⁷. Elas abordam temáticas sobre o extermínio da população mundial, ineficácia dos imunizantes, efeitos colaterais adversos, morte súbita, cegueira, contaminação por HIV, envenenamento, câncer e até a modificação do DNA dos seres humanos. Vários desses casos são constantemente checados e desmascarados por agências como Lupa, Uol Confere, Fato ou *Fake*, entre outras. Porém, apesar dos esforços da mídia e das agências de checagem, a propagação das campanhas antivacinas é persistente. É possível encontrar muitas dessas *fake news* disponíveis para consulta, como nos exemplos relacionados a seguir:

Figura 13 – publicação com informações falsas sobre vacinas e danos cerebrais



Fonte: Lima (2023).

O portal Boreal Times, ilustrado na figura 13, emula o formato de um site jornalístico da mídia tradicional. Apresenta identificação do veículo no topo da página,

²⁷ Algumas publicações jornalísticas elencaram alguns tipos de desinformações sobre vacinas mais comuns: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora/2021/11/11/top-5-fake-news-mais-absurdas-sobre-a-vacina>
<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2024/01/24/e-falso-que-vacinas-contr-a-covid-foram-criadas-para-controle-populacional.htm>
<https://www.agencialupa.org/jornalismo/2025/06/30/nao-ha-registros-de-que-bill-gates-defende-reduzir-a-populacao-mundial/>
<https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/10/17/as-10-maiores-mentiras-sobre-vacinas-que-viralizam-no-telegram-e-o-que-a-ciencia-ja-sabe-sobre-cada-uma.ghtml>

em seguida, as subseções do site, posteriormente a manchete “Novo estudo: danos cerebrais e cardíacos causados pela vacina mRNA”. Logo abaixo, a assinatura da responsável pela publicação – Edicleia Alves Lima –, com a respectiva data de postagem do conteúdo, os ícones para acesso às redes sociais do portal e uma ilustração em formato de imagem.

Vejamos a seguir, alguns trechos da matéria publicada pelo site:

Novo estudo: danos cerebrais e cardíacos causados pela vacina mRNA

Cientistas na Alemanha descobriram que a vacina de mRNA, em vez de combater a própria infecção por COVID-19, causou danos cerebrais e cardíacos em um idoso com condições médicas subjacentes.

Este estudo foi publicado em outubro de 2022 na revista Vaccines: “A Case Report: Multifocal necrotizing encephalitis and myocarditis following BNT162b2 mRNA vacinação against COVID-19”. Ele examinou a situação de um alemão de 76 anos com doença de Parkinson.

O paciente morreu três semanas após sua terceira injeção de COVID-19.

[...]

“Podemos dizer com certeza que esse dano foi causado pela vacina”, disse o enfermeiro John Campbell, Ph.D., que descreveu o estudo em um vídeo de 14 minutos no YouTube que ele compartilhou em 16 de fevereiro com seus 2,68 milhões de assinantes, compartilhada, explicada em detalhes.

[...]

Vacinas COVID-19 aprovadas pela FDA

Além da proteína spike, o SARS-CoV-2 possui outras proteínas estruturais importantes, como uma proteína de envelope (E), uma proteína de membrana (M) e uma proteína de nucleocapsídeo (N).

Como a proteína spike é a proteína do vírus mais abundante e mais “exposta”, foi a escolha óbvia como antígeno viral para o desenvolvimento de vacinas.

De fato, sem exceção, todas as vacinas COVID-19 aprovadas pelo FDA usam a proteína spike como antígeno viral. Nenhuma das vacinas aprovadas usa proteínas SARS-CoV-2 além de antígenos virais.

Como ex-desenvolvedor de vacinas com PhD em genética molecular, Joe Wang questionou o design dessas vacinas. Ao mesmo tempo, porém, esse desenho de vacina torna fácil distinguir a patologia causada pela infecção pelo vírus da patologia causada pela vacina.

“Portanto, se você vir apenas a proteína spike, isso significa que é uma vacina; se você vir proteína spike e proteína do nucleocapsídeo, significa que é uma infecção viral natural. Essa é a diferença entre os dois”, explicou Campbell.

[...]

As vacinas causaram o dano cerebral

Os patologistas descobriram que o paciente tinha danos em várias áreas do cérebro e um inchaço generalizado do coração. Eles também confirmaram que ele tinha a doença de Parkinson e que suas artérias estavam endurecidas há muito tempo. Eventualmente, eles encontraram evidências de pneumonia, possivelmente causada pela inalação de sua própria saliva ou outros fluidos corporais.

“Parece que as vacinas causaram danos cerebrais”, diz Campbell. Parece que o dano cerebral causado pela vacina fez com que o paciente tivesse convulsões.

Essas convulsões (que Campbell chamou de “encaixadas”) o fizeram desmaiar e, enquanto estava inconsciente, ele inalou parte de seu próprio vômito ou saliva, o que contribuiu para sua morte.

“A vacina que circula no corpo entra em contato com os vasos sanguíneos. É assim que as lipo-nanopartículas contendo o mRNA entram nos vasos sanguíneos. E são as próprias células dos vasos sanguíneos que vão expressar a proteína spike”, explicou Campbell. Quando a proteína spike é expressa no

cérebro e no coração, ela causa uma resposta inflamatória e leva à morte de várias partes do cérebro. (Lima, 2023. Acesso em 20 de jan. de 26.)

A notícia em análise mobiliza um conjunto de estratégias referenciais que contribuem para a construção de uma narrativa antivacina aparentemente fundamentada em evidências científicas. As tessituras referenciais são organizadas de modo a estabelecer uma relação causal entre vacinação e morte, ainda que tal relação não seja sustentada pelo consenso científico.

No início do texto, a vacina é introduzida como um agente terapêutico legítimo “a vacina de mRNA” mas, ao longo da narrativa, passa a ser recategorizada como causa de dano e morte, por meio de expressões como “danos cerebrais e cardíacos”, “morte por vacina” e “dano causado pela vacina”. Essa progressiva recategorização cria uma tessitura referencial em que o imunizante deixa de ser associado à proteção e passa a ser interpretado como ameaça. Trata-se de um movimento discursivo que reorganiza o referente central do texto de forma avaliativa, orientando o leitor a estabelecer uma conexão causal direta entre vacinação e morte.

Observa-se também a mobilização de objetos de discursos que evocam autoridade científica, como “cientistas na Alemanha”, “estudo publicado”, “revista Vaccines” e “PhD em genética molecular”. Esses referentes funcionam como mecanismos de legitimação discursiva, na medida em que evocam a presença de uma base científica. Entretanto, tais referências são apresentadas de forma descontextualizada e seletiva. O artigo citado, por exemplo, corresponde a um estudo de caso, e não a uma evidência conclusiva sobre efeitos adversos das vacinas (Mörz, 2022). Essa estratégia se aproxima do fenômeno da *fake science*, ou seja, a apropriação indevida da linguagem, dos formatos e da autoridade da ciência para sustentar narrativas enganosas.

Nesse ponto, merece destaque o uso da expressão modalizadora “parece que”, que opera como um recurso discursivo de atenuação estratégica. Ao empregar essa formulação, o enunciador simula uma postura de cautela ou de não comprometimento absoluto com a informação apresentada. No entanto, essa aparente suavização pode funcionar, paradoxalmente, como mecanismo de legitimação do discurso, tornando-o mais palatável e plausível ao leitor.

Em contraposição, os enunciados “causou danos” e “podemos dizer com certeza” assumem caráter categórico e afirmativo. Essa oscilação, entre modalização e afirmações enfáticas, podem ter sido evocada estrategicamente pelo enunciador para reduzir ou abrandar sua responsabilidade enunciativa, ao mesmo tempo em que, de forma enfática,

orienta a interpretação do interlocutor para aceitação da relação entre vacina e causa de danos.

Podemos verificar que a notícia possui características como o apelo às emoções dos leitores, o uso de afirmações sensacionalistas e genéricas (“parece que”), além de *fake science*, com posicionamentos que negam a eficácia das vacinas. Nesse contexto, é possível que ela se encaixe dentro do fenômeno das câmaras de eco, uma vez que atua como estrutura de exclusão por desacreditação, em que qualquer evidência contrária às crenças do grupo é previamente neutralizada por um sistema de descrédito epistêmico (Nguyen, 2018). Ademais, a combinação entre uma prudência aparente *versus* conclusões enfáticas, torna a narrativa equilibrada, o que pode aumentar e facilitar o seu potencial de adesão nos ambientes digitais.

Na dimensão textual, a publicação mobiliza objetos discursivos negativos associados à vacinação e uso de dramatização como forma de persuasão dos interlocutores. A publicação atende aos critérios documentais (Cellard, 2008) de vinculação institucional, data e autoria declarada. Entretanto, a verificabilidade e confiabilidade das informações transmitidas são frágeis, pois carecem de evidências científicas e contextualização metodológica.

Enquanto prática discursiva (Fairclough 2019 [1992]), verificamos a apropriação seletiva do discurso científico e sua descontextualização, com o intuito de conferir autenticidade à narrativa. Na prática social, percebe-se a tentativa de minar a confiança nos imunizantes e impactar negativamente a adesão às campanhas de vacinação contra a Covid-19.

As informações divulgadas são características do conteúdo enganoso (Wardle, 2007), uma vez que o produtor textual faz uso de dados seletivos de uma única pesquisa e os reorganiza de acordo com interpretações pessoais. O autor utiliza intencionalmente o sentimento de desconfiança das vacinas e amplifica o medo em relação aos seus efeitos colaterais. Por se tratar de um veículo institucionalizado, pode haver a intenção de aumentar o alcance do conteúdo e os ganhos financeiros. Por outro lado, a intencionalidade de quem propaga esse conteúdo pode estar relacionada ao medo, ao viés de confirmação ou ainda à necessidade de se manter atualizado. As responsabilidades discursivas são distintas, com a geração de pânico (produtor) e a emissão de alerta (propagador), mas podem ser igualmente danosas ao promoverem a rejeição dos imunizantes.

Outra notícia que também evidencia o uso dessas estratégias é a ilustrada na figura 14 a seguir.

Figura 14 – site religioso afirma que a vacina mata mais que a doença

Isto a revista VIDA & SAÚDE não mostra! FATO ESTATÍSTICO: É muito mais provável que você morra de “vacinas” contra covid do que da própria covid

Hermano de Jesus -- Editor 5 de março de 2023

0



Eles aparentemente não pretendiam fazer isso, mas funcionários do governo no Reino Unido acidentalmente admitiram que o risco de morte pela “vacinação” do coronavírus Wuhan (Covid-19) é muito maior do que o risco de morrer de covid em si.

Fonte: Jesus (2023).

A publicação da figura 14, embora divulgada em outro site, é semelhante à da figura 13. Também atende aos critérios documentais (Cellard, 2008), mas carece de fundamentação científica e insere-se nas mesmas características do modelo tridimensional (Fairclough 2019 [1992]) da figura anterior. Da mesma forma, enquadra-se na tipologia do conteúdo enganoso (Wardle, 2017) por retirar de contexto informações sobre os efeitos dos imunizantes, utilizar casos isolados e defender uma suposta conspiração.

Como vemos, o título da notícia é enfático e, anuncia na manchete, o posicionamento antivacina – mais uma vez associando os imunizantes a mortes. A afirmação “Isto a revista VIDA & SAÚDE não mostra!” introduz uma acusação implícita, sugerindo que a revista estaria ocultando ou deixando de divulgar a informação que será relatada pelo site. A introdução já tenta negociar com os leitores o sentido de que o site seria revelador de uma verdade oculta. Ao mesmo tempo, lança dúvidas em relação à mídia e às fontes institucionais de informação sobre saúde.

A expressão “FATO ESTATÍSTICO” é mobilizada como marcador de cientificidade e de autoridade epistêmica. Ao apresentar a afirmação subsequente como um dado estatístico, o enunciador procura conferir autenticidade à declaração generalizante: “É muito mais provável que você morra de ‘vacinas’ contra a covid do que da própria covid”. Veja que o referente “vacina” é introduzido entre aspas, colocando em dúvida se os imunizantes poderiam ser nominados dessa forma. A formulação não apresenta referência a fontes, bases de dados ou procedimentos metodológicos que sustentem o suposto cálculo estatístico mencionado. Dessa forma, a expressão funciona mais como um recurso retórico de legitimação do que como indicação efetiva de um dado científico verificável.

A formulação “é muito mais provável que você morra” apresenta caráter categórico e tenta se aproximar do leitor por meio do pronome “você”. As escolhas lexicais apontam para um efeito de alerta e ameaça, sugerindo que a vacinação representa um risco direto à vida do interlocutor. Ao mesmo tempo, o contraste estabelecido entre “morrer de vacinas” e “morrer da própria covid” opera uma inversão discursiva do risco sanitário associado à pandemia, deslocando o perigo da doença para o imunizante.

A matéria publicada pelo site Adventistas.Com possui autoria (Hermano de Jesus), data de publicação (05.03.2023) e usa imagem com legenda para reforçar a ênfase da notícia. Destacamos a seguir, alguns trechos do texto, que desenvolve a narrativa anunciada no título:

Eles aparentemente não pretendiam fazer isso, mas funcionários do governo no Reino Unido acidentalmente admitiram que o risco de morte pela “vacinação” do coronavírus Wuhan (Covid-19) é muito maior do que o risco de morrer de covid em si.

Os dados mostram que oito vezes mais pessoas morreram de injeções letais no período de seis meses após o lançamento da Operação Warp Speed do que morreram de “cobiça” ao longo de 18 meses a partir de março de 2020.

[...]

Para dizer a verdade, porém, teria prejudicado os resultados financeiros da Big Pharma – e simplesmente não podemos permitir isso. Dinheiro é a única coisa que importa para os globalistas traficantes de pharmakeia que estão usando esses golpes mortais para abater as massas. (Relacionado: a razão pela qual eles não estão conduzindo autópsias em cadáveres pós-jab é porque eles sabem que isso exporia o golpe da “vacina”).

Quase tudo o que nos disseram sobre covid era mentira

Outra coisa que os dados mostram é que os funcionários do governo estavam mentindo sobre as mortes por covid. A grande maioria dessas mortes foi realmente causada por outras coisas, como demência, doença renal crônica, doença pulmonar crônica, doença neurológica crônica e doença cardíaca – mas, em vez disso, eles culpavam “cobiça”.

Isso distorceu ainda mais os números, pelo menos no início, para sugerir que “cobiça” é a ameaça real e que as “vacinas” ajudam a minimizar essa ameaça. A realidade é que o oposto é verdadeiro: “cobiçoso” não é nada para

se preocupar, mas os disparos da vacina certamente são. (Jesus, 2023. Acesso em 13 de março de 2016)).

Ao longo do texto, o referente Covid-19 é construído discursivamente por meio de estratégias que minimizam a gravidade da doença. A oposição é feita em duas tessituras referenciais antagônicas: vacina como perigo e doença como ameaça superestimada. A doença aparece associada a expressões que relativizam seus efeitos (“mortes causadas por outras coisas”) ou sugerem que o risco foi exagerado por autoridades e meios de comunicação: “os dados mostram é que os funcionários do governo estavam mentindo sobre as mortes por covid”. Além disso, o texto mobiliza referentes associados ao campo científico, como “dados”, “análise” ou “estatísticas”, que funcionam como marcadores de autoridade epistêmica.

Por fim, a tessitura referencial também constrói uma teoria conspiratória para informar que a ação de governos, instituições científicas e indústria farmacêutica seriam responsáveis por ocultar dados da “ameaça real” das vacinas. Para sustentar esse posicionamento, o produtor textual afirma ter feito “muitas investigações” para chegar ao “fundo dessa fraude” que as “vacinas” seriam a verdadeira causa das mortes.

No caso da figura 14, a intencionalidade do produtor textual sugere o reforço de posicionamentos ligados a grupos religiosos, amplificando sua responsabilidade pela sustentação de narrativa falsa entre os adeptos à religião. Os propagadores podem ser movidos a acreditar na falsa narrativa em virtude da confiança institucional nas lideranças religiosas que propagam tais discursos, não respondendo na mesma medida que os produtores.

Como consequência da proliferação dessas narrativas negacionistas e de campanhas antivacinas em ambientes digitais, existe o risco da reintrodução de doenças que antes estavam controladas ou quase erradicadas, pois elas impactam negativamente o alcance das metas de cobertura vacinal (Costa; Martins, 2025). Como verificamos nos exemplos das figuras 13 e 14, os argumentos para a negação são apoiados por falsos especialistas, por teorias conspiratórias e por supostos interesses financeiros das indústrias farmacêuticas (Santini *et al.*, 2023). O cenário mostra-se propício à formação de câmaras de eco e filtros-bolha nos quais discursos antivacina e produções de *fake science* são continuamente reforçados por redes de compartilhamento que validam tais interpretações e reduzem a visibilidade de informações científicas confiáveis. Esse processo intensifica a percepção de legitimidade dessas narrativas e contribui para a consolidação de comunidades discursivas que rejeitam o consenso científico.

Outra publicação verificada e comprovadamente como falsa fazia correlação entre aplicação das vacinas e a redução da população mundial (figura 15). A narrativa esteve presente nas redes sociais e em aplicativos de compartilhamento de mensagens como Telegram e WhatsApp. O discurso antivacina circulou em 2022 e foi checado em 3 de agosto do mesmo ano pelo portal Aos Fatos. A *fake news* reapareceu, em 2025, ligando supostas declarações do empresário Bill Gates (fundador da Microsoft) sobre vacinação e a redução da população. A seguir, selecionamos três textos, veiculadas em redes sociais e aplicativos de mensagens, que defendem essa teoria conspiratória.

Figura 15- Post do Facebook associa uso de vacinas a redução da população mundial



Fonte: Pacheco (2022).

A publicação da figura 15, veiculada pela fonte “verdadecensurada.com.br”, apresenta uma manchete alarmista: “A década da vacinação: OMS estima que ‘vacinas’ reduzirão a população mundial em 15%”. A mensagem é acompanhada por uma composição visual que inclui imagens de Tedros Adhanom Ghebreyesus (Diretor-Geral da OMS), uma pessoa recebendo uma vacina e Bill Gates.

A tessitura referencial da publicação é construída de forma a interligar os elementos visuais e textuais em uma narrativa de conspiração. As imagens de Tedros e Bill Gates, juntamente com a cena de vacinação, atuam como âncoras visuais para a alegação textual. A semiose entre esses elementos cria um efeito de sentido em que:

Tedros Adhanom Ghebreyesus (OMS) + Vacinação + Bill Gates = Redução da população mundial em 15%.

O referente “vacinas”, mais uma vez colocado em dúvida pelo uso de aspas, é recategorizado do papel de agente de proteção para um agente de extermínio. A inclusão das aspas serve para questionar a natureza e a intenção do objeto, sugerindo que o que é chamado de vacina é, na verdade, algo utilizado de forma maliciosa.

A ausência de uma citação direta ou de um *link* verificável para a suposta “estimativa” da OMS contribui para a desfocalização da responsabilidade factual. A OMS é mencionada como a entidade que “estima”, mas essa estimativa não é referenciada a nenhum documento oficial ou declaração, permitindo que a alegação circule sem verificação e dificultando a contestação direta.

O post é mais um exemplo de *fake news* com apelo emocional, que faz uso da hipérbole (“reduzir população mundial”) e do sentimento de medo. Revela a subjetividade do produtor textual, ao distorcer uma informação verídica (as campanhas de vacinação), com sua interpretação pessoal.

Sob a perspectiva documental (Cellard, 2008), embora o *post* tenha fonte de autoria do veículo (verdadecensurada.com.br), não há identificação do produtor textual, nem de referências que possibilitem a checagem da informação. A checagem do post como falso se deu em 3 de agosto de 2022, ocasião em que contava com 11 mil visualizações no Telegram e dezenas de compartilhamentos no Facebook.

Na dimensão textual, há uma narrativa conspiratória por meio da articulação entre recursos verbais e visuais. Utiliza-se um texto curto, com formato típico de manchete jornalística. No plano da prática discursiva, a mensagem é característica de ambientes digitais, que combinam a facilidade de replicação e a formação de comunidades ideologicamente homogêneas por meio das estruturas da câmara de eco (Nguyen, 2018) e o filtro bolha (Pariser, 2011). Neste plano, percebe-se o negacionismo científico, a desconfiança institucional e o fortalecimento de teorias conspiratórias.

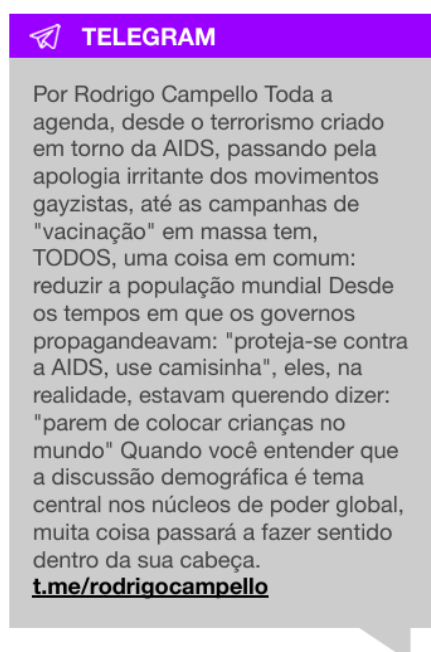
O conteúdo da figura 15 enquadra-se tanto como conteúdo fabricado, uma vez que cria um fato inexistente; aliada ao conteúdo enganoso, que utiliza referências reais - OMS, Bill Gates e campanhas de vacinação – para sustentar uma falsa narrativa; e o contexto falso, quando distorce informações sobre crescimento populacional.

Na postagem, podemos verificar as diferentes intencionalidades, caracterizadas pela ação deliberada do produtor de construir uma narrativa conspiratória e do propagador, representada pela ação de ter o seu viés ideológico ou de pertencimento

grupar confirmado. Mesmo que ambos contribuam intencionalmente na divulgação da desinformação, a responsabilidade discursiva tende a ser maior para quem a produz e, consciente ou inconscientemente, assume os riscos pelos danos sociais.

A mesma temática da relação entre vacinas e extermínio da população foi amplamente divulgada no aplicativo de mensagens Telegram (figura 16). O canal propagador da mensagem (Rodrigo Campello) ainda está no ar, possui mais de 3 mil seguidores e circulou a desinformação entre fevereiro e março de 2023. No texto, generalizações, discriminações, apagamentos de fontes e recategorizações são utilizados, mais uma vez, para negociar sentidos com o leitor.

Figura 16- divulgação de mensagem antivacina no aplicativo Telegram



Fonte: Santini *et al.* (2023).

Observa-se a ausência de referentes científicos reconhecidos – sem identificação de instituições ou estudos verificáveis. Em seu lugar, o texto recorre a expressões vagas como “toda a agenda”, “todos têm uma coisa em comum” e “os núcleos de poder global”. A publicação do Telegram (figura 16) utiliza a tessitura referencial para construir uma narrativa conspiratória. Por meio da focalização seletiva de eventos (“movimento gayzistas” “campanhas de vacinação”), da desfocalização dos agentes da suposta conspiração e da recategorização de conceitos e ações (“AIDS e terrorismo”, “vacina e extermínio”), o texto busca deslegitimar instituições, movimentos sociais e medidas de saúde pública, apresentando-os como parte de um plano de controle populacional. A

linguagem empregada visa a persuadir o leitor a adotar uma visão de mundo conspiratória, onde a "verdade" está oculta e precisa ser "desvendada".

Podemos verificar que o produtor usa intencionalmente o apagamento de fontes científicas para veicular suas crenças e opiniões pessoais, negociando com seus interlocutores o sentido de que os fatos representam verdades ocultas. A afirmação “projeta-se contra a AIDS, use camisinha” recategorizada para “parem de colocar crianças no mundo” representa um exemplo dessa articulação persuasiva.

Para o produtor da *fake news*, “o terrorismo criado em torno da AIDS”, “a apologia irritante do movimento gayzista”, e “as campanhas de “vacinação” em massa” são todos encapsulados como responsáveis por “reduzir a população mundial”. Nesse ponto, é possível verificarmos a recategorização das vacinas e das políticas públicas, do campo de proteção coletiva para o de instrumentos de controle populacional e extermínio em massa.

Nota-se, ainda, o uso de hipérboles, com expressões como “toda agenda”, “terrorismo”, “população mundial” e “em massa” para enfatizar a narrativa alarmista, exagerada e negociar com o interlocutor o sentido de urgência contra aquilo que seria uma ameaça coletiva.

A narrativa utiliza-se do referente dêitico “você” para criar intimidade com seu interlocutor e reforçar o caráter de urgência da mensagem. Isso fica perceptível na oração “Quando você entender que” e “muita coisa passará a fazer sentido dentro da **sua** cabeça”. Há aqui um reforço central da mensagem em que o produtor textual conclama o sujeito a adotar sua versão dos fatos e se rebelar contra o que “os governos” estariam ocultando.

A dicotomia entre verdade e ocultação evidencia a polarização discursiva entre o “Eles” e o “Nós”. Quem está disposto a se opor às campanhas de vacinação em massa, aos movimentos LGBT e aos núcleos do poder pertence ao grupo dos “despertos”. Enquanto quem defende as políticas públicas de vacinação e apoia movimentos sociais anti-HIV são categorizados como manipulados – aqueles que não conseguem entender os perigos da vacinação. A tessitura referencial é construída em torno da mensagem de que a vacinação é equivalente a “parem de colocar crianças no mundo”. Logo, deve-se evitá-la.

Nota-se que produtor da *fake news* tem a intenção de fortalecer a narrativa dentro da sua comunidade grupal no Telegram e assim reforçar laços identitários e posições ideológicas. Da mesma forma, quem propaga a desinformação age com a intenção de fortalecer suas crenças. Por outro lado, a narrativa foi produzida para um grupo de uma

comunidade fechada, sendo a responsabilidade discursiva atribuída tanto para quem elabora quanto para quem propaga e amplifica seus efeitos nocivos.

Em relação à análise tridimensional (Fairclough 2019 [1992]), na dimensão textual, destacam-se os recursos de generalização, apagamento de agentes e recategorização dos objetos de discurso. Na prática discursiva, a narrativa é convergente com os movimentos antivacina propagados em ambientes digitais e em aplicativos que dificultam seu combate, facilitam o compartilhamento acelerado e favorecem a validação entre sujeitos ideologicamente alinhados. Já na dimensão da prática social, o discurso se articula ao contexto mais amplo de negacionismo científico, desconfiança institucional, preconceito e fortalecimento de movimentos conspiratórios.

Quanto à tipologia das *fake news* (Wardle, 2017), verificamos a presença predominante do conteúdo fabricado construído por uma narrativa sem comprovação factual. Além disso, há a utilização do contexto falso, com a manipulação de informações sobre as campanhas de vacinação e as políticas de prevenção a doenças infecciosas.

As publicações com essa temática também circularam em plataformas de *stream* como o *YouTube* e em arquivos de áudio e vídeo, propagando e reforçando o discurso antivacinas (Santini *et al.*, 2023). Na publicação da figura 17, que circulou no aplicativo de mensagens *WhatsApp*²⁸, em março de 2023, fica nítido como o discurso de ódio e o uso de adjetivações são evocados pelos produtores textuais. O vídeo tem logotipo da rede social Kwai (plataforma de vídeos gratuita semelhante ao Tik Tok) e assinatura do perfil @Jairo Alves denunciando a NOM.

Figura 17 - *Fake news* antivacina com discurso de ódio veiculada em 2023

²⁸ Link de acesso ao vídeo:

zap.twist.systems/files/dnQHrxJlrk2n_t2RPl0OnqlaktHnwEOH8pRL64C7OVQ.mp4



Fonte: Santini *et al.* (2023).

Nota-se que a *fake news* apresenta uma articulação discursiva agressiva, na qual a tessitura referencial desempenha papel central na construção de sentidos violentos e ideologicamente orientados. Os objetos de discurso não apenas estruturam a progressão temática do texto, mas orientam o leitor para a rejeição das vacinas e para a produção de hostilidade contra grupos políticos, instituições científicas e a mídia.

De início, a mensagem já dialoga com o sensacionalismo e faz uso da hipérbole ao introduzir o objeto discursivo “vacina” como responsável pelo extermínio da população mundial. Mais uma vez, o referente “vacina” é desfocalizado do campo semântico da saúde pública e focalizado para o campo da violência letal. Esse movimento mantém-se ao longo da tessitura referencial, sendo reforçado por expressões como “excesso de grafeno”, “embolia pulmonar”, “trombose” e “infarto”.

A tessitura referencial constrói a associação direta entre vacinação, doença e morte, sem qualquer ancoragem empírica ou científica. O vídeo exibido na imagem sugere uma observação microscópica da vacina, acompanhada da legenda “Observando as ‘vacinas’ no microscópio. Cheio de grafeno”. Vemos aqui, outra vez, o uso de aspas em “vacinas” como indicador de deslegitimação. Ao mesmo tempo, não há qualquer identificação de pesquisadores, instituições ou métodos científicos, o que produz um efeito de cientificidade simulada, típico da *fake science*.

Em contrapartida, ocorre a focalização de inimigos discursivos, construídos por meio de objetos de discurso negativamente marcados, como “esquerda maldita”, “mídia podre”, “Big Techs compradas” e “políticos assassinos”. Nesse ponto, fica evidente o uso de adjetivações e exageros, mostrando a subjetividade da mensagem. A tessitura proposta associa mídia, tecnologia e política à ideia de corrupção (“compradas”, “financiadas”), violência (“extermínio da população”) e ocultamento da verdade (“esconder a verdade”). Assim como nas análises anteriores, percebe-se o teor polarizado do texto, baseado na oposição “Nós” (os que veem a verdade) *versus* “Eles” (os que matam e enganam).

Do ponto de vista ideológico, a *fake news* inscreve-se em uma formação discursiva anticientífica e conspiratória, que disputa a hegemonia do discurso científico ao produzir uma narrativa de ocultamento da verdade. Ao acusar a mídia e os políticos de serem “assassinos”, o texto não apenas deslegitima instituições, mas promove um discurso de ódio que transforma adversários políticos e mediáticos em inimigos (Bruzzone, 2021).

Essa estratégia discursiva configura uma forma de violência simbólica, pois naturaliza a ideia de que determinados grupos sociais seriam responsáveis por mortes em massa (“população mundial”). Além disso, ao propagar o discurso do medo em relação às vacinas, o texto incita comportamentos de risco que afetam diretamente a coletividade, comprometendo a adesão às políticas de saúde. Ou seja, a intencionalidade do produtor visa estimular hostilidade contra sujeitos, grupos e instituições. Ao passo que o propagador desse tipo de desinformação pode reforçar essa hostilidade e manifestar sua posição contrária às campanhas de vacinação. No plano da responsabilidade discursiva, quem produz a *fake news* assume o risco e as consequências pela veiculação do discurso de ódio, ainda que inconscientemente. O propagador contribui para amplificação da violência no ambiente digital e também carrega responsabilidade discursiva pela suas ações ao compartilhar e interagir com esse tipo de conteúdo.

No que se refere à tipologia da *fake news* (Wardle, 2017), o conteúdo analisado enquadra-se majoritariamente como conteúdo fabricado, uma vez que apresenta informações completamente falsas, como a presença de grafeno em vacinas com fins letais. Também distorce fatos verídicos (conteúdo enganoso) e imagens (contexto falso) para colocá-los em uma narrativa distorcida. Há ainda reforço ao discurso de ódio, na medida em que associa grupos políticos (“esquerda maldita do Lula”) à ideia de assassinato e extermínio, ultrapassando o campo da desinformação e adentrando ao da incitação ao ódio e à hostilidade.

Em relação à construção da pessoa do discurso, as publicações analisadas também evidenciam a formação de posições enunciativas polarizadas. O “Nós” é constituído como o grupo dos que “descobriram a verdade”, associado a sujeitos que se colocam como críticos da ciência institucional, como “pesquisadores independentes”, “especialistas” ou indivíduos que afirmam ter acesso a informações ocultas. Em contrapartida, o “Eles” é constituído como um bloco homogêneo formado por “governos”, “cientistas”, “mídia” e “Big Pharma”, recategorizados como agentes de manipulação, ocultamento ou conspiração. Essa organização discursiva atribui ao endogrupo uma posição de lucidez e resistência, enquanto ao exogrupo são atribuídas intenções maliciosas, o que contribui para a deslegitimação do conhecimento científico e para a adesão às narrativas antivacina.

Sob a perspectiva da ADC (Fairclough 2019 [1992]), essas dinâmicas podem ser compreendidas na relação entre prática discursiva e prática social. No plano da prática discursiva, verificamos a produção de enunciados que simulam cientificidade e reorganizam tessituras referenciais para sustentar o discurso antivacina. Em relação à prática social, tais discursos se articulam a movimentos de negacionismo científico e desconfiança institucional, impactando diretamente comportamentos coletivos, como a adesão à vacinação.

Quanto à dimensão textual, percebemos o uso da hipérbole – ao se associar a vacinação ao extermínio da população mundial – os pronomes vagos, com o uso de “todas”; e as adjetivações – “mídia pobre”, “esquerda maldita”, “big tech comprada” e “políticos assassinos”.

Como vemos na figura 18, em junho de 2025, a *fake news* voltou a circular na rede social Facebook e recebeu milhares de curtidas (13.4 mil) e compartilhamentos (9.3 mil), mostrando que não se tratou de uma narrativa isolada, veiculada apenas no momento pandêmico. Ao contrário, a narrativa ainda segue cooptando adeptos e disseminadores.

Figura 18 - *Fake news* antivacina sobre fim da população mundial disseminada em 2025



Fonte: Rosauro (2025).

O texto introduz o referente “homem” retomado por “[Bill Gates]” e recategorizado como contrário ao “excesso de população” e defensor da “vacinação”. A tessitura construída revela a intenção do produtor de persuadir seu interlocutor a pensar que a vacinação tem como objetivo reduzir a população em vez de salvar vidas. A expressão interrogativa “Tá ligado?” com uso de linguagem coloquial funciona como um chamamento para despertar o sujeito (dêitico você) contra a vacinação, assim como a ênfase no referente “o homem”, reforçada pela imagem visual faz referência a alguém influente e poderoso. Assim, mais uma vez o referente vacina é recategorizado como danoso, patrocinado por poderosos, com o intuito de reduzir a população mundial.

A desfocalização também está presente no texto, com a falta de referências científicas ou legítimas que embasem as afirmações defendidas pelo autor. A suposta denúncia parte, provavelmente, do próprio ponto de vista do produtor textual que reinterpreta e ressignifica fatos autênticos, como a vacinação contra a Covid, de acordo com suas convicções, na expectativa de gerar aceitação entre aqueles que compartilham das mesmas posições.

A subjetividade é outra marca da publicação, pois ela evidencia um tom de alerta e apelo ao medo dos sujeitos ao negociar o sentido de que as vacinas representam perigo. Podemos notar a presença da indignação do produtor textual ao se mostrar revoltado com a defesa do imunizante por alguém que supostamente é favorável à diminuição da população mundial. Nesse ponto, a organização discursiva revela a oposição entre os sujeitos que conhecem a verdade e as instituições que a ocultam.

A intencionalidade e as responsabilidades discursivas da figura 18 são semelhantes às da figura 17. Quem produz a *fake news* assume o risco pela propagação e as consequências da desinformação. Assim como quem propaga contribui para

disseminação de informações erradas e é corresponsável pelos seus efeitos que, nesse caso, impactam negativamente as políticas públicas.

Em relação aos aspectos documentais, não é possível verificar a autoria do texto, pois sua consulta só é possível por meio dos portais de checagem.

Quanto ao modelo tridimensional (Fairclough 2019 [1992]), percebemos o uso do sensacionalismo (“população mundial que deve ser reduzida”) e do apagamento das fontes (ausência de referência científica) na dimensão textual, o compartilhamento acentuado (9.3 mil) como marca de prática discursiva e, na prática social, o contexto do negacionismo científico.

No aspecto da tipologia das *fake news* (Wardle, 2017), trata-se de mais um exemplo de conteúdo fabricado, associado ao conteúdo enganoso e ao contexto falso, pois em 2018 o fundador da Microsoft, Bill Gates, alertou sobre o crescimento populacional da África e o desafio da redução da pobreza mundial²⁹. As informações relacionadas à existência de campanhas de vacinação, políticas públicas de combate ao vírus da imunodeficiência humana (HIV) e as declarações de Bill Gates são intencionalmente distorcidas e manipuladas para reforçar a narrativa de rejeição aos imunizantes.

Em síntese, a análise da tessitura referencial das *fake news* antivacinas revela o uso de fatores típicos de narrativas jornalísticas (figuras 13 e 14), assim como formatos típicos do fenômeno no ambiente digital (figuras 15 a 18). O seu potencial persuasivo combina elementos explícitos nas mensagens com a organização dos objetos de discurso e a recategorização da vacina como arma letal ou de eficácia duvidosa. Assim, o discurso propagado, ao ser materializado em ações concretas de rejeição das vacinas, caracteriza um problema social capaz de gerar danos e reflexos na saúde da população.

4.4 Ataques à imprensa brasileira

Nossa terceira análise é voltada aos ataques à imprensa brasileira por meio das notícias enganosas e das narrativas que visam abalar a credibilidade e a confiança nos meios de comunicação tradicionais. Para verificar como discursos de ódio e ataques violentos destinados a esse segmento são produzidos e propagados, inicialmente procuramos identificar como o problema tem sido tratado no âmbito da sociedade

²⁹ A notícia verdadeira e seu contexto real está disponível neste link: <https://www.weforum.org/stories/2018/09/africas-rapid-population-growth-puts-poverty-progress-at-risk-says-gates/>

brasileira e como é evidenciado nas práticas cotidianas do exercício profissional para, posteriormente, nos debruçarmos sobre exemplos concretos de ataques à mídia, difundidos nas plataformas digitais e/ou em sites noticiosos.

Os ataques à mídia brasileira são monitorados por instituições dedicadas à defesa da liberdade de expressão e à proteção do exercício profissional do jornalismo. Relatórios produzidos por entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Organização Não-Governamental (ONG) Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) constataam que as agressões contra jornalistas e veículos de comunicação não constituem episódios isolados, mas integram um cenário recorrente de hostilidade, marcado por estratégias de deslegitimação, assédio digital e violência.

A análise dos relatórios da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) corrobora a gravidade do cenário para a liberdade de imprensa no Brasil, especialmente durante o período de 2019 a 2022, quando o país registrou quedas significativas no *Ranking* Mundial de Liberdade de Imprensa, chegando à ‘zona vermelha’ em 2021 (RSF, 2020; RSF, 2021b). Embora tenha havido uma melhora na classificação em 2025, os desafios estruturais, como a precarização das condições de trabalho, a insegurança jurídica e as campanhas coordenadas de desinformação, persistem e impactam diretamente a qualidade da informação e a estabilidade democrática (RSF, 2025; Santini; Borges, 2023).

Os ataques virtuais concentram-se especialmente nas redes sociais, com destaque para a plataforma X (antigo *Twitter*), onde foram identificadas centenas de milhares de publicações com termos depreciativos dirigidos à imprensa, como “lixo”, “canalha”, “golpista” e “podre” (Abert, 2025a). Os casos sugerem um processo de depreciação do papel da imprensa enquanto instituição social, uma vez que a recategoriza de forma depreciativa e agressiva. As escolhas lexicais representam juízos de valores e atribuem sentidos negativos àqueles que estão à frente da produção noticiosa.

Ao recategorizar a imprensa como “lixo”, negocia-se com o interlocutor a noção de remoção/descarte, sendo que algumas citações afirmam que ela sequer poderia ser reciclada. Da mesma forma, “podre” tem a função de reforçar o sentido de decomposição. Há aqui uma forte presença da deslegitimação operada por meio da mobilização de representações simbólicas. Percebemos também a construção da figura de um inimigo, expressa pelos termos “canalha” e “golpista”, que revelam julgamentos morais e imprimem a sensação de ameaça por parte da mídia. São mecanismos de operação

ideológica (Thompson, 1998), que reconfiguram papéis e produzem cenários de fragmentação.

A dimensão quantitativa dessas ocorrências revela que a violência contra jornalistas possui um caráter extremamente abrangente, com amplo poder de ultrapassar o território virtual e atingir a vida, a intimidade e a integridade física dos profissionais da imprensa, conforme evidenciam os exemplos expostos no Relatório da RSF (RSF, 2023) sobre ataques contra a imprensa brasileira nas eleições de 2022. Jornalistas como Vera Magalhães, Patrícia Campos Mello e Julian Fuks são alguns dos profissionais que tiveram suas vidas impactadas de forma violenta devido a suas atuações profissionais, quando essas se opuseram aos interesses de políticos e autoridades governamentais. Os profissionais foram vítimas de ameaças e intimidações tanto no ambiente on-line quanto físico.

O relatório Redes de ódio no Brasil (RSF, 2023) mostra que ataques digitais frequentemente se articulam em redes coordenadas, responsáveis por amplificar narrativas que acusam a imprensa de manipulação ou fabricação de notícias. Na figura 19 a seguir, o relatório sintetiza quais são as principais acusações dirigidas à imprensa.

Figura 19 – principais ofensas à imprensa brasileira em 2022



Fonte: Relatório Redes de ódio no Brasil (RSF, 2023).

Essa dinâmica também é relatada pelo estudo do NetLab UFRJ (Santini; Borges, 2023), que analisou campanhas digitais voltadas à descredibilização da imprensa. Segundo o relatório "Desinformação e a campanha contra a imprensa", foram

identificadas ações coordenadas que mobilizam conteúdos enganosos, memes, vídeos e postagens replicadas em alta escala para associar veículos jornalísticos a conspirações, corrupção ou interesses partidários. Essas campanhas produzem um ambiente de hostilidade permanente, no qual jornalistas são alvo de assédio, ameaças e intimidações, especialmente mulheres profissionais, que sofrem ataques misóginos e sexualizados (Fenaj, 2025a, 2025b).

A coleção de adjetivos apresentada na figura 19 pode ser interpretada como a construção de uma voz ou rotulação social que simula um julgamento coletivo sobre a imprensa. Esses qualificadores (“lixo”, “canalha”, “militante”, “vagabunda”) não aparecem apenas como avaliações individuais, ao contrário, a quantidade de aparições, na casa dos milhares, representa vozes ecoantes, produzindo o efeito de que a deslegitimação da mídia é amplamente compartilhada. Os números contribuem para naturalizar a hostilidade, pois deslocam a responsabilidade da avaliação para um suposto “coletivo”, como se a sociedade atribuísse esses valores à mídia.

Outro ponto preocupante é o fato desses ataques possuírem capacidade de se intensificar em ambientes como câmaras de eco e filtros-bolha, nos quais a repetição de críticas ao trabalho da imprensa ocorre em circuitos relativamente fechados de interação. Nesses espaços, conteúdos que atacam jornalistas e veículos de comunicação são amplamente compartilhados e validados, enquanto vozes dissonantes tendem a ser excluídas ou deslegitimadas.

Esse contexto nos permite identificar e selecionar discursos manipuladores e ideologicamente orientados que circularam nas redes sociais com o intuito de deslegitimar, desacreditar e atacar o papel da mídia como fonte mediadora de informações. O próprio quadro de contextualização do tema fornece uma tessitura referencial que organiza e orienta a compreensão dos ataques à imprensa a partir de objetos de discurso como “credibilidade”, “confiança”, “liberdade de expressão”, “violação”, “agressões no ambiente virtual” e “ataques digitais”. Nesse contexto, o referente “imprensa”, tradicionalmente associado à mediação informativa, é progressivamente recategorizado em determinados discursos como agente de manipulação, enquanto “credibilidade” e “confiança” deixam de operar como pressupostos institucionais e passam a ser disputados no interior das práticas discursivas.

A “liberdade de expressão”, por sua vez, é tensionada por movimentos de ressignificação, sendo mobilizada tanto como princípio democrático quanto como argumento para legitimar ataques e deslegitimar regulações, produzindo um campo

semântico ambíguo. As “agressões no ambiente virtual” e os “ataques digitais” aparecem como práticas recorrentes que reconfiguram a relação entre jornalistas e público, contribuindo para a naturalização da violência simbólica e verbal. Tais embates nos levam a presumir que há uma disputa pela construção de sentidos que pode fragilizar a legitimidade social da imprensa e favorecer a disseminação de discursos violentos e hostis.

Para aprofundarmos essa análise, inicialmente, reunimos um conjunto de citações do ex-Presidente Jair Bolsonaro que reforçam esse discurso manipulador e promovem violências verbais e incitação ao ódio contra os profissionais de imprensa.

“Cala a boca, que eu não te perguntei nada [...] Folha de S. Paulo, um jornal patife e mentiroso [...] cala a boca, cala a boca! [...] então, é uma manchete canalha, mentirosa, que vocês da mídia, grande parte, tenham vergonha na cara!”, afirmações proferidas para jornalistas durante entrevista sobre troca de superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, em 5 de maio de 2020 (Estadão, 2020). O discurso contém marcas de insultos diretos aos profissionais presentes na entrevista, com estrutura linguística marcada pelo tom imperativo e por ameaças explícitas. Ao se negar ao jornalista o direito de exercer sua função de perguntar e investigar, nega-se a própria função social da imprensa. Da mesma forma, as adjetivações “patife”, “canalha”, “mentirosa” operam recategorizações agressivas e depreciativas, marcando o tom violento da interação social.

Em episódio envolvendo a jornalista Patrícia Campos Mello, o então Presidente chegou a afirmar, em 18 de fevereiro de 2020: “Ela queria um furo, ela queria dar um furo” (Carta Capital, 2020; Vannuchi; Lima; Gasparian, 2025). O referente “furo”, usado no jargão jornalístico para se referir a notícia inédita, foi utilizado de forma irônica e com conotação sexual. A estratégia discursiva expressa violência de gênero, além de desfocalizar o referente de campo profissional para o “moral e sexual”. Na perspectiva de Van Dijk (2015), a manipulação discursiva ativa modelos mentais socialmente compartilhados. Nesse caso, o recurso é empregado para enfatizar estereótipo de gênero e ridicularizar o trabalho da profissional.

Em outro caso, a ameaça: “vou encher a boca desse cara com uma porrada. Vontade de encher tua boca com uma porrada, tá?” foi dita a um repórter do Jornal O Globo, em 23 de agosto de 2020, após questionamento sobre depósitos feitos por Fabrício Queiroz à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, quando Fabrício era assessor do deputado no Rio de Janeiro (2003-2019) e seu filho, Flávio Bolsonaro (Carta Capital, 2020). No plano linguístico, o uso do verbo “vou” introduz a ação de ameaça, que

ultrapassa o plano simbólico, com a introdução do léxico “porrada” – objeto discursivo explícito de violência física. Na dimensão ideológica, tal postura normaliza intimidações e agressões contra os jornalistas, especialmente por virem de uma autoridade presidencial. Essa naturalização, na perspectiva da ADC, contribui para reprodução das relações assimétricas de poder.

O episódio de violência linguística desencadeou uma série de agressões virtuais aos jornalistas e à imprensa, com defesa do comportamento do Presidente e reverberação do discurso de ódio nas redes sociais, com publicações do tipo: “jornalista folgado tem mais é que apanhar”; “jornalista vagabundo merece TOMAR PORRADA SIM” (Senra, 2020).

Esse cenário mostra um contexto em que as agressões aos jornalistas partiam do governante do país e se amplificavam pelas redes sociais. Apesar da grande influência que exercia e ainda exerce sobre seus apoiadores, o movimento não se restringe apenas a figuras públicas. Conforme vimos na seção sobre pós-verdade (Seção 1.1), o contexto de descrédito e deslegitimação da imprensa é um movimento em ascensão, que ganha força com o espaço aberto pelas plataformas digitais.

Mais uma vez, a disputa de sentidos está centrada em posições enunciativas fortemente polarizadas. O embate é construído entre o grupo dos “cidadãos comuns”, “leitores”, ou daqueles que se posicionam contra a chamada “grande mídia” e são qualificados como sujeitos críticos e conscientes. Do outro lado, estão “Eles”, os “jornalistas”, “imprensa”, “grande mídia” e instituições de comunicação qualificadas como “mentirosas”, “canalhas” ou “manipuladoras”. Em discursos provenientes de figuras públicas, como nos casos analisados, essa oposição é feita pela atribuição direta de características depreciativas aos profissionais da imprensa, o que pode contribuir para a construção de um inimigo social. Essa distribuição de papéis ou de representações sociais reforça relações assimétricas de poder e orienta a interpretação do leitor para a desconfiança e a rejeição da mídia.

Ainda durante o período do governo Bolsonaro, as narrativas anti-imprensa se difundiam com frequência nas redes sociais (RSF, 2021a; Vannuchi; Lima; Gasparian, 2025). Na figura 20, vemos um exemplo de intimidação e uso de fatos fora de contexto, produzidos naquela época, com a finalidade de fragilizar e ameaçar o trabalho da imprensa.

Figura 20 – Deputado estadual paulista usou informação fora de contexto para atacar imprensa



Fonte: Menezes e Nalon (2020).

A publicação da figura 20, divulgada em março de 2020, afirmava que a jornalista contratada da TV Cultura Vera Magalhães recebia mensalmente o valor de R\$ 500 mil pela prestação de serviços à emissora do Governo Federal. O fato foi retirado de contexto para desqualificar a profissional devido à sua atuação crítica em relação ao governo Bolsonaro. Vera Magalhães possuía um contrato de R\$ 22 mil por mês, com vigência entre 2020 e 2022. A publicação é um caso de contexto falso e conteúdo enganoso (Wardle, 2017) em que informações verdadeiras são distorcidas, manipuladas e retiradas de contexto com o propósito de enganar.

O texto foi inicialmente produzido em discurso dos deputados estaduais paulistas Douglas Garcia (PLS – SP) e Gil Diniz (PSL- SP) e, posteriormente, compartilhado nas redes sociais. A publicação faz uso dos intensificadores argumentativos “500 mil” e “MEIO MILHÃO” como estratégia para chocar e gerar indignação nos interlocutores. O termo “bagatela”, empregado para designar valores pequenos ou irrisórios, foi recategorizado de forma intencional. Uniram-se os referentes “bagatela” e “500 mil” para negociar com o interlocutor a relação de antagonismo e ironia. É como se o produtor textual questionasse: “500 mil é bagatela?”, na expectativa de que os leitores interajam com o enunciado.

O *post* cria uma tessitura referencial entre o trabalho da jornalista, o uso de recursos governamentais e a atuação negativa e parcial de Vera Magalhães. De início, o referente “jornalista” é introduzido e, logo em seguida, questionado pelo uso da expressão (sic), indicando dúvida e expressando juízo de valor sobre a formação da profissional. A

expressão “meter o pau em Bolsonaro” revela tom de agressividade e uso de linguagem vulgar para falar da atuação jornalística que, na visão do narrador, seria parcial e realizada com o intuito de “chupar as bolas de Dória”. O uso dos verbos “meter” e “chupar” revelam conotação sexual e sugerem que a jornalista estaria recebendo verba pública para prejudicar Bolsonaro e beneficiar João Dória – então governador do estado de São Paulo. Com o uso estratégico de escolhas lexicais e de intensificadores argumentativos, em poucas linhas, o discurso manifestado no texto evidencia polarização, agressividade, violência simbólica e de gênero contra o trabalho da imprensa.

A mensagem produzida pelos deputados paulistas revela ainda estratégia discursiva de fragmentação e polarização, que define a imprensa como adversária política e moral. Linguisticamente, isso se realiza por meio da recategorização depreciativa, de ofensas e de acusações. Ideologicamente, opera-se a construção de um antagonismo estrutural entre governo e mídia, deslocando o debate público do campo argumentativo para o campo da hostilidade pessoal e da intimidação.

Quanto à subjetividade, percebemos o apelo à indignação dos interlocutores com a destinação de verbas públicas, a avaliação pessoal dos produtores textuais sobre o trabalho da jornalista e o uso de hipérbole, com a expressão “MEIO MILHÃO!!!”.

Na dimensão textual, a mensagem compartilhada é direta e objetiva, focada na suposta revelação de um salário exorbitante pago (“mensalmente”) à jornalista Vera Magalhães. A informação foi intencionalmente selecionada e enfatizada fora do seu contexto real por meio de termos acusatórios (“meter o pau”, “chupar as bolas”).

Na prática discursiva, verificamos o uso de uma narrativa politicamente orientada, pronunciada por apoiadores do então Presidente Jair Bolsonaro, que visa sustentar ataques à imprensa. Na dimensão da prática social, o texto está inserido no âmbito da deslegitimação do papel da imprensa enquanto mediadora das informações, assim como da polarização entre apoiadores da direita ou da esquerda.

No *post* da figura 20, vemos um exemplo de intencionalidade e responsabilidade discursiva semelhante ao da figura 12, no qual figuras públicas e políticas utilizam sua posição para propagar desinformações e reforçar seus posicionamentos ideológicos. Na outra ponta, os propagadores que compartilham ou interagem com essas mensagens, demonstrando identidade grupal ou indignação com o seu conteúdo.

Os aspectos documentais (Cellard, 2008) revelam a data (20 de março de 2020) e a autoria declarada da mensagem, que partiu de representantes legislativos e foi amplificada nas plataformas digitais. A postagem, divulgada na rede social Facebook,

não possui vinculação direta com a instituição da Assembleia Legislativa, mas, sim, com a opinião de parte dos seus deputados.

Embora o período de 2019 a 2022 seja marcado como crítico e de grande quantidade de ataques ao trabalho da imprensa no Brasil (Vannuchi; Lima; Gasparian, 2025), as ameaças não se restringem àquela fase ou apenas a um determinado governo. Desinformações e *fake news* continuam a se propagar no ambiente digital, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos (RSF, 2025). A seguir, analisaremos uma notícia divulgada, em 2025, com o propósito de engano e manipulação em relação ao trabalho da mídia.

Figura 21 – Matéria da Revista Oeste correlaciona mídia tradicional e *fake news*



Fonte: Cheiddi (2025).

A matéria da figura 21 é uma publicação da Revista Oeste assinada por Luca Cheiddi e divulgada em 22 de julho de 2025. Portanto, sob a perspectiva documental (Cellard, 2008), o texto possui autoria declarada, data de publicação e vinculação institucional.

A notícia utiliza-se de recursos jornalísticos empregados pela imprensa, como *layout* composto por logomarca da Revista no canto direito superior, menu principal com destaque dos assuntos cobertos pelo veículo, divisão de categoria da publicação, no caso

“imprensa”, uso da manchete principal com o título: “Ibespe: *fake 155ews* na grande mídia impacta 3 vezes mais do que nas redes”; uso de *sutiã* – técnica jornalística que consiste no uso de um texto menor localizado abaixo do título, que serve como suporte e explicação ao título principal, no caso em questão o seguinte reforço da manchete: “notícia mentirosa veiculada em TV, rádio, jornais, revistas e portais tem efeitos negativos mais potentes; entenda”. A expressão “efeitos negativos mais potentes” intensifica a carga de responsabilidade a ser atribuída à mídia no decorrer da notícia.

De início, verifica-se a construção de sentidos com o leitor para reforçar a ideia de que as mídias tradicionais são mais propagadoras de *fake 155ews* que as redes sociais. O título introduz o objeto de discurso “grande mídia”, retomado no *sutiã* pela sua descrição (TV, rádio, jornais, revistas e portais), e reforçado na imagem da TV como “*fake 155ews*”. A própria manchete e o *sutiã* trazem consigo a ideia de que a “grande mídia” “veicula” “notícia mentirosa”. Por outro lado, a expressão “impactar 3 vezes mais” tem o papel de intensificar a responsabilidade da imprensa tradicional na propagação de *fake 155ews*, evidenciando, já no início da publicação, a carga avaliativa da mensagem.

O atributo de autoridade também é um recurso utilizado pela notícia como estratégia de credibilidade da informação. A constatação da influência da mídia tradicional no impacto das *fake news* é atribuída ao Instituto Ibespe, que teria realizado uma pesquisa nacional para obter o resultado. Não há menção a quem teria encomendado o estudo, nem aparece o nome completo do Instituto. Em pesquisa realizada no *site* do Ibespe (www.ibespe.com.br) e à rede social LinkedIn, verifica-se que é um Instituto de Planejamento Estratégico com sede em Itanhaém, São Paulo, fundado em 2009, com corpo funcional de 2 a 10 funcionários. Não se confunde com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas – Ipespe, empresa de pesquisa fundada em 1986, com sede em Recife.

A ausência de contextualização da autoridade científica produz um efeito duvidoso, revelando uma estratégia típica de conteúdo enganoso (Wardle, 2017), em que dados aparentemente técnicos são mobilizados para sustentar uma narrativa ideologicamente orientada. Outro ponto característico desse tipo de texto é a fragmentação da informação e o uso de aspas para sustentar o posicionamento, com a seleção de estatísticas que se alinham à posição do produtor de conteúdo, conforme aponta Ferreira, E. S. (2021). O conteúdo impostor também pode ser observado nos atributos do portal, especialmente na questão do *layout*. Embora ele não mimetize outro veículo da imprensa e tenha suas características próprias, podemos dizer que esses

recursos são mobilizados para conferir legitimidade à informação transmitida. O mesmo acontece com a utilização do Instituto Ibespe, que simula semelhança com o Ipespe.

No plano ideológico, a fragmentação, a unificação e a legitimação (Thompson, 1998) são inseridas pelo produtor da notícia com o intuito de enquadrar o posicionamento da Revista, fazendo com que ele repercuta entre os leitores que possuem crenças relacionadas ao papel da mídia semelhantes às do veículo. Nesse aspecto, entendemos que a intencionalidade do produtor textual fica evidente, com a tentativa de gerar identificação entre os leitores e reforçar o sentimento de pertencimento grupal.

A seguir, transcrevemos o texto completo da notícia:

Ibespe: fake news na grande mídia impacta 3 vezes mais do que nas redes

Notícia mentirosa veiculada em TV, rádio, jornais, revistas e portais tem efeitos negativos mais potentes; entenda

Uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Ibespe revelou que uma fake news veiculada pela grande mídia — TV, rádio, jornais, revistas e portais de notícias — tem um impacto potencial três vezes maior do que se a divulgação ocorrer nas redes sociais.

O dado surge da aplicação de um índice técnico chamado Impacto Potencial de Desinformação (IPD). Ele combina alcance do canal de informação e grau de confiança atribuído pelo público.

Segundo o estudo, 99,3% da população brasileira se informa pela grande mídia, enquanto 42,6% usam as redes sociais para esse fim. Mesmo com um grau de confiança moderado, o alcance massivo dos veículos tradicionais gera um IPD de 556,08 pontos, contra 178,92 pontos das redes sociais.



“Esses dados mostram que o maior risco de desinformação não está onde geralmente apontam os holofotes”, afirma o cientista político e CEO do Ibespe, Marcelo Di Giuseppe. “Uma mentira dita no jornal das 20h, ainda que com desconfiança, atinge quase toda a população ao mesmo tempo. Seu impacto é imediato e profundo.”

O discurso sobre fake news na mídia tradicional e nas redes

Di Giuseppe destaca que o discurso público sobre fake news se concentra nas redes sociais. Assim, ignora a capacidade da mídia tradicional de disseminar erros, distorções ou manipulações que se travestem de informação confiável.

“A narrativa dominante culpa os algoritmos das redes, mas esquece que a TV ainda dita o tom da conversa nacional”, alerta Di Giuseppe. “Uma manchete mal formulada ou um dado tirado de contexto em rede nacional tem força para influenciar eleições, afetar reputações e moldar políticas públicas.”

O IPD, instituído pelo próprio instituto, propõe uma nova forma de avaliar o risco de desinformação. Ele considera o conteúdo da informação, quem a transmite e quanto o público confia nessa fonte.

“A democracia não morre apenas pela censura ou pelo silêncio”, conclui Di Giuseppe. “Muitas vezes, ela morre de overdose de meias verdades, repetidas com credibilidade institucional.”

Conforme o Ibespe, a pesquisa foi realizada de 1º a 3 de julho de 2025, com abrangência nacional. Ela utilizou metodologia quantitativa por amostragem probabilística. A margem de erro é de 2,8 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. (Por Lucas Cheiddi — 22 jul. 2025 — 11h43)

Ao longo do texto, a narrativa negocia com os interlocutores a ideia de que as redes sociais e os algoritmos são inocentes/vítimas e a grande mídia “culpada”. Os verbos utilizados pelo entrevistado “disseminar” e “travestir” revelam o tom de agressividade do discurso, ao enfatizar que “erros, distorções ou manipulações” seriam intencionalmente disfarçados pela mídia. Há um processo de recategorização da grande mídia como agente de manipulação.

A dualidade entre mídia tradicional e redes sociais é ainda corroborada por imagem de vídeo que aparece no meio da notícia, com o título “STF legaliza censura à brasileira”. Na imagem, o leitor é direcionado para o canal da Revista e o programa Oeste Sem Filtro. A publicação fala sobre a votação da regulação das *big techs* (as maiores empresas de tecnologia do mundo Apple, Microsoft, Alphabet (Google), Amazon e Meta) pelo Supremo Tribunal Federal, na qual os entrevistados consideram censura as medidas adotadas para responsabilizar as empresas de tecnologias pela publicação de conteúdos ilegais.

A correlação entre o texto e o vídeo sugere a intensão de reforço no discurso de que a mídia tradicional é produtora de *fake news* e a regulação das plataformas seria censura.

O referente “jornal das 20h” recategoriza, implicitamente, as mídias jornalísticas que tradicionalmente são produzidas por emissoras televisivas no referido horário, tais como Jornal Nacional, da TV Globo, Jornal da Record, da TV Record, e Jornal da Band, da TV Bandeirantes, para citar alguns. A expressão “uma mentira dita” é categórica ao afirmar que esses jornais mentem e “atinge quase toda a população ao mesmo tempo”. A tessitura argumentativa em relação à imprensa constrói a seguinte tessitura referencial: grande mídia – dissemina – manipula – impacta mais – ameaça a democracia – culpada.

Segundo o texto, 99,3% da população se informa pela grande mídia, contra 42,6% nas redes. O dado numérico confere aparência de neutralidade estatística, assim como a indicação do índice IPD, que foi criado pelo próprio instituto, como sendo uma “nova forma de avaliar o risco de desinformação”. Nesse caso, o texto não descreve quais

parâmetros metodológicos são atribuídos ao índice, fazendo referência apenas de modo genérico/desfocalizado a esses atributos. Assim, produz-se uma tessitura referencial (Instituto – índice – confirma a tese – legitima a acusação) em torno da narrativa para reforçar o caráter científico da publicação. Contudo, a argumentação conduz à ideia de que o verdadeiro risco das *fake news* não estaria nas plataformas digitais, ressaltando o teor ideológico do texto, ao acusar a mídia tradicional dessa responsabilidade.

Observa-se um processo de desfocalização, no qual o debate sobre desinformação nas redes é deslocado para a responsabilização da mídia tradicional, ao se afirmar “[...] que o maior risco de desinformação não está onde geralmente apontam os holofotes”. A expressão “narrativa dominante” recategoriza o discurso público como hegemonia discursiva equivocada, cirando uma oposição entre a “verdade revelada na pesquisa” e o “discurso hegemônico da grande mídia”.

Na perspectiva da ADC (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]), tal representação atribui papéis sociais específicos: a grande mídia (imprensa) é configurada como ator social responsável por ameaçar a democracia, enquanto as redes aparecem como injustamente culpabilizadas. A tessitura referencial, assim, não apenas organiza a progressão temática, mas constrói identidades sociais e distribui responsabilidades.

A interação social é uma parte fundamental desse tipo de informação enganosa, pois o texto é direcionado para gerar aceitabilidade no público. Os fatores/princípios de textualidade são estrategicamente selecionados, a fim de que o texto produza os efeitos pretendidos e repercuta entre aqueles que aceitam interpretar, inferir e interagir com a mensagem transmitida (Koch, 2014 [1997], 2010 [1993]). No *Twitter* foram mais de 34 mil visualizações, 1 mil curtidas e 408 compartilhamentos. No Instagram 1,2 mil curtidas e no Facebook 4,6 mil visualizações. Os comentários reforçam a hostilidade e a identificação contra a grande mídia: “a ex grande mídia é a maior desgraça do mundo”, diz um dos usuários da rede social *Twitter*.

A análise da matéria da Revista Oeste permite compreender que os ataques à imprensa não se manifestam apenas por meio de agressões explícitas ou insultos diretos, mas também por estratégias discursivas mais sofisticadas, que operam pela reorganização temática, pela recategorização avaliativa e pela mobilização seletiva de informações. Ao construir a “grande mídia” como um agente que “dissemina”, “manipula” e “impacta mais” a democracia com “meias verdades”, o texto desloca o debate público sobre desinformação, realizando a inversão de papéis entre a responsabilidade das redes sociais e grandes plataformas *versus* a mídia tradicional.

No caso específico, a tessitura referencial, por meio de um discurso ideologicamente orientado, evidencia a atribuição de intencionalidade à imprensa na propagação de notícias mentirosas. O resultado é a produção de uma forma de violência simbólica que atua minando a credibilidade institucional da imprensa e incentivando a polarização nos ambientes digitais. Trata-se de uma prática discursiva construída por estratégias de referenciação que se amplifica na esfera social, legitimando e naturalizando violências linguístico-discursivas.

A responsabilidade do produtor textual deve ser vista no plano institucional, pois, ainda que a matéria possua autoria, a responsabilidade discursiva é da Revista Oeste, que veicula informações de acordo com uma linha editorial, alinhadas ao seu discurso e intencionalmente projetadas. O propagador, ao compartilhar e disseminar tais posicionamentos, atua como amplificador do processo de descredibilização da imprensa. Assim, o produtor responde pela elaboração da estratégia discursiva e o propagador pela repercussão.

Do ponto de vista da ADC (Fairclough 2019 [1992]), a dimensão textual mostra como as escolhas lexicais orientam a interpretação argumentativa, desde as expressões do título com ênfase para a generalização da “grande mídia” e o atributo de “efeitos negativos” aos veículos de imprensa, conferindo valor de verdade e generalizante à mensagem. As estratégias são mobilizadas ao longo do texto para, por exemplo, apagar informações sobre a metodologia da pesquisa e sua fonte de financiamento. A prática discursiva se apresenta na produção de enunciados que deslegitimam a imprensa por meio de estratégias referenciais e avaliativas, enquanto a prática social, como vimos, envolve os contextos mais amplos de polarização política e disputa pelo controle da informação. Nesse sentido, os discursos analisados não apenas refletem conflitos sociais, mas contribuem para sua intensificação, ao fragilizar instituições mediadoras e sugerir a redefinição das relações de poder.

4.5 “Kit gay” e “mamadeira de piroca”

Nossa última análise refere-se a um caso emblemático da política brasileira: o “kit gay” e a distribuição de “mamadeira de piroca” para crianças de seis anos nas escolas. A informação falsa circulou amplamente nas eleições de 2018 e em 2020. Foi, segundo o jornal *El País* (Barragán, 2018), uma das cinco *fake news* que mais beneficiaram o então candidato Jair Bolsonaro. A *fake news* sobre a criação do “kit gay” divulgada,

principalmente no período eleitoral de 2018, teve como objetivo central difamar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, Fernando Haddad.

O caso combina simultaneamente o conteúdo fabricado, com informações integralmente falsas, criadas para enganar e prejudicar; o contexto falso, utilizando dados reais sobre políticas de educação sexual do Ministério da Educação fora de seu contexto original; e o conteúdo enganoso, caracterizado pela manipulação intencional de imagens de mamadeiras eróticas em um contexto enganoso (Wardle, 2017).

Conforme verificado à época das divulgações pela agência de checagem Aos Fatos (Moura; Cypreste, 2018; Menezes, 2020), não há qualquer evidência de que Fernando Haddad tenha criado ou autorizado a distribuição de um suposto “kit gay”, composto por mamadeira erótica, para crianças de seis anos. A acusação distorceu e manipulou informações do programa “Escola sem Homofobia”, desenvolvido durante o governo federal do PT para combater discriminação contra estudantes LGBTQIA+. Embora o material do programa fosse voltado para adolescentes e pré-adolescentes e não tenha sido implementado nas escolas devido à pressão de movimentos conservadores, ele foi pejorativamente rotulado de “kit gay”, termo que não constava em nenhum documento oficial. O programa “Escola sem Homofobia” foi apresentado ao então ministro Fernando Haddad em 2011 e seu desenvolvimento foi realizado por ONGs ligadas aos movimentos LGBT.

A aversão ao chamado “kit gay” foi amplificada pela divulgação de vídeo que acusava o governo de distribuir “mamadeira de piroca” em creches como parte do suposto kit. As imagens das mamadeiras eróticas são reais, mas foram descontextualizadas de produtos vendidos na internet para associar sexualidade e erotismo à educação infantil.

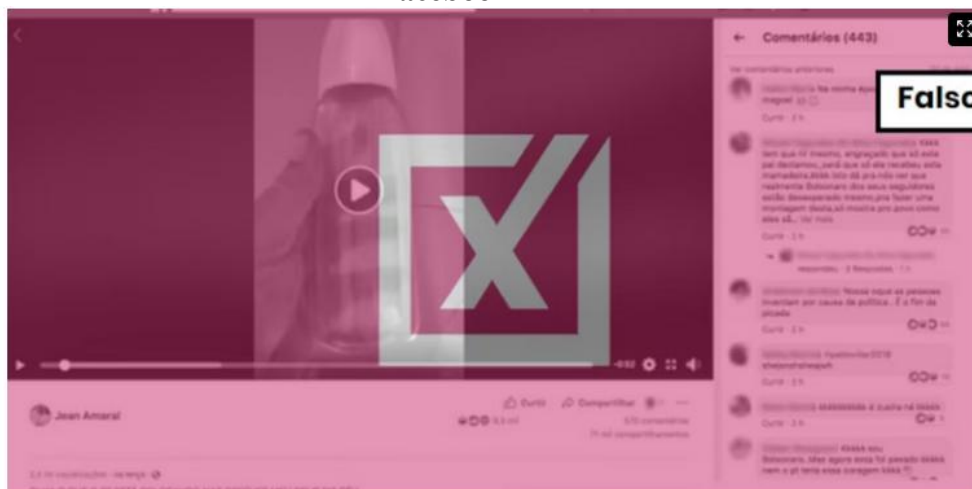
O vídeo, intitulado pela imprensa como “mamadeira de piroca” ou “mamadeira erótica”, obteve grande repercussão, alcançando cerca de 5 milhões de visualizações e 100 mil compartilhamentos na rede social Facebook (Vilela; Libardi, 2023). Divulgado inicialmente na conta de Jean Amaral, o vídeo foi amplamente distribuído em outras mídias digitais, como o *WhatsApp* (Pires, 2018), entre os meses de setembro e outubro de 2018.

A narrativa do vídeo afirmava que, caso o candidato do PT fosse eleito, haveria a distribuição em massa pelas creches do país de mamadeiras em formato de pênis. De acordo com informações do Processo nº 0601530-54.2018.6.00.0000, protocolado no Tribunal Superior Eleitoral pelo então candidato Fernando Haddad e pela coligação que

o apoiava, o vídeo começou a ser distribuído em 25 de setembro de 2018, às 23h16. O discurso surgiu em um momento de intensa polarização ideológica da eleição presidencial que representava um embate entre partidos de direita, cujo candidato era Jair Bolsonaro, e os de esquerda, representados por Fernando Haddad. Havia uma grande polarização entre ideias conservadoras e liberais, discutindo-se temas específicos, como, por exemplo, religião, sexualidade e ideologias políticas (comunismo/socialismo). Assim, o vídeo foi disseminado em um contexto no qual se valorizava ideais ditos como de direita, que visavam uma pretensa defesa dos direitos da família. Pretendia-se combater as ideias liberais voltadas para a educação sexual de crianças e de adolescentes, ainda que, para isso, devesse se recorrer à criação de fatos inverídicos.

Na figura 22 reproduzimos a imagem e, em seguida, o texto do vídeo, cujo teor ainda pode ser acessado pela internet em portais e canais de vídeos que relatam como o conteúdo foi produzido. A publicação original do Facebook que iniciou a divulgação não está mais acessível, por força de decisão judicial.

Figura 22 – Fake news da “mamadeira de piroca” foi divulgada em perfil do Facebook



Fonte: Estadão (2019).

Texto do vídeo sobre a mamadeira erótica:

“Ó aqui ói, vocês que vota no PT. Essa aqui é a mamadeira distribuída na creche. Ó a marca aqui, ói. Tá vendo? Distribuída na creche pra seu filho, ói. Com a, a desculpa de combater a homofobia. Ó o bico como é. Tá vendo? O PT e Haddad prega isso pra seu filho, ói. O seu filho de 5, 6 anos de idade, vai beber mamadeira na creche com isso aqui, ói. Pra combater a homofobia. Tem que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher. O PT e Haddad, Lula, Dilma, só quer isso aqui pros nossos filhos, ói. Isso faz parte do kit gay, ói, invenção de Haddad, viu?” (Transcrição do vídeo disponível no site Estadão)

A *fake news* da “mamadeira de piroca” representa um caso contundente de como a referenciação pode atuar como mecanismo de orientação argumentativa e construção ideológica. Nela, os objetos de discurso são progressivamente construídos, estabilizados e reconfigurados no curso da interação. A coerência do texto e sua aceitabilidade não decorrem da correspondência com os fatos, mas da tessitura referencial que organiza a progressão temática, orienta a aceitação e reforça crenças e valores pré-existentes. A quantidade de compartilhamentos (mais de 100 mil) sugere a adesão ao conteúdo sob a ótica do fenômeno da epistemologia tribal (Roberts, 2017), uma vez que o vídeo não busca convencer por evidências, mas pelo alinhamento identitário: ele ativa crenças previamente compartilhadas por determinado grupo, reforçando laços internos e aprofundando a rejeição ao grupo adversário.

Conforme destaca o pesquisador Allan Santos, em entrevista à revista Veja sobre o “kit gay” e seus impactos nas eleições, muitos dos que compartilham e acreditam nessas narrativas o fazem não por ignorância factual, mas porque tais conteúdos reforçam valores, medos e visões de mundo já sedimentados na sociedade conservadora, funcionando como confirmação de pertencer a um grupo moral e ideologicamente definido. Ao ser questionado se as *fake news* são compartilhadas propositalmente, Allan Santos afirma:

Na verdade essas pessoas acreditam veemente que é verdade. Não acredito que elas pensam que é falso. Muitas das notícias são compartilhadas em grupos de família, em grupos de igreja, em grupos de comunidade... As pessoas primeiro respondem uma necessidade de acreditarem em um sistema de crenças e ideologias. A maioria acredita que existiu a mamadeira de piroca, não acho que elas estão fingindo (Firpo, 2025, s/p).

Nesse sentido, a adesão à *fake news* da “mamadeira de piroca” não decorre apenas de uma falha de conhecimento, mas de um processo pelo qual verdades percebidas se tornam aquilo que o grupo valida como verdade, independente da coerência ou da correlação com os fatos. A epistemologia tribal, assim, opera como estratégia de coesão identitária e resistência à contestação baseada em evidências, uma vez que o estatuto de verdade é negociado dentro dos limites cognitivos e valorativos do endogrupo, em detrimento de critérios de verificação externos ou científicos.

Do ponto de vista linguístico, o narrador faz uso de marcadores dêiticos e catafóricos “Ó aqui ói” para demonstrar, acompanhado de gestos, o que seria o objeto distribuído na creche “Essa aqui é a mamadeira”. Mesmo sem nenhuma contextualização do fato, sem indicar o local da distribuição, a data, o município ou a escola, o objeto já

aparece como prova, como evidência de que o produto já estava sendo oferecido para as crianças.

A primeira categorização da “mamadeira” insere o objeto de discurso no campo semântico da infância para, em seguida, desfocalizá-lo para o campo da sexualidade. O narrador mostra o bico do objeto com as expressões “Ó a marca aqui, ói. Tá vendo?” e “Ó o bico como é. Tá vendo?”. Ele enfatiza o formato peniano, tensionando a interação com os interlocutores, com o claro intuito de chocar e escandalizar ao inserir o contraste argumentativo entre infância e sexo.

A tessitura referencial do referente desenvolve-se pela expansão progressiva: “a mamadeira”, “a mamadeira distribuída na creche”, “isso aqui”, “isso”, culminando no encapsulamento “isso faz parte do kit gay”. Observa-se que, a cada retomada, o objeto de discurso é reconfigurado. A expressão “distribuída na creche” introduz pressuposição de política pública já implementada, deslocando o objeto do plano individual para o plano institucional. Posteriormente, a recategorização “kit gay” opera como rótulo que orienta a interpretação desejada, associando o objeto a debates anteriores sobre educação sexual e combate à homofobia.

Essa construção argumentativa pode ser entendida como uma forma de enquadre ideológico que ativa modelos mentais orientados para adesão de grupos contrários à implementação de políticas públicas progressistas (Van Dijk, 2015). Conforme Allan Santos (Firpo, 2025), esses discursos e a polarização são utilizados como projetos de poder, estrategicamente articulados para manter privilégios e não perder espaço. Para isso, os grupos valem-se do poder das redes sociais, com sua grande velocidade de propagação de *fake news*, aliada ao seu baixo custo de manutenção.

Além da construção do objeto discursivo “mamadeira”, outras duas tessituras referenciais são reveladoras do teor ideológico da publicação. Há uma nítida construção polarizadora entre o “Nós” positivo e o “Eles” negativo. O exogrupo é formado pelo “PT”, “Haddad”, “Lula” e “Dilma”, e o endogrupo por “seu filho”, “o seu filho de 5, 6 anos”, “nossos filhos”, “Bolsonaro”. A articulação entre esses referentes tem como objetivo negociar com o leitor o sentido de que o Partido dos Trabalhadores e seus representantes seriam responsáveis por distribuir a “mamadeira” do “kit gay” para as crianças. “PT”, “Haddad”, “Lula” e “Dilma” são recategorizados como agentes que “pregam isso pra seu filho” e, portanto, são associados à corrupção moral da infância. Já o endogrupo aparece em expressões como “a gente” e “nossos filhos”, reforçadas pela figura de “Bolsonaro” como aquele que “é pra fazer o filho da gente homem e mulher”.

A polarização ideológica não se limita ao plano temático, mas é produzida linguisticamente pela distribuição estratégica de papéis semânticos e representações sociais (Chouliaraki; Fairclough, 2001 [1999]). O exogrupo aparece como ameaça moral e agente corruptor (distribuem a mamadeira com a desculpa de combate à homofobia), enquanto o endogrupo é representado como protetor dos valores corretos e da infância (fazer o filho da gente homem e mulher). Tal construção referencial pode levar o interlocutor a interpretar que “votar em Bolsonaro” seria a solução do problema.

As estratégias de referenciação marcam “Haddad”, “o PT”, “Lula” e “Dilma” de forma negativa, retomando-os com pronomes vagos e expressões demonstrativas como “só quer isso pros nossos filhos”, fazendo referência ao que “eles” querem. A origem das acusações é desfocalizada, com o apagamento de autores e fontes verificáveis.

A repetição enfática de “seu filho” e “nossos filhos” hiperfocaliza a figura infantil, produzindo apelo emocional e identificação com o interlocutor, ao acionar a figura da criança em risco. Esse processo de construção referencial contribui para o senso de urgência, de medo e de ameaça, facilitando a aceitação da mensagem mesmo diante da ausência de provas, enquanto o fato de não existir política pública voltada para distribuição de tais objetos é intencionalmente desfocalizado.

O vídeo, divulgado estrategicamente no período eleitoral, articula simbolicamente representações de gênero, sexualidade e política. A tessitura referencial visa reforçar a unificação do grupo opositor à implementação de políticas voltadas à educação sexual nas escolas e, ao mesmo tempo, incitar o ódio e a rejeição aos que as apoiam.

As marcas linguístico-discursivas de subjetividade como o uso do vocativo “você que vota no PT”, da dêixis demonstrativa “isso aqui”, “ói”, “tá vendo?”, e de expressões populares e coloquiais “Ó aqui ói” contribui para a construção de um efeito de proximidade, conferindo à mensagem um caráter de testemunho e indignação.

O uso de hipérboles, como a correlação entre a idade dos filhos e a mamadeira “o filho de 5, 6 anos vai beber mamadeira com isso aqui”; a atribuição de autoria em tom de crítica “invenção de Haddad” e apelos emocionais ligados à moralidade e à família “Tem que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher” funcionam como estratégias de persuasão. Eles reforçam o envolvimento afetivo do interlocutor e orientam a interpretação para a rejeição do grupo político adversário.

À luz do modelo tridimensional da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 2019 [1992]), é possível interpretar as *fake news* em três níveis. Na dimensão texto, observam-se marcas linguísticas de subjetividade, informalidade e emocionalidade, que estruturam

o texto de forma a maximizar seu impacto. O uso do objeto discursivo “kit gay” expressa a opinião do produtor textual, assim como a expressão “invenção de Haddad”. De maneira semelhante, a ênfase dada ao formato do objeto e o uso do pronome dêitico “vocês” reforçam o tom de informalidade e proximidade com os interlocutores da mensagem.

Na dimensão prática discursiva, a mensagem insere-se em um processo de produção intencional, vinculado a práticas discursivas de desinformação eleitoral, com divulgação estratégica em redes sociais para provocar viralização, pânico e boicote. A produção tem um formato de vídeo caseiro que, em tese, dissemina um testemunho do autor sobre o suposto fato.

Na dimensão prática social, a mensagem se ancora em um contexto de intensa polarização política e moral, no qual temas como sexualidade, religião e valores da família eram mobilizados como armas de convencimento. O vídeo reforça posicionamentos conservadores ao mesmo tempo em que propaga a aversão às políticas públicas de educação sexual e a rejeição de inclusão dos movimentos LGBT nessas políticas. A *fake news* sobre a “mamadeira de piroca” foi produzida visando legitimar e naturalizar discursos conservadores, rejeitar propostas e pessoas que aderem a ideias progressistas, ao mesmo tempo em que reforça ideologias dominantes sobre gênero e autoridade familiar.

Em relação aos aspectos documentais (Cellard, 2008), a *fake news* possui autoria e data de publicação conhecidas. Foi veiculada na rede social Facebook, mas não possui nenhum tipo de vinculação institucional quanto ao conteúdo transmitido.

A ampla divulgação dessa narrativa também pode ser compreendida a partir da dinâmica das câmaras de eco e dos filtros-bolha nas redes sociais, nas quais conteúdos com forte apelo moral e emocional são reiteradamente compartilhados entre grupos ideologicamente alinhados. No contexto de tais ambientes, a repetição da associação entre “kit gay”, “mamadeira de piroca” e ameaça às crianças pode ter naturalizado a construção desses sentidos no interior das câmaras, dificultando o acesso a informações contextualizadas sobre o programa “Escola sem Homofobia”.

No aspecto da intencionalidade, fica evidente o uso do vídeo pelo produtor textual como forma de gerar indignação moral e aversão aos adversários políticos. Nesse caso, a responsabilidade discursiva teve consequências, ainda que brandas, com a ascensão do caso ao Judiciário e o banimento do conteúdo. Quanto aos propagadores, a intencionalidade deles pode até coincidir com a do produtor textual, mas a

responsabilidade discursiva, nesse caso, pode estar mais associada à necessidade de confirmação de crenças.

Nesse contexto, ao gerar sentimento de indignação e contrariedade em relação às propostas de campanha do presidencial opositor, a *fake news* da suposta distribuição de um objeto erótico para crianças teve o potencial de incitar violência contra um grupo político. No plano simbólico, representa uma agressão contra aqueles que pensam de maneira diferente sobre o tema da educação sexual.

4.6 Resultados e caminhos sugeridos ao enfrentamento do problema social

Os casos relatados nesta pesquisa revelam como a língua é um instrumento de poder e de transformação social (Fairclough, 2019 [1992]), que reflete e projeta visões de mundo. Afinal, conforme afirma Lyons (2018), toda manifestação linguística pode ser vista como um comportamento observável e analisável. Esse comportamento linguístico pode ser descrito e compreendido a partir da observação atenta das práticas discursivas, as quais evidenciam as relações de poder, os modos de subjetivação e os jogos de linguagem que caracterizam os diferentes contextos de uso.

Dentro dessa perspectiva, a Linguística Textual, por meio dos processos de referenciação, nos ajuda a desvelar essa subjetividade e a compreender as relações de poder presentes nas *fake news* analisadas. As campanhas desinformativas sobre vacinação, a aversão à educação sexual nas escolas, as teorias conspiratórias lançadas em períodos eleitorais, a descredibilização da mídia e a defesa de medicamentos ineficazes não consistem apenas na mera propagação de informações erradas, são textos cuidadosamente elaborados para manipular sentidos, explorar emoções, reforçar ideologias e, por vezes, fomentar a polarização social.

No contexto dos casos analisados, percebemos como as intenções e a aceitabilidade são fundamentais na construção dos sentidos pretendidos. Afinal, se os discursos são atravessados por posicionamentos (Maingueneau, 2006), as *fake news* operam como discursos persuasivos que buscam não só mascarar a intencionalidade, mas também simular imparcialidade e credibilidade. Nos casos em questão, os discursos muitas vezes carecem de coerência, mas, mesmo assim, operam sentidos para quem os recebe e os compartilha, a exemplo do possível extermínio da população mundial pelo uso de vacinas (figuras 15 a 18).

Enquanto linguistas, educadores, profissionais e cidadãos devemos estar atentos às revelações que esses textos minuciosamente produzidos podem trazer à tona. Se a polarização é uma constante na sociedade contemporânea, especialmente no caso brasileiro, esse detalhe discursivo não deve passar despercebido nos textos. Como vimos nos casos do “ki covid” (figura 11), ataques à imprensa (figura 21) e “mamadeira de piroca” (figura 22), os enunciadores discursivos revelam suas ideologias por meio da fragmentação. A divisão entre favoráveis e contrários, opositores e inimigos, leais e desleais, covardes e corajosos, autoritários e democráticos, são tônicas marcantes desses textos que tentam simular credibilidade e legitimidade.

A análise evidencia o que as teorias anunciam, especialmente no que diz respeito ao apelo às emoções, marca presente em todos os casos analisados. Outro ponto evidente é o uso de adjetivações, nesse caso utilizados com mais frequência nos *posts* de redes sociais. Já o uso de atributos de autoridade está presente tanto nos *posts* quanto nas notícias verificadas, assim como o apagamento de fontes.

Em relação à simulação de fontes legítimas, com pequenas alterações como no caso do Instituto Ibespe (análise da figura 21), ou os recursos estilísticos como a emulação de sites jornalísticos (figuras 13 e 14) e a semiose entre imagens e textos (figura 12), eles são outros aspectos presentes nos dados desta pesquisa.

Esses destaques de aspecto mais visual ou mesmo o uso de adjetivações em que uma leitura rápida já permite a detecção são mais rápidos e simples de serem identificados. Porém, a construção do discurso, as estratégias de focalização e desfocalização, a construção da tessitura referencial e argumentativa do texto – fatores destacados nesta pesquisa – exigem um olhar mais atento e, nesse ponto, a LT é essencial.

Os fundamentos teóricos da LT e a evidência do processo de referenciação presentes nesses textos podem contribuir de maneira singular para o desvendamento e a desnaturalização dos discursos das *fake news*, evidenciando como os sujeitos, por meio de estratégias linguístico-discursivas, constroem sentidos. Nesse ponto, ganha relevância a perspectiva sociointeracional da linguagem, ao considerar o sujeito como sociohistórico e discursivamente construído (Koch, 2003). Essa concepção nos permite compreender como os produtores de *fake news* constroem seus enunciados e apelam à credibilidade aparente, por meio de marcas linguísticas de autoridade, de generalizações, de modalizações e de recursos retóricos/persuasivos, como os revelados nos dados.

Ao analisar esses pontos, sob a perspectiva da LT, a linguagem como meio de (inter)ação humana revela os propósitos presentes nas *fake news*, o que está em jogo e

quais os fins pretendem ser atingidos (Koch, 2010 [1993]). Aqui a figura do educador, do jornalista e do linguista são essenciais para jogar luz sobre os aspectos argumentativos dos textos. Esses profissionais podem atuar para evidenciar a construção das tessituras, que papéis sociais são reforçados ou estigmatizados nas *fake news*, a exemplo da exaltação de figuras públicas ou a exclusão de grupos sociais, pontos que se mostram fundamentais no combate à proliferação de *fake news*.

A análise revela que a escolha das palavras é estrategicamente pensada para criar narrativas, amplificar versões, atacar atores sociais e/ou moldar discursos. Por isso, defendemos que o Brasil precisa investir na sensibilização da sociedade para o assunto. Fomentar a produção de cursos ou eventos que abordem o tema de forma ampla – indo além dos aspectos meramente visuais e adentrando a questões mais complexas, como as subjetividades dos textos que podem e devem ser reveladas pela Linguística Textual.

Segundo o Instituto Pró-Livro (2024), cerca de 53% da população brasileira não é considerada leitora ativa; e uma parcela significativa demonstra dificuldades em inferir sentidos implícitos em textos. Esses dados preocupam na medida em que revelam um cenário de vulnerabilidade informacional, em que parte da população não está equipada para desconfiar, questionar ou analisar criticamente os discursos que consome, sejam eles veiculados pela mídia tradicional ou por outras fontes.

O combate às *fake news*, portanto, não se dá apenas com checagens pontuais ou em campanhas específicas produzidas por instituições públicas ou privadas, mas exige, em especial, uma formação linguística e discursiva crítica, capaz de fomentar leituras atentas, contextualizadas e reflexivas dos textos. A leitura é uma prática social que envolve competências cognitivas, linguísticas e ideológicas (Marcuschi, 2008; Kleiman, 2005); e o ensino da leitura crítica, por sua vez, uma ferramenta estratégica no enfrentamento à desinformação.

Entendemos que a educação linguística precisa estar presente em todos os espaços sociais em que circulam as *fake news*: redes sociais, grupos de mensagens instantâneas, ambientes religiosos, comunidades locais e meios de comunicação. Da mesma forma que o ambiente digital é um ambiente propício para a proliferação de *fake news*, ele também pode ser um lugar de reflexão e combate a esse fenômeno contemporâneo.

A linguagem permeia todos esses espaços, e é por meio dela que narrativas são construídas, identidades são formadas e crenças são reforçadas. Por isso, a forma de atuação textual discursiva das *fake news* exige uma escuta atenta e uma leitura crítica do

que é dito e do que se quer dizer com o que se diz. Como destacam Piovezani e Alves (2024, p. 129),

O discurso move o mundo. Ele constitui o que pensamos e o que fazemos, o que falamos e o que sentimos. Isso porque o discurso controla o que se diz e as maneiras de dizer, produz os sentidos das coisas ditas e ainda suscita os sentimentos partilhados por classes, grupos e sujeitos de uma sociedade.

A linguística, como ciência da linguagem, possui um caráter multidisciplinar, que permite o diálogo com áreas como a comunicação, a psicologia, a sociologia, a ciência da informação e a ciência política. O fenômeno das *fake news*, dada a sua complexidade e o seu impacto social, exige uma abordagem integrada que transcenda a análise puramente linguística. Ao se articular com teorias do jornalismo, por exemplo, é possível se ter acesso aos modos de produção da informação e aos mecanismos de credibilidade jornalística que as *fake news* mimetizam ou emulam. Do ponto de vista da psicologia cognitiva, é possível entender como funcionam os vieses de confirmação e os processos de adesão ideológica a determinadas narrativas. Já a sociologia contribui ao identificar as condições históricas e estruturais que favorecem a desinformação como prática social disseminada. Nesse contexto, a linguística oferece um suporte analítico essencial para compreender a construção discursiva das *fake news* e, em parceria com outras disciplinas, pode participar de práticas interdisciplinares de letramento crítico, educação midiática e políticas públicas de enfrentamento à desinformação. Essa vocação interdisciplinar e social da linguística a torna especialmente relevante no enfrentamento aos desafios contemporâneos impostos pela era da pós-verdade.

É necessário reforçar a importância de cidadãos conscientes e resilientes em um cenário de proliferação de *fake news* e debates polarizados. Portanto, é urgente a promoção de uma educação linguística que vá além das normas gramaticais e que seja capaz de promover a compreensão dos complexos processos de comunicação na era da pós-verdade. Afinal, uma sociedade capaz de discernir entre informações confiáveis e conteúdos enganosos, seja ela proveniente da mídia tradicional ou não, tende a ser menos suscetível aos processos de manipulação ideológica.

A educação linguística, portanto, precisa ser pensada como um projeto contínuo e socialmente ampliado, articulando o trabalho de linguistas, de educadores, de jornalistas, de comunicadores e de instituições públicas e privadas. Esse é um papel fundamental da

linguística: atuar na promoção de uma sociedade mais crítica, reflexiva e democrática, capaz de resistir aos efeitos nocivos da desinformação.

4.7 Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo demonstram como a tessitura referencial é estrategicamente mobilizada pelos produtores textuais e porque a Linguística de Texto tem requisitos para contribuir no combate às *fake news*. Analisamos problemáticas de grande repercussão no tecido social e verificamos o contexto em que elas aconteceram. Traçamos caminhos para compreender as intencionalidades por trás das mensagens e os impactos que derivam da produção de *fake news*, muitos deles de efeitos coletivos, como no caso do negacionismo das vacinas, que cujos efeitos podem atingir para gerações atuais e futuras.

A tessitura referencial mobilizada nas *fake news* mostra-se como estratégia eficiente, uma vez que as visualizações, curtidas e compartilhamentos dos textos analisados sugerem que elas conseguem dialogar com o público e gerar sentido por meio de uma coerência negociada. Percebe-se ainda que os objetos discursivos presentes nas *fake news* buscam deslegitimar instituições, construir inimigos e despertar sentimentos como proximidade, identificação com as narrativas, pertencimento grupal, ódio, revolta e indignação. Portanto, considera-se que identificar essas estratégias é um caminho viável para elaboração de contra-argumentos à proliferação do fenômeno.

– CONSIDERAÇÕES FINAIS –

Ao longo deste trabalho procuramos desvendar as complexas teias que envolvem o fenômeno das *fake news*, especialmente aquelas que, no cenário brasileiro contemporâneo, representam casos de incitação à violência e ao ódio. Em um contexto de pós-verdade, no qual os fatos muitas vezes são preteridos pelas emoções e crenças pessoais, compreender as estratégias linguístico-discursivas presentes em textos desinformativos torna-se uma ferramenta importante para combatê-los. A presente dissertação procura contribuir para o debate que envolve essa problemática social e oferecer uma análise minuciosa sobre a construção de tessituras referenciais e estratégias de persuasão empregadas nas *fake news*.

Como aporte teórico, o trabalho está ancorado primordialmente na Linguística de Texto e na Análise de Discurso Crítica. A LT forneceu o arcabouço para a compreensão do texto como unidade de sentido, transcendendo a análise frasal e investigando os fatores cognitivos, sociais, interacionais e pragmáticos que moldam a produção e interpretação textual. A ADC, por sua vez, permitiu desvelar as problemáticas sociais, ideologias e representações subjacentes aos textos das *fake news*, partindo da premissa de que a linguagem não apenas representa, mas ativamente constitui o mundo.

A contribuição teórica deste estudo reside na articulação dessas duas abordagens para analisar, de forma integrada, como as tessituras referenciais são construídas em *fake news*, evidenciando a mobilização de estratégias linguístico-discursivas para simular legitimidade, manipular sentidos e gerar adesão social (engajamento). O trabalho demonstra como a LT, enquanto aporte teórico, e a ADC, como ferramenta metodológica, podem ser úteis para desvelar o fenômeno das *fake news*, oferecendo um modelo analítico que pode ser replicado em futuras investigações sobre desinformação.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na seleção e delimitação do *corpus* composto por *fake news* divulgadas em ambientes digitais, com foco naquelas que incitam à violência e ao ódio. Os métodos empregados incluíram a Análise Documental e a Análise do Discurso Crítica, que permitiram uma investigação criteriosa e reflexiva dos textos selecionados.

Acreditamos que a aplicação sistemática e integrada dessas ferramentas para a análise de um *corpus* específico de *fake news* tem o potencial de demonstrar a eficácia de uma abordagem linguístico-discursiva na identificação de padrões e estratégias de

desinformação. O detalhamento do percurso metodológico, com as devidas descrições das etapas de seleção de *corpus* e das categorias analíticas propostas, pode servir como um guia para pesquisadores interessados em investigar fenômenos semelhantes.

Em nossa concepção, o objetivo geral deste trabalho é analisar a construção das tessituras referenciais em *fake news* que incitam a violência, com vistas a compreender de que modo o uso dessas estratégias contribui para a produção de sentidos. Defendemos que as tessituras são construídas a partir de uma complexa articulação de elementos linguístico-discursivos, realizadas com o propósito de mimetizar a linguagem jornalística, suscitar emoções, gerar revolta, indignação, promover polarizações e obter adesão social a certas narrativas ideologizadas.

A polarização e a epistemologia tribal potencializam o compartilhamento dessas informações, uma vez que a validação da mensagem se alinha mais com o pertencimento a um grupo do que com a verificação factual. A análise textual dessas mensagens, ao desvelar essas estratégias, mostra-se como um mecanismo valioso para jogar luz sobre o problema e contribuir de forma reflexiva para a educação linguística e a formação de leitores críticos.

Para nós, os textos das *fake news* analisadas promovem sentidos que deslegitimam instituições, atacam grupos sociais e indivíduos, e polarizam o debate público. No processo investigativo, pudemos perceber como a polarização presente nos textos reforçam crenças pré-existentes e pregam separação e ódio entre grupos opositores, tratando-os como verdadeiros inimigos e não como adversários. Essa lógica, apresenta-se não apenas em assuntos de temática política, mas de forma geral, quando incita violências e preconceitos contra grupos e minorias, a exemplo da comunidade LGBT. Por outro lado, os dados também nos permitem identificar um discurso de revolta e resistência contra políticas públicas ou instituições como a imprensa e a ciência. Percebe-se que o dano social e a produção de violência, veiculados nos textos, podem ser pregados contra sujeitos (médicos, jornalistas, políticos), grupos sociais e instituições, causando danos pessoais, profissionais ou coletivos.

Do ponto de vista das estratégias linguístico-discursivas, entendemos que os objetos de discurso presentes nas *fake news* são construídos de forma a evocar emoções e preconceitos, enquanto as tessituras referenciais são manipuladas para criar uma realidade distorcida, onde a violência e o ódio são justificados ou naturalizados por meio de associações implícitas e/ou explícitas. As estratégias linguístico-discursivas incluem o uso de vocabulário direcionado a ativação de emoções (hipérboles, adjetivações), a

construção de narrativas conspiratórias e maniqueístas, a utilização de perguntas direcionadas que induzem a respostas específicas, e a exploração de vocabulários que reforçam estereótipos (divisão e discriminação de grupos). Esses elementos atuam na criação de vínculos com os leitores ao validar suas crenças pré-existentes e fortalecer sua identificação com a sua “tribo” ideológica.

Identificamos que as estratégias linguístico-discursivas são mobilizadas para reforçar os pontos negativos do “outro”, atribuir culpa a minorias ou oponentes políticos e produzir generalizações indevidas e intencionalmente orientadas. Pudemos constatar também que essas estratégias são frequentemente veiculadas por meio de títulos sensacionalistas, imagens manipuladas e narrativas que exploram o medo e a indignação, construindo sentidos que justificam e incitam violências (digital, física e moral).

Em relação à escolha da pessoa do discurso, podemos evidenciar que os textos recorrem à utilização da terceira pessoa para conferir um sentimento de distanciamento e repulsa (“Eles”) e/ou a adoção de uma primeira pessoa do plural (“Nós”) para criar um senso de grupo e pertencimento. Em nossa opinião, tal fato mostra-se como um recurso estratégico e intencionalmente construído para gerar os sentidos pretendidos pelos produtores das *fake news*. O produtor textual busca aproximar o leitor da mensagem, tornando-a mais pessoal e, conseqüentemente, mais persuasiva e menos questionável.

Quanto à prática discursiva, verificamos que as *fake news* são produzidas em um ambiente digital que favorece a desintermediação e a produção massiva de conteúdos, especialmente quando exploram temas da atualidade. A formação de câmaras de eco e a epistemologia tribal são determinantes para a aceitação e a interpretação desses textos, cuja validação da informação está intrinsecamente ligada à identidade e ao pertencimento grupal. As *fake news* exploram convenções sociais internalizadas e estruturas discursivas para se legitimarem, dificultando a distinção entre o factual e o manipulado ou o totalmente fabricado.

Em nossa avaliação, a análise realizada, que sintetiza os objetivos propostos, revela que as *fake news* são fenômenos complexos. A investigação de casos específicos, como o “kit covid” e o “tratamento precoce”, o negacionismo das vacinas, os ataques à imprensa, e o “kit gay” e a “mamadeira de piroca”, proporciona a verificação de padrões recorrentes na manipulação da informação, no ataque ao “outro” e na exploração de vieses cognitivos. A contribuição analítica reside na identificação e no detalhamento desses mecanismos, oferecendo um panorama de como a linguagem é utilizada para disseminar desinformação e incitar a violência e o ódio no contexto brasileiro. A pesquisa propõe um

modelo de análise e desconstrução de narrativas falsas, destacando a importância de uma abordagem crítica e linguística, especialmente a Linguística de Texto, para o entendimento e o combate à proliferação das *fake news*.

A partir dos resultados obtidos na análise do *corpus*, apresentamos uma síntese dos objetivos específicos, evidenciando de que modo cada um deles foi contemplado ao longo da investigação. No quadro a seguir, elaboramos um resumo que articula os objetivos propostos às respectivas respostas analíticas construídas no estudo.

Quadro 6 – Síntese dos objetivos específicos e dos achados da pesquisa

Objetivo Específico	Resultado da pesquisa
Investigar como as estratégias linguístico-discursivas operam na construção de sentidos que incitam a violência contra pessoas, grupos ou instituições.	A análise evidencia que as <i>fake news</i> mobilizam estratégias como categorização, recategorização, apagamentos e generalizações para construir objetos de discurso que manipulam informações e reforçam narrativas de ataque ao “outro”. Tais estratégias produzem efeitos de sentido que legitimam discursos de ódio e incitação à violência, mesmo na ausência de base factual.
Evidenciar de que modo a escolha da pessoa do discurso colabora para construção de sentidos.	Verifica-se que o uso estratégico da terceira pessoa (“Eles”) produz distanciamento e estigmatização, enquanto a primeira pessoa do plural (“Nós”) constrói pertencimento e identificação. Essas escolhas funcionam como recursos persuasivos que aproximam o leitor da narrativa e favorecem a adesão ideológica ao discurso.
Analisar a prática discursiva das <i>fake news</i> , com destaque para os processos de produção.	As <i>fake news</i> se inserem em um ecossistema digital marcado pela circulação massiva, desintermediação e atuação de câmaras de eco e epistemologia tribal. Esses fatores sociocognitivos e sociointeracionais influenciam a interpretação e no compartilhamento das mensagens, reforçando

	sua legitimidade dentro de determinados grupos sociais.
--	---

Mesmo diante desses resultados e dos elementos trazidos à tona no processo investigativo, reconhecemos as limitações do estudo. A natureza dinâmica e em constante evolução do fenômeno das *fake news* impõe desafios à captura de todas as suas manifestações e estratégias. Devido ao tempo disponível para coleta e análise das informações, o *corpus* resumiu-se a quatro temas específicos, sendo que mesmo com essa redução não foi possível analisar todo o material disponível sobre os temas, uma vez que o mundo digital é um terreno fértil e multiplicador de conteúdo. Além disso, as publicações foram coletadas majoritariamente em sites de agências de checagem, pois os documentos originais – que infringem regras de uso das plataformas digitais ou são considerados ilegais – foram retirados de circulação. Nesse ponto, entendemos ser muito importante que tanto agências de checagem, quanto universidades e veículos noticiosos mantenham registros documentais desses acontecimentos, relatando o seu caráter de inverdade e demonstrando como a prática está sendo combatida pela sociedade.

Reconhecendo essas limitações e considerando os achados desta pesquisa, especialmente aqueles que se referem às estratégias de fragmentações, discriminações e violências praticadas por discursos manipulados, acreditamos na possibilidade de expansão dos estudos. Entendemos ser possível que os achados possam ser expandidos, em pesquisas futuras, a outros *corpora* de diferentes temáticas, com o intuito de se verificar a recorrência das estratégias linguístico-discursivas identificadas.

Também acreditamos que o aprofundamento da investigação sobre o impacto das *fake news* na formação de opinião e no comportamento social, por meio de metodologias que combinem a análise linguística com abordagens da psicologia social seria de grande valia. Outra linha de pesquisa promissora seria o desenvolvimento de ferramentas computacionais baseadas em princípios da Linguística de Texto e da Análise do Discurso Crítica para a detecção automática de *fake news*. Por fim, a criação e a implementação de programas de educação midiática e linguística, com base nos resultados desta pesquisa, e a avaliação de sua eficácia na promoção do letramento crítico em ambientes digitais, representam um campo viável para futuras investigações e intervenções.

Esperamos que este trabalho possa ser uma fonte de inspiração para novos olhares e ações na busca por soluções para o problema da responsabilização informacional. Entendemos que a luta contra a desinformação é uma luta pela cidadania e pela

integridade do debate público, e nela, a Linguística, com suas ferramentas de análise e compreensão da linguagem, tem um papel insubstituível.

Ao concluir a jornada desta pesquisa, como jornalista, futura educadora e linguista em formação, posso constatar a relevância de uma educação crítica e reflexiva. Uma educação que forme sujeitos conscientes de seus papéis sociais, capazes de analisar criticamente textos, identificar estratégias de persuasão, reconhecer a construção de sentidos e questionar a origem e a intencionalidade das mensagens. Se este trabalho puder contribuir, ainda que minimamente para a formação dessas habilidades, a jornada terá sido válida. Que a curiosidade e o senso crítico, aqui exercitados, inspirem a desvendar os véus da desinformação e a construir um futuro onde a verdade baseada nos fatos prevaleça.

– REFERÊNCIAS –

- ABERT. *Imprensa brasileira sofreu algum tipo de ataque a cada cinco dias em 2024*. 3 abr. 2025. Disponível em: <https://www.abert.org.br/site/imprensa/noticias/imprensa-brasileira-sofreu-algum-tipo-de-ataque-a-cada-cinco-dias-em-2024>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- ABERT. *Violações à liberdade de expressão: relatório anual 2024*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.abert.org.br/site/imprensa/liberdadeimprensa>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- AÏMEUR, E.; AMRI, S.; BRASSARD, G. Fake news, disinformation and misinformation in social media: a review. *Social Network Analysis and Mining*, v. 13, n. 30, p. 1-36, 2023.
- ALATAWI, F. *et al.* A survey on echo chambers on social media: Description, detection and mitigation. *Arxiv*, 2021.
- ALBUQUERQUE, R.; DIEFENTHÄLER, J. M. Tessituras referenciais na orientação argumentativa e temática: a (des)focalização na produção escrita de uma reportagem. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 43, e55979, 2021.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.
- ALVES FILHO, F.; VIEIRA, M. L. Construção de objetos de discurso: considerações em casos que o referente é um ator social. *Revista Investigações*. Recife, v. 24, n. 2, p. 135-156, 2011.
- ALVES, G. C. Estruturalismo linguístico. In: CARVALHO, C. I. C.; BARBOSA, J. R. A. (ed.). *Teorias linguísticas: orientações para a pesquisa*. Mossoró: Edufersa, 2021, p. 13-41.
- ALVES, M. A. S.; MACIEL, E. R. H. O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto. *Internet&sociedade*, v. 1, n. 1, p. 144-171, 2020.
- AOS FATOS. Resultados de busca por “Alexandre de Moraes” [base de dados]. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/?q=alexandre%20de%20moraes>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- ARENDT, H. *Verdade e política*. Trad. Manuel Alberto. Nova York: [s.n.], 1967.
- AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAGAGIM, N. C.; RIBEIRO, M. S. de S.; SILVA, L. de A. A formação crítica do leitor à reflexão dos fatores pragmáticos da textualidade na produção de *fake news* sobre a Covid-19: uma análise linguística textual. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 207-234, 2021.
- BARBOSA, B.; FÁVERO, B.; ELY, D.; BARBOSA, J. Bolsonaro e aliados publicaram 83% da desinformação sobre 'tratamento precoce' no Facebook em 2021. *Aos Fatos*, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-e-aliados-publicaram-83-da-desinformacao-sobre-tratamento-precoce-no-facebook-em-2021/>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- BARBOSA, M. (org.). *Pós-verdade e fake news – reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BARRAGÁN, A. Cinco "*fake news*" que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. *El País*, Madrid, 19 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 17 dez. 2025.
- BBC News. *Fake news é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico*. Nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 15 out. 2025.

- BEAUGRANDE, R. A. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.
- BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981.
- BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 245-287.
- BENTES, A. C. Texto. In: AZEVEDO, T. M.; FLORES, V. N. (org.). *Estudos do discurso: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2024. p. 329-352.
- BENTES, A. C.; SOUZA-SANTOS, J. E. *Fake news* como produção textual disruptiva: os abalos nos campos sociais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 65, p. 1-18, 2023.
- BENTES, A. O texto além do texto. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. 520 ed. 23 abr. 2018. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7249-o-texto-alem-do-texto>. Acesso em: 15/07/2025.
- BOMFIM, T. 'Pizzagate': 1ª grande *fake news* trumpista foi central na eleição de 2016. UOL, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/09/19/pizza-gate-fake-news-eua.htm>. Acesso em: 12/10/2025
- BORTOLON, B. Lula não foi expulso de reunião da ONU após defender Maduro. *Aos Fatos*, 13 jan. 2026. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/lula-nao-foi-expulso-reuniao-onu-apos-defender-maduro/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRUNO, F.; ROQUE, T. A ponta de um *iceberg* de desconfiança. In: BARBOSA, M. (org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 13-23.
- BRUZZONE, A. *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.
- CARTA CAPITAL. Bolsonaro vs. A imprensa – Por que o Presidente voltou a atacar jornalistas? *YouTube*. 30 ago. 2020. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=8Y_W2fgFglo. Acesso em: 20 fev. 2026.
- CASADEI, E. B.; LOUREIRO, E. R. L. “Isso a Globo não mostra”: dimensões afetivas das notícias falsas no debate sobre o descrédito da imprensa tradicional. *C&S, São Bernardo do Campo*, v. 42, n. 2, p. 39-66, 2020.
- CAVALCANTE, M. M. *et al. Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes, 2022.
- CAVALCANTE, M. M. *et al. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise*. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória (ES), v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2024 [2011].
- CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al. (Org.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CHAROLLES, M. *Coherence as a principle of interpretability of discourse Text*, v. 3, n. 1, p. 71-98, 1983.

- CHEIDDI, L. Ibespe: *fake news* na grande mídia impacta 3 vezes mais do que nas redes. *Revista Oeste*, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://revistaoeste.com/imprensa/ibespe-ifake-news-i-na-grande-midia-impacta-3-vezes-mais-do-que-nas-redes/>. Acesso em: 06 fev. 2026.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001 [1999].
- CINELLI, M.; MORALES, G. F.; GALEAZZI, A.; QUATTROCIOCCHI, W.; STARNINI, M. The echo chamber effect on social media. *National Academy of Sciences*, v. 118, n. 9, p. 1-8, 2021.
- COELHO, F. A. C. Linguística Textual: questões para pesquisa e ensino. In: ESTEVES, P. M.; DELA-SILVA, S. (org.). *Teorias do texto, do discurso e da tradução*. Niterói: Eduff, 2023. p. 55-91.
- CORREIA, C. Desinformação em saúde mata: de quem é a responsabilidade pela pseudociência e pelas *fake news* espalhadas durante a pandemia? *Conexão UFRJ*, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/08/desinformacao-em-saude-mata/>. Acesso em: 06 fev. 2026.
- COSTA, L. P.; MARTINS, L. M. Impactos da queda da cobertura vacinal na reintrodução de doenças imunopreveníveis: uma revisão da literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 2, p. 12-27, 2025.
- CUNHA A. R.; GARCES, T. G.; BARAKAT, R. D. M.; FERREIRA, S. R. M.; CAVALCANTE N. R. P.; CESTARI V. R. F.; MOREIRA T. M. M. Impacto das *Fake news* sobre vacinação na mortalidade por COVID-19: uma análise epidemiológica no Brasil. *Revista de Enfermagem da UFPI*, v. 14, n. 1, s/p, 2025.
- D'ANCONA, M. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Tradução Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- ELSE, H.; VAN NOORDEN, R. The fight against fake-paper factories that churn out sham science. *Nature*, v. 591, p. 516-519, 2021.
- ESTADÃO. “Cala a boca”, diz Bolsonaro a jornalistas. *YouTube*, maio, 2020. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=eGRNpp6MT4k>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- ESTADÃO. 'Mamadeiras eróticas' não foram distribuídas em creches pelo PT. 28 de abr. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/?srsltid=AfmBOoo5hi9gMNWcbLGB-J2h-RDbeDq95TLv32VCakBYAmTjUJfAC9x>. Acesso em: 06 mar. 2026.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019 [1992].
- FAUSTINO, M. Vídeos de protestos contra Maduro em 2024 circulam nas redes como atuais. *Aos Fatos*, 13 jan. 2026. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/videos-protestos-contram Maduro-2024-circulam-atuais/>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística textual*: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012 [1983].
- FENAJ. Em 2024, jornalistas sofreram uma agressão a cada 2 dias e meio no Brasil, aponta relatório da FENAJ. 19 mai. 2025a. Disponível em: <https://fenaj.org.br/em-2024-jornalistas-sofreram-uma-agressao-a-cada-2-dias-e-meio-no-brasil-aponta-relatorio-da-fenaj-2/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- FENAJ. Violência contra jornalistas diminui em 2024, mas FENAJ alerta: censura e assédio judicial estão em alta. 20 mai. 2025b. Disponível em: <https://fenaj.org.br/violencia-contrajornalistas/>.

jornalistas-diminui-em-2024-mas-fenaj-alerta-censura-e-assedio-judicial-estao-em-alta/. Acesso em: 21 fev. 2026.

FERREIRA, E. S. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 96-128, 2021.

FERREIRA, I. “*Tratamento precoce*” e “*kit covid*”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo, 14 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FERREIRA, M. A. P. *Fake news*: as emoções como estratégia discursiva. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 4, p. 1-16, 2020.

FESTINGER, L. *A theory of cognitive dissonance*. Palo Alto: Stanford University Press, 1957.

FIGÀ TALAMANCA, G.; ARFINI, S. Through the Newsfeed Glass: Rethinking Filter Bubbles and Echo Chambers. *Philosophy & Technology*, v. 35, n. 20, p. 1-34, 2022.

FIRPO, M. “O kit gay responde a uma sociedade conservadora”, diz pesquisador. *Veja*, Coluna Veja Gente, 12 abr. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/o-kit-gay-responde-a-uma-sociedade-conservadora-diz-pesquisador/>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FLOSS, M.; TOLOTTI, G.; ROSSETTO, A. S.; CAMARGO, T. S.; SALDIVA, P. H. N. Linha do tempo do “tratamento precoce” para Covid-19 no Brasil: desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. *Interface*, Botucatu, v. 27, p. 1-26, 2023.

FURLAN, L.; CARAMELLI, B. The regrettable story of the “Covid Kit” and the “Early Treatment of Covid-19” in Brazil. *The Lancet Regional Health*, v. 4, p. 1-6, 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, W. S.; DOURADO, T. *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Revista Acadêmica Semestral do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.

GUGONI, M. F. *A manipulação discursiva das fake news na era da informação*. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

HUTTNER, L. R. G. *É fake news? Como elementos do jornalismo são utilizados para a elaboração de “notícias falsas”*. 2020. 189 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

IHU on-line. *Fake news* – Ambiência digital e os novos modos de ser. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. n° 520, Ano XVIII, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/520>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/retratos-da-leitura/>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Atingidas pela desinformação*: Patrícia Campos Mello. *Desinformante*, 28 set. 2022. Disponível em: <https://desinformante.com.br/atingidas-pela-desinformacao-patricia-campos-mello/>. Acesso em: 27 maio 2025.

- JESUS, H. Isto a revista VIDA & SAÚDE não mostra! FATO ESTATÍSTICO: É muito mais provável que você morra de “vacinas” contra covid do que da própria covid. *Adventistas.Com*, 5 mar. 2023. Disponível em: <https://www.adventistas.com/2023/03/05/isto-a-revista-vida-saude-nao-mostra-fato-estatistico-e-muito-mais-provavel-que-voce-morra-de-vacinas-contr-covid-do-que-da-propria-covid/>. Acesso em: 11 mar. 2026.
- JASNY, B. R.; WAGGLE, J.; FISHER, D. N. *An empirical examination of echo chambers in US climate policy networks*. *Nature Climate Change*, v.5, ago. 2015.
- JIANG, B.; KARAMI, M.; CHENG, L.; BLACK, T.; LIU, H. Mechanisms and Attributes of Echo Chambers in Social Media. *Arxiv*, 2021.
- KAKUTANI, M. *A morte da verdade*. Tradução André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KLEIMAN, A. B. *Letramento e prática social*. 6. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
- KOCH, I. V. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. *Investigações*, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.
- KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2023 [2004].
- KOCH, I. V. *Desvendando os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, I. V. Linguística textual: quo vadis? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 11-23, 2001.
- KOCH, I. V. *O texto e a construção de sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014 [1997].
- KOCH, I. V. Linguística Textual: retrospecto e perspectivas. *Alfa*, São Paulo, v. 41, p. 67-78, 1997.
- KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010 [1993].
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de Referenciação Na Produção Discursiva. *DELTA*, v. 14 n. esp., p. 169-190, 1998.
- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da notícia*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.
- LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1-8, 2018.
- LEGROSKI, M. C. O gênero textual *fake news*. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 328-340, 2020.
- LIMA, E. A. Novo estudo: danos cerebrais e cardíacos causados pela vacina mRNA. *The Boreal Times*, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://borealtimes.org/novo-estudo-danos-cerebrais-e-cardiacos-causados-pela-vacina-mrna/>. Acesso em: 7 fev. 2026.
- LIMA, G. S.; SILVA E OLIVEIRA, V. Notícia falsa sobre Covid-19: relações dialógicas entre técnicas de persuasão e efeitos de legitimidade e credibilidade. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 24, p. 1-20, 2024.
- LYONS, J. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Tradução de Marilda Winkler Averborg, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- MACHIAVELI, G. R. M. *Fake news: uma investigação discursiva*. *Estudos Linguísticos*, v. 48, n. 1, p. 338-355, 2019.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Contexto, 2006.

- MANGABEIRA, M. Vídeo de protesto no Rio foi gravado em setembro, não em ato recente contra o PL da Dosimetria. *Aos Fatos*, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-de-protesto-no-rio-foi-gravado-em-setembro-nao-em-ato-recente-contr-o-pl-da-dosimetria/>. Acesso em: 8 abr. 2026.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. Atividades de referência, inferência e categorização na produção de sentido. In: MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucena, 2007. p. 82-103.
- MARCUSCHI, L. A. Atos de referência na interação face a face. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, v. 41, p. 37-54, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. O papel da Linguística no ensino de línguas. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 12-31, 2016 [2000].
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* 3 ed. São Paulo: Parábola, 2012 [1983].
- MARTINS, A. V.; TEIXEIRA, J. F. Desmentindo informações sobre a Covid-19: estratégias comunicacionais contra *fake news* das agências Fato ou Fake e Lupa em 2020. *RECIIS*, v. 19, n. 3, 2025, p. 1-18.
- MARTINS, R.; LEITE, M. A. Referência. *Cadernos Espuc.*, Belo Horizonte, n. 23, p. 43- 48, 2013.
- MCINTYRE, L. *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.
- MELLO, P. C. A máquina do ódio – notas sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia da Letras, 2020.
- MELLO, P. C. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de S. Paulo, 18 out., 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 18 out. 2025.
- MELO, I. K. S. A pós-verdade nas redes sociais como recurso discursivo para a manipulação de massa. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 4, p. 1-15, 2020.
- MENESES, J.P. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das *fake news*. *Observatório (OBS*)*, v. 12, n. 5, p. 37-53, 2018.
- MENDONÇA, F. R.; FREITAS, V. G.; AGGIO, C. O.; SANTOS, N. F. *Fake news* e o repertório contemporâneo de ação política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-33, 2023.
- MENEZES, L. F. Haddad não é o ‘pai do kit gay nas escolas’; desinformação volta a circular nas redes. *Aos Fatos*, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/haddad-nao-e-o-pai-do-kit-gay-nas-escolas-desinformacao-volta-circular-nas-redes/>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- MENEZES, L. F.; NALON, T. É falso que Vera Magalhães recebe R\$ 500 mil mensais da TV Cultura. *Aos Fatos*. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-vera-magalhaes-recebe-r-500-mil-mensais-da-tv-cultura/>. Acesso em: 02 mar. 2026.
- MENEZES, L. F.; FAUSTINO, M. Receita não vai monitorar transações por Pix e aproximação individualmente. *Aos Fatos*, 13 jan. 2026. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/receita-nao-vai-monitorar-transacoes-pix-aproximacao-individualmente/>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- MONDADA, L. Gestión du topique et organization de la conversation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 41, p. 7-36, 2001.

- MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construction des Objets de Discours et Catégorisation: une Approche des Processus de Référenciation*. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. *Revista de Letras*, n. 24. v. 1/2, p. 118-130, 2002.
- MÖRZ, M. A case report: multifocal necrotizing encephalitis and myocarditis after BNT162b2 mRNA vaccination against COVID-19. *Vaccines*, v. 10, n. 10, p. 1-17, 2022.
- MOURA, B.; CYPRESTE, J. É falso que Haddad criou “kit gay” para crianças de seis anos. *Aos Fatos*, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos> . Acesso em: 6 mar. 2026.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 15-20.
- NGUYEN C. T. Echo chambers and epistemic bubbles. *Episteme*, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2018.
- OLIVEIRA, D. L. O.; COSTA, M. H. A. Fato ou fake: um olhar para as pistas (con)textuais no processo de construção de sentido. *Cadernos de Linguística*. v. 1, n. 4, p. 1-21, 2020.
- OLIVEIRA, M. S.; ANJOS, M. A. As categorias analíticas na Historiografia Linguística: um estudo em dissertações e teses na área. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 66, p. 148-170, 2024.
- OLIVEIRA, N. R.; MEDEIROS, D. S. V.; MATTOS, D. M. F. Identificação de Câmaras de Eco em Redes Sociais Através de Detecção de Comunidade em Redes Complexas: Ferramentas, Tendências e Desafios. *Minicursos do XXVIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web*. Sociedade Brasileira de Computação, 2022. Disponível em: <https://books-sol.sbc.org.br/index.php/sbc/catalog/view/106/472/745>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- OLIVEIRA, N. R.; PISA, P. S.; LOPEZ, M. A.; MEDEIROS, D. S. V.; MATTOS, D. M. F. Identifying fake news on social networks based on natural language processing: Trends and Challenges. *Information*, v. 12, n. 38, p. 1-32, 2021.
- OXFORD LEARNER’S DICTIONARIES. *Post-truth*. Oxford University Press, [2016]. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- PACHECO, P. É falso que OMS estima que vacinas reduzirão população mundial em 15%. *Aos Fatos*, 3 ago. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-oms-estima-que-vacinas-reduzirao-populacao-mundial-em-15/>. Acesso em: 11 mar. 2026.
- PACHECO, P. É falso que coquetel com hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina cure a Covid-19. *Aos Fatos*, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-coquetel-com-hidroxicloroquina-azitromicina-e-ivermectina-cure-Covid-19/>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- PARISER, E. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012 [2011].
- PASSARINHO, N. Chefes de UTIs ligam ‘kit covid’ a maior risco de morte no Brasil. YouTube, *BBC News*, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=W-v57NMqUeI>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- PEREIRA, L. P.; ANTONIO, J. D. É verdade ou fake news? Estratégias linguísticas de manipulação em textos que promovem a desinformação. *Revista USP*, São Paulo, n. 138, p. 27-38, 2023.
- PINHEIRO, P. Fake news em jogo: uma discussão epistemológica sobre o processo de produção e disseminação de (in)verdades em redes sociais. *D.E.L.T.A.*, v. 37, n. 4, p. 1-23, 2021.
- PIOVEZANI, C.; ALVES, M. Discurso. In: AZEVEDO, T. M.; FLORES, V. N. (org.). *Estudos do discurso: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2024. p. 129-146.
- PIRES, B. Vale mais defenestrar o ‘kit gay’ ou proteger crianças do abuso sexual? *El País*, 18 out. 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/deportes/1539895132_663874.html. Acesso em: 06 mar. 2025.

PIZANI, D. S. A.; DEARO, M. A. F.; PEREIRA, A. F. O. Queda da cobertura vacinal no Brasil: causas, consequências e estratégias de enfrentamento. *Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia*, v. 9, n. 2, p. 216-226, 2025.

PLATÃO. *Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de *fake news* políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, São Paulo, v. 41, p. 31-47, 2019.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.

ROBERTS, D. *America is facing an epistemic crisis*, nov. 2017. Disponível em: <https://perma.cc/J7RM-5PCF>. Acesso em: 17 dez. 2025.

ROBERTS, D. *Post-truth*. Grist, abr. 2010. Disponível em: <https://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics/>. Acesso em: 04 out. 2025.

ROSAURO, M. Não há registros de que Bill Gates defende reduzir a população mundial. *Lupa*, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.agencialupa.org/jornalismo/2025/06/30/nao-ha-registros-de-que-bill-gates-defende-reduzir-a-populacao-mundial/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

RSF. *Imprensa brasileira, verdadeiro saco de pancadas da família Bolsonaro: uma tendência que se intensifica em 2021*. 27 jul. 2021. 2021a. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/imprensa-brasileira-verdadeiro-saco-de-pancadas-da-fam%C3%ADlia-bolsonaro-uma-tend%C3%Aancia-que-se>. Acesso em: 02 mar. 2026.

RSF. O jornalismo frente às redes de ódio no Brasil. Relatório. Abr. 2023. 2023. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/04/As%20redes%20de%20odio%20no%20Brasil_PT.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026.

RSF. Publicação Anual de Ranking 2020. 2020. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking?year=2020>. Acesso em 20 fev. 2026.

RSF. Publicação Anual de Ranking 2021. 2021b. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking?year=2021>. Acesso em 20 fev. 2026.

RSF. Publicação Anual de Ranking 2025. 2025. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking?year=2025>. Acesso em 20 fev. 2026.

SANTAELLA, L. A semiótica das *fake news*. *Verbum*, v. 9, n. 2, p. 9-25, 2020.

SANTINI, R.; BORGES, M. Desinformação e a campanha contra a imprensa; análise do ecossistema de mídias e propaganda digital multiplataforma. NetLab: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SANTINI, R. M.; CAMILO, E.; CASTRO, J. L. P.; SEIXAS, J. M.; FERREIRA, F. Infodemia e desinformação - Análise de escopo sobre estratégias de comunicação e informação em saúde em situações de pandemia. NetLab: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

SANTINI, R. M.; SALLES, D.; BARROS, C. E.; MARTINS, B. M. M.; MOREIRA, A.; LOUREIRO, M.; DIAS, B.; HADDAD, J. G.; GOMES, M.; CARMO, V. A Volta da Desinformação Sobre Vacinas. NetLab: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, G. F. Social media, disinformation, and regulation of the electoral process: a study based on 2018 Brazilian election experience. *Revista de Investigações Constitucionais*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 429-449, 2020.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

- SENISE, D. S. V.; BATISTA, L.L. Bolhas de informação e a comunicação da saúde pública. *Boletim do Instituto de Saúde*, v. 21, n. 1, p. 17-30, 2020.
- SENRA, R. ‘Repórter tem que apanhar mesmo’: ataque de Bolsonaro gera onda de ameaças físicas a jornalistas. *BBC News Brasil*, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53893121>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- SHU, K.; SLIVA, A.; WANG, S.; TANG, J.; LIU, H. Fake news detection on social media: a data mining perspective. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*, v. 19, n. 1, p. 22-36, 2017.
- SIEBERT, S.; PEREIRA, I. V. A pós-verdade como acontecimento discursivo. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 20, n. 2, p. 239-249, 2020.
- SILVA, A. P.; SILVA, G. C. da. Fake news sobre saúde: uma análise das marcas linguísticas na notícia “Banana com vírus HIV”. *Entrepalavras, [S. l.]*, v. 11, n. 3, p. 482-501, 2021.
- SILVA, G. O fenômeno noticioso: Objeto singular, natureza plural. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 6, n. 9, p. 9-15, 2009.
- SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-106, 2005.
- SILVA, L. M. L. *Notícia falsa, impacto real: Um estudo sobre reações da imprensa à circulação de fake news na web*. 2019. 151f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SILVA, T. H. J. Desconstruindo as fake news através da análise de discurso crítica: um olhar interdisciplinar sobre a manipulação da informação na era digital. *Revista Saridh, [S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 46-64, 2023.
- SOUSA, T. B.; ANDRADE, G. B. Do estruturalismo à Análise do Discurso: análise da propaganda “Vamos Brasilizar”. *Interfaces*, v. 12, n. 2, p. 205-220, 2021.
- SUNSTEIN, C. R. *Echo Chambers: Bush v. Gore, Impeachment, and Beyond*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SUNSTEIN, C. R. The Law of Group Polarization. John M. Olin Program in Law and Economics Working Paper n. 91, University of Chicago Law School, 1999.
- TACCONE, F. S.; HITES, M.; DAUBY, N. From hydroxychloroquine to ivermectin: how unproven “cures” can go viral. *Clinical Microbiology and Infection, [S. l.]*, v. 28, p. 472-474, 2022.
- TANDOC JR., E. C. *The facts of fake news: A research review*. *Sociology Compass*, 13, e12724, 2019.
- TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. *Digital Journalism*, p. 137-153, 2018.
- TESICH, S. *A Government of Lies*. The Free Library, 1992.
- TESSAROLO, M.; ZILLER, J.; MALINI, F. L. Cartografia dos afetos sobre o tratamento precoce, na timeline discursiva no Facebook, durante o primeiro ano da Covid-19. *RECIIS*, v. 18, n. 4, p.837-859, 2024.
- THE LANCET. *Global, regional, and national trends in routine childhood vaccination coverage from 1980 to 2023 with forecasts to 2030: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2023*. v.406, n.10500, p.235-260, 2025.
- THOMPSON, J. B. Ideología y cultura moderna – teoría crítica en la era de la comunicación de masas. Trad. Gilda Fantianati Caviedes. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimileo. 1998.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2020.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UNICEF. *World Immunization Week* 2025. Disponível em: <https://weshare.unicef.org/Package/2AM4086M4S1G>. Acesso em: 7 fev. 2026.

UOL. *Bolsonaro diz que imprensa “mente descaradamente” e chama jornalistas de “vergonha”*. São Paulo, 7 jun. 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/07/jair-bolsonaro-imprensa.htm>. Acesso em: 21 out. 2025.

UOL. *Bolsonaro é condenado a pagar R\$ 100 mil por danos morais a jornalistas*. São Paulo, 7 jun. 2022b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/07/bolsonaro-e-condenado-a-pagar-r-100-mil-por-danos-morais-a-jornalistas.htm>. Acesso em: 21 out. 2025.

VAN DIJK, T. A. Ideologia. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 50, n. esp., p. 53–61, 2015.

VAN DIJK, T. A. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

VANNUCHI, C.; LIMA, J. G.; GASPARIAN, T. Cala a boca, jornalista: intimidação e desinformação como políticas de Estado. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 113, p. 1-16, 2025.

VILELA, M. D.; LIBARDI, G. B. Mamadeira erótica e kit gay: *fake news* e noções de masculinidade na cibercultura. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 25, p. 1-14, 2023.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, p. 1146-1151, 2018.

WARDLE, C. *Fake news. It's complicated. First Draft*, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Reflexão sobre a "desordem da informação incorreta, desinformação e má-informação". In: IRETON, C.; POSETTI, J. (Orgs.). *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*. Paris: Unesco, 2019. p.46-58.

ZAFARANI, R., ABBASI, M. A., LIU, H. *Social media mining: an introduction*. Cambridge University Press, 2014.